



ISSN 2238-1661

V. 14, N° 30/ EDIÇÃO ESPECIAL DE 2025

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS** DA HISTÓRIA

AUTORITARISMOS NO SÉCULO XXI



REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



Indexação:



REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Licenciatura em História

Volume 14, Número 30, Edição Especial de 2025.

ISSN: 2238-1651

www.trilhasdahistoria.ufms.br/



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof.^a Dr.^a Dolores Puga, UFMS, Brasil

Prof.^a Dr.^a Mariana Esteves de Oliveira, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

REVISORES DE NORMA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Resende, UERJ, Brasil

Anísio Batista Pereira, UFU, Brasil

Arthur Rodrigues Pereira Santos, UFRJ, Brasil

Braulio Costa Pereira, UFRJ, Brasil

Carlos Eduardo do Vale Ortiz, UNIR, Brasil

Geovane Souza Melo Júnior, UFU, Brasil

Katia Roberta Rodrigues Pinto, UFMS, Brasil

Maria Alice Ribeiro Gabriel, USP, Brasil

Marlise Buchweitz, UFPEL, Brasil

Priscilla Pellegrino de Oliveira, UERJ, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Guilherme Gonçalves Mormito, UFMS, Brasil

Felipe Mateus de Jesus, UFMS, Brasil

Guilherme Bernadino Gomes, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

CAPA

Gerada por meio de Inteligencia Artificial.

COMUNICAÇÃO

Prof.^a Dr.^a Dolores Puga, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil

Prof.^a Dr.^a Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile

Prof.^a Dr.^a Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil

Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil

Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof.^a Dr.^a Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Ângelo Priori, UEM, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Prof.^a Dr.^a Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil
Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
Prof.^a Dr.^a Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
Prof. Dr. José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
Prof.^a Dr.^a Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
Prof.^a Dr.^a Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
Prof.^a Dr.^a Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Mark John Lawrence Sabine, University of Nottingham, Reino Unido
Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jessus, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
Prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira
Prof.^a Dr.^a Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil
Prof.^a Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaio de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos. A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecermos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais

possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

ꠘꠘꠘ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ	13-18
APRESENTAÇÃO ARTIGOS, ENSAIO DE GRADUAÇÃO, RESENHA E FONTE.....	19-21

ARTIGOS DOSSIÊ	23

FASCISMO E CAPITALISMO DEPENDENTE: UM ENSAIO SOBRE A INSTABILIDADE CRÔNICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

FASCISM AND DEPENDENT CAPITALISM: AN ESSAY ON CHRONIC INSTABILITY IN CONTEMPORARY BRAZIL

Thiago Araujo Santos	24-41

INDÍGENAS E CAMPONESES E AS PRÁTICAS PÓS-FASCISTAS DO GOVERNO BOLSONARO: CONTINUIDADES DESSA HISTÓRIA DO PASSADO AO TEMPO PRESENTE.

INDIGENOUS PEOPLES AND PEASANTS AND THE POST-FASCIST PRACTICES OF THE BOLSONARO GOVERNMENT: CONTINUITIES OF THIS HISTORY FROM THE PAST TO THE PRESENT

Maria Celma Borges	42-60

OS (DES)CAMINHOS DA SUBALTERNIDADE E DA VIOLÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: O (NÃO) LUGAR DE QUERÔ, UMA REPORTAGEM MALDITA, DE PLÍNIO MARCOS.

THE (DIS)ROADS OF SUBALTERNITY AND VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERATURE: THE (NON) PLACE OF QUERÔ, QUERÔ, UMA REPORTAGEM MALDITA, BY PLÍNIO MARCOS

Wagner Corsino Enedino Enedino, Celeste da Silva Sousa Sousa e Michelle Oliveira Corsino	61-78

O LEGADO DE VIANINHA NA DRAMATURGIA NACIONAL: REFLEXÕES SOBRE ARTE E RESISTÊNCIA 51 ANOS DEPOIS.

VIANINHA'S LEGACY IN NATIONAL DRAMATURGY: REFLECTIONS ON ART AND RESISTANCE 51 YEARS LATER

Dolores Puga..... 79-94

O AUTORITARISMO E AS RUÍNAS DA LINGUAGEM: DE FRANZ KAFKA A JEAN-YVES JOUANNAIS.

AUTHORITARIANISM AND THE RUINS OF LANGUAGE: FROM FRANZ KAFKA TO JEAN-YVES JOUANNAIS

André Luiz do Amaral..... 95-110

GÊNERO E AUTORITARISMO CIENTÍFICO NA GEOGRAFIA: TENSÕES E DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS.

GENDER AND SCIENTIFIC AUTHORITARIANISM IN GEOGRAPHY: EPISTEMOLOGICAL TENSIONS AND CHALLENGES

Patrícia Helena Milani..... 111-129

ARTIGOS LIVRES..... 130

“O AQUI E LÁ NA FRONTEIRA”: HISTÓRIAS DE MULHERES BRASIGUAÍAS RETORNADAS PARA O BRASIL E PARA O PARAGUAI

“HERE AND THERE ON THE BORDER”: STORIES OF BRASIGUAIA WOMEN RETURNED TO BRAZIL AND PARAGUAY

Vanucia Gnoatto 131-150

EXPERIÊNCIAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

DECOLONIAL EXPERIENCES IN BASIC EDUCATION: AFRO-BRAZILIAN LITERATURE BEYOND THE WALLS OF THE UNIVERSITY

Betânia Maria Lidington Lins e José Edimar de Souza 151-177

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA AMAZÔNIA COLONIAL DURANTE A ATUAÇÃO DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS (1763-1769).

GENDER RELATIONS AND SEXUALITIES IN COLONIAL AMAZONIA DURING THE OPERATION OF THE PORTUGUESE HOLY OFFICE (1763–1769)

Marcus Vinicius Reis e Mário Gislaine Ribeiro Rodrigues..... 178-198

ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO?

CRITICAL ANALYSIS OF THE MATERIALS FROM THE PARANÁ DEPARTMENT OF EDUCATION: DEMOGRAPHIC VOIDS OR HISTORICAL SILENCING IN THE STATE'S TERRITORIAL OCCUPATION?

Maria Rita Vieira Regasso, Milena Piscinato Piedade Rosa Fabiane Tais Muzardo 199-221

EDUCAÇÃO HISTÓRICA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA: CONTRIBUIÇÕES DA PROGRAMAÇÃO DE ENSINO.	
<i>HISTORY EDUCATION AND INCLUSION OF STUDENTES WITH ASD: CONTRIBUTIONS OF PROGRAMMED LEARNING</i>	
Yndi Lara Lacerda dos Anjos e Danilo Rabelo.....	222-243
NARRATIVAS HISTÓRICAS ÉTICAS ENSINÁVEIS EM TEMPOS DE FAKE HISTORY	
<i>TEACHABLE ETHICAL HISTORY NARRATIVES IN TIMES OF FAKE HISTORY</i>	
Marciano Kraemer, Paulo Rogério Melo de Oliveira e Yomara Feitosa Caetano Oliveira.....	244-263
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, POLÍTICA	
<i>RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN MOZAMBIQUE: HISTORY, POLICY AND LEGISLATION</i>	
Samuel Vinente e Márcia Duarte Galvani	264-281
SEPULTAMENTOS NA CIDADE DE VIGIA-PA: OS PRÉSTITOS FÚNEBRES ACOMPANHADOS DE BANDAS MUSICAIS (1923 – 1929)	
<i>BURIALS IN THE CITY OF VIGIA-PA: THE FUNERAL SERVICES ACCOMPANIED BY MUSICAL BANDS (1923 – 1929)</i>	
Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro.....	282-306
OS MORTOS QUE AQUI JAZEM AINDA ESTÃO VIVOS: LEPROSÁRIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA ATRAVÉS DO CEMITÉRIO SANTO ALBERTO	
<i>THE DEAD WHO LYE HERE ARE STILL ALIVE: LEPROSARIA, MEMORY AND HISTORY THROUGH SANTO ALBERTO CEMETERY</i>	
Aline Santos Nobre, Tatiana de Lima Pedrosa Santos e Carla Mara Matos Aires Martins	307-332
OBJETOS BIOGRÁFICOS E MEMÓRIA SOCIAL: NARRATIVAS E CULTURA MATERIAL NO MUSEU DAS COISAS BANAIS.	
<i>BIOGRAPHICAL OBJECTS AND SOCIAL MEMORY: NARRATIVES AND MATERIAL CULTURE IN THE MUSEUM OF ORDINARY THINGS</i>	
Nelson Barros Silva Junior	333-357
ENSAIO DE GRADUAÇÃO.....	359
SEXO POR PODER: A LITERATURA ARTURIANA MEDIEVAL E O MALLEUS MALEFICARUM (SÉC. XII-XV)	
<i>SEX FOR POWER: MEDIEVAL ARTHURIAN LITERATURE AND THE MALLEUS MALEFICARUM (CENT. XII-XV)</i>	
João Gabriel Souza Paz	359-376
RESENHA.....	377
ALÉM DE UMA CIÊNCIA DOS HOMENS NO TEMPO	
Matheus Mendonça Azevedo	378-386



APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

AUTORITARISMOS NO SÉCULO XXI

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

É com imensa satisfação que lançamos o Dossiê “*Autoritarismos no século XXI*”. Os textos que compõem esta edição foram apresentados e debatidos durante o “*I Colóquio Interdisciplinar sobre “Autoritarismos no século XXI: linguagens, espaços e memórias*”, que aconteceu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, no ano de 2024. Todos eles, cada um a seu modo, navegam pelas complexas relações entre autoritarismos, poder, arte e desigualdades no contexto brasileiro, da análise histórica e geopolítica à crítica das estruturas acadêmicas e culturais.

No ensaio sugestivamente intitulado “História, literatura e geografia”, Edward Said¹ traça um panorama sobre as familiaridades teóricas e problemas semelhantes dessas três áreas afins no campo do que chamaríamos, genericamente, de humanidades. Simplificando bastante a discussão tecida pelo orientalista – passando por Auerbach, Lukács e Gramsci –, o diálogo entre esses modos de compreender a cultura seria sempre enriquecedor e capaz de ampliar a perspectiva que temos da realidade. Já no fim do texto, depois de haver descrito problemas metodológicos particulares a cada uma das áreas, ele sugere que a análise e interpretação conjunta dos fenômenos da modernidade – um exercício hermenêutico que leve em conta fatores temporais, territoriais e culturais – pode permitir a intervenção efetiva no presente e a “libertação de absolutismos”. É acreditando nesse diagnóstico, com alguma esperança, que apresentamos os estudos a seguir.

No artigo “Fascismo e capitalismo dependente: um ensaio sobre a instabilidade crônica no Brasil contemporâneo”, Thiago Araújo Santos argumenta que, diferentemente de uma ruptura fascista definitiva (ruptura reacionária), o capitalismo dependente brasileiro é marcado por uma instabilidade crônica que tende a evitar mudanças revolucionárias (socialistas ou fascistas). Em momentos de crise, prevalecem inovações que vêm “pelo alto” e possuem um caráter restaurador. O texto busca uma abordagem intermediária para o fascismo contemporâneo, respeitando sua integridade conceitual histórica, mas friccionando-a com as possibilidades neofascistas atuais.

¹ SAID, E. História, literatura e geografia. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 209-228.

Maria Celma Borges, no artigo intitulado “Indígenas e camponeses e as práticas pós-fascistas do governo Bolsonaro: continuidades dessa história do passado ao tempo presente”, analisa, o histórico de violências contra os povos originários e população camponesa na América portuguesa num período bastante abrangente, do Império ao século XX, especialmente no modo como esses embates se deram no Brasil. A pesquisadora propõe uma discussão sobre o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) e suas práticas a partir do conceito de pós-fascismo, que é utilizado para descrever um regime notadamente diferente do fascismo histórico, desligado de utopias, pessimista por natureza, vinculado ao neoliberalismo e promotor da exclusão e de múltiplas formas de desigualdades. O texto, marcado testemunho pessoal da violência na luta pelos direitos à terra, enfatiza que o governo Bolsonaro deu continuidade ao fortalecimento da bancada ruralista e suas pautas conservadoras, exemplificadas pela proposição do Marco Temporal e pela ausência de demarcação de terras indígenas.

O artigo “Os (des)caminhos da subalternidade e da violência na literatura brasileira contemporânea: o (não) lugar de *Querô, uma reportagem maldita*, de Plínio Marcos”, de Wagner Corsino Enedino, Celeste da Silva Sousa e Michelle Oliveira Corsino, analisa a obra de um dos grandes intérpretes do país no campo das artes dramáticas a partir de um romance publicado em 1977. Os autores mobilizam referenciais teóricos dos Estudos Culturais e da Crítica Literária para abordar a subalternidade e a marginalidade social como representações estéticas no contexto da ditadura militar pós-1964. O texto discute como o *outsider* Plínio Marcos transformou “personagens reais” em ficção, utilizando um verismo radical e o jargão dos “deserdados” para denunciar o descaso sociocultural e a violência da ordem econômica e cultural. A obra é lida como um retrato da subalternidade, no qual a personagem Querô é a materialização de um coletivo que sobrevive no anonimato, e sua mãe, Alzira, representa o silenciamento e a morte como uma solução imediata para o conflito, um “ato ideológico” que restringe o livre-arbítrio. A violência, na estética Pliniana, surge como a única forma de defesa e de quebra do silêncio para esses grupos excluídos, confirmando a importância da “literatura marginal” como manifesto artístico em constante vigilância contra o *status quo* no Brasil.

No artigo “O legado de Vianinha na dramaturgia nacional: reflexões sobre arte e resistência 51 anos depois”, Dolores Puga revisita a obra do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. A autora destaca o engajamento político e a resistência cultural durante

a ditadura militar-empresarial como elementos fundamentais para a compreensão da importância de Vianinha para o teatro nacional. Centrada em “A mais-valia vai acabar, seu Edgar” (1960), “Rasga Coração” (1974) e a adaptação televisiva de *Medeia* (1972), a análise demonstra como a trajetória biográfica do dramaturgo, sua capacidade de articular o teatro épico ao didatismo, assim como a mediação musical inserida no texto dramático contribuíram para a elaboração da crítica social aliada à inovação estética. Esse legado, relevante para o debate sobre os desafios contemporâneos à democracia, pode, certamente, servir de inspiração às novas gerações.

Sob a forma aberta do ensaio, André Luiz do Amaral discorre, em “O autoritarismo e as ruínas da linguagem: de Franz Kafka a Jean-Yves Jouannais”, sobre artefatos literários temporal e cronologicamente díspares. A literatura é apresentada como uma forma de “trapacear o autoritarismo da linguagem”, já que a própria língua, no sentido barthesiano, é um dispositivo fascista. A partir de uma análise comparada entre Franz Kafka e Jean-Yves Jouannais, o autor interpreta a guerra e a catástrofe como *continuum* da história. Propõe, ainda, que a análise literária e a própria literatura sejam compreendidas como exercício de “ruinologia” dos escombros, dos rastros dos corpos e dos textos, ambos dominados pelos detentores do poder.

No artigo “Gênero e autoritarismo científico na geografia: tensões e desafios epistemológicos”, Patrícia H. Milani discute a presença de um autoritarismo científico na Geografia Brasileira, na qual o discurso de neutralidade esconde um viés androcêntrico, machista, elitista e heteronormativo, que negligencia as dimensões de raça, gênero, classe e sexualidade. O texto destaca a predominância masculina nos espaços de enunciação acadêmica e nos comitês editoriais, assim como a baixa visibilidade de temas como gênero, raça e sexualidade na produção científica geográfica brasileira. Em resposta a essa hegemonia, a autora propõe o avanço da epistemologia feminista e a interseccionalidade como fundamentos metodológicos. O objetivo não é apenas estudar as mulheres, mas sim pensar o gênero como uma categoria de análise integrada ao político e econômico, desafiando a totalização e a visão única por meio de saberes parciais, localizados e críticos.

Reafirmamos a importância do pensamento crítico e interdisciplinar na leitura dos autoritarismos contemporâneos e de suas múltiplas expressões — políticas, culturais, estéticas e científicas. As reflexões aqui reunidas, nascidas do diálogo

intenso entre diferentes áreas do conhecimento, apontam para a urgência de compreender o fenômeno não apenas como manifestação da política em sentido lato, mas como uma lógica difusa que atravessa corpos, instituições e linguagens. Ao reunir análises que vão da crítica social e literária às disputas epistemológicas e territoriais, este dossiê convida à resistência intelectual e ética frente às novas formas de dominação e silenciamento, reafirmando o papel da arte, da ciência e da memória como instrumentos de emancipação e de defesa da democracia.

Desejamos uma ótima leitura!

Patrícia Helena Milani e André Luiz do Amaral

APRESENTAÇÃO
DE ARTIGOS
LIVRES, ENSAIO DE
GRADUAÇÃO E
RESENHA

A edição especial de 2025 da *Revista Trilhas da História* é publicada em um momento marcado pela intensificação de discursos autoritários, pela disseminação sistemática de desinformação e pela escalada de práticas de silenciamento que atravessam tanto o Brasil quanto outros contextos contemporâneos. Sob o tema **“Autoritarismos no século XXI”**, este volume reafirma o papel da história como campo de disputa simbólica e política, comprometido com a produção crítica do conhecimento, a defesa da democracia e a preservação de memórias coletivas. Em tempos em que narrativas simplificadoras e negacionistas tentam se impor como verdade histórica, a pesquisa historiográfica apresenta-se como instrumento fundamental de resistência intelectual e social, evidenciando a necessidade permanente de compreender como discursos, instituições, práticas e imaginários autoritários se transformam, se reproduzem e operam nas sociedades atuais.

Este número reúne investigações que dialogam com temas como violência de Estado, educação e memória, construções identitárias, políticas de silenciamento, práticas culturais, patrimônio, colonialidades e epistemologias contemporâneas. Ao articularem escalas diversas — do global ao local, do passado ao presente, da política institucional às práticas cotidianas — os textos aqui publicados convidam leitoras e leitores a refletirem sobre os sentidos da história no mundo contemporâneo, sobre a urgência da defesa das liberdades democráticas e sobre o lugar do conhecimento histórico na construção de uma sociedade plural, crítica e comprometida com a justiça social.

A seção de artigos livres reúne pesquisas que exploram múltiplos espaços, temporalidades e objetos de análise, evidenciando a vitalidade da historiografia e sua capacidade de iluminar processos históricos complexos. Abrimos com “O aqui e lá na fronteira: histórias de mulheres ‘brasiguaias’ retornadas para o Brasil e para o Paraguai”, que examina trajetórias marcadas por deslocamentos geográficos, afetivos e identitários na região fronteiriça, mostrando como as experiências dessas mulheres revelam modos de pertencimento que desafiam narrativas nacionais tradicionais e tornam visíveis redes sociais e políticas construídas na tensão entre limites territoriais e vínculos comunitários. Em seguida, “Experiências decoloniais na educação básica: a literatura afro-brasileira para além dos muros da universidade” discute iniciativas formativas que buscam promover uma educação antirracista e crítica, demonstrando como a literatura pode constituir-se como ferramenta de emancipação, visibilidade e reconstrução histórica diante de séculos de apagamentos e exclusões.

No campo das relações entre poder, moralidade e gênero, o texto “Relações de gênero e sexualidade na Amazônia colonial durante a atuação do Santo Ofício português (1763-1769)” analisa processos inquisitoriais e dispositivos normativos que historicamente moldaram condutas e identidades, permitindo compreender como sistemas punitivos e discursos religiosos atuaram na disciplina dos corpos e das práticas sociais. A problematização das narrativas oficiais também está presente em “Análise crítica dos materiais da Secretaria de Educação do Paraná: vazios demográficos ou silenciamentos históricos na ocupação?”, que examina representações e omissões em documentos educacionais, evidenciando como escolhas curriculares podem reforçar imaginários coloniais e perpetuar interpretações hegemônicas sobre território, povoamento e diversidade social no Brasil.

Em “Educação histórica e inclusão de estudantes com TEA: contribuições da programação de ensino”, discute-se o papel da educação histórica como prática democrática, defendendo abordagens pedagógicas capazes de garantir a participação ativa e o direito ao aprendizado histórico de estudantes neurodivergentes, o que amplia o debate sobre inclusão e diversidade no campo da educação. Já o texto “Narrativas históricas éticas ensináveis em tempos de *fake history*” problematiza os desafios éticos e epistemológicos que se colocam para o ensino de História diante da proliferação de conteúdos falsos e discursos manipuladores, enfatizando a responsabilidade docente e a necessidade de promover uma cultura histórica crítica e socialmente engajada.

A perspectiva internacional aparece em “Direitos das pessoas com deficiência em Moçambique: história, política e legislação”, que analisa transformações legais e sociais relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência naquele contexto africano, apontando conquistas, limites e disputas políticas presentes no processo. Na sequência, “Sepultamentos na cidade de Vigia-PA: os préstito fúnebres acompanhados de bandas musicais (1923-1929)” investiga rituais fúnebres e cultura material no Pará, lançando luz sobre dimensões pouco exploradas da morte como fenômeno social e cultural. Complementarmente, “Os mortos que aqui jazem ainda estão vivos: leprosário, memória e história através do Cemitério Santo Alberto” aborda as marcas da exclusão, do estigma e da memória no contexto de um antigo leprosário manauara, revelando como práticas funerárias e espaços de sepultamento permitem compreender trajetórias de sofrimento, resistência e pertencimento.

Por fim, encerrando esta seção, o artigo “Objetos biográficos e memória social: narrativas e cultura material no Museu das Coisas Banais” investiga a relação entre objetos, afetos e memória no ambiente museal digital, destacando como artefatos cotidianos se tornam testemunhos de vidas, vínculos e experiências coletivas. Em conjunto, os artigos revelam a amplitude temática e teórica do campo historiográfico contemporâneo, reafirmando a história como instrumento de análise crítica do passado e do presente, e como prática social em constante diálogo com as urgências políticas de nosso tempo.

O ensaio de graduação “Sexo por poder: a literatura arturiana medieval e o *Malleus Maleficarum* (séc. XII-XV)” explora os entrelaçamentos entre narrativa, mito, gênero e perseguição no período medieval, evidenciando como textos literários e discursos religiosos contribuíram para a construção de imaginários de dominação e para a legitimação de práticas de controle moral e sexual sobre as mulheres. A autora demonstra maturidade analítica ao articular fontes literárias, doutrinas religiosas e teorias históricas, oferecendo uma leitura instigante sobre discursos de poder, misoginia e disciplinamento social na Idade Média.

A edição encerra-se com a resenha “Além de uma ciência dos homens no tempo”, que examina a obra *A história para além do humano*, de Ewa Domańska. O texto discute a crítica ao antropocentrismo no campo da teoria da história e os desafios colocados pelo Antropoceno às epistemologias tradicionais, destacando contribuições do pensamento pós-humanista para a ampliação dos horizontes metodológicos da escrita histórica. Trata-se de uma reflexão importante para pensar os limites e as possibilidades da historiografia contemporânea diante das transformações ambientais, tecnológicas e ontológicas que marcam o tempo presente.

Que esta edição especial inspire reflexões críticas, fomenta debates qualificados e contribua para fortalecer o compromisso público da História com a justiça social, a pluralidade epistêmica e a defesa da democracia. Ao reunir pesquisas diversas e instigantes, reafirmamos a convicção de que a produção historiográfica é, hoje, mais do que nunca, uma prática de resistência e de construção coletiva de futuros possíveis.

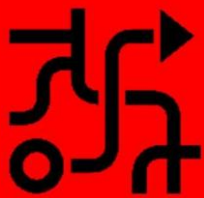
Novembro de 2025

As editoras:

*Dolores Puga, Mariana Esteves de Oliveira,
Livia Silva Pereira Campesato e Wayla Silva Sá*



SEÇÃO DOSSIÊ



SANTOS, Thiago Araujo*

<https://orcid.org/0000-0002-1305-0301>

RESUMO: A experiência colonial e a posterior inserção dependente na divisão internacional do trabalho consolidam a desigualdade econômica como elemento intrínseco da formação nacional brasileira. Disso resulta um quadro de instabilidade política e institucional, apoiado na normalização social da violência e da intensa exploração das populações trabalhadoras do campo e da cidade. Isso sugere a existência de um terreno fértil para o surgimento do fascismo como ameaça de solução radical em contextos de conflito social agudizado, o que implicaria numa ruptura reacionária como possibilidade iminente. O argumento principal deste ensaio vai numa direção oposta. Em vez de uma cisão definitiva, típica do fascismo, o capitalismo dependente brasileiro, cronicamente instável, seria marcado por uma tendencial fuga das mudanças revolucionárias (sejam elas de caráter socialista ou fascista), prevalecendo inovações “pelo alto” com forte caráter restaurador diante das crises.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo; revolução passiva; capitalismo dependente.

ABSTRACT: The colonial experience and the subsequent dependent integration into the international division of labor have established economic inequality as an intrinsic element of Brazilian national formation. This results in a scenario of political and institutional instability, grounded in the social normalization of violence and the intense exploitation of working populations in both rural and urban areas. This suggests the existence of fertile ground for the emergence of fascism as a threat of radical solution in contexts of heightened social conflict, implying a reactionary rupture as an imminent possibility. The main argument of this essay goes in the opposite direction. Rather than a definitive rupture, typical of fascism, Brazilian dependent capitalism – marked by chronic instability – tends to evade revolutionary transformations (whether of a socialist or fascist nature), with top-down innovations of a markedly restorative character prevailing in times of crisis

KEYWORDS: fascism; passive revolution; dependent capitalism.

INTRODUÇÃO

Debater a contemporaneidade do fascismo é pisar em um solo movediço, permeado por divergências que ocupam não apenas o campo estritamente teórico, mas que alcançam também os debates públicos cotidianos, os partidos políticos, os movimentos populares, os parlamentos e os demais espaços na sociedade civil. Nesse terreno, comparecem, pelo menos, duas posições. A primeira delas, localizada especialmente nos espaços acadêmicos, assume a defesa de uma aplicação mais

*Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. Coordenador do Laboratório Geográfico de Estudos Econômicos e Políticos (LAGEP). E-mail: thiago.a@ufms.br

restrita do conceito de fascismo, basicamente reduzida a um contexto histórico-geográfico da Europa do início do século XX, mais precisamente o da Itália e, quando além, os casos da Alemanha e de Portugal (Boron, 2003). O necessário rigor teórico reivindicado tem, aqui, como sua contraface, um encastelamento conceitual que neutraliza um tratamento teórico-político contemporâneo do termo “fascismo”, num cenário em que, cada vez mais, continuidades e semelhanças são observáveis entre as ações e os movimentos da extrema direita atual e seus congêneres históricos.

Uma segunda posição sobre o tema se abre para um uso mais flexível do conceito, de modo que fascismo se confunde, em certa medida, com autoritarismo, constituindo-se um qualificador recorrente nos discursos sobre a conjuntura atual, fortemente ameaçada pelo ascenso de lideranças populistas de extrema-direita, como é o caso do Brasil pós-2018 (Boito Junior, 2020). Nesta chave, torna-se comum o uso do termo como forma de desqualificação política ou denúncia, baseadas em um exercício de classificação moral contra expressões políticas à direita (Caldeira Neto, 2022). Os riscos de tal posição envolvem uma transposição não mediada do conceito, entre o passado e o presente, abdicando-se de uma leitura crítica das particularidades envolvendo um e outro contexto histórico em nome de uma aplicação pragmática com vistas ao enfrentamento político.

Há, contudo, entre uma posição e outra, uma possibilidade intermediária de abordar o problema da contemporaneidade do fascismo. Nesse caso, entende-se como necessário buscar o respeito à integridade conceitual e o estabelecimento de precisas mediações com a reflexão teórica acumulada sobre o tema no contexto do pós-Primeira Guerra, sem, contudo, se furtar a friccionar as referências conceituais históricas às possibilidades de avanço neofascista no quadro atual (Bianchi, 2024; Fresu, 2020a; Fresu, 2020b; Aliaga, 2022; Aliaga, 2025; Aliaga; Ázara, 2022).

Pretendendo adotar tal abordagem, neste texto refletimos, de modo preliminar, sobre a hipótese de que o fascismo, entendido como ruptura regressiva da ordem vigente baseada numa forma conservadora de reação e resposta pelo alto à crise (Aliaga, 2020), encontra barreiras estruturais à sua efetivação no Brasil. Sua existência, mais restrita, emerge como latência, como uma virtualidade em curso que encontra, em contrafluxo, a resistência de uma estrutura sociopolítica, inscrita na nossa formação econômico-social, marcada por tendências pacificadoras em tempos de crise. O argumento assumido é o de que o capital, na forma como se reproduz na

realidade brasileira, sob as determinações do capitalismo dependente, não parece carecer de uma estrutura sociopolítica externa aos seus limites para afirmar a continuidade de seu domínio social.

O manuscrito inicia-se com uma breve reflexão sobre os enquadramentos teóricos do fenômeno fascista em contextos históricos contemporâneos. Em seguida, analisamos a instabilidade crônica que caracteriza o Estado brasileiro dependente, compreendida como expressão histórica do colonialismo e da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. No terceiro momento, discutimos a hipótese fascista no contexto da ditadura militar, destacando seus limites enquanto tentativa de solução definitiva para a crise nos anos 1960 e 1970. Por fim, examinamos os fenômenos políticos do lulismo e do bolsonarismo à luz do conceito gramsciano de revolução passiva, buscando evidenciar suas mediações com a tendência restauradora que permeia os processos de crise no Brasil.

Dois pressupostos sobre o fascismo

O primeiro pressuposto é o de que o *fascismo expressa a relação entre determinações econômicas, políticas e culturais*. Isso significa que o fascismo não deriva de uma manifestação individual de um líder carismático. Não se trata, assim, de compreender o fascismo seja como um “desvio de caráter” seja como “doença moral de uma época”, como alerta o filósofo Gianni Fresu, referindo-se ao historiador Benedetto Croce (Fresu, 2020a; 2020b)¹. Cabe evitar, com efeito, uma abordagem subjetivista do problema, reduzindo-o a um acidente histórico, que não responde satisfatoriamente à complexidade do fenômeno e à diversidade de condicionantes explicativos a ele associados. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o fascismo não resulta, de modo mecânico e unívoco, de condições econômicas específicas que, se repetidas, teriam como consequência sua replicação. Se é verdade que o fascismo europeu resultou de um contexto de crise, não é verdadeiro que toda crise implique

¹ “Croce recusava a tese segundo a qual o grande industrialismo teria promovido o movimento de Mussolini. Para ele, pelo contrário, a burguesia industrial foi a classe que mais sofreu com o totalitarismo econômico e, na realidade, entre as camadas do capitalismo bancário e industrial, o consenso em relação ao fascismo era muito limitado [...]. Neste sentido, o fascismo seria apenas uma doença repentina no interior de um organismo íntegro, a sociedade burguesa” (Fresu, 2020b, p. 45-46).

em fascismo. Em suma, trata-se de reconhecer, na análise do fenômeno, a necessária articulação entre fatores econômicos, culturais e políticos, considerando as particularidades histórico-geográficas em que se situa.

O segundo argumento, de caráter teórico-conceitual, parte da consideração do *fascismo como uma subversão revolucionária em sentido reacionário ante a ordem liberal/burguesa*. Nesse ponto de vista, o fascismo é um fenômeno político disruptivo que opera no sentido da quebra da institucionalidade e de rompimento de uma ordem social e política determinada. Sua emergência ocorre em contextos nacionais específicos, “na debilidade das suas classes dirigentes [...] e na tendência endêmica à subversão reacionária das classes dirigentes” (Fresu, 2017, p. 37). Com base nessa premissa, manifestações racistas ou autoritárias de um governante pessoalmente simpático ao fascismo não converte seu governo a um de tipo fascista, por não ter como efeito necessariamente uma operação subversiva/revolucionária.

A referência aos termos “subversivo” e “revolucionário” não pode resultar em confusão. Essa referência está baseada em uma distinção presente no manuscrito publicado na *Nova Gazeta Renana*, n. 165 (10/12/1848), em que Marx diferencia “terreno revolucionário” e “terreno do direito”. Por “revolucionário” o autor não se refere a “socialista” ou a outro movimento de esquerda, mas a um quadro de recrudescimento autoritário da Prússia dos anos 1840, que implicou no abandono do “terreno do direito” numa direção regressiva. Nesse caso, o autor trata de um processo de ruptura revolucionária com caráter reacionário, já que também o terreno contrarrevolucionário é revolucionário (Marx, 1989, p. 319). Isso implica em reconhecer as distinções entre movimentos e discursos conservadores de direita, que operam no sentido da manutenção da ordem vigente contra mudanças progressivas à esquerda, e tendências fascistas reacionárias, que se constituem como movimentos revolucionários regressivos, necessariamente disruptivos, estando o fascismo nesta posição.

O Estado dependente e o autoritarismo crônico

Considerando a importância de se pontuar as determinações econômicas, sociais e políticas para a análise do fenômeno fascista, a partir dos

argumentos mencionados, cabe posicionar as particularidades no quadro nacional brasileiro para refletir sobre a hipótese fascista nesse país.

O Brasil é um país forjado pela colonização portuguesa e, associado a isso, pela escravidão, do que resulta a reprodução de um conjunto de hierarquizações cristalizadas na estrutura econômica constituída historicamente com rebatimentos na cultura nacional. Certa reprodução interna do colonialismo português pelas nossas elites contra o próprio povo integra esse repertório de consequências culturais e simbólicas da formação que nos define como nação. Moraes (2005) identifica no imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado como um dos importantes fio condutores da formação brasileira:

Nesse contexto o colonizador desenvolve a ideia da conquista. A mesma teorização teológica que sanciona a apropriação violenta da terra legítima a posse do escravo: a tese da 'guerra justa' e do combate ao 'infiel' fundamenta a tomada dos lugares e de seus habitantes. Na verdade, o colonizador não estabelece esta distinção, vendo a população das áreas conquistadas como um recurso natural. [...] Assim, o país colonial, fruto de uma expansão que lhe é externa, nasce no bojo de uma concepção de território a conquistar, isto é, sob o signo da violência (Moraes, 2005, p. 97).

Como resultado, das cercas de 1,4 mil línguas indígenas faladas no contexto da invasão portuguesa, hoje restam 274; dos 1,6 mil povos, sobraram 305 no território brasileiro (IBGE). A desumanização se estendia aos cerca de 5 milhões de negros e negras escravizados, tratados como mercadoria e submetidos a castigos corporais, torturas, estupro e separação de suas famílias e modos de vida. A configuração de um padrão colonial de relação interracial fundado na desumanização do negro e do indígena, sob as bases do racismo, produz e consolida um legado perverso na formação brasileira. Por “legado”, entendemos como algo além da ideia de herança histórica ou resquício. Trata-se de uma estrutura que parametriza novas práticas, por vezes inconscientes, replicadas e reelaboradas como parte da cultura nacional. A isso Sodré (2023) qualifica como “forma social escravista”, uma configuração que persiste na formação brasileira mesmo após a dissolução da sociedade escravista propriamente dita, como uma espécie de “vida depois do corpo”.

A hierarquia com o colonizador, num primeiro momento, e com os países do centro econômico industrial, num segundo momento, configura um quadro de subordinação estrutural com significativas implicações internas. Economicamente, isso se objetiva em padrões de trocas desiguais, pilhagem econômica e sujeição

social de populações inteiras como consequência das dinâmicas de formação nacional e de inserção dependente no mercado mundial. Por tudo isso, a própria forma de ser do capitalismo e de seu desenvolvimento nos contextos de destacada hierarquização, pelos caminhos acima expostos, adquire traços de particularidade.

No plano que remete à natureza e à formação das classes sociais sob a modernização e o desenvolvimento das forças produtivas, pesa uma imbricada relação dos setores industriais com as frações agrárias vinculadas à propriedade fundiária. O processo de industrialização em meados do século XX se constituiu, assim, em forte dependência do setor agrário-exportador, gerando uma burguesia industrial conciliada com os interesses ligados à propriedade fundiária, fundamentalmente oligárquicos e rentistas (Santos, 2018).

Isso difere a burguesia nacional brasileira daquela dos países centrais que, fruto de um rompimento com os setores tradicionais que representavam a velha ordem política e econômica, levaram adiante transformações estruturais na formação capitalista (Santos, 2021). Em síntese, não vivenciamos no Brasil uma revolução burguesa nos moldes europeus, de modo que isso particulariza a formação das classes sociais e o caráter do “nosso” autoritarismo. Entretanto, antes de aprofundar essa dimensão, em suas especificidades, é necessário refletir brevemente sobre o autoritarismo como uma universalidade das relações capitalistas.

O sociólogo Florestan Fernandes traz uma importante contribuição para essa abordagem. O autor discute a questão do autoritarismo como componente endêmico à ordem burguesa como um todo, em franca oposição a concepções que o viam como uma “exacerbação de autoridade” em negação aos parâmetros de liberdade e igualdade falsamente associados às democracias liberais. O sociólogo pondera que, nessas democracias, ocorre uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites: a liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, “que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’” (Fernandes, 2019, p. 45). Com efeito, para Fernandes,

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporada às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de

autodefesa de interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (Fernandes, 2019, p. 51-52).

Diante desse quadro característico de uma universalidade do autoritarismo capitalista, um aspecto a ser considerado é que, sob o capitalismo dependente, o fenômeno adquire contornos próprios. Nesse caso, um aspecto relevante a ser considerado é a debilidade relativa da burguesia nacional na relação de concorrência no mercado mundial no âmbito da divisão internacional do trabalho. Estando à frente no desenvolvimento das forças produtivas, fruto de um acúmulo de capital em contextos anteriores, as burguesias dos países centrais puderam criar condições de aprofundar a exploração do trabalho mediante o aprimoramento de sua produtividade.

Em déficit relativo de “fatores tecnológicos”, no âmbito da concorrência mundial, as burguesias nacionais dependentes recorrem a formas de compensação que levam à superexploração da força de trabalho, definida como um tipo de relação capital-trabalho assentada, fundamentalmente, na intensificação da exploração, na extensão da jornada de trabalho e na apropriação do fundo de consumo do trabalhador como componentes estruturais (Marini, 2011). Esse quadro inviabiliza a geração de um amplo mercado interno de consumo de parte significativa dos produtos industrializados, o que torna essa produção dependente dos mercados externos. Isso tudo impõe limites à constituição de um estado de bem-estar social no Brasil, produzindo um ambiente político marcado pela instabilidade e por uma espécie de autoritarismo crônico de Estado.

O que nos importa aqui, mais do que discutir os detalhes desse processo de desenvolvimento do capitalismo dependente do Brasil, é entender que uma das consequências desse contexto é a constituição de um “Estado dependente”, um arranjo institucional que se expressa com características específicas em relação aos países centrais:

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes (Osorio, 2019, p. 208-209).

O ponto fundamental a ser considerado é que, no plano da luta de classes, se desdobra, como consequência, um “exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente” (Osorio, 2019, p. 209). Isso seria uma condição necessária para a manutenção das condições objetivas de reprodução do capital em âmbito nacional sob as determinações da dependência, demandando a análise das relações entre as ameaças autoritárias – no limite, as de matiz fascista – e o caráter autoritário desse Estado dotado de características específicas.

O fascismo como “solução final” e o antiagonismo como desfecho

No final dos anos 1960, o sociólogo Theotônio dos Santos, no livro *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, diagnosticou categoricamente: “De fato, nos dias de hoje, a ditadura brasileira caminha rapidamente em direção a soluções fascistas e a única oposição real que enfrenta é de caráter revolucionário” (Santos, 2018, p. 32). O dilema “socialismo ou fascismo” se impunha, segundo o autor, num momento de patente fracasso “de uma solução que queira, de alguma forma, preservar o atual compromisso entre as diversas ordens e forças sociais que se entrelaçam e se complementam, em vez de postular a ruptura definitiva do equilíbrio entre elas” (Santos, 2018, p. 76, grifo nosso). Isso se daria porque:

[...] o desenvolvimento do grande capital multinacional conduz inevitavelmente à necessidade de um enfrentamento definitivo entre estas forças, enfrentamento para onde estão sendo arrastados os países latino-americanos, formados durante tantos anos de compromissos entre forças tão dispares, estruturas tão contraditórias e superestruturas ideológicas tão dificilmente compatíveis (Santos, 2018, p. 76, grifo nosso).

Se olhada imediatamente, quando considerado o quadro brasileiro, a previsão se mostrou parcialmente correta: viu-se um recrudescimento das forças repressivas do Estado, em meio às massas na rua, em 1968, culminando com a promulgação do Ato Institucional nº. 5, que suspendeu a Constituição e o parlamento por arbítrio do presidente da República, engrossando o caldo repressivo da ditadura contra a sociedade brasileira.

Os desdobramentos posteriores, contudo, demonstram que o que prevaleceu não foi uma ruptura definitiva no “terreno revolucionário” (socialismo ou fascismo), mas uma “solução intermediária”: uma transição conciliatória, pelas mãos dos próprios militares, a partir da Lei da Anistia, promulgada em 1979. Esse novo arranjo foi construído por uma coalizão ampla de forças e reafirmou, nos anos seguintes, a ordem liberal burguesa em paralelo à expansão de direitos com base em parâmetros como cidadania, inclusão e dignidade da pessoa humana, incorporados na Constituição Federal de 1988. Com efeito, foi sobre o solo de um “esquecimento induzido” dos crimes da ditadura, com concessões para os de baixo, que se deu a transição democrática que fundou a Nova República Brasileira.

A pactuação conservadora, mediada por acordos pelo alto, característica da transição democrática, talvez não decorra apenas de um arranjo político circunstancial, constituindo-se, de fato, em uma característica sociopolítica tendencial na formação brasileira. Esse ponto de vista encontra correspondência na abordagem do marxista sardo Antonio Gramsci sobre a formação dos Estados nacionais europeus, o americanismo-fordismo e a unificação italiana – o chamado *Risorgimento*. Gramsci analisa os processos de transformação política à luz de uma combinação tensa entre inovação e conservação, constitutiva do que o autor denominou de revoluções passivas.

À luz da obra de Gramsci, Bianchi (2017) sistematiza as três as formas de revolução passiva: francesa, piemontesa e americana. Na primeira, a restauração é precedida por uma revolução, que fracassa na reconstituição da velha ordem, reconciliando-se com o novo, como teria ocorrido no período posterior ao “terror” jacobino (Termidor). O *Risorgimento* italiano corresponderia à segunda forma de revolução passiva, ocorrendo mudanças significativas na esfera política, porém sem revolução nos moldes radical-jacobinos, isto é, “evitando as formas cataclísmicas que teriam sido observadas no caso francês” (Bianchi, 2017, p. 31). Neste caso, o estado piemontês expande-se, anexa outros estados, incorporando os grupos adversários mais ativos, sem uma ruptura sangrenta. A terceira forma seria a estadunidense, analisada pelo marxista sardo em seus manuscritos sobre americanismo e fordismo. Neste caso, “a inovação-conservação ocorre não no âmbito da política, mas no âmbito das forças produtivas” (Bianchi, 2017, p. 32), apaziguando as eventuais iniciativas disruptivas inspiradas na Revolução Russa, atualizando o programa econômico,

buscando sustentar/manter o capitalismo. Em quaisquer das formas, estamos diante de um processo de “revolução sem revolução”.

Não se trata aqui de adentrar no vigoroso e polêmico debate sobre a validade de utilização do conceito gramsciano de revolução passiva na interpretação da realidade político-social brasileira, empreendimento assumido, dentre outros autores, por intelectuais como Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho (Daltoé Assis, 2023; Aliaga; Areco, 2022). Interessamo-nos aqui, mais restritamente, em identificar como aspecto de continuidade na resolução das crises sociopolíticas, na realidade brasileira, da dialética inovação-restauração, presente no conceito gramsciano, fundamentada na incorporação dos grupos adversários mais ativos, evitando transformações radicais – justamente as “soluções definitivas” sobre o terreno revolucionário.

A questão está em torno da problematização de que, como fenômeno recorrente na formação brasileira, opera uma essencial tendência restauradora anticrítica fundada na dialética inovação-restauração. Frente ao agônico processo de luta de classes, consequência estrutural da instabilidade crônica do capitalismo dependente, e que traz como possibilidade de resposta as mudanças cataclísmicas na forma de revoluções jacobinas, são operados acordos “pelo alto” em contextos de exacerbação da crise de hegemonia dos grupos dirigentes. O “antiagonismo”, entendido como rejeição ao agônico momento de luta que caracteriza o subversivismo popular, atua, nesse quadro, como um horizonte estratégico que conduz à estabilização aparente da crise crônica: inovar para restaurar, restaurar para conservar.

A dialética restauração-inovação e o consenso neoliberal: entre o lulismo e o bolsonarismo

A chegada de Lula ao mais alto posto do Estado brasileiro em 2002 foi acompanhada por um compromisso conservador que se tornou, até aqui, definitivo: a manutenção do legado econômico de Fernando Henrique Cardoso (FHC), baseado na manutenção dos juros altos, a liberdade de movimento dos capitais e contenção dos gastos públicos. A continuidade do “pacote FHC” teria sido, segundo Singer

(2009, p. 97), “uma imposição da burguesia como condição de não haver ‘guerra’ de classes e consequente risco de o governo ser acusado de destruir o Real”.

Por essa condição, “do ponto de vista dos resultados, sendo um exemplo de movimento sem *mobilização*, poder-se-ia considerar o lulismo um caso de ‘revolução passiva’, conforme pensada por Gramsci” (Singer, 2012, p. 37). No centro desse fenômeno estaria a pactuação conservadora (manutenção da ordem) combinada com um reformismo gradual (incorporação de parte das demandas sociais dos “de baixo”). Nesse caso, contudo, distinguindo-se de FHC, Lula teria logrado “construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe” (Singer, 2009, p. 97).

A elaboração de Ruy Braga reforça a hipótese do lulismo como revolução passiva (Santos, 2018). Ao buscar constituir certas margens de consentimento popular, segundo o autor, Lula deveria responder a determinadas demandas “dos de baixo”, atendendo às premissas do conceito gramsciano. Com efeito,

[...] a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é, a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, ou seja, a incorporação de parte das exigências “dos de baixo”. Trata-se, naturalmente, de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças – progressistas (no caso do fordismo, analisado pelo genial sardo no Caderno 22) ou regressivas (no caso do fascismo) (Braga, 2010, p. 11).

Seguindo uma perspectiva distinta, Coutinho (2010) delimita que, sob as bases do neoliberalismo, as concessões para os de baixo não se adequariam à concepção gramsciana de revolução passiva que fosse comparável ao americanismo-fordismo e seu caráter progressivo: “Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que [...] Marx chamou de ‘vitórias da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital” (Coutinho, 2010, p. 123). O autor defende que se encontra ausente o elemento “inovação” da dialética gramsciana da revolução passiva, sendo mais correto falar de “contrarreforma”, em que se identifica uma “enorme preponderância da conservação (ou mesmo da

restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (Coutinho, 2010, p. 123-124).

Também colocando relevo nos limites do elemento “inovação” no lulismo, Francisco de Oliveira descreve essa lógica como uma “hegemonia às avessas” na qual os dominados parecem dirigir a sociedade, mas sem tocar nos fundamentos da ordem do capital. O autor argumenta que a “direção moral” legada pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 é reconfigurada no interior do Estado, adquirindo a forma de uma gestão despolitizada da pobreza, esvaziando-se a perspectiva de superação estrutural da desigualdade:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (Oliveira, 2010, p. 26).

A despeito do peso que seja atribuído a cada um dos polos na dialética gramsciana inovação/conservação, parece-nos pertinente expressar “as contradições do lulismo” (Singer, 2016) na forma de revolução passiva. Esse diagnóstico permite identificar os termos da crise da hegemonia lulista pós-2013 e o espaço aberto para o bolsonarismo assumir a direção moral do neoliberalismo, em 2018.

Singer (2016), analisando as condições que resultaram na efetivação do golpe jurídico-parlamentar de 2016, identifica na virada para o segundo mandato do governo Dilma o momento da quebra do consentimento que sustentava a hegemonia lulista. Do lado do capital, segundo o autor, o governo avançou em um “ensaio desenvolvimentista” que se expressaria na distinção entre os empresários industriais e os capitalistas rentistas, atribuindo-se protagonismo para os primeiros.

Foi precisamente a adoção de pontuais medidas “antiliberais” – interpretadas como uma “ousadia intervencionista” – que trouxe descontentamento aos setores rentistas mais atrelados ao capital financeiro. Esse incômodo contribuiu para desestabilizar o já frágil pacto de classes sustentado pelo governo, levando ao gradativo afastamento de setores da burguesia e ao consequente abandono político e declarada oposição à gestão petista. A “coalizão produtivista” que sustentava, até então, o governo Dilma, encontrava dificuldades estruturais para se manter. Dentre os elementos destacados pelo cientista político estão: a. mistura entre o capital industrial

e financeiro, lançando rubricas produtivas ao controle de bancos e fundos de investimento; b. desestímulo aos investimentos produtivos, resultado das altas taxas de juros, empurrando o capital para atividades puramente rentistas; c. expansão dos postos de trabalho formais, criando-se um estado de “pleno emprego”, que aumenta a remuneração do trabalho para os empresários, elevando seus custos de produção (Singer, 2016). Em síntese,

[...] convém considerar o momento difícil vivido pelo governo Dilma a partir de março de 2014 no plano jurídico como um obstáculo a mais para o êxito do experimento desenvolvimentista. Dilma havia cedido na elevação da taxa de juros (abril de 2013) e depois no corte do gasto público (segundo semestre de 2013). Em março de 2014, com o início da Lava Jato, perdeu as últimas possibilidades que lhe restavam para articular uma nova matriz. A variedade de fatores contrários ao êxito do experimento desenvolvimentista mostra que Dilma precisaria ter escolhido uma frente prioritária de luta, adiando as demais a fim de manter os flancos protegidos. A presidente, ao contrário, abriu diversos focos simultâneos de conflito. Em segundo lugar, deveria ter mobilizado as camadas populares para apoiar as iniciativas que tomara, se desejava ganhar politicamente a batalha que iniciou. *Mas a cronologia do período 2011-2014 revela a ocorrência de uma guerra oculta, à qual a classe trabalhadora permaneceu alheia* (Singer, 2016, p. 54, grifo nosso).

A quebra do pacto com o capital produtivo, dando fim à fase de coexistência entre o “ensaio desenvolvimentista” e as concessões moderadas aos “de baixo”, típicas do “reformismo fraco”, resultou em uma “purificação” regressiva do Estado. Nesse novo quadro, aberto após o golpe jurídico-parlamentar que levou Michel Temer ao governo, se evidencia o recrudescimento do caráter autoritário do Estado, tendo como base a radicalização das políticas de desregulamentação neoliberal, combate aos movimentos populares, indígenas, sindicatos e organizações da classe trabalhadora e dos povos do campo, dissolvendo as moderadas concessões obtidas sob as gestões petistas.

A partir de 2018, com a eleição de Bolsonaro, esse quadro se exacerba, incorporando novos elementos, trazendo à tona características sociopolíticas que remetem ao fenômeno fascista. Traçando esse paralelo, Aliaga (2020) observa que o bolsonarismo, tal como o fascismo, vai se constituindo numa forma de gestão do poder político que demonstrava pretender se tornar um movimento de massas, de caráter pretensamente revolucionário, transcendendo, portanto, o “terreno do direito” – isso tudo assentado no belicismo e no ataque direto às instituições democráticas (Aliaga, 2020, p. 1).

Diante da hipótese de uma tendência efetivamente disruptiva do bolsonarismo, marca de uma eventual “repetição histórica” do fenômeno fascista, a autora já antecipava, naquele segundo ano de governo, os limites do caráter efetivamente revolucionário do projeto em questão. Segundo a autora,

O bolsonarismo, assim, pode ser entendido como um momento de reação – assim como no passado foi a ditadura civil-militar – gestado num período de crise de hegemonia no interior das relações sociais de forças no Brasil. Neste sentido, pode ser entendido como uma forma política concreta da dialética histórica revolução-restauração, proposta por Gramsci. Neste sentido, o autor nos aponta um caminho viável para compreensão do fenômeno contemporâneo brasileiro como uma forma política específica de gestão do poder que, a despeito do vocabulário revolucionário, da promessa de renovação da política, *é fundamentalmente um movimento de restauração do reacionarismo ligado tanto ao militarismo quanto ao colonialismo, estruturantes da nossa cultura política ao longo dos séculos* (Aliaga, 2020, p. 4, grifo nosso).

Nesse caso, o movimento restaurador reacionário bolsonarista tem como base as pautas antidemocráticas do pré-1964, carregando em seu bojo fortes acentos autoritários. Isso tudo se dá com amparo dos “grupos cristãos fundamentalistas e nas forças militares, especialmente da reserva, e nas polícias estaduais, invocando a racionalidade conservadora da ditadura civil-militar” (Aliaga; Ázara, 2022, p. 9). Com efeito, mesmo considerando os marcos mais agudos de tensão com a ordem vigente – como nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 – não se efetivou a dissolução dos limites estruturais do antiagonismo brasileiro.

O argumento aqui defendido é o de que, apesar de sua retórica insurrecional e do conteúdo fascista de suas práticas políticas, o bolsonarismo não conseguiu operar como uma ruptura real da ordem, tendo atuado como fenômeno de desestabilização que acabou por ser domesticado pelas formas restauradoras do sistema político nacional, ideologicamente orientado a uma estável aplicação programa econômico neoliberal em curso. Contudo, vale ponderar que o bolsonarismo foi incapaz de romper com a ordem vigente não por falta de vontade política ou iniciativa organizativa – como demonstra a sofisticação do plano “punhal verde e amarelo”, revelado em 2024, que visava o assassinato do presidente Lula e de toda sua linha sucessória (Molfese, 2025). O insucesso se deveu a um desajuste das aspirações insurrecionais fascistas com condicionantes que, pelo menos parcialmente, resultam de um padrão histórico da formação política brasileira,

especialmente na 6ª República, marcada pela tendência de forçar a resolução de crises por meio de acordos interinstitucionais.

Expressões políticas e eleitorais opostas no jogo institucional do capitalismo dependente brasileiro, o lulismo e o bolsonarismo se apoiam no consenso neoliberal, ainda que em posições opostas. Os governos Lula e Dilma operaram suas importantes políticas de inclusão social e econômica sem um rompimento das bases de pactuação estabelecidas na Nova República, sobre o solo do neoliberalismo, convergindo, ainda que criticamente, com seus fundamentos. O governo Bolsonaro radicalizou os termos regressivos da ordem do capital, já presentes em Temer, alargando as margens de superexploração da força de trabalho, esvaziando os espaços institucionais abertos no Estado sob o lulismo e fomentando a deliberada repressão a movimentos sociais e às diversas formas de resistência popular. Assim procedendo, tensionou explicitamente com os limites da revolução passiva na formação brasileira, agitando a conflitualidade social já cronicamente instável.

Em ambos os casos, contudo, a estrutura de mediação do conflito operou de forma antiagonista: não ocorreu, até o momento, a superação da ordem do capital, apenas sua recomposição. Isso é parte de um processo de transição crônica, onde a crise nunca se resolve, se prolonga como afirmação positiva do status quo – um prolongamento que, por sua recorrência histórica, já se tornou uma forma própria de dominação.

Considerações finais

O capitalismo dependente brasileiro, marcado por características próprias de formação de classes, é permeado por um equilíbrio dinâmico entre tendências autoritárias endêmicas e uma forma singular de resolução de crises. O poder político férreo (Osorio, 2019) do Estado dependente brasileiro se exerce violentamente, na normalidade sociopolítica e institucional, sobre as massas trabalhadoras. Isso significa que, tendo como base de sustentação da reprodução do capital a superexploração da força de trabalho, a condição estrutural do capitalismo brasileiro impõe um quadro de instabilidade política cujo tratamento se dá mediante formas autoritárias de controle e exercício de poder. Integram esse repertório a repressão cotidiana aos movimentos populares, a restrição nos mecanismos de

participação democrática, a afirmação de uma estrutura social hierárquica e desigual, dentre outras formas restritivas à radicalização democrática com agência popular.

A crise social crônica sob o capitalismo dependente brasileiro, em tempos de exacerbação das contradições provocadas por uma reprodução particularmente autoritária do capital, levanta a hipótese de um desdobramento disruptivo, isto é, uma ruptura aguda dos limites do “terreno do direito” em um sentido revolucionário em sua forma fascista. Refletindo sobre essa hipótese, procuramos desenvolver neste ensaio o argumento de que o capital, na forma como se reproduz na realidade brasileira, fundado sobre a superexploração da força de trabalho e os legados do colonialismo, não parece carecer de uma estrutura sociopolítica externa aos seus limites para afirmar a continuidade de seu domínio social.

Os intentos fascistas, enquanto solução da crise pela conformação de uma nova ordem assentada no “terreno revolucionário”, fincados em bases reacionárias, encontra a resistência do que foi qualificado como antiagonismo, isto é, certa tendência à irresolução contínua dos fundamentos das crises agudas, mediante acordos pelo alto que evitem as transformações cataclísmicas. Fruto de um arranjo sociopolítico marcado pela dialética inovação-restauração, típico das revoluções passivas identificada por Gramsci, o antiagonismo é a forma anticrítica de um estado crítico: uma postura político-institucional que unifica, em seus limites, setores diversos urdidos pela defesa da ordem democrática liberal-burguesa – seja por seu caráter formalmente democrático, seja por seu conteúdo liberal-burguês.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Luciana; ARECO, Sabrina. Nacionalização Imperfeita: o Conceito de Revolução Passiva e a Formação do Estado no Brasil. **Dados**, v. 66, n. 4, 2022.

ALIAGA, Luciana. Fascismo no Brasil? **A Terra é Redonda**. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/tag/luciana-aliaga/>. Acesso: 25 ago. 2025.

BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 28, p. 26-35, abril de 2017.

BIANCHI, Álvaro. Fascismos: ideologia e história. **Novos estudos CEBRAP**, v. 43, n. 1, p. 45-63, 2024.

BOITO Junior, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, v. 50, p. 111-119, 2020.



BORON, Atilio. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. In: BORON, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

BRAGA, Ruy. Hegemonia às avessas: apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de Braga; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo Boitempo, 2010.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? **Esboços**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p.599-619, set./dez., 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. "A hegemonia da pequena política". In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DALTOÉ ASSIS, Matheus. Entre a interpretação e o programa: revisitando o conceito de revolução passiva em Coutinho e Vianna. **Aurora**, v.16, n. 1, p. 47-60, Jan./Jun., 2023.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do ocidente**: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

FRESU, Gianni. O Ocidente e a dialética intelectual sobre o fascismo. **Ammentu: Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**, v. 1, n. 16, p. 85-104, 2020a.

FRESU, Gianni. A civilização ocidental e a acirrada dialética intelectual em torno do fascismo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 45-69, 2020b.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: STELIDE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. A burguesia e a contrarrevolução. **Cadernos Ensaio**, Série Pequeno Formato n.1, São Paulo: Ensaio, 1989.

MOLFESE, Laura. "Punhal Verde e Amarelo": entenda plano para matar Lula, Alckmin e Moraes. **CNN**, São Paulo, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/punhal-verde-e-amarelo-entenda-plano-para-matar-lula-alckmin-e-moraes/>. Acesso em: 24 ago. 2025.



MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e identidade na formação brasileira. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e movimentos sociais: uma reflexão a partir da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), 2003-2017. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 19, n. 3. Set.-Dez., 2018.

SANTOS, Thiago Araujo. Apontamentos sobre luta de classes e a condição periférica do Brasil na “pós-modernidade”. In: COTA, Daniela Abritta. et. al. (Org.) **Realidade urbana brasileira**: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, 85, pp. 83-102, 2009.

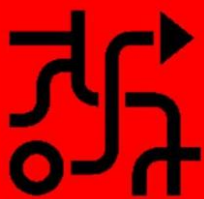
SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André.; LOUREIRO, Isabel. (org.) **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

Recebido em 25/08/2025

Aprovado em 03/11/2025



BORGES, Maria Celma*

<https://orcid.org/0000-0002-1364-9517>

RESUMO: Objetiva-se a discussão do governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022) na história do Brasil recente, a partir, especialmente, do modo como lidou com os camponeses e povos originários, no exercício de suas práticas pós-fascistas. Faz-se fundamental, ainda que de modo breve, de início, a análise das origens dessas violências desde a América portuguesa, percorrendo o Império, início da República e o século XX, especialmente no governo Vargas e na ditadura empresarial-militar, com ênfase para o seu prolongamento, no pós-ditadura. Observa-se em políticas que antecederam ao pós-fascismo, no século XXI, a continuidade das práticas autoritárias frente a esses grupos, tendo o arbítrio como o registro de ações também em governos ditos de esquerda.

PALAVRAS CHAVE: Indígenas; Camponeses; Tempo Presente; Pós-fascismo.

ABSTRACT: The objective is to discuss the government of Jair Bolsonaro (2018 to 2022) in the recent history of Brazil, especially, in terms of how it dealt with peasants and indigenous peoples in the exercise of its post-fascist practices. It is essential, albeit briefly at first, to analyze the origins of this violence since Portuguese America, covering the Empire, the beginning of the Republic, and the 20th century, especially during the Vargas government and the corporate-military dictatorship, with an emphasis on its continuation in the post-dictatorship period. It is observed, in policies that preceded post-fascism in the 21st century, the continuity of authoritarian practices against these groups, with arbitrariness also being a feature of so-called left-wing governments.

KEYWORDS: Indigenous peoples; Peasants; Present Times; Post-fascism..

INTRODUÇÃO – AUTORITARISMOS E VIOLÊNCIAS NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NO BRASIL E OS SEUS LASTROS NO PASSADO

Trabalhar um tema tão próximo à história do tempo presente, como os “Fascismos Contemporâneos”¹, remete à dificuldade de análise pelas influências

*Doutora em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, maria.borges@ufms.br, Membro do INCT Proprietas.

¹ Este texto se origina de participação em mesa no Evento Colóquio Interdisciplinar “Autoritarismos no século XXI: linguagens, espaços e memórias”, realizado no período de 26 a 28 de Agosto de 2024, no Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob coordenação dos professores doutores André Luiz do Amaral e Patrícia Helena Milani.

sobre o pesquisador/historiador no seu tempo. Porém, não são somente os trabalhos com o tempo presente a demonstrar este envolvimento, pois, mais do que datas, esse debate remonta à nossa posição e interpretação crítica diante do contexto social em que vivemos e o modo como agimos face a história. Escreve-se sempre no presente, mas nem sempre sobre movimentos deste tempo. Por outro lado, não se pode negar as especificidades do trabalho com a história recente e a necessidade de sua reflexão enquanto escrita e ação humana no tempo.

Japiassu, em *O mito da neutralidade científica*, já nos anos 1970 nos alertava para o compromisso social e ético com o que produzimos, inexistindo, em sua acepção, a isenção de valores. Propunha o autor a problematização constante da ciência e do papel do pesquisador, ao observar que:

A produção científica se faz numa sociedade determinada que condiciona seus objetos, seus agentes e seu modo de funcionamento. É profundamente marcada pela cultura em que se insere. Carrega em si os traços da sociedade que a engendra, reflete suas contradições, tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações. Talvez não seja exagero dizermos que 'o poder do conhecimento' está transformando-se em 'conhecimento do poder'. (JAPIASSU, 1976, p. 45)

Esse autor, ao discutir a inexistência da isenção de valores e o mito da neutralidade científica destacava o “lugar social” em que produzimos, como diria Michel de Certeau (1979), ao apontar para o quanto as instituições de produção do saber estão imersas no todo da sociedade, em suas contradições, ambiguidades e jogos de interesses, em práticas marcadas pelas relações de poder.

Marc Bloch, nas primeiras décadas do século XX, nos ensinava que: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente” (BLOCH, 1999, p. 10). Também Agnes Chaveau e Phillipe Tétart, ao discutirem o papel do historiador e sua inserção no contemporâneo diziam que o historiador é cada vez mais parte integrante desse tempo: “[...] porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo interpretativo” (CHAVEAU; TÉTART, 1999, p. 36). Observaram ainda que um medievalista ou um modernista jamais conseguiria ‘viver’ o que narrava, pois: “[...] Não é senão no presente, por reverberação de sua relação no presente, que ele pode (re) conhecer ou imaginar aquilo que fala, investindo-o de uma presença física ‘real’”. (CHAVEAU; TÉTART, 1999, p. 31)

As considerações desses autores reforçam a necessidade de análise dos acontecimentos do presente para as reavaliações da própria escrita da história em seu tempo, de forma humana, crítica e que contribua para compreendermos as agruras do presente para quem sabe poder transformá-lo. Em nosso caso, ao discutirmos a história do Brasil recente e o pós-fascismo nela impresso, especialmente em torno da questão agrária e indígena no governo de Jair Bolsonaro, mas buscando as suas origens desde a América portuguesa, faz-se fundamental, ainda que de forma breve, também a análise do contexto de autoritarismos e de ditaduras que marcaram o século XX, do governo de Getúlio Vargas² à ditadura empresarial-militar, em que as violências de toda ordem se deram frente aos povos da terra – dos campos e cidades –, mas principalmente face aqueles/as que lutassem contra esses regimes de exceção.

Também é preciso a discussão de seu prolongamento, no pós-ditadura, ou seja, na continuidade das práticas autoritárias e, principalmente, pós-fascistas, como no caso que detalharemos mais adiante – o de Jair Bolsonaro, de 2018 a 2022. Busca-se, então, compreender a complexidade desses momentos históricos, suas continuidades e rupturas, para não sermos cúmplices do arbítrio e da barbárie.

Pierre Nora, um historiador francês e grande referência para o movimento da chamada Nova História, desde a década de 1970 ressaltava a importância de repensarmos a história do tempo presente, ao falar da angústia do historiador ao viver e fazer a história do seu tempo. Ao referir-se à “Guerra dos seis dias” ou à uma “simples eleição”, observou que, ao se miniaturizar o acontecimento, “de sondagem em sondagem”, ao invés de buscar o seu resultado final, de forma mais direta, o vivido histórico torna-se: “fundamentalmente diferente. Em primeiro lugar, é sofrido minuto a minuto, mas sem ser agido. Por outro lado, é vivido de maneira mais angustiada, já que não se sabe em que vai dar, por fim, o acontecimento”. (NORA, 1984, p.47)

Ainda Nora contribui, de modo profundo e poético, para este debate ao abordar a sua experiência frente ao movimento de maio de 1968 e os impactos do vivido naquele tempo histórico para a escrita da História:

² Sobre o conceito de “fascismo” e os debates acerca do Integralismo, no cenário do governo Vargas, ver o texto de ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

Lembro-me, por exemplo, de certa noite das barricadas de Maio de 68, encontrando-me eu numa varanda do Boulevard Saint-Michel, ao lado de Julien Besançon, que ‘cobria o acontecimento’ para uma estação de rádio. Encontrávamo-nos em cheio no meio da efervescência dos gritos e das cargas policiais, e eu ouvia Julien Besançon dizer ao microfone: rebentam granadas, sufoco, não posso falar-vos mais, e ouvia ao mesmo tempo a voz no transistor, numa sala ao lado, como a ouvia o farmacêutico de Carpentras, tranquilamente deitado na sua casa ao lado da mulher. E, nesse momento, tive a sensação duma mudança na própria percepção da História, que se colava a tal ponto ao presente que já nada os podia separar. (NORA, 1984, p.46)

Essa percepção da História de que o acontecimento se cola ao presente, de forma que não é mais possível separá-lo entre passado e presente, nos leva a indagação do tema “Fascismos Contemporâneos” e como a sua discussão pode nos ajudar a compreender a história do Brasil recente e a trágica experiência do governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022), tal como o fortalecimento da extrema-direita em nosso país, (e pode-se dizer – no mundo, com Donald Trump, nos EUA, Milei, na Argentina, entre outros governos).

Assim, desde os acontecimentos que marcaram a história do Brasil, em 2013, com o início da ascensão da extrema-direita ao poder e a imposição de marcos de uma agenda política conservadora, esta história já se inscreve como algo importante a ser pesquisado, pois trata-se de um dos períodos mais autoritários e violentos de nossa história recente, e com forte apoio popular e das classes detentoras do poder político e econômico.

Sobre esta questão do autoritarismo e violências na história recente do Brasil, cabe observar que o nosso tecido social, em pleno século XXI, semelhante à nossa herança colonial e imperial, está impregnado de atrocidades, evidenciadas na composição recente do corpo político governamental, da Câmara e Senado, como observaram Mitidiero Jr, Moizés e Martins:

Nas eleições de 2014, na formação da 55ª Legislatura (2015-2019), tomou posse o Congresso mais conservador desde o período da ditadura militar. Já na eleição de 2018, a conformação da Câmara e Senado, para 56ª Legislatura (2019-2023), significou a chegada da extrema direita ao poder Executivo, o que culminou na eleição do, agora, Congresso mais conservador da nossa história recente. As bancadas de deputados e senadores ruralistas e da mineração, bancadas diretamente relacionadas à questão agrária brasileira, adquiriram em quantidade grande força política na tentativa de aprovar leis a favor dos seus interesses, ao passo que o número dos parlamentares ligados às lutas sociais diminuiu substancialmente após as eleições de 2014. (MITIDIERO JR; MOIZÉS e MARTINS, 2020, p. 604)

Propomos então, a fim de tentar estabelecer esse debate e compreender, ao menos em parte, as suas origens, apresentar uma breve história rural do Brasil, com suas violências e autoritarismos, mas ainda resistências, da América portuguesa ao tempo presente, a fim de chegar ao governo de Bolsonaro e as suas práticas “pós-fascistas” na referência aos camponeses e povos originários. Utilizamos a expressão pós-fascista partindo da discussão apresentada por Bernardo Fernandes e outros autores, ao indagarem: “A questão agrária no governo Bolsonaro ou questão agrária no pós-fascismo brasileiro?”. Neste texto, os autores trazem um trecho de Traverso que explicita o conceito:

Diferente do fascismo, o pós-fascismo não possui uma utopia e não tem um projeto original de futuro, sua lógica é pessimista em defesa de valores tradicionais, da ditadura, tortura etc. Por isso, agarra-se no neoliberalismo, onde encontra apoio para suas políticas de exclusão dos direitos e concentração de riquezas. (TRAVERSO apud FERNANDES et alii, 2020, p.339)

Ao partirmos desse conceito de “pós-fascismo” para designar o governo de Bolsonaro, entendemos ser uma abordagem que se encontra em movimento, inacabada, evidenciando as especificidades da história do Brasil recente, mas ainda a possibilidade de aproximações com ideias autoritárias, todavia buscando ter o cuidado possível para não encerrarmos a interpretação da história em conceitos e/ou categorias fechadas ou mesmo caixinhas classificatórias, como nos ensinou E. P. Thompson (1981), em “A miséria da teoria ou um planetário de erros”.

UMA BREVE HISTÓRIA RURAL DO BRASIL: OS GERMENS PARA OS AUTORITARISMOS, PERMANÊNCIA DE VIOLÊNCIAS E O PÓS-FASCISMO DE BOLSONARO

O governo de violências e arbítrio de Jair Bolsonaro não se explica por si só, tal como nenhum outro fato ou acontecimento na História. Tem suas raízes no autoritarismo e patriarcalismo do Brasil rural, desde a América portuguesa, e em seu prolongamento no Império e República. Desde o século XVI, a história do Brasil se fundamentou na escravização de milhares de homens, mulheres e crianças, trazidos à força do continente africano ou aqui nascidos na condição de escravizados, num regime que perdurou por mais de 350 anos (SCHWARCZ; GOMES, 2018). Anterior à



essa violência, e mesmo paralela a ela, os povos originários vivenciaram na pele a condição de escravizados.

Já nesse primeiro ponto é possível encontrar a violência enunciada e materializada em práticas e em discursos recentes, como o de Jair Messias Bolsonaro, ao dizer, em entrevista de sua campanha eleitoral, à TV Cultura, em Julho de 2018, que o comércio negreiro era feito exclusivamente pelos próprios africanos. Nessa entrevista atribuiu aos africanos a responsabilidade da escravidão e do tráfico negreiro, ao afirmar: “Se você for ver a história realmente, o português não pisava na África, era (sic) os próprios negros que entregavam os escravos”³.

Na América portuguesa, a violência, como observado, deu-se também na escravização dos povos originários (indígenas), que, para além do “escambo” (já uma forma de dominação encoberta pela ideia de troca), também serviram de mão de obra pelos campos e cidades, do Brasil rural, como nas capitanias do Norte e Nordeste, e mesmo de São Paulo, conforme John Monteiro (1994), em que por mais de três séculos era o trabalho indígena que imperava nas lavouras paulistas. Também em outras capitanias, como de Mato Grosso, Rio de Janeiro, entre outras, os povos originários e a expropriação de seu trabalho se faziam presentes.

A monocultura, ou seja, a produção de açúcar ou de outras economias voltadas para o mercado externo, em larga escala, controlada pelas elites agrárias, tal como o latifúndio e o trabalho escravo, desde o Brasil Colonial, explicam, em parte, a nossa história. Explicam a quem serviu esta classe senhorial e a quais interesses, que, com certeza, não eram os dos pobres e/ou povos da terra. Mas, esse tripé discutido por Prado Jr. (1971) não conseguia esconder a existência dos pobres e livres nas franjas dessa sociedade e o plantio de alimentos para o autoconsumo – mesmo face ao quadro de violências a que estavam submetidos. Em suas franjas, pequenos posseiros, roceiros e sitiantes produziam alimentos. Também povos originários cultivavam suas roças. Numa história a contrapelo, como diria Walter Benjamin (1986), iam escrevendo essa história. Camponeses e indígenas continuam a escrevê-la no presente.

Como sugeria Fernando Novais (1996), ao discutir as condições de privacidade na América portuguesa, a mobilidade e transitoriedade impossibilitavam

³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-negacionismo-historico-como-arma-politica/>. Acesso em agosto de 2024.



a permanência na terra, sendo características comuns das populações pobres. Diríamos que, mais do que o desejo de mover-se constantemente e/ou da itinerância, acresce a violência utilizada pelos grandes posseiros e sesmeiros frente aos povos da terra, na expulsão, assassinatos e perseguições, o que dificultava e/ou muitas vezes impossibilitava a permanência desses povos por essas terras⁴. Também muitas comunidades negras e/os remanescentes de quilombos, como comunidades tradicionais, e os camponeses sem-terra, dentre outros sujeitos, vivenciam o arbítrio de não terem o acesso à terra até o tempo presente.

Os sesmeiros, grandes posseiros e os grileiros de terra, após 1850, ao demarcarem e cercarem a terra, com o olhar a perder de vista do que seriam os limites de suas propriedades, deram o tom ao que se apresenta hoje como o latifúndio e o agronegócio. Nesse cenário, a constante mobilidade e a consequente partida dos povos da terra, de um lugar para outro, não podem ser entendidas como modo de vida ou desejo de itinerância, mas imperativo do ter que partir.

Homens, mulheres e crianças, pobres e livres, nas frestas desta sociedade, marcada pela violência, física e simbólica, oriunda dos poderes senhorial e colonial, buscavam aberturas possíveis, como discutiu Stuart Schwartz (2001), ao falar dos escravos, roceiros e rebeldes na colônia, e no período imperial, Márcia Motta (1998), ao pesquisar pequenos posseiros e a Lei de Terras de 1850, especialmente as brechas que conseguiram abrir na denominada Lei ao confrontar os fazendeiros nos tribunais.

O plantio e cultivo de roças e a venda de alimentos nas feiras, também pelas ruas, em pequenos comércio, como tavernas pelas estradas, arraiais e vilas, da colônia ao Império, podem ser ações entendidas como tentativas de fissuras, na medida em que hoje sabemos da importância dessa produção para o abastecimento interno e o autoconsumo, já que o Brasil colonial e imperial não se limitou à tríade: latifúndio, monocultura e trabalho escravo.

Entre esses personagens que contribuíram (e contribuem) para a produção de alimentos e, conseqüentemente, para a produção da vida, na história rural do

⁴A expulsão e a violência contra camponeses e indígenas, como assassinatos e perseguições, continuam a se dar no Brasil, como em Mato Grosso do Sul, por exemplo, se pensarmos como vive parte significativa dos povos originários ainda no presente, sem acesso às terras tradicionais e muitos confinados a pequenas reservas no sul do Estado, ou mesmo lutando para a permanência em suas retomadas.



Brasil, encontramos também a figura dos escravizados que buscavam estas frestas, como na “brecha camponesa”, atividade desenvolvida em “dias livres”, quando do trabalho em pequenas roças no interior dos engenhos e fazendas, e na venda de excedentes nas feiras, contribuindo para a produção de alimentos e quiçá a conquista da liberdade, desde a Colônia.

Os quilombos eram lugares não somente do cultivo e defesa da tão sonhada liberdade, mas ainda do plantio de alimentos que, além de atender às necessidades do grupo, servia também para o estabelecimento de trocas comerciais com o entorno, como sugere Flávio dos Santos Gomes, em *Mocambos e Quilombos*: “Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos como livres” (GOMES, 2015, p. 20).

Quilombolas plantavam e colhiam alimentos e os apontamentos de Flavio dos Santos Gomes e João José Reis, em *Liberdade por um fio*, ao discutirem os quilombos na história do Brasil (GOMES; REIS, 2008, p. 217), trazem essas evidências, ao sinalizarem para a importância das roças na economia quilombola, tal como, contraditoriamente, o seu papel para o abastecimento das expedições e incursões que iam ao seu combate, já que muitos produtos encontrados pelos paióis, como o milho e feijão, eram apreendidos e tomados para atender os interesses das ordens pública e privada. No Mato Grosso, de norte a sul, como demonstram os Relatórios de Província, também as roças quilombolas eram sinônimo de resistência à escravidão e do desejo de liberdade, ao mesmo tempo em que contribuíam para a produção de alimentos, como se constata no confisco de produtos para abastecer as expedições provinciais.

Eram os pobres e livres, em grande parte, junto aos sitiantes e demais roceiros, arrendatários, pequenos lavradores, escravizados, quilombolas, pobres da terra, aqueles que produziam a comida, e geriam esta economia de abastecimento interno tão fundamental para a compreensão de nossa história rural do Brasil. Muitas vezes não conseguiam ver chegar o tempo da colheita, mas nem por isto deixavam de plantar, semeando a terra e junto a ela a esperança de tempos outros.

No decurso do século XX, a modernização econômica e, dela decorrentes, os intensos problemas sociais, derivados de relações de trabalho baseadas na

exploração do trabalho e na expropriação da terra de camponeses, indígenas e comunidades negras – fenômeno que ocorreria, principalmente no campo, mas que desaguaria nas pequenas e grandes cidades –, levaram ao êxodo rural, principalmente do norte e nordeste para o sul e sudeste. Milhares de famílias foram obrigadas a se deslocar para os grandes centros e cidades do sudeste e sul, desde os anos 1950, como nos conta Graciliano Ramos (2005), em *Vidas Secas*, ao falar de Fabiano e de sua família e também da cachorra Baleia, que, obrigados a partir das terras cercadas pela violência do latifúndio, em sua marcha forçada vivenciaram o quadro de marginalização e opressão, semelhante aos muitos severinos e severinas por esse Brasil afora.

Também as violências derivadas de regimes autoritários demarcam os lugares impostos à classe trabalhadora dos campos e cidades, nos séculos XX e XXI. Alcir Lenharo, em *Sacralização da política*, ao estudar Getúlio Vargas (1930 a 1945), contribui para o debate do regime ditatorial e demonstra o quanto ele afetou à classe trabalhadora e foi um germe para o golpe de 1964:

[...] os trabalhadores, por exemplo, foram lesados ampla e irrestritamente pela política de trabalho imposta, amordaçados que foram pela LSN (Lei de Segurança Nacional), pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pelo peleguismo, pela febre do trabalho, assim como permaneceram acorrentados ao sindicalismo atrelado ao Estado, “solução” copiada da legislação fascista da Carta del Lavoro, ainda viva até os presentes dias. (LENHARO, 1986, p. 12)

Conforme esse autor, a escalada de violências que demarcou esse período de Vargas e da ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985, foi responsável por inúmeras perdas, como a supressão das liberdades individuais e civis, mas também pela “ameaça física e psicológica, pela perseguição e tortura, pela corrupção e cinismo, pela mentira da propaganda” e ainda por “espalhar a crença no progresso e na ascensão social como solução de toda ordem de problemas”. (LENHARO, 1986, p. 11)

O processo de expropriação dos povos da terra, como o vivido pelos povos originários, pequenos posseiros e arrendatários, derivado dos projetos de colonização da Era Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, se assemelha à ideia de composição de um “corpo nacional” uno, e em movimento, similar ao que o fascismo propunha com a ideia de “nação”. Como destaca Lenharo:

A construção da ‘Marcha’ atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de

participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente; se sentissem co-proprietários do território nacional. (LENHARO, 1986, p.15)

Nas décadas de 1940 e 1950, mas asseverada nos anos de chumbo da ditadura, com o chamado “milagre econômico” dos anos 1970, decorre a expulsão de milhares de famílias expropriadas da terra. Os anos 1970 trazem o que José Graziano da Silva (1982) denominou de “modernização dolorosa” ou mesmo a “Revolução verde” e os impactos na vida de homens, mulheres e crianças, pobres da terra, sujeitados às mais diversas violências pelo percurso e locais para onde tiveram que se deslocar. Mas, vale ressaltar que é uma história marcada também pela resistência, no modo possível de cada dia, a exemplo:

- * das Ligas Camponesas (dos anos 1950 a 1964) espalhadas por todo o país e resistindo o quanto puderam;
- * dos movimentos sociais indígenas e camponeses, brotando e/ou renascendo, com força, desde os anos 1970 e se espraiando pelos anos 1980, derivando nas pequenas conquistas da Constituinte de 1988;
- * do nascimento do MST, em fins daquela década, e o seu fortalecimento nos anos 1980 e 1990;
- * e do próprio movimento operário no ABC paulista, de fins dos anos 1970 e início de 1980 que deu uma outra tonalidade aos movimentos sindicais com novos personagens entrando em cena, como diria Eder Sader (1988), dentre muitos outros pelos campos e cidades.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em *Geografia das lutas no campo*, ao discutir a questão agrária no Brasil dos séculos XX e XXI, apontou para o quadro de violências vivido historicamente pelos povos da terra. Este autor, ao mesmo tempo em que enunciou as imposições, como a expropriação, também destacou a resistência histórica dos camponeses na luta pelo direito à cidadania (OLIVEIRA, 2001). Esta discussão lembra-nos ainda de José de Souza Martins (1993), em seus bons e velhos tempos, ao nos falar que:

[...] a nossa América Latina é trágica, mas é, ao mesmo tempo divertida. É preciso compreender esta nossa contradição. Sem compreendê-la não se compreende nada, pois não se pode chorar o tempo todo. Às vezes é preciso rir. [...] É preciso rir o riso crítico que denuncia a comicidade dos protagonistas, conquistadores e conquistados, na vã tentativa de vestir, de impor, a apertada roupa cultural de quem manda ou pensa mandar. (MARTINS, 1993, p. 23)

Para Martins, era preciso entender essa contradição pois sem entendê-la não entenderemos nada. A partir dessa consideração, retomamos o proposto neste texto: pensar o governo de Jair Bolsonaro e as suas práticas pós-fascistas na referência aos camponeses e povos originários, mas, antes tecendo algumas considerações acerca dos governos que o antecederam e propiciaram o alicerce para as práticas autoritárias de sua gestão, as quais, infelizmente, continuam no tempo presente.

Como alicerce das práticas conservadoras – que vem de longa data –, cabe observar o fortalecimento da bancada ruralista, nascida no pós-1985, no contexto de debates do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo de Sarney, como resultado das ações da União Democrática Ruralista (UDR) em combate ao nascimento do MST, em 1984, e a outros movimentos de luta pela terra. Esta bancada (Do Boi, da Bala e da Bíblia), desde o início do regime democrático, com a abertura política, vem se fortalecendo e mantendo a violência física e simbólica, substanciadas na defesa do status quo e da propriedade. Mitidiero, Moizés e Martins, observam que ainda outros dois Bs podem ser acrescentados a ela, ou seja:

[...] na verdade são 5B's, porque deve-se somar a eles o B da Bula (setor fármaco-químico e agrotóxicos) e o B dos Bancos (grande capital financeiro). Essas cinco bancadas, habitualmente, carregam uma pauta conservadora, por isso, não é mera hipótese apontar que elas atuam em conjunto na maior parte de suas ações legislativas. (MITIDIERO, MOIZÉS E MARTINS, 2020, p. 605)

No Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados, de Fernando Henrique Cardoso a Lula, Dilma Rousseff, Temer, Bolsonaro, e novamente Lula, agora Lula-Alckimin, tem-se revivido, em projetos de Lei e práticas conservadoras, o lema dos anos 1960 da “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), enunciando o que há de mais retrógrado e autoritário na defesa da propriedade: agressão aos direitos humanos, ao meio-ambiente e a sustentação dos interesses do capital pelos campos e cidades do Brasil. Exemplo disso é a proposição do Marco Temporal para a limitação ao reconhecimento do direito às terras indígenas, no presente, como um sinônimo de retrocesso e de barbárie e, se aprovado, de perdas conquistadas com tanto sacrifício e lutas na Constituinte de 1988. Em outras palavras, uma afronta aos direitos dos indígenas e nítido favorecimento ao agronegócio e à Bancada Ruralista. Também a “titulação de terras” nos assentamentos rurais, iniciada com o governo Temer, e ampliada no de Bolsonaro, é um evidente movimento de transformação de projetos de reforma agrária em terras para o mercado.

Os governos que antecederam o de Jair Bolsonaro, como os de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), de Dilma Rousseff, (2010 a 2014 e 2014 a 2016), e Michel Temer, vice de Dilma Rousseff, (2016 a 2018), explicam em parte o modo como se estabeleceu o alicerce para a efetivação do arbítrio no governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022). As contradições do campo político brasileiro dos governos Lula e Dilma Rousseff, nos 14 anos de poder, interrompidos pelo movimento de *impeachment*, em 2016, ao legitimarem ou mesmo fortalecerem as práticas políticas do agronegócio, em confronto com os movimentos sociais de luta pela terra e para nela permanecer, evidenciaram esta conflituosidade.

Se comparado aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), é inegável o avanço de políticas públicas nos governos do PT para atender aos assentamentos rurais e à agricultura familiar, de um modo geral, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outros. Destacam-se ainda as políticas públicas voltadas ao fortalecimento de programas educacionais nas Universidades, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o incentivo a outros cursos de Graduação e Pós-Graduação de Educação do Campo, a exemplo do que faz a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Mato Grosso do Sul.

Todavia, não se deve esquecer que a bandeira da “Reforma Agrária” e as ações de desapropriação de terras para assentamentos para cumprir a função social da terra foram deixadas de lado, pela relação umbilical de controle entre os governos “ditos de esquerda” e os movimentos sociais, especialmente em parte da organização do MST. Ainda, por esses governos terem cedido à forte pressão dos interesses do agronegócio, como dos usineiros, por exemplo. Não é possível esquecer que Lula em 2008 chamou os usineiros de “heróis” (BORGES, 2018). Essa relação umbilical entre governo e representações do agronegócio fora expressa na permanência de Kátia Abreu como Ministra da Agricultura no governo de Dilma Rousseff, fragilizando em demasia as lutas no campo e o próprio governo do PT.

Organizações sociais e movimentos sociais, ao não denunciarem a aliança do estado junto aos capitalistas agrários – o agronegócio – e, ao mesmo tempo, terem suas ações restritas ao universo da negociação interna com o governo, contribuíram, de certa forma, para o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em seu segundo

governo. Também para a emergência de figuras com viés extremamente autoritário, como a de Jair Bolsonaro. Anterior àquele governo há que se destacar o governo Michel Temer e a continuidade e fortalecimento da opção ao agronegócio, asseverando ações de opressão ao campesinato, às comunidades tradicionais e aos povos originários. As medidas tomadas pelo governo Temer, em várias escalas, prepararam o terreno para a eleição de Jair Bolsonaro.

A QUESTÃO AGRÁRIA E INDÍGENA E AS PRÁTICAS PÓS-FASCISTAS DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

O que se enunciou no governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, explicita ainda mais a história de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, nos campos e cidades. A tentativa de retirada de direitos dos povos da terra e a inexistência de diálogo junto ao MST, como orientara esse presidente, logo em suas primeiras ações de governo, em relação ao INCRA, demonstraram efetivamente horizontes nada tranquilos para os povos da terra.

Uma das expressões do autoritarismo e fundamentação da violência deu-se na atribuição da Secretaria da Agricultura a Luis Antonio Nabhan Garcia, fundador da UDR nos campos do Pontal do Paranapanema, e forte defensor do uso de armas pelos fazendeiros – tendo inclusive a própria milícia armada em suas fazendas, prática comum no Pontal dos anos 1990 e até o presente. Exemplo dessa prática ocorreu nos campos do Pontal do Paranapanema-SP, em fevereiro de 1997, quando Miriam Farias, amiga de infância da autora, e mais sete trabalhadores foram alvejados na ocupação de terras da fazenda São Domingos, em Sandovalina -SP, em que estivemos presentes. Em 2021, Miriam viria a falecer em decorrência das sequelas dos tiros que levou naquela ocupação.

A criminalização dos movimentos sociais, especialmente do MST e dos movimentos indígenas e quilombolas, e a banalização da vida, ao se naturalizar os assassinatos no campo, de sem-terra às lideranças indígenas e quilombolas, como ocorreu (e ocorre) no MS, por exemplo, tornaram-se a tônica dos governos estaduais e federal; e evidência de ataque direto aos “direitos humanos”, como dito antes, cada vez mais fragilizados no governo Bolsonaro. Jair Bolsonaro, pouco antes da posse

presidencial frisou que: “Não terá um centímetro quadrado demarcado” para os povos originários em seu governo. (Jair M. Bolsonaro, 2018)

Poderíamos arrolar vários outros negacionismos e violências desse governo (como as *fake news*, o fortalecimento do projeto Brasil Paralelo, entre outras práticas e discursos de ódio) que marcaram a vida de homens, mulheres e crianças, principalmente daqueles/as nas condições econômicas mais vulneráveis, como os camponeses e povos originários. Regredimos anos luz nos 04 anos deste Governo, fazendo com que possa ser designado de pós-fascista.

O lema central do governo de Bolsonaro, pode-se dizer, de certo modo, assemelhou-se aos de uma parte do fascismo, como a insígnia de: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. A máxima de Mussolini seria: “Nada acima, fora ou contra o Estado”. Mas, é preciso guardar as especificidades dos fascismos, como o fato de que uma de suas faces era a condenação do Liberalismo e a defesa de um Estado forte, o Estado Nação. O mesmo não se pode dizer de Bolsonaro, como observaram Fernandes et alii (2020), ao abrir as portas para o Liberalismo e a sujeição do Brasil aos EUA e a outros países colonizadores, com a facilitação da chamada “estrangeirização da terra”, por exemplo.

De qualquer modo, perdemos muito nesses últimos tempos, e o horizonte positivo para mudanças está bastante distante, especialmente pelo despertar de um conservadorismo que está impregnado em nosso tecido social, nas mídias digitais, e em muitas igrejas, católicas e protestantes, fazendo com que a desumanidade encontre respaldo e legitimidade em discursos de ódio e de práticas autoritárias, camufladas no discurso de defesa da moral e dos bons costumes. Exemplo disso é o caso recente de projeto Lei de criminalização do aborto de meninas e mulheres vítimas de estupro, com penas maiores que a do próprio estuprador. Talvez tenhamos que nos reinventar na busca da humanidade e da sensibilidade para que as violências e a sua sustentação deixem de ser a tônica de nossa sociedade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Finalizando este texto, vale observar que a burguesia brasileira não se viu acuada e nem mesmo temerosa da perda de seus privilégios nos governos anteriores ao de Bolsonaro. Ao contrário, sentiu-se segura para a permanência do arbítrio e da



violência sobre movimentos sociais de camponeses, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, de um modo geral, e suas lideranças, como se depreende dos dados anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI- 2023). Se o PT fez pouco em seus governos pelos povos da terra, os que se seguiram a eles, como Temer (vice de Dilma) e Bolsonaro, menos ainda fizeram, a não ser instituir leis punitivas aos camponeses assentados e aos povos originários.

No Brasil, os povos da terra, camponeses, povos originários, comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos, desde a colônia, sentem no corpo, no sangue, na pele, a constatação de que o arcaico e o moderno se misturam e dão a tonalidade do que somos nós. Temos mais de quatro séculos em que o rural deu a tonalidade ao modo de vida e de trabalho do povo brasileiro. E os povos da terra, no confronto com as elites agrárias, desde a América portuguesa, continuam a dar também outro sentido à terra, com suas roças e a produção de alimentos que chegam às nossas mesas. Isso soa totalmente diferente do que apregoaram, recentemente, Zander Navarro e Maria Thereza Macedo Pedroso, ao proclamar o “fim do agrário”, em *O Brasil rural (1968-2018): morre o agrário, nasce um regime agroalimentar global* (2018).

As ruralidades estão impregnadas na face nefasta de nossa história: nos mandos e desmandos das burguesias, em que, como dito antes, poderes públicos estão imbricados aos interesses privados (pois muitas vezes o juiz, o promotor, o dono da empresa de produção de papel e celulose, é o mesmo que detém os maiores latifúndios, estando na bolsa de valores, na bancada do Congresso, na figura do pai, do filho, do neto, do cunhado, etc.), na continuidade da concentração da terra e do poder político e econômico pelas oligarquias que se modernizaram na figura do agronegócio. Enredadas no mando e na corrupção (muitas vezes no trabalho escravo), estas elites agrárias estão dentro dos governos municipais, estaduais e federal. Dados de abril de 2018, do Ministério do Trabalho, extinto pelo governo de Bolsonaro, logo em seu início, denunciavam a chamada “lista suja” do trabalho escravo, mostrando que o agronegócio continuava a ser o setor que mais submetia trabalhadores à condição análoga à escravidão no Brasil. Conforme esses dados entre os anos de 2003 e 2014, o agronegócio destacou-se como “campeão absoluto na utilização do trabalho escravo, com praticamente 80% dos trabalhadores libertados

do trabalho em lavouras, plantação de cana, desmatamento e pecuária. Só esta última (a pecuária), foi responsável por 30% dos casos”. (Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/4317-das-novas-empresas-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-sao-do-agronegocio>. Acesso em agosto de 2024)

Como confronto a esse quadro de violências, instituído pelas elites agrárias em conluio com o estado, desde a América portuguesa, a história rural que envolve os pobres da terra é parte e morada de nós. Não se pode negar esta história, pois do contrário corremos o risco de negar a nós mesmos, como diria Martins (1993) na referência à América Latina.

No tempo presente, o agronegócio com os dizeres “o Agro é pop”, “o Agro é tech”, “o Agro é vida” visa tomar a cena da história rural de nosso país. Nas agendas dos Governos de FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro, e novamente no 5º. Governo Lula, o agronegócio encontrou espaço materializado no discurso da modernidade, tecnologia e comércio internacional. Exemplo disso foi o Plano Safra de 2024 que destinou 400 bilhões para o agronegócio e 75 bilhões para a agricultura familiar, desvelando a discrepância entre os setores e o favorecimento do governo ao agro. Mas, não podemos nos esquecer que 70% do que chega às nossas mesas advém da produção camponesa e da agricultura familiar.

O discurso da modernidade e da tecnologia, ao longo destas décadas, objetiva negar a importância do campesinato como produtor de alimento e de justiça social, e dos povos originários e comunidades tradicionais como defensores dos campos, matas, rios e florestas. Mas, esta negação não é possível porque está na memória de quem queira lembrar ou saber, ou seja, na defesa da vida e da natureza pelos povos da terra. Impressa ainda na prática cotidiana camponesa de produção da comida. Estas evidências estão também nas muitas vidas que já se foram em meio aos conflitos envolvendo vários agentes sociais como camponeses, sem-terra, povos originários e remanescentes de quilombos, dentre outros agentes sociais que lutam pela retomada de suas terras ancestrais. Um dado alarmante é o assassinato de mais de 200 lideranças indígenas no Brasil, no período de 2003 a 2023, como denuncia o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023).

Não é preciso ir muito longe para evidenciar esses dados, como o que aconteceu em 2024, com os Guarani e kaiowá, na região de Dourados, mais



precisamente em Douradina (MS), nas Retomadas de sua terra ancestral, o seu TEKOKHA, como no dia 03 de agosto, quando fazendeiros da região atacaram esses povos utilizando-se de suas milícias armadas, com o desfecho de 10 feridos, dois em estado grave, na presença/ausência da Força Nacional e na presença/ausência da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas. Também o “Tratoração”, de 16 de agosto daquele ano, demonstra a violência do agronegócio sobre esses povos.

Os campos brasileiros trazem esta história de dor, mas ainda de resistência. Camponeses e indígenas, em luta, evidenciam o que homens e mulheres entendem por direito moral (THOMPSON, 1998) a terra. Compreender esta história implica apreender as raízes do que somos. Os povos da terra, especialmente os povos originários, estão em nossa história faz mais de 500 anos, com suas práticas de preservação da vida, suas memórias e lutas. Teimosamente existem e resistem. Insistem em existir e resistir, tendo inclusive aumentado demograficamente em número se comparados os dados do IBGE de 2010 (900.000) aos de 2022, do mesmo Instituto. Hoje são quase o dobro, são 1.7 milhão de pessoas.

O mesmo pode-se dizer do campesinato que, à duras penas, continua a lutar pela terra e para nela permanecer, produzindo vida e alimentos, e mostrando um sentido outro que difere frontalmente de sua concepção enquanto mercadoria, enquanto “coisa”. Como dizia Seu Dezinho, assentado no Assentamento São Bento, desde a década de 1990, no município de Mirante do Paranapanema, na região do Pontal do Paranapanema, São Paulo: “Olha, a terra (pausa) o que ela significa hoje, é o que vai significar pro resto do meu corpo, da minha carne. E porque, graças a Deus, eu vivo da terra e a terra dá de comer. E damos valor a terra, porque se não fosse a terra, não vivia, né?” (BORGES, 2010, p.342)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.



BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema-SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, Maria Celma. A história rural entre roças, pobres da terra e 'a reforma que virou suco': da América portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In: *O campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas)*, COELHO, Fabiano; CAMACHO, Simão (Orgs.). Curitiba: Editora CRV, 2018.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *História: novos problemas*. LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHAVEAU, Ágnes & TÉTART, Phillippe. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CIMI (Brasil) Conselho Indigenista Missionário. A Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil. Relatório 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2023-Cimi.pdf>. Acesso em: 17 out 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano et. Alii. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Dossiê Temático "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", N.42, v.04, Dez. 2020.

GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e quilombos- uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos S.; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[HTTPS://pulitzercenter.org/pt-br/projects/](https://pulitzercenter.org/pt-br/projects/) - '[Nem um Centímetro': Bolsonaro Ignora Obrigação de Demarcar Terras Indígenas | Pulitzer Center](#)'. Acesso em Agosto de 2024.

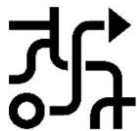
JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; MOIZÉS, Brenna da Conceição; MARTINS, Lucas Araújo. Parlamento Parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. In: *Revista da ANPEGE*. v. 16. nº. 29, p. 600 - 640, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/>

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder - conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. O Brasil rural (1968-2018): morre o agrário, nasce um regime agroalimentar global. In: *Política Democrática: Revista de Política e Cultura*, Ano 23, n. 52, p. 66-75, dez. 2018.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques. et. alii. (Orgs.). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando (Orgs.). *História da vida privada no Brasil - América portuguesa*, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 8^a ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: Record, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em 21/08/2025

Aprovado em 14/10/2025



ENEDINO, Wagner Corsino*

<https://orcid.org/0000-0003-2096-538X>

SOUSA, Celeste da Silva **

<https://orcid.org/0009-0003-1061-3900>

CORSINO, Michelle Oliveira***

<https://orcid.org/0000-0002-2894-3831>

Resumo: O objetivo desta reflexão é analisar o romance Querô, uma reportagem maldita (1977), do autor contemporâneo Plínio Marcos. Valemo-nos dos pressupostos teóricos de Carlos Pinto (2000), John Beverley (2004), Gayatri Spivak (2010), Benedicto Silva e Antonio Garcia de Miranda Netto (1986), Luiz Pereira (1978) acerca da noção de subalternidade e marginalidade social, além de trazer à baila as contribuições de Émile Zola (1982), Renata Pallottini (1989), Anatol Rosenfeld (1993), Jean-Pierre Ryngaert (1996), Sábato Magaldi (2003), Antoine Compagnon (2003), Émile Zola (1982) no que se referem aos aspectos que circunscrevem os modos de estruturação do discurso dramático e narrativo. Destacamos, também, os estudos de Hannah Arendt (2010), Ronaldo Lima Lins (1990) e Jaime Ginzburg (2012) no que tange à manifestação do signo da violência na Literatura Brasileira. Escritor de dramas, contos e romances, o outsider Plínio Marcos procurou transformar “personagens reais” em personagens de ficção, trazendo para o(a) leitor(a)/espectador(a) uma “realidade ficcional”, ponderando sobre o papel dos marginais e dos subalternos na constituição da sociedade; evidenciando, a seu modo, as contradições do ser humano, bem como as de sua própria existência. Na obra, a sociedade é representada por meio de situações conflituosas, as quais são (im)postas pela ordem econômica e cultural no contexto da ditadura militar brasileira pós-1964.

Palavras-chave: Teatro Brasileiro Contemporâneo; Violência; Subalternidade.

Abstract: The aim of this reflection is to analyze the novel Querô, uma reportagem maldita (1977), by contemporary author Plínio Marcos. We draw on the theoretical assumptions of Carlos Pinto (2000), John Beverley (2004), Gayatri Spivak (2010), Benedicto Silva and Antonio Garcia de Miranda Netto (1986), Luiz Pereira (1978) on the notion of subalternity and social marginality, as well as the contributions of Émile Zola (1982), Renata Pallottini (1989), Anatol Rosenfeld (1993), Jean-Pierre Ryngaert (1996), Sábato Magaldi (2003), Antoine Compagnon (2003), Émile Zola (1982) in relation to the aspects that circumscribe the ways of structuring dramatic and narrative discourse. Also noteworthy are the studies by Hannah Arendt (2010), Ronaldo Lima Lins (1990) and Jaime Ginzburg (2012) regarding the manifestation of the sign of violence in Brazilian Literature. Writer of dramas, short stories and novels, the outsider Plínio Marcos sought to transform “real characters” into fictional characters, bringing a “fictional reality” to the reader/spectator, pondering the role of the marginalized and the subaltern in the constitution of society, highlighting, in his own way, the contradictions of the human being, as well as those of his own existence. In the work, society is represented through conflicting situations, which are (im)posed by the economic and cultural order in the context of the post-1964 Brazilian military dictatorship.

Keywords: Contemporary Brazilian Theater; Violence; Subalternity.

* Esta publicação contou com auxílio financeiro da Fundect-MS, por meio da Chamada Especial Fundect/CNPq 15/2024, Bolsas de Produtividade Estaduais Fundect/CNPq, Termo de Outorga 137/2024.

*Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa FUNDECT/CNPq (PQ-E). Pós-Doutorado pela UNICAMP. Líder do Grupo de Pesquisa Ícaro (CNPq). Membro do GT “Dramaturgia e Teatro” da ANPOLL e Membro da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). E-mail: wagner.corsino@ufms.br

**Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Possui Graduação em Letras Português/Inglês pela mesma instituição. Professora da Rede Estadual de Rondônia e membra da Academia Rondoniense de Letras, Ciências e Artes (ARL), ocupando a cadeira número 31. E-mail: celeste.isa@hotmail.com

***Professora Adjunta na Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas (FACAP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Doutora em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Escola de Administração e Negócios (ESAN) - em Campo Grande/MS. Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Escola de Administração e Negócios (ESAN) - em Campo Grande/MS. Possui Graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, em Corumbá/MS. E-mail: michelle.corsino@ufr.edu.br



INTRODUÇÃO

“Para onde devem voar os pássaros depois do último céu?” Com este verso do poeta palestino Mahmoud Darwish, que repousa entre o “não-lugar” e o “não-pertencimento”, iniciamos nossa pretensa reflexão literária a partir desta metáfora de localismo fugidio, consubstanciada de tensões subalternas. A subalternidade, sob o ponto de vista político, dentro de um contexto histórico e social, pode ser definida como consequência irremissível de uma relação de poder cujas diferenças entre “margem” e “centro” são indissociáveis entre si. Para que a existência de um seja possível, a presença do outro é inevitável, de modo que há um processo de oposição que se configura a partir de questões relacionadas a fatores externos e internos ao sujeito dentro do meio social.

Segundo John Beverley (2004), em *Subalternidad e representación: debates en teoría cultural*, os estudos subalternos tiveram o seu marco inicial em 1980, a partir das indagações de um grupo sul asiático acerca do projeto do nacionalismo hindu. Anos mais tarde, em abril de 1992, outro grupo foi criado na Universidade George Mason, nas cercanias de Washington DC.

A partir dessa reunião, um documento fundacional foi instituído e originalmente escrito como uma proposta para a Fundação Rockefeller¹, na qual se definia a necessidade de um novo paradigma cujos termos se referiam aos diferentes modos de pensar e agir politicamente. Na esteira de Beverley (2004), a queda dos regimes autoritários na América Latina, o fim do comunismo, o deslocamento dos projetos revolucionários e os processos de democratização foram alguns dos principais termos que compunham o documento.

Desde os seus primórdios a Literatura tem sido associada a movimentos de ordem social; atribuída a ela esse papel, prevê e antecipa o que é útil para a ilustração de ações intelectuais transformadoras; realiza-se por um percurso, representando e inovando ao mesmo tempo. Portanto, cumpre mencionar que, “[...] do ponto de vista da sua função, chega-se também a uma aporia: a literatura pode estar de acordo com

¹ Fundação que objetiva expandir oportunidades, fortalecendo a flexibilidade das diversas áreas sociais, economia, saúde e meio ambiente. Desde 1913 vem proporcionando aos Estados Unidos, dentre outros países, o seu pioneirismo filantrópico cuja proposta é o bem-estar da humanidade



a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo” (COMPAGNON, 2003, p.37).

O que antes era visto como um crime contra o patrimônio cultural pode também ser encarado como uma força motriz capaz de impulsionar novos olhares e, conseqüentemente, novas ações. Assim foi com a importação de dramas internacionais para os palcos brasileiros. Nesse viés, surge a indagação: o que é exatamente um palco brasileiro? Até que ponto se pode levar adiante esse questionamento a respeito do pensamento bilateral da influência? Sobre esse cenário, o crítico Sábato Magaldi aponta que:

O isolamento cultural traz melancólica pobreza. Muita gente se esquece de que teatro não é apenas peça, ou desempenho, ou manifestação plástica, mas síntese de múltiplos elementos artísticos, assim, um texto alienígena, dirigido por um encenador nascido em outras terras, pode resultar perfeitamente num espetáculo brasileiro. Desde que esse encenador, tratando-se de uma obra de Shakespeare não pretenda imitar o estilo de um Gielgud ou de um Olivier, como o único a fazer justiça ao Bardo. Precisamos convencer-nos de que um Shakespeare bem brasileiro é maravilhoso e universal (MAGALDI, 2003, p. 48-49).

O teatro brasileiro tem atravessado décadas enfrentando os obstáculos colocados por uma “linha da razão” que delimita a mente criadora do artista, e especialmente do escritor engajado, com as questões do seu meio. Subordinado aos clássicos num primeiro momento, o cenário brasileiro é reconfigurado em um espaço miscigenado; passa por intervenções externas e avança, preparando o ambiente para artistas à frente de seu tempo e reprimidos em um período de ditadura.

POR ENTRE TRILHAS E RUMOS: LITERATURA E SUBALTERNIDADE NO BRASIL DO “REGIME”

A Literatura, de um modo geral, abriga dentro de uma perspectiva cultural, aspectos relativos à junção de diferentes etnias. Ostenta um universo de criações que classificam e estereotipam os sujeitos de acordo com sua cor e raça; são observados de modo que a sua existência se faz pela sua classificação e a sua participação no meio social.

No âmbito artístico, a “liberdade de expressão”, ou seja, a sua ausência, era justificada pela incessante crítica ao *status* quo ditatorial pós-1964. Para que uma peça teatral fosse representada era necessário passar pelo crivo da censura, e o que

não estava de acordo com os interesses do regime de exceção era instantaneamente excluído. A partir de então, o teatro passou a buscar alternativas para as suas formas de expressão, ao passo que:

A violenta repressão da Censura prende-se, sem dúvida à moda da expressão corporal, que procurou substituir a palavra, vetada na sua inteira consequência. Outro caminho trilhado pelos nossos realizadores, nos anos difíceis da ditadura, consubstanciou-se na exploração do espaço cênico, tentando o teatro explorar todas as potencialidades, como arte específica (MAGALDI, 2003, p. 58)

Em contraponto, a teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 38) menciona que “[...] a consciência de classe permanece atrelada a um sentimento de comunidade ligado por conexões nacionais e por organizações políticas [...]”, ou seja, essa consciência se realiza à medida que grupos compartilham características e ideologias comuns, tornando-se membros de uma “subsociedade”. Nesse segmento, a questão do subalterno está relacionada à sua representação por parte do intelectual. Baseada em aspectos culturais e históricos, também se vincula à luta de classes. A busca pela afirmação e liberdade, motivada pelo “desejo” (vontade coletiva), faz do sujeito/indivíduo um ser inconsciente de sua dominação e de sua condição.

QUERÔ: HOMO SUBALTERNUS

Em *Querô*, uma reportagem maldita essa relação é vista sob a atuação da cafetina do bordel onde Alzira (mãe do protagonista) havia trabalhado. Na intenção de acuar suas funcionárias (garotas de programa), Violeta assume, dentro desse microcosmo, a figura patriarcal, uma representação de força e astúcia que rebaixa, humilha e comete as mais diversas formas de expressão da violência. Em benefício próprio, trata seus subordinados como uma mera mercadoria descartável.

Na busca pela liberdade, personagens como Alzira sacrificam a própria vida e colocam mais uma questão em pauta, a morte como forma de silenciamento e aniquilamento, ou seja, como elemento necessário para a finalização do conflito. A morte de Alzira representa não somente o seu apagamento diante da sociedade, mas uma solução imediata para os seus conflitos internos. A morte no projeto estético de Plínio Marcos é vista como um ato ideológico, que restringe o sujeito, cerceando-o do seu livre-arbítrio.

Ao invés de aceitar a imposição como resposta aos seus infortúnios, a personagem Alzira de *Querô*, uma reportagem maldita, de Plínio Marcos “opta” por silenciar-se, uma vez que o silêncio também significa, pois é a abnegação vista como um elemento contraditório e a sua existência denunciada pelo apagamento do sujeito.

Alzira da Piedade construiu a sua história baseada nas “oportunidades” que a vida lhe trouxe naquele momento. Apoiada em princípios criados a partir da conveniência de situações extremas, tomou a atitude que lhe cabia. Foi punida, severamente, de acordo com a “tradição” do preconceito masculino e da sociedade civil “organizada”:

Minha mãe e eu fomos pra rua. Pra comemorar a liberdade, minha mãe me embrulhou num chale, me largou na porta do puteiro da velha porca e se abilolou de vez. Meteu cachaça na caveira até transbordar pelas orelhas, ou até acabar a grana. Sei lá. O que sei é que, quando estava bem chapada de pinga, bebeu querosene. Foi pras picas. Mas devagar. Devagarinho. Saiu do boteco e foi cair na porta da igreja do Valongo. Custou paca pra ir pro beleléu. Ficou um cacetão de tempo no chão se contorcendo como uma minhoca. Gemia, chorava, vomitava, cagava, mijava, chamava por Deus, pelos santos, pedia por mim. Tinha um monte de gente vendo. Mas ninguém se doía. Ninguém chamou ambulância, nem porra nenhuma. Aqueles veados miseráveis eram todos surdos pra dor dos outros (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 8).

Cansada das humilhações e violências sofridas em seu ambiente de trabalho, Alzira se vê encurralada frente às ameaças da cafetina do bordel, Violeta. Por ter feito a opção de trazer ao mundo uma criança, a mãe de Querô padece por não possuir condições financeiras e psicológicas para criá-lo. É jogada na rua sem nenhuma compaixão por representar para aquela casa um obstáculo para a obtenção de lucro; é menosprezada por revelar a indiferença humana por parte da sociedade:

Não entendi até hoje, e não vou entender nunca, por que a piranha da minha mãe não deu um nó nas trompas. Ou porque não me soltou num purgante desses de fazer cagar até as tripas. Eu teria virado anjo. Estaria melhor. Mas, não. Mulher doida, teve que bancar. Me botou no mundo, na bosta do mundo. Botou, se picou de desespero e se largou desta pra melhor. Quem me contou esse lance foi a Ju. Era colega da minha mãe no puteiro da Violeta [...] (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 7).

Por essa perspectiva é importante ressaltar a semântica do nome da personagem, para projetar a sua construção enquanto personagem dramática. Aqui, a contradição também se apresenta, de forma que o significado do nome “Alzira”, de origem germânica, refere-se à graça e à beleza, atributos necessários à excitação masculina. Em contrapartida seu sobrenome, “Piedade”, traduz toda a lástima e a



desventura de sua trajetória, por assim dizer “Alzira” representa o reflexo das contradições humanas; é a fusão entre dois mundos antagônicos.

Incumbida de saciar a vontade alheia, a personagem se vê em conflito permanente frente às divergências de sua rotina; descrita de forma explícita é caracterizada como personagem plana, posto que não há grandes transformações em sua personalidade; seu desenvolvimento é conduzido pela interferência de outras personagens. *Querô* delega à sua mãe a culpa pela fatalidade de seu nascimento. Por esse aspecto, o protagonista pode ser visto como uma consequência da condição subalterna de Alzira; é um produto dessa condição. A personagem se constitui como um elemento essencial na delimitação do poder exercido pela minoria. É muito mais que um pequeno papel representado pela voz do narrador. Ela é um constructo cultural figurado no silêncio que denuncia a opressão sofrida por uma classe inteira:

A dona do puteiro não dava moleza pra ninguém. Disso eu sei. Penei na mão da cadela. Seu único tesão na vida era fuder a alma dos outros. E nem de leve a tihosa sentia dó de alguém. No meu caso ela me catou por medo dos bochichos. Na boca do mulherio do pedaço, ela é que tinha culpa da minha mãe beber querosene. E já estavam tramando enforcarem a porca podre num poste, se eu morresse também. Aí, ela se mancou. Quem tem cu tem medo. E ela, pra manejar o ambiente, me recolheu. A Violeta porca, gorda sebosa, nojenta, remelenta, me batizou na Igreja do Valongo. Não porque minha mãe se matou ali. Não. Isso não tinha nada que ver. O que conta é que na bosta dessa igreja tem uma Nossa Senhora, que todo povão lesado diz que é milagrosa e os cambaus (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 9).

Para ser percebida, foi capaz de renunciar a si mesma, negando todas as possibilidades de reverter a sua condição; foi covarde, por não ter tido coragem de enfrentar o mundo e dar continuidade a sua nova história e igualmente destemida, por desafiar o sistema e não se submeter à dominação novamente. Ocorre, todavia, que o preço dessa atitude, no mínimo heroica, foi pago com a própria vida. Para se fazer enxergar, Alzira precisou primeiro desaparecer; é a contradição de um grito que foi ouvido e logo em seguida silenciado.

Já Violeta, personagem feminina que reproduz a imposição masculina, representa o microcosmo do Brasil e, por extensão, da América Latina. A dona do bordel é a figura arquetípica do poder, do desmando, da corrupção e do silenciamento. Além disso, Violeta representa o centro da margem; seu nome é, no mínimo, irônico, uma vez que violeta (que é uma flor) remete à beleza e à efemeridade da vida. Em contrapartida, se a consoante alveolar nasal [n] for acrescentada após a terceira sílaba



de seu nome [viole (n) ta], o nome da personagem passa de substantivo próprio a adjetivo, caracterizando a descrição de sua personalidade. Intencionalmente ou não, Violeta, designa uma classe inteira de dominadores amparados pelos mais variados sistemas de opressão. Revela a obscuridade das relações conturbadas na busca pelo poder.

A ironia também se apresenta em seu discurso. Dissimulado e persuasivo, tem o intuito de construir a sua imagem diante daqueles que a cercam; apropria-se da ingenuidade alheia na tentativa de se autointitular “boa samaritana”. De modo geral, é assim que a manifestação do poder se fundamenta; se fazer crer é necessário para a composição do processo de manipulação discursiva dentro e fora da narrativa dramática:

Eu não sei o que faço pra dar jeito nesse menino. Dou pra ele tudo o que tenho. Gasto um dinheirão tentando fazer dele gente direita. Mas ele só apronta. Será que só por passar pela cona da mãe dele, já aprendeu tudo de ruim que aquela mulher carregava? (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 11).

Querô é a materialização de um coletivo que (sobre)vive no anonimato, pois excluir o sobrenome do indivíduo é o mesmo que dissipá-lo de sua própria essência identitária; é colocá-lo de forma indiferente e desconsiderar a sua individualidade: “— Filho da puta! Querosene mal-agradecido! — A vaca me botou o nome de Jerônimo, mas só me chamava de Querosene” (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 10).

Unida àquela visão primitiva da mulher na sociedade está à ideia de posse territorial que também se liga ao domínio do corpo feminino, difundindo crenças antigas que se contrapõem ironicamente ao livre-arbítrio da mulher. É pelo machismo imbuído nessas ações que a sua inferioridade se organiza para dentro da Literatura. Para elucidar essa questão, Spivak pondera que:

Pode talvez ser apreendido até mesmo quando é dito às claras: homens brancos, procurando salvar mulheres de pele escura de homens de pele escura, impõem sobre essas mulheres uma constrição ideológica ainda maior ao identificar, forma absoluta, dentro da prática discursiva, o fato de ser boa esposa com a autoimolação na pira funerária do marido. Do outro lado de tal constituição do objeto, a abolição (ou remoção) do que proporcionará a ocasião para o estabelecimento de uma boa sociedade, distinta de uma sociedade meramente civil, é a manipulação hindu da constituição do sujeito feminino sobre a qual tentei refletir (SPIVAK, 2010, p. 115).

Desse modo, pode-se notar o quanto a mulher sofreu por séculos o estigma de um ser inferiorizado, não sendo capaz de compor um cenário adequado ao seu

universo. Por meio de uma visão equivocada e preconceituosa, propagam-se visões primitivas que negam a sua participação dentro da sociedade. Marginalizada, ocupa uma posição subalterna no âmbito da Literatura. Sua representação é feita por um olhar permeado de sexismo, tornando-se, historicamente, vítima de sua própria existência.

Um dos traços representativos no projeto estético pliniano é, sem exageros retóricos, a representação da mulher em sua produção artística. Para o crítico teatral Sábato Magaldi (2003, p. 99), essa temática é embasada na teoria da mulher como objeto. Em *Signo da Discothèque*, peça encenada em 1979, Plínio Marcos impinge à personagem feminina uma representação de objeto do desejo sexual masculino. E, dessa forma, “[...] o machismo brasileiro é alvo de crítica implícita na peça, na utilização da mulher como objeto, sem se cogitar de sua participação como parceira”, excluindo toda e qualquer ação democrática entre os gêneros; menosprezando, novamente, a sua existência.

Tal importância, de um modo geral, se deve ao fato de a marginalidade estar atrelada à constituição do sujeito e a sua formação. Ser “marginal” é compor um cenário cuja configuração se faz pela condição subalterna do sujeito. Primeiro se exclui, depois, marginaliza-se. Vale ressaltar que é por esse caminho que a análise da obra *Querô*, uma reportagem maldita é, aqui, conduzida. E a esse respeito, a utilização da terminologia “minoría”, segundo Benedicto Silva e Antonio Garcia de Miranda Netto, se refere a “[...] subgrupos dentro de uma sociedade que se distinguem do grupo dominante no poder” (SILVA; NETO, 1986, p. 767). Ela se faz necessária não apenas para a classificação de uma camada popular marginalizada, mas também para conceituação daquela considerada quantitativamente superior e culturalmente “inferior” dentro da organização social.

É sob esse olhar que diversos aspectos são trabalhados por Plínio Marcos no que diz respeito à subalternidade e, por extensão, à marginalidade. O espaço e as personagens são os elementos essenciais na composição da obra *Querô, uma reportagem maldita* como um todo composicional, pois evidenciam questões cotidianas concernentes às relações de poder. Além de constituírem o ambiente cênico da narrativa, as personagens possuem um comportamento agressivo que, juntamente com a tensão criada pelos diálogos, conduzem a obra a um processo de dramatização:



Todo mundo dava razão pro negrão. Ele, com isso, ficava animado:
— Daí dou um soco num puto desse, mato, porque esse merda não aguenta um peido, mato ele com uma pancada, vão dizer que o Brandão é mau e o caralho. O que é que faço com um veado de merda desse? Dei dois bofetes na orelha do sacana, quase arreia. Que faço com ele?
Ninguém se atreveu a dizer o que pensava. Mas, nas caras, a gente via que queriam que o crioulo me arrebetasse. Raça de filhos da puta! Gostam de ver os outros se fuderem. E o Brandão, exibido, veio a mim e foi me sacudindo. [...] (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 57).

No excerto, após refugiar-se no mundo do crime, Querô se vê encurralado diante de mais uma cena de violência. A personagem está imersa em um jogo manipulado pelo abuso, construído a partir de um discurso que anula qualquer tentativa de fuga. Ao proferir a fala: “Ninguém se atreveu a dizer o que pensava”, a personagem evidencia um cenário em que a predominância do mais forte é a lei da sobrevivência. Querô é a confirmação da incapacidade humana em reconhecer as consequências de uma relação de poder que desampara e abandona os sujeitos. Desse modo, a narrativa dramática está inserida em um espaço permeado por vítimas do silêncio em meio a duas culturas antagônicas; as personagens se revelam de forma agressiva, pois não se encaixam nos padrões da cultura dominante. São excluídos automaticamente e estereotipados, sofrem apagamento diante do exercício da cidadania. Falam por si e sobre si, utilizando a violência como o seu único veículo de comunicação imediata:

[...] No meu quarto, sozinho, eu sentia uma vontade de ir ver o Pai Bilu de Angola [...]. Largar no pé do Santo toda a minha carga [...]. Mas que nada. [...] Com aqueles ratos, não havia condições de arreglo[...]. O jeito era apagar os dois filhos da puta. [...] Em toda a minha vida, eu sempre pensei em matar gente. [...] Matava devagar. Devagarzinho. Espetava um cabo de vassoura no cu de cada desgraçado até eles cagarem sangue [...] (PLÍNIO MARCOS, 1976, p. 63).

Aqui, a violência é mostrada de maneira que reproduza a indignação do protagonista frente às consequências de sua trajetória. Índícios do texto como: “Eu sempre pensei em matar gente” levam a crer que a personagem relaciona a violência a sua única forma de justiça. Punir os “culpados” pelo seu destino é tentar, para ele, aniquilar com um sofrimento que se inicia desde o seu nascimento. É também uma forma de estabelecer o seu espaço dentro deste ambiente inóspito.

Com efeito, Querô torna-se a representação de um coletivo por meio de uma única voz, redirecionando personagens reais para um universo proveniente da mente



humana. O imaginário do leitor é permeado por aqueles que, quiçá, fazem parte de seu próprio mundo, compondo a sua própria história:

Do ponto de vista da integração dos membros, isso implica que a marginalidade pode apresentar-se como uma situação social total, em alguns casos, ou seja, um modo de pertencimento e de participação na sociedade somente através de seus elementos constitucionais marginais; ou como uma situação social setorial, inserido seja, a possibilidade para alguns dos membros de pertencerem à e de participarem da sociedade, com referência social, pelos elementos institucionais caracterizáveis como marginais, enquanto que para outros setores de sua existência social podem estar inseridos nas estruturas básicas e secundárias da sociedade (PEREIRA, 1978, p. 38).

Por consequência, as manifestações de violência dentro da literatura pliniana revelam ao leitor diferentes visões em relação ao convívio social. É por meio de suas personagens (permeadas de um verismo radical) que o autor traz, para a epicentro das reflexões, a pauta da situação e condição dos grupos chamados “marginais”. Para o artista, é necessário ouvir a voz contida no silêncio dos excluídos. Essa voz que ecoa de um lugar (des)conhecido; para, então, reverberá-la, a fim de compor o universo extraído de suas memórias.

ENTRE A FLOR E O MAU: TEATRO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O teatro da década de 1970 caminhou por estradas um tanto quanto hostis, no que se refere ao seu momento de expansão em relação aos anos anteriores. Sob a influência externa, procurou trilhar a sua história a partir daquilo que considerava um “modelo” a ser seguido. Com o surgimento das diversas fontes de comunicação, o teatro, durante esse período, passa por momentos delicados com relação à qualidade das peças e ao desempenho dos atores.

A disparidade entre espetáculo e público contribuiu para o ato “desesperado” de criar e recriar aquilo que de melhor existisse para cativar os espectadores. Segundo o crítico e teórico Anatol Rosenfeld, “entre os espetáculos que pelo menos merecem menção, encontram-se *O Estranho*, de Edgar da Rocha Miranda, mercê do excelente trabalho de Raul Cortêz e Paulo César Pereio; *A Relação* (Jean-Claude Carrière)” e entre os atores Cleyde Yáconis; Paulo Autran e Glauce Rocha; e diretores como José Rubens Siqueira e “[...] no âmbito da comunicação – no caso o problema da engrenagem corruptora dos mass media – localiza-se *A Longa Noite de cristal*, de

Oduvaldo Vianna Filho. Peça inteligente, boa encenação de Celso Nunes[...]" (ROSENFELD, 1993, p. 186-187).

Peças mal encenadas e igualmente produzidas, levaram o teatro brasileiro a buscar diferentes formas de representar e apresentar. As cenas eram compostas por um amalgamado de profissionais estrangeiros que visavam a evolução de um teatro que começava a travar uma batalha contra a modernização industrial; tinha a necessidade de ser modernizado para atingir, ao máximo, um público que se adaptava rapidamente aos novos veículos de comunicação.

Não obstante, o teatro tinha em si uma vantagem com relação às mídias de massa, "[...] o espectador é, literalmente, não apenas receptor e sim também emissor e fonte" (ROSENFELD, 1993, p.184). O teatro é capaz de realizar a interação necessária para produzir questionamentos e consequentemente o conhecimento necessário ao desenvolvimento humano.

O cenário brasileiro atual, descrito pelo autor, trouxe para a dramaturgia, escritores marginalizados que compunham sua obra pelo viés da crítica social, desafiando a censura e levando para os tabladados a luta de classes e o descaso sociocultural. Para Rosenfeld, o ano de 1967 foi um ano relevante para o teatro brasileiro, uma vez que:

[...] um jovem dramaturgo de grande talento obteve repentina fama nacional (e agora já internacional), depois de um esforço de anos, longamente frustrado, para conquistar o palco. Duas peças de um ato, *Dois Perdidos* e *Numa Noite Suja e Navalha na Carne*, além de uma luta encarnizada com a censura, transformando Plínio Marcos da noite para o dia em assunto obrigatório. Suas peças de maior êxito são por ora aquelas que focalizam principalmente o submundo do Lumpenproletariado metropolitano – prostitutas, proxenetas, coletores de papel, desempregados crônicos etc. Trata-se no caso de cujo naturalismo, como estilo, é em si superado. Entretanto, o verismo radical, o domínio magistral do jargão dos "deserdados", a agudez e precisão da observação e a força elementar com que na sua cena se espalha a vida tormentosa e selvagem dos humilhados tornam sua obra revelação num país cujo teatro nunca passou por uma fase naturalista digna de ser levada a sério (ROSENFELD, 1993, p. 149-150).

Plínio Marcos optou por trazer originalidade, no sentido de utilizar as suas próprias técnicas ao ignorar os padrões exigidos. Revelou uma literatura de denúncia, levando para os palcos brasileiros peças, romances e crônicas adaptados à realidade visceral das ruas, dos "mocós", do não-lugar; trouxe para o centro das reflexões uma linguagem despida de ornamentos e adereços linguísticos desnecessários.



Por esse aspecto, a questão da nostalgia de um teatro popular durante os anos de 1960 se liga à busca pela liberdade no plano da representação cênica. Significa, também, em maior ou menor grau, esvair-se do texto de teatro, atitude que corresponde às posições ideológicas; sendo assim, a “afirmação do corpo contra o texto”. Dar lugar às vezes a improvisação é, acima de tudo, “[...] perder o caráter solene e sagrado que a imagem escolar e universitária propaga” (RYNGAERT, 1995, p. 28).

Questionar o consagrado contribuiu durante essa década para o desenvolvimento de novas ideias que revolucionariam a dramaturgia brasileira nos anos seguintes. O teatro na era da ditadura conseguiu ultrapassar, com muita insistência, a sistematização literária que exilava e agredia a criação artística. Um cenário de guerra *ad infinitum* a cada apresentação censurada minutos antes de sua estreia.

Sem apoio financeiro, escritores como Plínio Marcos financiavam suas peças a fim de propagar seus ideais com o intuito de revelar, sem lentes embelezadoras, o (des)conhecido. Era um teatro discriminado cujas personagens e autores representavam o mesmo papel, o da exclusão. Peças que evidenciavam conflitos sociais, culturais e religiosos, e que levantavam questões políticas eram irrevogavelmente censuradas, alegava-se que a “moral” e os “bons costumes” eram atingidos. A crítica subentendida nas peças era reconfigurada, desviando a atenção para a linguagem e o comportamento das personagens, uma vez que “[...] a crítica social, mais ou menos manifesta, mais ou menos radical, é um impulso constante dos dramaturgos brasileiros” (ROSENFELD, 1993, p. 156).

Enquanto Nelson Rodrigues, com seu Expressionismo, trouxe para os palcos brasileiros a encenação de Vestido de Noiva em 1943, desvelando com labor criativo a psique das personagens e marcando uma lufada na dramaturgia nacional; Plínio Marcos habitou seu teatro com a violência dos “marginais” e dos subalternos que representam um coletivo esquecido pelo centro hegemônico. Trouxe também Navalha na carne, que segundo Rosenfeld:

[...] é um golpe de navalha na nossa carne; é um ato de purificação, justamente por causa da sua violência agressiva. Desejar-se - ia que o autor embelezasse as situações e abrandasse a obscenidade da linguagem? Qualquer tentativa nesse sentido seria disfarce e mentira. As três personagens – a prostituta, seu rufião e o arrumador invertido da pensão – deixariam de existir como personagens dramáticas se

falassem outra língua. É no jargão chulo desses marginais, nas suas fórmulas fixas, ricas de “sabor pitoresco” para nós, mas pobres de humanidade por reduzirem toda a riqueza das relações humanas aos seus mecanismos mais elementares, é nessa linguagem que reside uma das conquistas de Plínio Marcos e uma das forças expressivas da peça. Ela exprime uma visão degradada, cínica, da realidade e, enquanto a exprime, degrada-a cada vez mais, corrompendo ao mesmo tempo os que a usam com o desesperado prazer de quem se sabe perdido (ROSENFELD, 1993, p. 144-145).

A realidade observada, configurada por Plínio Marcos em um discurso documental, transmite, além de sua verdade, a impressão da verdade oriunda do íntimo do ser humano. Subversões capazes de provocar o leitor, trazendo para ele questionamentos acerca de si e de um coletivo do qual faz parte. Exteriorizar as mudanças criando um elo entre o real e o ficcional, e demonstrar, assim, os fragmentos sociais que compõem a literatura contemporânea encontrada no panorama atual. Dessa forma:

O teatro contemporâneo, enquanto de fato contemporâneo, não pretende imitar a realidade nos moldes do realismo ortodoxo: confessa-se “teatro teatral”, disfarce, ficção, poesia, sonho, parábola, função circense, festividade lúdica. Deseja ultrapassar a ficção da realidade para que se manifeste a realidade da ficção (ROSENFELD, 1993, p. 200).

Abordar um teatro que lutou e ainda luta para alcançar o seu espaço dentro do território nacional é levantar um questionamento que perpassa as questões históricas e culturais de um tempo de repressão. As imposições políticas e culturais que o teatro sofreu durante anos com um regime totalitário e excludente contribuíram para a construção de um cenário subalternizado que representa, de certa forma, a situação/condição de pessoas que ocupam os últimos degraus da escadaria social brasileira, as quais são vilipendiadas pelo poder instituído.

4. As formas da violência: da defesa à quebra do silêncio

Os textos de Plínio Marcos são construídos de forma que a violência seja captada pelo leitor não como um ato hediondo e de influência negativa, mas como única forma encontrada de quebrar a barreira do silêncio construída pela tirania alheia. Há uma linguagem permeada de extrema informalidade, carregada por um discurso político dotado de significações. Por essa perspectiva, segundo a filósofa alemã Hannah Arendt:

[...] não se pode pensar o espaço público sem a pressuposição do espaço social, não há liberdade sem necessidade; não há poder sem violência; não há política sem economia, e vice e versa. De fato, só faz sentido estabelecer distinções para aquilo que se apresenta de maneira intrinsecamente confusa e misturada no mundo político [...] podemos pensar a instituição de uma fronteira não apenas como traçado no limite que separa duas entidades, mas também e, sobretudo, como aquilo que ao separá-las, unifica-as: todo limite estabelece uma partilha ao mesmo tempo em que vincula os opostos que aí se separam, os quais compartilham o limite e se unificam justamente ali onde se separam (ARENDT, 2010, p. 134-135).

Por esse viés, de acordo com a teórica Renata Pallottini (1989, p. 38), há dentro do modo de classificação dos “sujeitos” fatores que determinam a natureza da personagem no teatro, influências oriundas das “formas dramáticas” e “épicas” que podem ou não conduzir a personagem à liberdade enquanto ser humano. Sua condição/situação é definida a partir das atitudes do Outro perante si. É por meio de suas possibilidades de escolha e suas realizações que essa liberdade se define, pois “[...] o personagem sujeito só tem a sua liberdade limitada pela vontade do outro personagem-sujeito. Não o cerceiam as pressões materiais, o simples medo da morte ou da pobreza, ou ainda as ameaças de uma ordem legal constituída” (PALLOTTINI, 1989, p. 37).

Diz-se que a violência é um mal necessário cujas atitudes se justificam no inevitável. É como uma forma de defesa em uma reação espontânea que traz à tona comportamentos necessários à sobrevivência humana. Em síntese, representa um processo natural de aniquilação. Assim, cumpre ressaltar que “[...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (ARENDT, 2010, p. 60).

Na visão de Ronaldo Lima Lins (1990), o teatro sofreu modificações durante o final da década de sessenta e início dos anos setenta. A ânsia de renovação era durante esse período um elemento primordial para a transformação do teatro brasileiro; novas peças e atores surgiram a partir de adaptações realizadas no palco e na mente dos produtores e dramaturgos, por meio do Teatro de Arena de São Paulo, direcionando o teatro para uma linha popular, mais econômica, porém com maior riqueza em se tratando de criatividade. A violência, nesse contexto, era apresentada ao espectador de forma que a “quarta parede” se rompesse, incorporando-a ao



cenário num diálogo vivificado dentro da ficção, com a fusão entre a realidade e o representado.

No que concerne ao uso da violência na Literatura, Querô possui características do chamado herói épico. A sua força é regida pela ambição em relação a sua liberdade, uma liberdade aludida à possibilidade de escolha, condicionada por si e/ou pelo Outro. O seu desejo de vingança se materializa a partir de suas ações; em prol dessa escolha, a sua travessia (seu destino) se cumpre a cada espaço percorrido e é capaz de materializar suas lembranças, as quais apresentam como “função” situar o personagem em seu próprio mundo, considerado marginal:

O Itapema, eu conhecia bem. Quando andava com o Tainha, a gente sempre atravessava pra esse lado, quando batia sujeira no cais do porto. Também conhecia muita gente desse bairro. Ainda mole de cansaço, com muita fome e frio, fiquei meio na moita vendo o movimento das catraias. Quase de noite, quando eu já ia desanimando, um catraieiro conhecido atracou sua catraia. Arrisquei. Falei com ele. Deu certo. O homem me atravessou de graça pro mercado. Me senti livre. Estava com fome, com frio, com sono, quase nu. Mas, estava em Santos. No mercado, onde me criei. Estava, agora sim, em casa (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 41-42).

Por outro lado, o comportamento do protagonista faz notar dada semelhança em relação aos heróis épicos no que concerne ao estudo da violência no universo literário, porém destaca-se a sua dessemelhança, posto que a contemporaneidade a conserva avessa aos valores e às regras de “seu” meio; suas atitudes agressivas se mostram necessárias à estratégia de ataque, defesa, dominação e de esquiva. A violência possui uma função específica dentro da narrativa épica, em que matar e agredir não são atitudes capazes de macular a imagem do herói; é algo comparado a uma ação do destino. Assim, pode-se refletir que:

A narrativa épica é constituída de acordo com um princípio de necessidade. O herói age de acordo com o que deveria acontecer. O poema épico homenageia, na acepção hegeliana. A nação a que pertence o herói, por intermédio de um destino – o destino nacional soberano afirmativo. O dever-se da narrativa corresponde à trajetória vitoriosa da nação a que o herói corresponde. Como fica, então, a crueldade? Como fica a violência? O herói épico está associado a uma imagem afirmativa da nação a que pertence. Em seu confronto com inimigos, na perspectiva de Hegel, o herói reforça características nacionais em contraste com fragilidades inimigas (GINZBURG, 2012, p. 80).

A violência surge como única forma de defesa e da quebra do silêncio. É pelo advento do intelectual que o conhecimento é capaz de ampliar os olhares, dando espaço a novos modos de se conhecer e de se reconhecer no Outro. E por meio do



silenciamento, o sujeito se sente acuado e incapaz de reagir; procurando, no espectro da violência, condicionantes para o seu processo de libertação:

Lá no meu quarto, sozinho, esse Toco de Vela não me saía da cuca. Se dormia, sonhava com o Nelsão, com o Sarará e com esse Toco de Vela, que eu nunca vi. [...] acordava assombrado. Ficava mais azucrinado ainda pensando. Pensando. E eu não tinha nada que pensar. Porque o que eu tinha que pensar, já estava pensado. Tinha que matar o Nelsão e o Sarará, senão eles iam me fazer afanar loques pra eles. [...] Mas como arrumar o revólver? Como? Precisava de grana. Com grana, comprava a razão na mão de qualquer intrujão filho da puta. [...] Pregado de medo na cama. Sem tesão de levantar nem pra comer. [...] Estava fraco. Fraco de vontade. Doente. Doente de medo (PLÍNIO MARCOS, 1977, p. 66-67).

O destaque dado à subalternidade e à marginalidade neste trabalho, contribuiu para mostrar a relevância de um período que ilustrou um momento fundamental para a constituição da chamada “literatura marginal” do país. Plínio Marcos retirou aquela fatia ainda quente do cenário original das ruas pestilentas, dos guetos e dos “mocós”. O procurou representar, sem lentes embelezadoras, as camadas mais abissais do lumpemproletariado brasileiro, seja por meio de situações conflituosas entre as personagens, seja pelas forças actanciais (im)postas pela ordem econômica e social. Notadamente marcada pelo signo da violência e pela constante repressão, Querô revela, a fórceps, as várias nuances do silenciamento e, conseqüentemente, a do “herói marginal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plínio Marcos revela-se um escritor engajado que conduz, à sua maneira, traços e contornos dramáticos no romance Querô, uma reportagem maldita. Na obra, o desfecho das situações conflituosas se apresenta de forma inesperada por meio de reações espontâneas. Personagem e espaço fundem-se, a um só tempo, provocando uma espécie de afunilamento abissal, um permanente processo de interdependência com relação à constituição semântica da narrativa. A dramaticidade da obra é estabelecida por meio da tensão criada pelos diálogos, levando em conta aspectos que correspondem às características de um texto “tragicamente lírico” e híbrido, pois “[...] a essência da expressão lírica é a fusão entre Eu e Mundo; não há distância entre sujeito e objeto. Uma e a mesma atmosfera envolve, de modo indiferenciado, alma e universo” (ROSENFELD, 1993, p. 38). As personagens em Querô permanecem



atreladas ao cenário e ao discurso da narrativa dramática, agregando conceitos e significações; justificando, assim, a sua “existência”.

As observações da realidade subalterna circundante foram seminais para que Plínio Marcos as utilizasse em composição ficcional; soando um relato quase testemunhal, flertando, assim, com uma espécie de Naturalismo tardio. Para o romancista, teórico e crítico francês Émile Zola, “O observador apresenta os fatos tal qual os observou, define o ponto de partida, estabelece o terreno sólido no qual as personagens vão andar e os fenômenos se desenvolver” (ZOLA, 1982, p. 31). O autor faz de suas obras a expansão de seus próprios limites; procura revelar a condição humana, a fim de demonstrar a desleal luta do indivíduo (solitário e fragmentado) com o poder (totalitário e hegemônico) instituído. Por fim, resta-nos compreender que o discurso político inscrito na narrativa dramática (desde a situação inicial, passando pelo clímax até o desfecho) torna-se, a fórceps, um dos componentes responsáveis por configurar, na obra, uma espécie de manifesto artístico que está em constante (e permanente) vigilância contra o status quo inerente à esta Terra Brasilis. Se para o poeta palestino Mahmoud Darwish os pássaros estão em busca de seu último céu; Plínio Marcos, com sua singeleza (visceral e lírica) sentencia-nos: “Não sei para onde vamos. Só sei que o importante é ir” (PINTO, 2000, p. 07).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. Sobre a violência. Trad. André de Macedo Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BEVERLEY, John. Subalternidad y representación: debates en teoría cultural. Trad. Mayrlene Beiza y Sergio VillaLobos-Ruminott. Madrid: Iberoamericana, 2004.

CAZUZA; FREJAT, Roberto. Cazuzza: o poeta não morreu. Rio de Janeiro: Universal Music, 2000.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da literatura: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GINZBURG, Jaime. Crítica em tempos de violência. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2012.



LINS, Ronaldo Lima. Violência e literatura. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

MAGALDI, Sábato. Depois do espetáculo. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PALLOTTINI, Renata. Dramaturgia: a construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.

PEREIRA, Luiz (Org.). Populações “marginais”. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PINTO, Carlos. O silêncio da voz dos excluídos. In: Plínio Marcos: um grito de liberdade. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura/Memorial da América Latina, 2000, p. 07. (Coletânea de textos, depoimentos, entrevistas e fotos da exposição “Plínio Marcos: um grito de liberdade”).

PLÍNIO MARCOS. Querô: uma reportagem maldita. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1977.

ROSENFELD, Anatol. Prismas do teatro. São Paulo: Perspectiva, 1993.

RYNGAERT, Jean-Pierre. Ler o teatro contemporâneo. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

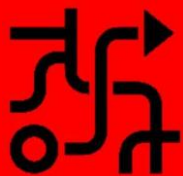
SILVA, Benedicto; NETTO; Antonio Garcia de Miranda. et al. Dicionário de Ciências Sociais/Fundação Getúlio Vargas, Instituto de documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZOLA, Émile. O romance experimental e o naturalismo no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Recebido em 07/06/2025

Aprovado em 09/10/2025



PUGA, Dolores*

<https://orcid.org/0000-0002-8652-4766>

RESUMO: Cinco décadas após sua morte, Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, permanece como um dos mais importantes dramaturgos brasileiros, cuja trajetória no teatro e na televisão esteve profundamente ligada ao engajamento político e à resistência cultural durante a ditadura empresarial-militar. Este artigo, escrito 51 anos depois de seu falecimento e após o marco dos 60 anos do golpe de 1964, analisa sua contribuição estética e ideológica, destacando obras emblemáticas como *A Mais-Valia Vai Acabar*, *Seu Edgar*, *Rasga Coração* e a adaptação televisiva de *Medeia* para a série *Casos Especiais* da Rede Globo em 1972. A partir dessas produções, discute-se como Vianinha articulou elementos do teatro épico, do teatro de revista e da teledramaturgia para construir narrativas que uniam crítica social e inovação estética. Também se examina a atualidade de seu legado, ressaltando a relevância de suas reflexões e práticas artísticas para os desafios contemporâneos à democracia e à justiça social no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Oduvaldo Vianna Filho; Dramaturgia brasileira; Teatro engajado; resistência cultural; teledramaturgia.

ABSTRACT: Five decades after his death, Oduvaldo Vianna Filho, known as Vianinha, remains one of the most important Brazilian playwrights, whose career in theater and television was deeply intertwined with political engagement and cultural resistance during the business-military dictatorship. Written 51 years after his passing and in the aftermath of the 60th anniversary of the 1964 coup, this article analyzes his aesthetic and ideological contributions, highlighting emblematic works such as *A Mais-Valia Vai Acabar*, *Seu Edgar*, *Rasga Coração*, and the television adaptation of *Medeia* for Rede Globo's *Casos Especiais* series in 1972. Drawing on these productions, the study discusses how Vianinha combined elements of epic theater, revue theater, and television drama to construct narratives that merged social critique with aesthetic innovation. It also examines the continuing relevance of his legacy, underscoring the significance of his reflections and artistic practices for addressing contemporary challenges to democracy and social justice in Brazil.

KEYWORDS: Oduvaldo Vianna Filho; Brazilian dramaturgy; Political theater; cultural resistance; television drama.

* Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), na linha Poder e Discurso. Professora Associada do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul do mesmo Campus (UFMS/CPTL). Líder do Grupo de Pesquisa "Usos e Desusos das Linguagens Artísticas" e vice-líder do Grupo "História Antiga e Usos do Passado: novas perspectivas entre o passado e o presente". E-mail: dolores.puga@ufms.br



INTRODUÇÃO

Oduvaldo Vianna Filho, conhecido como Vianinha, é uma figura central na dramaturgia brasileira, sendo responsável por integrar teatro e televisão na luta por uma expressão cultural genuinamente brasileira, comprometido com questões sociais e políticas. Desde jovem, Vianinha demonstrou predileções para o ativismo político e, ao longo de sua carreira, apresentou suas obras como veículo para contestar e problematizar a realidade brasileira. Em 2024, completando 50 anos de sua morte, é possível refletir sobre esse marco significativo que simboliza a sua trajetória e o impacto duradouro de seu trabalho, algo que reverbera ainda em 2025, 51 anos depois. Sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua atuação crítica contra a ditadura empresarial-militar brasileira consolidaram-se como símbolo de resistência cultural e política no país. Analisar sua contribuição é essencial para entender como o teatro e a televisão, além de atuarem como entretenimento, podem ser ferramentas de conscientização e transformação social.

ENGAJAMENTO POLÍTICO NO TEATRO E NA TV

Filho de um dos pioneiros do teatro moderno brasileiro, Oduvaldo Vianna, Vianinha cresceu em um ambiente onde o teatro e o ativismo eram fortemente entrelaçados. Sua filiação ao PCB foi um marco em sua vida e obra, levando-o a explorar temas sociais e políticos em suas criações. A adesão ao PCB e o contexto de perseguição e censura intensificados pela ditadura empresarial-militar a partir de 1964 aumentaram sua interação contra o autoritarismo. Obras como *A Mais-Valia vai acabar, seu Edgar*, de 1960 marcaram o teatro brasileiro ao colocar a luta operária e a vida da classe trabalhadora no palco. Esse compromisso político não apenas potencializou a denúncia contra a opressão e a desigualdade, mas também alimentou uma produção dramática que buscava representar a resistência cultural.

A Mais-Valia Vai Acabar, Seu Edgar é uma peça de caráter didático e satírico, com a qual Oduvaldo Vianna Filho oferece uma crítica contundente ao sistema capitalista e às suas relações de exploração. Utilizando a teoria da mais-valia de Karl Marx, a peça traz uma linguagem acessível e humorada para abordar o cotidiano da



classe trabalhadora, que, em grande parte, desconhecia os mecanismos de exploração. A figura de Seu Edgar representa o empresário, enquanto outros personagens vivenciam as consequências das dinâmicas capitalistas.

A peça é considerada um marco no teatro político brasileiro, pois serviu como um meio de conscientização de classe em um período em que o Brasil vivia entre forças progressistas e conservadoras. Num cenário em que as classes mais baixas eram historicamente desfavorecidas, *A Mais-Valia Vai Acabar, Seu Edgar* promove o questionamento das condições de trabalho e incentiva a reflexão sobre a exploração econômica. Essa obra possibilitou um novo nível de reflexão sobre as desigualdades sociais e a alienação econômica, questões ainda atuais na sociedade brasileira.

Outra importante obra a ser destacada é *Rasga Coração*, de 1974, uma das peças teatrais mais emblemáticas, feitas um pouco antes de sua morte, e se tornou uma obra-prima que questiona os rumores das lutas políticas e sociais. Ao narrar a história de um homem, Manguari Pistolão – que avançou durante décadas por um Brasil mais justo e se vê confrontado por seu filho com o qual questiona a eficácia e o legado das lutas anteriores –, Vianinha explora a complexidade tensionada entre gerações de militantes. A peça oferece uma leitura profunda sobre as frustrações dos ideais revolucionários e sobre como a luta social se transforma, às vezes perdendo o contato com as necessidades de uma nova geração.

Ambientada no Brasil da ditadura militar, *Rasga Coração* dialoga com a perda de liberdade e a resistência política. Manguari é uma figura trágica que vive o conflito de uma geração que tentou reformar o país mas vê sua luta desvalorizada pela juventude. A peça destaca as falhas, mas também as forças, de diferentes projetos de resistência social, e questiona a perenidade do compromisso com a justiça social em tempos de repressão. Sua suspensão inicial pela censura evidencia o quanto essa obra foi considerada perigosa ao regime, sendo liberada apenas em 1979, às vésperas da redemocratização. *Rasga Coração* continua a ser relevante, inspirando reflexões sobre como o movimento social deve se renovar para enfrentar as desigualdades e a opressão.

Além do teatro, Vianinha é lembrado por sua importante contribuição à televisão brasileira. Em um país onde a televisão era cada vez mais dominante, ele foi pioneiro na tentativa de trazer para o meio televisivo o mesmo comprometimento social que sustentava no teatro. No início da década de 1970, Vianinha criou o

programa *A Grande Família* (1972), momento em que conseguiu, mesmo em um ambiente fortemente vigiado, construir narrativas que discutiam temas cotidianos de maneira reflexiva em uma das maiores redes televisivas nacionais: a Rede Globo. *A Grande Família* se destacou pela representação da classe média e suas contradições, funcionando como uma crítica sutil ao regime e aos dilemas sociais enfrentados pelo país. Esse trabalho de Vianinha na televisão rompeu com uma abordagem convencional e lançou uma luz sobre a possibilidade de utilizar a TV para alcançar camadas populares e discutir, ainda que de maneira indireta, temas políticos e sociais.

Além dessa obra, Vianinha se tornou popular ao participar da criação dos chamados *Casos Especiais*, também na Rede Globo, uma série de episódios independentes, que também em 1972 conseguiu produzir a teledramaturgia *Medeia*, inspirada em uma tragédia grega de Eurípides de muito sucesso. A obra, que contou com a participação de grande elenco – como Fernanda Montenegro no papel principal –, suscitou reflexões importantes sobre a grande desigualdade social e o paradoxo diante do chamado “milagre econômico” da ditadura empresarial-militar brasileira. Como outras produções de sua alçada, foi de grande apelo de crítica e público.

TRAJETÓRIA DE VIANINHA: UM DEBATE

Além das visões políticas de seu pai, Oduvaldo Vianna – por meio da adesão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, Vianinha possuía contatos com o teatro brasileiro, sobretudo pela convivência com ele, o qual obteria sucesso com as comédias de costumes do século XIX e começo do XX. Segundo Rosangela Patriota, historiadora e estudiosa de Vianinha, pouco se discutiu acerca do envolvimento de Vianna Filho com as estruturas dramáticas que fizeram parte do trabalho de seu pai. O desenvolvimento da prosódia brasileira, com os aspectos de modernização do texto teatral – elementos fortemente utilizados na dramaturgia que se iniciaria em meados do novo século em diante na busca pela fala coloquial do país e não mais pela linguagem portuguesa – foram legados de Vianna. (PATRIOTA, 2007).

Tais fatores se apontaram de essencial importância para as produções de Vianinha, tanto no que diz respeito à tentativa de se estabelecer um diálogo frutífero com o público, ainda nos fins dos anos de 1950, quanto pela descoberta da capacidade de crítica social das personagens tipificadas. Esse teatro de viés crítico,

viu-

se construído em sua constante observação da realidade nacional, e, nestes termos, o contato deste autor com o teatro de revista também se estabeleceu com relevância¹. No entanto, foi com uma postura diferenciada que Vianinha usufruiu desse legado artístico; afinal, as questões sociais e políticas desse autor, apontadas tanto pelo seu tempo quanto por suas inquietações, eram outras. De acordo com Thaís Leão Vieira, outra pesquisadora do dramaturgo:

A presença de Vianinha, como autor engajado e que estabelece um diálogo com o teatro de revista, é inquietante, pois era alguém que fazia suas opções estéticas mediadas por uma acurada reflexão sobre a conjuntura política e cultural. Oduvaldo Vianna Filho, ao recorrer ao teatro de revista para a composição de seus textos, teve uma perspectiva utópica na medida em que ele não usa essa forma teatral de maneira pejorativa e sim, como proposta de transformação, diferentemente dos intelectuais que desconsideraram esse gênero. (VIEIRA, 2008, p. 7)

O significado “utópico” de suas obras deve ser compreendido como seu caráter político na busca pelas mudanças na vida social. Com o intuito de aprofundar nas possibilidades que o teatro de revista poderia oferecer como aparato em sua dramaturgia, Vianinha utilizaria algumas de suas estruturas formais, tais quais a música; porém, sempre de maneira a adaptar essa estrutura ao seu momento histórico. Para Marques:

[...] boa parte da dramaturgia de índole política no Brasil [diga-se de teor engajado], escrita e encenada a partir de fins dos anos 50, frequentemente se articulou em forma de musical. O gênero correspondia ao programa de um teatro popular, capaz de capturar o público pela sensibilidade ao mesmo tempo em que lhe destinava mensagens politizadas. Em *A mais-valia*, por exemplo, o interesse de Vianinha, Chico de Assis e Carlos Lyra (autor das canções, com letras de Vianna) era o de esmiuçar a noção marxista que dá nome à peça, comunicando-se a plateias numerosas com fantasia, humor e música. (MARQUES, 2006, f. 15-16)

O contato entre o teatro de Vianinha e a música foi um fator determinante para a busca de um trabalho cênico que fosse, sobretudo, de caráter didático. Nestes termos, muito embora o teatro de revista brasileiro tivesse sido um primeiro contato do autor com as formas de utilização da canção como instrumento dramático,

¹ As “personagens-tipo”, como eram chamadas, foram tradição do teatro de revista para construir críticas sobre suas funções e relações na sociedade. Para isso, elencava-se um conjunto de características fixas para cada uma delas, fazendo com que, por meio de suas apresentações durante a peça, o público tivesse um contato de reflexão sobre os pensamentos e atitudes tomadas. Há, neste recurso, certa influência do teatro épico. (VENEZIANO, 1991); (MARQUES, 2006).

certamente Vianinha construiu positivos diálogos com a revista política de Erwin Piscator, em que a base do teatro de agitação se apontou como elemento a favor das questões que abordava a partir da década de 1960 – suas características épicas e não-realistas como fator, tanto para a riqueza poética da criação artística não-objetiva, quanto para uma base de discussão social mais ampla². A peça *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, de 1960, foi fruto dessa fase experimental do Grupo Arena – de que o autor era integrante –, pois já existia a procura cada vez maior pela aproximação com as camadas populares, pela saída das pequenas salas de espetáculos (impasse discutido nos Seminários de Dramaturgia pelo qual fez parte), além de constar em sua estrutura, as ideias de Vianinha aliadas às teorias estéticas e políticas, neste momento, sobretudo das teorias de Piscator. De acordo com Vianna Filho:

É preciso uma outra forma de teatro que expresse a experiência mais ampla da nossa condição. Uma forma que se liberte dos dados imediatos, que organize poeticamente valores de intervenção e responsabilidade. Peças que não desenvolvam ações; que representem condições. Peças que consigam unir, nas experiências que podem inventar e não copiar, a consciência social e o ser social mostrando o condicionamento da primeira pelo último. (VIANNA FILHO, Apud MARQUES, 2006, f. 29)

O elemento épico e didático talvez tenha sido um dos maiores fatores de encontro de ideias entre Vianinha e Paulo Pontes, uma vez que este, além de se engajar na Rádio Tabajara da Paraíba com seu programa “Rodízio”, nos anos de 1950, discutindo de maneira irônica os problemas e dificuldades do povo (sobretudo a questão da subsistência), participou ativamente do CEPLAR (Campanha de Educação Popular) para fazer com que as pessoas pudessem, por elas mesmas, enxergar de maneira crítica a própria realidade. Essa característica pedagógica levaria às futuras relações teatrais de ambos com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC).

Foi exatamente por meio de uma agitação política e pedagógica que Paulo Pontes fazia um trabalho paralelo ao realizado pelo CPC e a UNE de maneira geral. E justamente pelas semelhanças, o encontro entre Vianinha e Paulo se deu em um dos projetos da UNE – a UNE Volante. Esta, ao buscar alcançar a maior parte das

² Segundo Szondi: “A fórmula das tentativas de Piscator – a elevação do elemento cênico ao histórico, ou, em sua acepção formal, a relativização da cena atual em função do elemento não atualizado da objetividade – destrói a natureza absoluta da forma dramática, permitindo que um teatro épico se desenvolva”. (SZONDI, 2001, p. 130).

regiões brasileiras, chegou a João Pessoa e à prática de Pontes. Unem-se, assim, duas visões que se completavam no processo que envolveu o desenvolvimento do teatro engajado brasileiro.

É de suma importância compreender que à medida em que Vianinha passa pelos anos de 1960 na busca desses ideais de “povo brasileiro” – alavancados com os resultados de peças tais quais *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri – suas obras dialogam mais com as teorias de Brecht quanto à defesa da estética teatral aliada ao engajamento. As ideias do teatro épico, com a narratividade e as personagens-tipo faziam parte do desenvolvimento desse projeto de Vianna Filho na busca de um diálogo explícito e objetivo e da determinação cada vez mais sistematizada desse “povo”: o operariado (como na peça de Guarnieri explicitada), os trabalhadores rurais, etc. A visão dialética foi legitimada, em que pese a discussão de uma estrutura econômica da sociedade brasileira, e, nesse sentido, as individualidades foram descartadas das temáticas em prol da relevância da identificação coletiva.

As personagens-tipo ganham novos e aprofundados olhares quanto a uma percepção social e política. Cada expressão dos atores significaria um contato com as considerações de Brecht acerca do *Gestus* como elemento primordial da compreensão dramática.

A atitude que os personagens assumem em relação uns aos outros é o que chamamos esfera do *Gestus*. Atitude física, tom de voz e expressão facial são determinadas por um *Gestus* social: os personagens injuriam-se, cumprimentam-se, esclarecem-se uns aos outros, etc. (BRECHT, 1967, p. 209)³

Contudo, o golpe militar em 1964 trouxe consigo outras atribuições ao significado político. Neste momento histórico, falar em teatro engajado constituía-se na tentativa constante de dizer sobre a falta de liberdades na ditadura, cujas práticas se viam, cada vez mais, na luta pela sobrevivência. Uma luta contra a censura, a violência e o conturbado cotidiano dos brasileiros em geral; e não apenas pela idealização do que fosse o “povo” do país.

Essa recolocação quanto ao papel do teatro nacional na época - responsável por outras sistematizações no campo das escolhas estéticas – foi a atitude tomada

³Dentre as peças de Vianinha as quais percebe-se com mais clareza a característica da teoria do *Gestus* desenvolvida por Brecht, tem-se, além de *A mais-valia*, a obra *O auto dos 99%* (1962), em que as personagens se fundamentam e se expressam segundo caricaturas sociais.

O LEGADO DE VIANINHA NA DRAMATURGIA NACIONAL: REFLEXÕES SOBRE ARTE E RESISTÊNCIA 51 ANOS DEPOIS

por

vários artistas, entre os quais, Vianinha e Paulo Pontes e, posteriormente, Chico Buarque. A criação do Grupo Opinião, por parte dos dois primeiros, no mesmo ano do estabelecimento do golpe simbolizou essa virada de pensamento. Segundo Pontes:

“O grupo Opinião conseguiu formular, em termos práticos, aquilo que existia na teoria. Colocou no mesmo palco Nara, Zé Kéti e João do Valle, que são três vivências diferentes, conseguindo apresentar pessoas de diversas camadas sociais diferentes num palco, todas com a mesma opinião.” (PONTES, 1977, p. 38).

Paulo Pontes aponta, assim, a renovada dimensão política: cada vez mais, representar os problemas do país significava discutir temáticas comuns às várias camadas sociais. Isso foi uma questão muito importante para os diversos artistas, entre eles, Vianinha, que passou a debater também sobre a classe média e classe média baixa, questão que é possível identificar sobretudo em seus trabalhos da década de 1970, após o período de recrudescimento ditatorial com o Ato Institucional número 5 de 1968 (AI-5). Dos exemplos mais consideráveis é possível pensar justamente em peças teatrais como *Corpo a Corpo*, de 1970 – que abordaria a presença de apenas uma personagem: um publicitário que renuncia seu trabalho crítico em busca de alto salário e oportunidade profissional de crescimento na carreira –, e em teledramaturgias como *A Grande Família* e o *Casos Especiais – Medeia*.

Contudo, nesses shows como no *Opinião*, onde a música se torna o elemento principal, o teatro de revista volta a ser uma influência – que marcaria até o fim da carreira de Vianinha –, pelo seu caráter de proximidade com o público devido à urgência e clareza na informação da mensagem; mas também, segundo Patriota, por contribuir à “[...] elaboração de um texto dinâmico, com personagens, estrutura e ritmo definidos, diálogos ágeis [...]” (PATRIOTA, 2007, p. 17). Foi com essas características que Vianinha desenvolveria um texto como *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de 1967, contendo elementos da cultura popular nordestina, tais como a fala.

De qualquer maneira, e em meio a um momento de incertezas, esses artistas começaram a criar diálogos com outras visões estéticas. Para intelectuais como Vianinha, não era um período capaz de fornecer bases a mais cisões entre eles. Era preciso saber dialogar com outras formas de arte; não por pensar que seriam mais “corretas”, mas por compreender que o instante histórico demonstrava a necessidade de unir forças e formas de luta para um possível caminho frente às dificuldades e à falta de determinações quanto ao futuro nacional. De acordo com Patriota:

[...] Vianinha apropriou-se das conquistas da vanguarda para desenvolver um diálogo mais efetivo com aquela circunstância

histórica, isto é, personagens e situações fragmentadas, vários fios narrativos, mesmo com a presença de um eixo central, simultaneidade de ações em diferentes espaços e a iluminação adquirindo um papel fundamental na condução dramática. (PATRIOTA, 2007, p. 32)

As palavras de Patriota são análises não apenas das adaptações da vanguarda feitas por Vianinha. É possível perceber essas características em todo um movimento teatral e teledramatúrgico do período, uma vez que representam a complexidade das diversas questões socioculturais.

As características estéticas como um todo revelam uma questão importante para compreender o processo histórico, tanto para Vianinha, quanto para os demais artistas que com ele dialogavam. Para Patriota: “[...] a diversidade de recursos estéticos se fez presente, não como processo evolutivo, mas como uma apreensão cíclica de ideias e formas a serem (re)significadas pelo próprio momento [...]” (PATRIOTA, 2007, p. 31). Tais considerações são reveladoras ao pesquisador, que necessita observar cada um desses intelectuais como, também, sujeitos históricos pensando e agindo sobre a sua época.

UMA ANÁLISE DE CASOS ESPECIAIS – MEDEIA

O gênero predominantemente dramático somado a outras formas de expressão perpassou, de forma geral, as ideias dramáticas de Vianinha, que buscava dialogar com formas estéticas diferenciadas para corresponder às questões de seu momento histórico. A concepção que apontava positivamente este gênero estaria ainda mais presente no trabalho de ambos na televisão, e, posteriormente, nos *Casos Especiais* desenvolvidos por Vianna Filho na Rede Globo – momento de experimentação de um trabalho mais aprofundado nos âmbitos do realismo e da criação de *Medeia* em 1972.

Vianinha já havia percebido as estratégias de produção da Rede Globo no início dos anos de 1970, com a valorização dos programas nacionais e aproximando, em suas telenovelas, de uma linguagem realista (MORAES, 1991, p. 232-238). Para ele, segundo Dênis de Moraes: “[...] a vinculação com o real atrairia um público mais amplo do que o dos melodramas [...]” (p. 234). Mas foi com os *Casos Especiais* que Vianinha ousaria na tentativa de mesclar as linguagens do cinema e do teatro na

busca de um novo contato com o público. Segundo Paulo Afonso Grisolli, diretor desse programa na Rede Globo:

Ali aconteceu a experimentação mais intensa na busca de uma linguagem, de um processo narrativo através da câmera. [...] *Medeia*, escrita pelo Vianna, apresentava uma evolução, foi muito bem-feita. Era um filão que se experimentava: vamos tentar pegar os clássicos e transpor para a realidade contemporânea. Tudo isso, enfim, refletia a maior inquietude transformadora da televisão no Brasil. (GRISOLLI apud MORAES, 1991, p. 234)

A televisão servia, assim, como um instrumento para que intelectuais como Pontes e Vianinha pudessem estender seu contato com um público que seria inúmeras vezes maior, buscando construir bases para novas experiências capazes de responder ao momento de complexidade do país. Remetendo à sua experiência na televisão, Vianinha explicitou em uma entrevista realizada em 1973:

Como o teatro, a televisão exige a ação dramática e a palavra. Com a diferença de que a televisão tem um compromisso visual que, se aproximando do cinema, é superior a ele. Isso faz com que a televisão tenha uma agilidade maior de cenas e de estímulos. A mim parece que a comunicação da televisão é mais urgente e mais aguda. [...] A linguagem da televisão é um pouco mais complexa: usa menos gente do que no teatro, o diálogo é mais intenso, mais frequente, e a estruturação, mais simples. A linguagem é mais cotidiana que a do teatro, 'voa' menos e se aproxima mais da linguagem falada. Em teatro, às vezes, a força poética do texto é que dá o peso e o clima. (VIANNA FILHO apud MORAES, p. 235)

Os *Casos Especiais* criados por Vianna Filho continham uma valorização do texto, mesmo com falas de personagens mais simplificadas. Tudo isso vinculado à necessidade de fatores visuais e sonoros de *Medeia*. Ao partir de uma análise estrutural dessa obra, percebe-se o sentido que existe na consideração de Grisolli ao afirmar que o fio condutor da narrativa se determina pela câmera. Ela prepara o público e organiza, inclusive nas partes estratégicas, aquilo que é apresentado, cortado para os intervalos comerciais – afinal trata-se de televisão – e, no retorno, seguido com o clima devido para o restante da obra. Porém, mais do esse elemento primordial na trama, ainda é possível observar que a sequência das primeiras cenas se dá pela passagem da canção tema por cada situação e personagem. A música em questão é apontada na rubrica do texto: *Água do Rio*, de Noel Rosa e Anescar Filho:

Tudo ficou diferente
Depois que você me deixou
Dos nossos beijos ardentes
Hoje resta o amargo sabor

Até a água do rio
 Que a sua pele banhou
 Também secou com a saudade
 Que a sua ausência deixou
 A lua não tem mais brilho
 O sol não tem mais calor
 O pomar não dá mais fruto
 O jardim não dá mais flor
 Das noites tão lindas
 Que nos inspiravam o amor
 Hoje só resta saudade,
 Muito sofrimento e dor.
 (VIANNA FILHO, 1999, p. 130)

A música ressalta a dor da personagem Medeia que é traída pelo sambista Jasão quando este vai casar com Creusa (filha de Creonte) – personagem que se torna Alma em *Gota D'água* – e tem que conviver com o abandono para os cuidados de duas crianças que teve com ele. Em linhas gerais, a obra de Vianinha tem como base de enredo Joana, que vive em um lugar pobre do subúrbio carioca, onde Creonte é a personagem responsável por controlar uma escola de samba.

Certamente, a música – na ocasião da teledramaturgia de Vianinha –, já existia antes da criação de sua obra. Ela foi abordada de maneira proposital para a temática. *Água do Rio* possui uma função ao ser apontada na obra de Vianna Filho, e esse fator é relevante, na medida em que nos revela a forma como a linguagem e a estrutura de *Medeia* foi pensada a ser. A música de Noel Rosa e Anescar Filho é apontada inicialmente, ainda no prólogo. É composta de uma intenção capaz de enriquecer as imagens da obra – servindo de “assistente” da câmera – e, ao mesmo tempo, funciona para apresentar cada personagem (suas vivências e personalidades) e como elas se interligam umas às outras.

Abre. Conjunto residencial popular já velho. São muitos prédios. Pobreza. Lixo. É noite. Falta de luz em corredores e pátios. Crioulos reunidos embaixo, cantam a música “Água do Rio” (De Noel Rosa de Oliveira e Anescar do Salgueiro) – CORTE – Apartamento de Medeia no conjunto pobre. Percebe-se que é cuidado com capricho. Medeia sentada numa cama, na sala, ouve no rádio a música “Água do Rio”, ódio no rosto, na alma, na vida. Geme feito bicho acuado. Rosna. Na pia, num canto da sala – pacote de vela, alguidar, dalias, farofa, imagens de umbanda na sala. Seu Exu. Ogum. Fotos de Jasão, com fantasia da ala dos compositores de escola de samba, uma capa de revista com Jasão, faixas de cidadão samba. [...]
 Câmera vai até o quarto. Uma menina, três anos, dorme num catre, outro menino 4, 5 anos, sentado na cama (Outra cama amontoada quase no exíguo quarto). Assustado, Dolores, a vizinha, sentada ao lado dele.

[...]

CORTE. Corneta de alto-falante, em quadra de escola de samba, toca a música “Água do Rio”, caminhão de barril de chope encosta na frente da quadra, cozinheiras preparam panelas enormes. Há frangos depenados, quartos de carne, os barris de chope descem, Creonte dá ordens. Jasão, no meio da quadra, é cumprimentado por amigos. (VIANNA FILHO, 1999, p. 130-131)

Todas essas considerações fazem parte das várias rubricas, cujo papel se fundamenta na explicação detalhada da passagem da câmera (por isso os cortes), os detalhes dos cenários, a importância de cada elemento para as personagens e, assim, se determinar como recurso visual. Neste caso, a música é um fator de continuidade de ações e cenas, como se cada personagem agisse logo após as ações do outro. Ainda em outros pontos, quando a câmera não possui mais a música como auxiliar, as cenas se desenrolam como se acontecessem ao mesmo tempo – e esse efeito se dá justamente pelos cortes como elementos cênicos.

CORTE - No apartamento de Medeia a música pára de tocar no rádio
LOCUTOR - De Jasão de Oliveira - “Água do Rio”. Jasão de Oliveira casa amanhã com a Creusa, a princesinha de Guadalupe...

Medeia desliga o rádio. Anda como fera acuada. Vai para a pia. Põe areia numa panela, milho, alho. Põe a panela no fogo e vai ao quarto. O filho está deitado agora mas de olho aberto, assustado. Dolores, sentada ao pé da cama, olha com medo para Medeia.

CORTE - Creonte e Jasão sozinhos. Creonte abraça e conduz Jasão.

[...]

CREONTE - [...] essa Medeia anda pelas ruas imprecando de mim, cuspiendo veneno em esquina e porta de botequim, tenho medo dela. Tomei a decisão de expulsar ela do bairro, e vai ver, teus filhos vão ter que ir juntos.

JASÃO - Faz isso não seu Creonte, faz não. Me dá um tempo vou conseguir falar com ela, fazer um acerto, é que ela não quer me receber. Não quer palestrar, mas ela acalma. Deixa a vida correr um pouco por ela mesma.

Medeia, alucinada, faca na mão. CORTA - num armário, no quarto dos filhos de Jasão. (VIANNA FILHO, 1999, p. 131-132)

O corte das cenas nos diálogos entre Jasão e Creonte revela características abordadas por Vianinha ao explicar a forma dos diálogos de uma obra transmitida na televisão. Muito embora possuam intensidade, sua estrutura é simples e se aproxima da fala coloquial. Mesmo possuindo personagens que conduzem suas ações e pensamentos, não é por meio do diálogo que esses elementos são revelados. Em diversos momentos, a imagem é a responsável por passar uma mensagem detalhada e forte, fornecendo as características profundas das personagens.

Pode-se tomar como exemplo a cena em que Jasão vai conversar com Medeia, buscando convencê-la de ser mais racional. Ele não consegue persuadir Creonte de evitar que a expulse do lugar onde mora, restando a ela apenas um dia – ela tem dívidas a pagar em seu apartamento e Creonte se julga poderoso o suficiente para expulsá-la –, mas tenta mostrar a ela que a falta do bom senso é que poderá provocar a desgraça dela e dos filhos. Jasão quer que Medeia não o proíba de vê-los. Eles estão na casa da vizinha Dolores.

JASÃO - Não adianta conversar com você. Se você aceitar a sensatez, poderá ficar aqui, eu me comprometo, é minha palavra. Verei meus filhos muitas vezes [...]

[...]

MEDEIA – Vai embora, Jasão, sai sai. (Abre a porta) Vai para a tua menina de 18 anos que nunca vai exigir lealdade de você, só vai exigir brilhos. Isso você tem Jasão, vai, vai para o teu casamento.

Jasão vai. Vai até a porta de Dolores. Bate. Dolores Abre. Os filhos com ela. Jasão se abaixa, abraça os filhos. Beija a menina longamente. Passa a mão nos seus cabelos.

MENINA - Você vai voltar?

JASÃO - Vamos ver, mocinha. Vamos ver.

Jasão se abraça com a menina. Fala com ela. Fala com o menino. Medeia olha. Encosta-se na porta. Seu rosto vai marcando sua terrível descoberta.

MEDEIA – (Voz) Você gosta dos seus filhos, não é, Jasão? É capaz de abandoná-los, mas gosta deles, não é? Eles te admiram. Te dão a impressão de que você se interessa pelos outros. Meu Deus! Então é esta a vingança? É isto que tenho que fazer?

Jasão trás os filhos até diante de Medeia. Olha-a ainda uma vez, como se esperasse uma mudança na decisão de Medeia sobre eles.

MEDEIA – (Voz) É isso! São vocês. É com vocês que a dor dele será insuportável. Teus filhos, Jasão! Vou acabar com o pouco que você pôs no mundo!

Jasão sai. Medeia entra com os meninos. (VIANNA, FILHO, 1999, p. 144) [destaque nosso]

A complexidade apontada por Vianna Filho acerca da linguagem televisiva – linguagem essa ainda mais ousada nos *Casos Especiais* – se encontra, assim, na mescla desses fatores: aquilo que cruza, como efeito estético, os diálogos com a apresentação das personagens por meio das imagens – que no caso do texto, são simbolizadas pela rubrica. Essas concepções traduzem a riqueza dos elementos da rubrica de *Medeia*, ao mesmo tempo em que transmitem a densidade das situações com cada fala. Ao final da obra, Medeia envenena seus filhos e foge de táxi. Ela não suporta o que fez e acaba tomando do mesmo veneno. Crianças e Medeia morrem.



UM LEGADO COMO RESISTÊNCIA: OS 60 ANOS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO

A adaptação de Medeia por Oduvaldo Vianna Filho, transmitida em 1972 na série Casos Especiais pela Rede Globo, é um exemplo fascinante de como o clássico grego foi reinterpretado para dialogar com o contexto político e social brasileiro. Escrita em plena ditadura militar, a peça utiliza a tragédia de Eurípides como veículo para refletir sobre a opressão, as relações de poder e os dilemas éticos que permeavam o Brasil daquele momento.

Na versão de Vianinha, a obra ultrapassa os limites da tragédia familiar e conjugal para oferecer uma alegoria do autoritarismo e da violência estrutural que marcavam o regime militar. A traição de Jasão e a expulsão imposta à Medeia feita pelo poderoso Creonte podem ser lidos como metáforas da perseguição política e do sentimento de exclusão vivenciado por aqueles que ousavam questionar a ordem vigente. O destino trágico da protagonista reflete o dilema moral de quem resiste às opressões de um sistema, mesmo quando isso exige escolhas radicais.

A ditadura empresarial-militar brasileira se consolidou como um regime marcado pela exclusão sistemática de vozes dissonantes. Nesse contexto, a figura de Medeia, uma mulher excluída pela sociedade em que vive, dialoga diretamente com as experiências daqueles que foram marginalizados ou perseguidos pelo regime. O sentimento de abandono e traição de Medeia pode ser visto como um reflexo da ruptura da sociedade brasileira com os ideais de liberdade e democracia que haviam florescido antes de 1964.

Além disso, o ato final da tragédia, em que Medeia toma uma decisão drástica e violenta para desafiar o poder que a oprime, ecoa os dilemas enfrentados por aqueles que lutaram contra o regime, frequentemente à custa de suas próprias vidas ou da segurança de seus entes queridos. A peça, nessa leitura, não apenas denuncia a violência do autoritarismo, mas também problematiza os limites éticos da resistência.

Em 2024, completando 60 anos do golpe, a sociedade brasileira enfrenta desafios que tornam o resgate do legado de Vianinha mais urgente do que nunca. Em tempos marcados por crises econômicas, polarização política e ataques às instituições democráticas, a obra de Vianinha surge como um lembrete poderoso do



papel que a arte pode eleger na conscientização social e na luta por justiça. Retomar sua dramaturgia não é apenas um ato de homenagem, mas uma forma de fortalecer os laços com a história de resistência e reforçar o compromisso com a democracia.

É fundamental considerarmos a importância de artistas como Oduvaldo Vianna Filho, que transformaram sua arte em uma arma contra a opressão. Seu trabalho é um lembrete de que a luta pela justiça social, pela igualdade e pela democracia é contínua e multifacetada. Vianinha não apenas denunciou as injustiças de sua época, mas também construiu uma obra que inspira ação, reflexão e transformação. Em um Brasil que ainda busca superar as marcas do autoritarismo e construir uma democracia plena, o legado de Vianinha serve como um farol. Ele nos mostra que a resistência é possível, mesmo nos momentos mais sombrios, e que a arte pode ser um dos instrumentos mais poderosos para imaginar e construir um futuro melhor. Portanto, revisitar sua obra em 2024 é mais do que necessário – é um ato de renovação de nosso compromisso com os valores democráticos e de justiça social que ele tanto defendeu.

Cinco décadas após sua morte, o legado de Oduvaldo Vianna Filho permanece essencial na dramaturgia nacional, tanto no teatro quanto na televisão. Suas obras continuam a ser referências na representação da luta pela democracia, dos direitos civis e da resistência cultural em tempos de repressão. Vianinha simboliza um modelo de dramaturgo que usou sua arte não apenas para entreter, mas como ferramenta de reflexão e denúncia, o que incentiva novos dramaturgos a seguirem uma linha de teatro e TV comprometida com a realidade social. Esse legado é de extrema relevância em um país que continua a enfrentar desafios de igualdade e justiça. O resgate e a análise de sua obra em 2024 são também um convite para que as novas gerações se inspirem em seu exemplo de engajamento e luta, reconhecendo a importância de um teatro e uma televisão que sirvam à conscientização política e ao empoderamento social.

REFERÊNCIAS

BRECHT, Bertolt. *Teatro dialético* – ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MARQUES, Fernando. “*Com os séculos nos olhos*” – teatro musical e expressão política no Brasil, 1964-1979. 2006. 386 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1524. Acesso em: 19 abr. 2008.

MORAES, Dênis. de. *Vianinha* - Cúmplice da paixão. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.

PATRIOTA, Rosângela. *A crítica de um teatro crítico*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno* [1880-1950]. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

VIEIRA, Thaís Leão. Humor e utopia em Oduvaldo Vianna Filho. Fato & versões – Revista de história da faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, v. 1, n. 1, jan./jul. 2008. Disponível em: www.catolicaonline.com/fatos_verseoes. Acesso em: 21 mai. 2008.

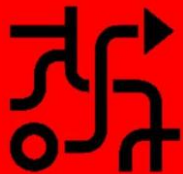
Fontes:

PONTES, Pontes. Entrevista inédita com Paulo Pontes. In: BARROS FILHO, Omar de; VEIGA, Rui. (Orgs.). *Paulo Pontes – a arte da resistência*. São Paulo: Versus, 1977, p. 38. v. 1. Coleção Testemunhos.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Medéia*. Cultura Vozes. Petrópolis: Vozes, v. 93, n. 5, 1999.

Recebido em 13/08/2025

Aprovado em 02/10/2025



Amaral, André Luiz do*

<https://orcid.org/0009-0004-3882-0562>

RESUMO: Este ensaio procura refletir sobre os conceitos de autoritarismo e linguagem a partir de artefatos literários que remontam a Kafka e avançam na direção da produção mais recente do escritor francês Jean-Yves Jouannais, cuja obra, ao emular a continuidade dos acontecimentos históricos vinculados à ideia de guerra e catástrofe, propõe a ruptura com o continuum da História, num sentido benjaminiano, e uma resistência ao fascismo da linguagem, num sentido barthesiano.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo; Ruinologia; Literatura; Franz Kafka; Jean-Yves Jouannais.

ABSTRACT: The text This essay seeks to reflect on the concepts of authoritarianism and language through literary artifacts that trace back to Kafka and advance toward the more recent production of French writer Jean-Yves Jouannais, whose work, by emulating the continuity of historical events linked to the idea of war and catastrophe, proposes a rupture with the continuum of History, in a Benjaminian sense, and a resistance to the fascism of language, in a Barthesian sense.

KEYWORDS: Authoritarianism; Ruinology; Literature; Franz Kafka; Jean-Yves Jouannais..

* Professor de Literatura Portuguesa e Teoria Literária na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). Bacharel em Teologia e Licenciado em Letras – Português, Mestre em Literatura (UFSC) e Doutor em Letras (UNESP/São José do Rio Preto). Email: amaral.andre@ufms.br



“Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína”
Caetano Veloso, Fora da Ordem

INTRODUÇÃO

À procura de vestígios, de rastros das múltiplas formas de autoritarismos na cultura, em artefatos literários e artísticos, sobretudo, este ensaio tem por objetivo um tipo de análise que eu denominaria *indicial*. Procurarei me situar, na medida do possível, fora de qualquer *doxa*, a começar não por ideias definidoras, mas por certa abertura de pensamento que talvez possa ser considerada inadequada para espaços acadêmicos. Essa abertura, esse jogo, vai ao encontro dos conceitos por meio de uma construção constelar, pela evocação de diferentes fontes e materiais para, por fim, tentar chegar a uma contribuição fragmentária ao tema proposto. Esse método – ou, no limite, a falta dele – se constitui por uma resistência, pela luta contra uma imposição da linguagem, no sentido da descrição que dela fez Roland Barthes:

Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer. Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder. [...] Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado. Só se pode sair dela pelo preço do impossível: pela singularidade mística, tal como a descreve Kierkegaard, quando define o sacrifício de Abraão como um ato inédito, vazio de toda palavra, mesmo interior, erguido contra a generalidade, o gregarismo, a moralidade da linguagem; ou então pelo amen nietzschiano, que é como uma sacudida jubilatória dada ao servilismo da língua, àquilo que Deleuze chama de “capa reativa”. Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. (BARTHES, s.d., p. 13-15).

Segundo Barthes, a literatura seria, dentre muitas outras definições mais positivas, um modo de trapacear o autoritarismo da linguagem, isso porque toda literatura possui um caráter destrutivo, um potencial de desarticulação das normas, das leis de funcionamento de uma língua e de desajuste entre o mundo real e o mundo representado. A literatura, portanto, em certo sentido, arruína a língua e nos permite, num segundo ato, adentrar seus escombros. Naquilo que resta, vemos o funcionamento das engrenagens, as operações de sentido que movem nossa percepção. Esse movimento no interior da linguagem não depende de um



engajamento individual, senão de uma atuação da forma, de uma ruptura que se engendra nos textos, para além de posicionamentos ideológicos de quem os escreve.

KAFKA E A RESISTÊNCIA DA LITERATURA

Romper com um padrão de representação do real: eis o procedimento de que também Kafka é mestre e talvez nele repouse o exemplo mais evidente de tal resistência. As descrições de um mundo fechado e administrado que vemos em cada um dos seus relatos, de microcontos como “Pequena fábula” e “A partida”, aos textos mais longos como “A metamorfose”, “Diante da lei” e “Na colônia penal”, dão conta de uma transcendência vazia, de uma condição essencial dos sujeitos modernos que estão desorientados diante do mundo que os cerca e deles mesmos. E, assim, buscam um *fora do mundo* que é também um *fora da linguagem*, como indica uma personagem kafkiana a partir do desejo de saída e de extravasamento de um mundo sitiado pela contingência ao ser interrogada sobre o destino de sua viagem: “só sei que é para fora daqui, fora daqui. Fora daqui sem parar: só assim posso alcançar meu objetivo” (KAFKA, 2002, p. 141). Trata-se, como afirma Judith Butler acerca de Kafka, de uma “poética da não-chegada”, na medida em que a literatura suspende o tempo histórico ao se inserir nas brechas da representação e, com isso, provoca igualmente uma deriva da significação (BUTLER, 2013, p. 237). Ou como escreve Adorno, “é uma arte de parábolas para as quais a chave foi roubada” (ADORNO, 1998, p. 241).

Apesar disso, pode-se dizer – sem medo de um grande erro interpretativo – que em Kafka vislumbramos a configuração de discursos sobre o autoritarismo em diversos níveis: burocrático, jurídico e, num sentido mais direto, na violência física. É, a propósito, em “A colônia penal”, que o filósofo italiano Giorgio Agamben enxerga a relação mais forte entre linguagem e totalitarismo. Segundo ele, nesse texto a máquina de tortura, instrumento de julgamento e punição é, antes de tudo, uma alegoria da linguagem, que se desintegra quando entra em desacordo com uma ideia de justiça cujo cumprimento é inalcançável (AGAMBEN, 1999, p. 112-116). E Leandro Konder vê nessa novela, escrita em 1914 e publicada em 1919, uma profética “prefiguração do que veio a ocorrer depois de 1933, quando o nazismo subiu ao poder” (KONDER, 1974, p. 113).



Noutros termos, diríamos que a questão de fundo, em Kafka, é a catástrofe como *continuum* da história, uma temática que ele recupera pela releitura de Homero, pela reinvenção do mito. É, de certo modo, a concretização literária da conhecida frase benjaminiana nas *Teses sobre o conceito de história*:

A tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará. (BENJAMIN, 2013, p. 13)

Em Benjamin, interromper esse *continuum* é a tarefa de uma atitude revolucionária que se dá por uma compreensão não-linear da História, na percepção de uma *Agoridade (Jetztzeit)*, *salto do tigre para o passado*. Na verdade, com Kafka e para além dele, toda a literatura ocidental, desde a *Ilíada*, se preocupa com a representação da catástrofe. Trata-se de uma forma de resistir ao descompasso interno da linguagem: entre esse caráter autoritário que lhe é intrínseco e a possibilidade de, transmutada a linguagem comum em linguagem poética – em literatura, portanto – gerar uma revolução.

Assim, poderíamos ler a história literária do Ocidente a partir dessa série: de Homero em diante, os relatos se desenvolvem em torno da obsessão, ou melhor, de uma (com)pulsão pela leitura e decifração de um mundo despedaçado pela força – uma força sumária, homicida - como muito apropriadamente esclarece Simone Weil:

O verdadeiro herói, o verdadeiro tema, o centro da *Ilíada*, é a força. A força que é manejada pelos homens, a força que submete os homens, a força diante da qual a carne dos homens se contrai. A alma humana aparece, no poema, modificada por suas relações com a força, arrastada, obcecada pela força que ela julga dominar, curvada sob a pressão da força que ela sofre. Os que tinham imaginado que a força, graças ao progresso, pertenceria doravante ao passado, puderam ver nesse poema um documento; os que sabem discernir a força, tanto hoje como outrora, no centro de toda a história humana, vêem nele o mais belo, o mais puro dos espelhos.

A força é o que transforma quem quer que lhe esteja submetido a uma coisa. Quando ela se exerce até o fim, transforma o homem em coisa no sentido mais literal da palavra, porque o transforma em cadáver. Era uma vez alguém e, um instante depois, não há mais ninguém. (WEIL, 1979. p. 319)

Impossível não ceder aos exemplos e à tentação de evocar outras leituras que são, igualmente, tentativas de traçar a história e os espaços dessa força destruidora:



W. G. Sebald, com *Austerlitz* e *Guerra aérea e literatura*; Primo Levi e a experiência do Holocausto em “*É isto um homem?*”; *Le Diable à Paris*, de Balzac; A pentalogia *O Reino*, de Gonçalo M. Tavares; *Cascas*, de George Didi-Huberman, muitos poemas de Drummond, em *Sentimento do Mundo* ou na *Lição de Coisas*; o *Locus Solus* de Raymond Roussel; a última cena de *Um homem que Dorme*, de Perec; *Viagem ao Fim da noite* de Céline; *O Bom soldado Sveik*, de Jarolsav Haseck; e Beckett, Bellatín, Borges, Bolaño... Haveria muitos caminhos... Mesmo nas Vanguardas, com o fascínio do poder e da guerra que toma de assalto surrealistas e futuristas, claudicantes entre a adesão ao comunismo ou ao fascismo. Enfim, uma plêiade de escritores e textos a girar, sincronicamente, em parataxe caótica que poderia ser interminável a depender da extensão do repertório.

Essa obsessão leva à sensação de que a literatura moderna talvez seja não muito mais do que isso: *ruinologia*, tentativa de compreender o mundo nos restos de corpos, cidades, construções, memórias. Eis, assim, uma hipótese derivada, segundo a qual escrita e a leitura modernas seriam não mais nem menos do que outra forma, muito peculiar, de historiografia e geografia, formas de experiência de uma topofobia, operando na linguagem modos de reconfiguração, de escape, de denúncia e de recusa a essas paisagens do medo, paisagens do mundo.

Nesse sentido, a literatura moderna, desde o Romantismo, estaria em oposição a uma visão positiva do mundo em que o apego aos espaços e a ligação com o circundante se daria nos termos de uma topofilia mais ou menos ingênua, passiva e idílica. Assim, a *ruinologia* operaria qual uma “regressão arqueológica”, expressão que, como escreve Raúl Antelo, sinaliza algo “como o realismo borgeano, elusiva, o anverso pontual do eterno retorno: ela não busca repetir o passado, mas quer deixá-lo fluir para aquém e para além do próprio passado, encontrando o que nunca existiu” (ANTELO, 2016, p. 19).

JEAN-YVES JOUANNAIS E A CATÁSTROFE

Para não nos perdermos demais na floresta de textos e nas coordenadas do sentido, gostaria de direcionar essa reflexão a um escritor contemporâneo que tem feito da leitura da catástrofe e da guerra - de formas de autoritarismo, portanto - seus temas obsessivos: Jean-Yves Jouannais.



Há mais ou menos cinco anos, quando preparava um curso sobre o *shandismo*, aquela espécie de recusa resignada à criação que se manifesta em personagens literárias como Bartleby e Oblómov, cheguei a Jouannais quase por acaso, pela leitura de *Bartleby & Cia* (2004), do espanhol Enrique Vila-Matas, com quem ele estabelece um interessante jogo derrisório em torno da noção de autoria, através da atribuição cruzada de textos.

Jouannais (1964-) é um crítico de arte e escritor, co-fundador da *Revue Perpendiculaire* (1985-2000), órgão do grupo francês de pós-vanguarda *Société Perpendiculaire*, dedicado ao “depressionismo”, termo que indicaria a situação dos sujeitos num mundo fragmentado. A atividade do grupo – a que pertenceram também nomes quiçá mais conhecidos, como Michel Houellebecq, Nicolas Bourriaud e Christophe Duchatelet – se caracteriza pelo exercício experimental de reflexão sobre as artes e a cultura de massa que desafia as noções de bom gosto e bom senso e, ademais, se estabelece na relação entre literatura e vida cotidiana.

Destacam-se, entre os livros de Jouannais, *L’Idiotie: art, vie, politique - méthode* (2003) e *Artistes sans oeuvres - I would prefer not to* (2009). Sua notabilização se deu, contudo, por um projeto intitulado *L’Encyclopédie des Guerres*, série de conferências performáticas realizadas no Centre Pompidou, em Paris, desde 2008. Assim ele explica o projeto:

Chama-se, com toda a modéstia, *A Enciclopédia das Guerras*. É um livro em vias de se escrever, e que se escreve em público, no palco. O senso comum implica que a escrita de uma obra seja motivada por um projeto específico, o desenvolvimento de uma teoria. Supõe-se que o sujeito pré-existe à escrita, que o livro oferece o espaço para a sua demonstração. Agora, trata-se aqui de fazer do ensaio o lugar de elucidação do seu próprio pretexto. Uma análise especulativa cega, centrada não na afirmação de uma tese, mas, centrífuga, na descoberta dos seus primórdios, na nomeação do seu pretexto. Além disso, o princípio desta investigação é o da franqueza, e o seu método, a idiotia. No romance inacabado de Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, esses dois pesquisadores da verdade se engajam sucessivamente em pesquisas sobre poesia, agronomia, medicina, geologia, dietética, religião, consultando milhares de obras e entregando-se a tantas experiências para sempre, no final, colherem incompreensão, sendo colhidos pelo fracasso. Estranhamente, em nenhum momento os dois autodidatas de Flaubert mergulharam no campo da guerra, deixando de lado a poliarcética, a arte de sitiar cidades, ignorando a chamada ciência estratégica. Queria escrever à minha maneira este capítulo ausente, esquecido por Flaubert. Tomo emprestada a sua técnica e a sua ambição ridícula dos dois copistas de Flaubert. É assim que constituo uma “biblioteca de guerra”, acumulando de forma aleatória e



acidental todas as obras, ensaios, contos, livros técnicos que tratam do tema da guerra. Não me imponho nenhum corpus a priori, nem procuro obras consideradas capitais ou essenciais. Não sou historiador nem especialista em polemologia. Na verdade, em nada. É como amador, como escritor, ou mais precisamente como personagem de um romance, que abordo este projecto, recolhendo ao longo das minhas leituras, fragmentos de frases, termos, imagens, lendas, anedotas, reunindo-os num impraticável e indecifrável gabinete de curiosidades que naturalmente assume a forma de uma enciclopédia. Uma *Enciclopédia Impossível das Guerras*, da *Ilíada* à Segunda Guerra Mundial. Não sei por que “a guerra”, e muito menos por que a guerra que me “interesse” terminaria em 1945. A *Enciclopédia das Guerras* não se destina a comentar o fenómeno da guerra, mas a explicar a mim mesmo de que modo esse assunto me interessa”. (<https://www.centrepompidou.fr/fr/programme/agenda/evenement/DH OA3B>)

Do projeto da *Enciclopédia*, que dura mais de dez anos, resultaram uma exposição, *Topographies de la Guerre (2011) [com Diane Dufour]*; e três outros livros: *L’usage des ruines: portraits obsidionaux (2012)*; *Les barrages de sable (2014)*; e *MOAB (2018)*. Nos três, o gesto de empilhamento narrativo é quase anedótico.

Les barrages de sable é, por irônico que possa parecer, um livro sobre a arte de construir castelos e as semelhanças dessa prática com as estratégias de defesa militar. Muito embora o subtítulo o classifique como “tratado de castelologia litoral”, trata-se menos disso do que de uma mistura de gêneros, entre o relato e o testemunho, a citação e a experiência pessoal. O estilo compósito é a marca mais evidente de Jouannais, afinal, nele a forma se adequa ao tema, e a ruína do mundo se transporta para dentro da esfera textual.

MOAB guarda semelhanças com um poema épico sobre uma batalha imaginária – a mãe de todas as batalhas: *Mother of All Battles*, no acrônimo em inglês – que seria a conjuração de pedaços desconstruídos da história humana da guerra. Aliás, o subtítulo informa que estamos diante de uma “Epopéia em 22 cantos”. O procedimento de criação é o recorte e a citação. A irregularidade do projeto é deliberada, tanto no aspecto linguístico-gramatical quanto no estilo vacilante, no trânsito entre os tempos e no acúmulo de experiências e relatos. O que se produz, na leitura, é o confronto com um texto entre escombros da linguagem, numa dicção que não se resolve, uma vez que sempre está a vasculhar, à procura de artefatos que nunca bastam para a composição de uma totalidade narrativa.



Já *L'usage des ruines*, sobre o qual gostaria de me debruçar brevemente a seguir, é uma espécie de repositório de imagens, como que uma coleção de fotografias de um sítio arqueológico muito extenso que abrigasse toda a História do horror ou, ainda, um esboço cartográfico da catástrofe.

O USO DAS RUÍNAS DA LINGUAGEM CONTRA O(S) AUTORITARISMO(S)

Começemos pelo subtítulo: *retratos obsidionais*. O adjetivo obsidional remete de imediato à obsidiana, rocha ígnea resultante do rápido resfriamento e sedimentação de lava vulcânica e de aparência semelhante ao vidro polido. Os textos de Jouannais são obsidionais nesse primeiro sentido: cristalizações não-transparentes, enegrecidas, opacas, cuja interpretação resulta de uma observação quase microscópica da sua estrutura e composição. Mas o termo, como estilhaços de um projétil, se espraia e faz referência, simultaneamente, a outras coisas, como à atividade obsessiva do pensamento que é própria da arte – e da guerra:

[...] patologias que emergem entre a população das cidades sitiadas. Atadas à má nutrição e ao cariz ansiogênico das guerras, elas testemunham sobretudo a maneira pela qual uma obsessão sitia um espírito. Sitar, isso é obsedar. *Obsidere* produziu esses dois verbos, os quais descrevem a mesma ação. Ser, enquanto indivíduo, objeto de uma obsessão, é estar sitiado do mesmo modo que uma cidade pode estar submissa a um bloqueio. Os artistas não têm ideias, é mais uma obsessão que os possui. Pode-se construir em torno de ideias. Elas constituem os elementos de uma paisagem mental suscetíveis de projeção. É possível considerá-las segundo as perspectivas nas quais permanecemos os mestres, ajustar segundo sua própria vontade a distância que delas nos separa, abandoná-las para nos dedicarmos a outras. Permanecemos livres diante das ideias. Mas assim que elas se esquivam, na vazante dessa maré se manifesta um regime especulativo de outra natureza. Aquele da obsessão. A obsessão permanece uma ideia, mas sua economia se revela patológica. Obsidional, ela cinge, sitia. É ela que manobra campanhas, impõe sua estratégia, cruza as trincheiras de aproximação, interdita todo o comércio exterior, traduz toda iniciativa intelectual em termos de poliorcética, termo pela qual é designada a ciência dos estados de sítio. A arte não pode ser senão obsidional, produzida sob a coação do bloqueio da obsessão. É por isso que a literatura nasce com o relato do estado de sítio de uma cidade. (JOUANNAIS, 2012, p. 7-8)¹

Alojada no interior do pensamento, a obsessão pelas ruínas se transforma, em Jouannais, num estado de sítio que atinge a linguagem, ela mesma arruinada

¹ Todas as citações que, como esta, partem de línguas estrangeiras, são traduções próprias.



como modelo, no esfacelamento interno das formas, na sua deriva, no seu testemunho ilusório e na derrisão a que submete as catástrofes humanas, das quais a guerra e o estado de exceção são epítomes. Poderíamos pensar, assim, para retornarmos ao princípio desta reflexão, na língua/gem como sistema autoritário, nas suas teorias e, por conseguinte, na literatura como desvio, resistência, subversão contra esse sistema arbitrário que aproxima e afasta enquanto agencia validações e apagamentos.

A obsessão de Jouannais poderia – não fossem os limites da escritura – se desdobrar ao infinito, porque no fundo ele é “um poeta que trabalha com o eterno rascunho de um romance que nunca terá que publicar, não há material nem tempo no mundo para imprimi-lo, e para o qual, portanto, em nenhum momento, imaginar uma forma definitiva” (VILA-MATAS, 2023, p. 13). Por outro lado, ele nunca cede ao louvor da catástrofe, ao fetiche de sua reprodução gratuita, porque sua operação é no interior da linguagem, como seu o funcionamento desta remetesse ao daquela. Há, em Jouannais, um processo de regressão arqueológica que se funde à topologia da guerra. Trata-se de reorganizar discursos, eventos, personagens – ou seus destroços – e situá-los numa cartografia própria, a um só tempo imaginária e precisa, ao mapear o horror como práxis civilizacional.

Assim como a topologia da guerra é a do medo, a compreensão da história é a da catástrofe. E esses procedimentos, num entre-lugar historiográfico\geográfico, só podem, para gerar sentidos, se expressar como efabulação. Porque a mimese moderna opera esse modo de escrita e leitura do mundo como *medium* não coincidente com acontecimentos, permitindo sua reelaboração no presente. Da tarefa de “escovar a história a contra pelo” benjaminiana ou de “remontar a história a contra corrente” resulta um palimpsesto de experiências e personagens. Essa obsessão, que atravessa os 22 relatos, é patente desde a dupla epígrafe que funde “A Canção de Rolando”, uma canção de gesta do século XI, a um trecho de *Losses*, do poeta estadunidense Randall Jarrel, de 1948. O que une as evocações, nesse paideuma amplo e desigual, é a experiência de fundo de ambas: a guerra. Mas não qualquer guerra, episódica e passageira; trata-se de uma experiência incrustada na vida de cada sujeito e na cultura, como processo educacional e civilizatório, impositivo e, portanto, autoritário.



Estruturalmente, *L'usage des ruines* possui 22 relatos, como *MOAB*, emulando a forma da *Ilíada*, que tem 24 cantos. Em Jouannais, os 22 relatos estão emoldurados por um prólogo – que cumpre a função de descrever suas motivações e influências, sendo a *História Natural da Destruição*, de W. G. Sebald, a principal delas – e um epílogo, que distende a limitação temporal do livro para além da II Guerra, pela inserção de uma história do presente relativo, situada nos acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

Cada relato é dedicado à história de uma personagem, célebre ou marginal, embora o destino trágico em comum seja o fio condutor das narrativas. As personagens gravitam todas ao redor de escombros, de cidades sitiadas, saqueadas, incendiadas, de paisagens devastadas, com sói ocorrer a espaços nos quais as guerras são travadas. Todas as personagens estão implicadas na produção de ruínas, como vítimas ou algozes: do Império Romano, com Marcus Antonius Primus, ao Holocausto, com Albert Speer, arquiteto do nazismo. O tempo histórico mobilizado se constitui em espiral que conjuga a Alemanha do Terceiro Reich à Ebla, antiga cidade da Acádia, incendiada pelo rei Naram-Sîn.

A erudição, notável e impressionante, permite que se borrem os limites entre o factual e o ficcional, no deslocamento dos macro aos microrrelatos, na investigação das motivações e dos efeitos da violência na cultura. Todavia é preciso pontuar que não se trata de historiografia ou de romance histórico. Diferentemente, *L'usage des ruines* mais se aproxima da construção de uma lista de eventos, inventariados e compilados. Por isso mesmo, Marie-Jeanne Zanetti bem observa que “a obra põe em cena uma totalidade esparsa de anedotas nas quais a forma responde às ruínas que elas nomeiam” (ZENETTI, 2013, p. 1-2).

Desse modo, o uso das ruínas parece lutar contra uma crise da narração que é fruto da pobreza da experiência, de um emudecimento que, segundo Benjamin, é resultante justamente do contato com o Horror:

Uma coisa é clara: a cotação da experiência baixou, e isso aconteceu com uma geração que fez em 1914-1918, uma das experiências mais monstruosas da história universal. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Não se tinha, naquela época, a experiência de que os homens voltavam mudos dos campos de batalha? Não voltavam mais ricos, mas mais pobres de experiências partilháveis. Aquilo que, dez anos mais tarde, fomos encontrar na grande vaga dos livros de guerra, era tudo menos experiência contada e ouvida. não, o fenômeno não é



assim tão estranho, porque nunca a experiência foi mais desmentida: a da estratégia pela guerra de trincheiras, as econômicas pela inflação, as do corpo pela fome, as morais pelos detentores do poder. Uma geração que ainda foi à escola pelos carros puxados a cavalos, viu-se de repente num descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano, minúsculo e frágil. (BENJAMIN, 2013, p. 86)

Temos, então, em Jouannais, a produção de presenças a partir de corpos mutilados, antes ausências fantasmáticas produzidas pela guerra, constante universal da história. Há como que uma nostalgia do relato, uma necessidade obsessiva de romper a mudez que a violência do campo de batalha impinge às testemunhas. O texto é o lugar potencial, portanto, para a recuperação da memória dilacerada e para propor pervivências impossíveis no real. O efeito é de um amontoamento de vestígios, como se passado e futuro se imbricassem no presente da leitura, *locus* de reinterpretação do percurso da humanidade que se inscreve sob um emblema derruído.

UM RELATO E UM COROLÁRIO

Um desses relatos, que não ocupa mais do que três páginas, nos diz respeito, especialmente. Tem por título o nome de um algoz: Oscar de Andrade Guimarães, comandante da quarta e última expedição a Canudos, em abril de 1897. “De Andrade Guimarães é um homem de Guerra experimentado”, começa Jouannais por nos dizer, e continua:

Das tropas que levou a combate, nenhuma “devorou os sendeiros da fuga”, como se escrevia nos livros muito ilustrados da sua infância. A jovem República brasileira lhe fez um apelo porque se sentia ameaçada. Um profeta arpoa os territórios inumanos do Nordeste, arrebanhando as ovelhas desgarradas que a natureza e a república maltrataram. Esse pregador, que se faz chamar de Conselheiro, vitupera com igual vigor contra o Anticristo – ele o chama o Cão –, o pagamento de imposto, o casamento civil, o sistema métrico. Sua palavra atrai os mendigos, as prostitutas, os órfãos, os bandidos do sertão. Essa limalha humana manifesta o aumento do campo místico do pregador para bem além da Bahia. Ele funda uma comunidade. (JOUANNAIS, 2012, p. 17) [Tradução nossa].

O cenário, claro está, é a guerra de Canudos e o movimento de Antônio Conselheiro, que Jouannais descreve com a desenvoltura de quem está bem



informado pelos livros e documentos: Conselheiro contra a República, das incursões militares mal sucedidas até o envio do general impetuoso e inclemente, Oscar de Andrade Guimarães, com seu aparato, suas armas, sua autoridade absoluta porque mortal:

É uma verdadeira armada que se envia imediatamente, sob os comandos do general Oscar de Andrade Guimarães. Lançam-se no deserto quatro mil homens, mais um reforço de dois mil. São como marionetes em uniformes europeus, com dólãs de cores rutilantes e sedosas pantalonas de tecido que atravessam uma paisagem hostil e se rasgam nos espinhos da caatinga. Estão equipados de metralhadoras, de morteiros, de óbuses. Fixa-se em seus flancos a massa imponente dum canhão de 32, um Withworth de 1700 quilos. Tanto faz cruzar uma montanha num barco a remo. Fim de junho de 1897, a cidade, cercada, é bombardeada sem trégua noite e dia. O general pensa que logo toda resistência será esmagada. Mas ninguém se rende e seus soldados continuam a tombar. Há diante dele homens armados com bacamartes de tiro único, cutelos, estilingues. A lógica não se encontra nesta guerra. É uma guerra de Vendaia, escreve Euclides da Cunha, jornalista que fez parte da aventura. As semanas passam e a população de Canudos prefere morrer de sede, nos incêndios, a levantar a bandeira branca. De Andrade Guimarães sabe por que foi escolhido, ele, o idealista, o matador absoluto. Ele que sonhava com batalhas campais, com cercos e ofensivas em grande estilo, vem para exterminar os civis defendidos por uma tropa de bandidos sem mais munições, roídos pela disenteria. Ao fim de dois meses, alguns desses entusiastas são capturados. Malgrado as promessas de clemência, eles são degolados. Era um grupo de crianças; o mais velho tinha oito anos. O general conhece o gosto do despeito. Ali não reconhece mais sua paixão. Um enojamento lhe sobrevém, o qual polui seu sono. A nação requer que ele plante sua bandeira sobre as pilhas de barracos calcinados. Ele o fará, mas a ideia de glória atrelada a esse gesto de conquista se embaça de miasmas fétidos. (JOUANNAIS, 2012, p. 17-18) [Tradução nossa]

O relato coloca a figura do carrasco diante de um dilema moral, entre o cumprimento do dever, de pôr em funcionamento a máquina bélica, e uma espécie de consciência pesada marcada pelos adjetivos do discurso indireto. O que se observa, ao fim da expedição, é a demissão dos sistemas impostos pela lógica interna da execução militar. Resta a morte como demanda única, mesmo que de famélicos, para que a autoridade, sob os símbolos da nação, seja restaurada:

O general De Andrade Guimarães, nesse mês de setembro de 1897, perdido nesse sertão degenerado, é obrigado a uma carnificina árdua e rebarbativa. Precisa tomar uma a uma essas ruínas que cobrem as colinas, ocupar ravina depois trincheira, engatinhar sobre os cadáveres sem sepultura do inimigo, traspasar a baioneta nos feridos que lhe atiram pedras, conquistar porcamente. O caráter militar da situação pouco a pouco se dissipa. Esqueceram-se quais eram as deliberações



de uma ordem, a razão de ser dos clarins, os movimentos combinados, a própria hierarquia. Sabia-se simplesmente que vinte rebeldes famélicos guardavam ainda um buraco ornamentado de cadáveres. Eles resistiram até 5 de Outubro. Ao fim, não eram mais do que quatro, um velhote, dois adultos e um adolescente. Nenhum se rendeu. O general de Andrade Guimarães, o idealista, teria amado, tal como o duque de Lancastre, fazer o gesto de fincar a bandeira da jovem República brasileira e a de seu exército numa das torres do sino da igreja construída pelos adeptos do Conselheiro. Um ato de pura convenção. E sair, vencedor, sem o peso infame do cerco de Canudos, dos seus trinta mil mortos, do seu odor de putrefação, das violações e degolas de crianças. Ele considerou seu trabalho até então – tal era o fruto de sua aprendizagem, depois da sua experiência – como uma sugestão de gestos bem aplicados, cumpridos com rigor, cujo mais belo era o de fincar uma bandeira em terra. Desejou, até o fim de sua vida doravante nauseabunda, esquecer definitivamente todos os outros gestos. (JOUANNAIS, 2012, p. 19) [Tradução nossa]

A perambulação nauseabunda da personagem com vistas ao cumprimento da sua missão, contraposta à sua enlevação na cultura nacional, institui o caráter derrisório da narrativa. Ao “esquecer definitivamente todos os outros gestos”, De Andrade Guimarães escolhe o gesto bárbaro e aniquilador, o autoritarismo que não deixa a menor possibilidade de escape às vítimas e, por isso, o mais completo. O executor, contudo, é um homem cujo destino se apaga, aponta para um descerramento menos glorioso do que seu *telos* terrível.

O corolário dos relatos de *L'usage des ruines* é o que se encontra no epílogo. Trata-se da história de um navio de guerra, o USS New York, “construído a partir de destroços do World Trade Center. Uma porção muito pequena [oito toneladas], é verdade, mas suficiente para mudar sua natureza” (JOUANNAIS, 2012, p. 86). Aqui, Jouannais amplia as relações entre tempo e espaço. Não estamos mais a falar de um passado remoto, mas de acontecimento recentíssimo. Não estamos a falar de paisagens derruídas, mas da simbiose do corpo humano às ruínas em sentido literal. Epítome da catástrofe e das ruínas, Michael Cinei é uma personagem-escombro:

Se há alguém que pode nos esclarecer o que significa esse navio de guerra construído a partir de ruínas de guerra, esse é Michael Cinei. Mas ele não tem corpo, nesse mundo, nem no além. Sua mãe, Nancy Cinei, declarou: “Meu filho Michael morreu no 11 de Setembro. Ele era bombeiro há apenas nove semanas. Saber que o aço do World Trade Center entrou na construção desse navio tem um significado enorme para mim. É muito emocionante, mas não triste. A vida continua e tenho orgulho de ser americana. Jamais esqueceremos”. A divisa do barco, Never Forget, figura ao lado da silhueta estilizada das torres gêmeas e de uma fênix renascendo das cinzas. Essa embarcação é, portanto, constituída pelos restos de outra construção, por seu aço não



refundido, puro de todas as novas usinagens. Mais frágil por não ter sido reprocessado, mas mais próximo, por sorte, de sua função de relíquia. Como se tivesse de novo que passar pela prova da suposta fonte de lhe infringir de novo os traumatismos da destruição. Mas sobretudo, o que não pode ser dito, o que não explica que se tenha preferido não tratar pelo fogo seus detritos, é porque se desejou preservar as virtudes dos mártires americanos. Não os imolar uma segunda vez, mas também proteger a integridade de seu desaparecimento. E isso não pode ser feito a não ser pela transmutação do produto compósito de seus despojos, das cinzas de suas piras. Ainda a nuvem pulverulenta se dispõe os muros de Tróia no dia seguinte ao funeral de Pátroclo: vapor d'água dos órgãos, carbono dos ossos, crinas de cavalo calcinadas. Michael Cinei, seu corpo, forneceu algumas moléculas ao material no qual foi forjada a arma da vingança. Um pouco de seu esqueleto, um pouco de sua dentição, vai navegar em águas mal afamadas, buscar uma vingança sem concessão. Para Nancy Cinei parece natural que os restos de seu filho retornem à face de seus assassinos, que de seu sangue vertido seja feito um uso vingativo, que esse navio seja a uma só vez um cálice, um cenotáfio, um ossuário, uma capela, um cavalo de Tróia, a brasa da Justiça divina. Uma vez que seu filho morreu vítima de kamikazes, ela aceita que seja feito de cadáver, misturado inextricavelmente ao metal, ao vidro, à pedra, à poeira das Torres, um uso kamikaze. Nancy Cinei descobre, sem talvez o imaginar, que a guerra, por mais moderna que seja, não é mais que um corpo a corpo. Que não pode ser feita doutro modo senão empurrando corpos contra corpos, os corpos individuais, os corpos de armada. John Keegan, o especialista inglês em história das guerras, lembrou-se do ar confuso de um muito distinto curador de uma prestigiosa coleção de armas quando lhe foi dito que os detritos mais frequentemente retirados pelos cirurgiões dos corpos dos feridos, no tempo dos fuzis à pólvora, eram partes de dentes ou de ossos provenientes de seus vizinhos nas fileiras. (JOUANNAIS, 2012, p. 86-87) [Tradução nossa].

Incorporado às mais potentes armas, Cinei, o sujeito a quem a morte poderia libertar, pela refusão à lógica do poder, não pode, mesmo na destruição, se autonomizar. Foi transformado em poeira e, depois, em matéria-prima dos instrumentos de morte. Os corpos, afinal, pertencem mais aos detentores do poder, aos que põem em movimento tanques e navios, do que aos indivíduos.

Reencontramos, com isso, Kafka. Somos lançados, de novo e de novo, à *Colônia Penal* e à máquina bélica pelo artifício da nomeação, pelo funcionamento de um *continuum* contra o qual tentamos lutar – a História particular de cada guerra que é a história de todas as guerras, como Jouannais consegue provar –, mais efetivamente no campo da linguagem do que nos campos de batalha.

REFERÊNCIAS



ADORNO, Theodor W. Prismas: crítica cultural e sociedade. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. Ideia da prosa. Trad. João Barrento. Lisboa: Cotovia, 1999.

ANTELO, Raúl. A Ruinologia. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2016.

BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Trad. João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BARTHES, Roland. Aula: Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s.d.

BUTLER, Judith. A quem pertence Kafka In: Terceira Margem - Kafka, poeta da prosa miúda, v. 17 n. 28 (2013), p. 222-260.

JOUANNAIS, Jean-Yves; DUFOUR, Diane. Topographie de la Guerre. [Catálogo]. Paris: BAL, 2011.

_____. L'usage des ruines: portraits obsidionaux. Paris: Verticales, Gallimard, 2012.

_____. Les barrages de sable: traité de castellologie littorale. Paris: Grasset, 2014.

_____. MOAB: Epopée en 22 chants. Paris: Grasset, 2018.

KAFKA, Franz. Narrativas do espólio. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. Kafka: vida e obra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

ZENETTI, Marie Jeanne. « De la destruction comme élément à usage littéraire » In: Acta fabula, vol. 14, n° 4, Mai 2013, p. 1-9.

VILA-MATAS, Enrique. Bartleby & Cia. Tradução: Maria Carolina de Araújo e Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. Montevideu. Trad. Júlio Pimentel Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

WEIL, Simone. A Ilíada ou o poema da força In: _____. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Org. Ecléa Bosi. Trad. Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 319-344.

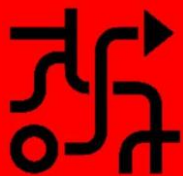
Fontes:

<https://www.centrepompidou.fr/fr/programme/agenda/evenement/DHOA3B>. Acesso em: 24.11.2024, às 18:12.



Recebido em: 31/07/2025

Aprovado em: 10/10/2025



MILANI, Patrícia Helena *

<https://orcid.org/0000-0001-9434-5584>

RESUMO: O texto apresenta um debate sobre o autoritarismo científico na Geografia, focando nas relações de gênero e nas hierarquias de poder que marcam a produção acadêmica no Brasil. O discurso de neutralidade científica esconde um viés androcêntrico, machista e elitista, negligenciando as dimensões de raça, gênero, classe e sexualidade nas pesquisas. O artigo propõe a epistemologia feminista e a interseccionalidade como fundamentos metodológicos para tensionar as visões universalizantes e hegemônicas do conhecimento geográfico. O texto é estruturado para evidenciar a tradição epistemológica masculina e sugerir possibilidades de fissuras, enfatizando a necessidade de uma ciência mais reflexiva, localizada e sensível às múltiplas experiências socioespaciais dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo Científico; Epistemologia Feminista; Interseccionalidade.

ABSTRACT: The text presents a discussion on scientific authoritarianism in Geography, focusing on gender relations and the power hierarchies that shape academic production in Brazil. The discourse of scientific neutrality conceals an androcentric, sexist, and elitist bias, neglecting the dimensions of race, gender, class, and sexuality in research. The article proposes feminist epistemology and intersectionality as methodological foundations to challenge universalizing and hegemonic views of geographical knowledge. The text is structured to highlight the male epistemological tradition and to suggest possible ruptures, emphasizing the need for a more reflective, situated, and sensitive science that recognizes the multiple socio-spatial experiences of different subjects.

KEYWORDS: Scientific Authoritarianism; Feminist Epistemology; Intersectionality

*Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Email: patriciah.milani@gmail.com



INTRODUÇÃO

Neste texto apresento algumas ideias debatidas durante a mesa redonda *Espaços, corpos e dominações*, que ocorreu durante o “I Colóquio Interdisciplinar sobre *Autoritarismos no século XXI: linguagens, espaços e memórias*” (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas) o qual reuniu diferentes epistemologias e olhares científicos para tratar dos muitos autoritarismos que ainda marcam a vida contemporânea dos sujeitos sociais, dentro e fora das universidades.

No âmbito acadêmico e no contexto do debate, sempre me questioneei sobre quem escreve os textos (artigos e livros) que lemos, debatemos e utilizamos como bases em nossas aulas e pesquisas, seja na graduação ou na pós-graduação. A ciência é produzida por pessoas corporificadas, que produzem em algum lugar. Pensam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade. No entanto, essas dimensões quase sempre são neutralizadas na produção científica, ainda que o gênero seja uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989).

Outra inquietação que se combina com o exposto e integrará o debate desenvolvido neste texto, se refere às visões universalizantes que predominam nas pesquisas¹, como se as noções e conceitos tivessem sido elaborados de forma neutra e fossem inquestionáveis.

Minha principal inspiração para esse debate são as proposições da epistemologia feminista, cujos pilares incentivam ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala, com base nos quais o pensamento é produzido (Rea, 2018). A universalidade se torna reducionista (Haraway, 1995), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões.²

O texto está organizado em duas seções. Na primeira, evidencio a tradição epistemológica masculina e os elementos que disso derivam na produção científica geográfica, mesmo diante da crescente feminização no campo científico. Para isso

¹ Autoras como McDowell e Sharp (1997) argumentam que a ideia da universalidade do conhecimento difundido como neutro é apenas um conjunto de ideias sobre a verdade da humanidade que foi especificamente masculina e branca.

² Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se pode ter validade como conhecimento, assim evidencia-nos Haraway (1995, p. 17).



utilizei principalmente os dados das pesquisas de Cesar (2015, 2019) e Silva (2009, 2015). Na segunda seção desenvolvo algumas possibilidades de “fissuras” em relação ao fazer científico tradicional, que pelo discurso da neutralidade esconde as dimensões machista, branca, elitista e heteronormativa.

Para isso apresentamos alguns pilares da epistemologia feminista, no sentido de apresentar uma corrente de pensamento e fundamento de método que coexista com as geografias já existente e consolidadas no âmbito científico-acadêmico. Reforço ainda, que não se trata de um texto em que apresento resultados de pesquisa, mas nele desenvolvo reflexões e ideias.

PODER, NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE NO FAZER CIENTÍFICO GEOGRÁFICO

Em um levantamento de 60 ementas de disciplinas de Epistemologia, em 60 cursos de pós-graduação no Brasil, as pesquisadoras identificaram que 90,3% eram masculinas e 9,7% femininas (César, 2019). Em uma análise qualitativa do material, as obras de autoria femininas eram em maioria de normas de escrita e guias de formatação de trabalhos científicos, ou seja, pouca presença de textos, escritos de pesquisadoras mulheres³ que apresentassem conceitos, ideias e noções a serem trabalhadas nas disciplinas, a partir de um corpo feminino – tudo isso sob o viés discursivo da neutralidade científica, descartando a ideia de que o sujeito da ciência é sexuado (Irigaray, 1987).

Há diversas hierarquias na produção e disseminação científica da geografia brasileira (Silva et al, 2009; Cesar, 2019), hierarquias de temas, conceitos, noções e metodologias de pesquisa, com ênfase principalmente nas metodologias positivistas que enfatizam a objetividade. Também existem desigualdades de acesso aos espaços de enunciação, ou seja, de divulgação de ideias, conceitos e resultados de pesquisas, espaços que se materializam geralmente nas publicações em periódicos de maior Qualis – classificação da CAPES –, em mesas redondas dos eventos e vagas de docentes (ainda ocupadas por homens, em maioria). Há hierarquias também em

³ Negras, brancas e transgêneros. Porém isso não significa que não haja pesquisadoras mulheres, mas que elas ainda não ocupam maiores espaços de enunciação.



relação aos temas a serem pesquisados de modo que aqueles relacionados a gênero, raça e sexualidade ainda são menos relevantes⁴ – mesmo com significativa ascensão.

Por que os temas de gênero e sexualidades são pouco visíveis na geografia brasileira?⁵ Por que tendemos, no tradicional fazer geográfico, a homogeneizar as pessoas em uma massa incorpórea⁶ (Ramos e Milani, 2022) e de modo majoritário considerar que a única forma de diferenciação seja a econômica?⁷ Negligenciando, quase sempre, as questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade dentre tantas outras dimensões que se interseccionam no tempo e no espaço, acirrando diferenças e produzindo diferenciações.

Se todos somos espaciais, por que nem todos somos estudados de modo sensível às diferenças que marcam as experiências⁸ socioespaciais? Por que predomina a forma de escrita impessoal, como se os pesquisadores e pesquisadoras estivessem fora de seus contextos de pesquisa? Como se seus corpos não tivessem influência na produção de informações em campo, por exemplo. As perguntas são muitas, coloco aqui algumas delas para guiar o debate desenvolvido acerca das hierarquias, autoritarismos e relações de poder que caracterizam, ainda que naturalizado, a vida acadêmica nas universidades e a produção dos conteúdos geográficos.

Por outro lado, desenvolver abordagens que não são comuns em uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil, porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas (Silva et al, 2009). Combinado a isso, uma comunidade científica partilha de consensos em termos de formas de

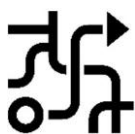
⁴ Como comprovaram as pesquisas de César (2015, 2019).

⁵ Mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero na geografia brasileira é limitada, quando comparada ao expressivo avanço obtido nos países anglo-saxões, sobretudo a partir da década de 1990 (Silva et al, 2009).

⁶ Qualquer ciência cujo foco de análise seja as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme, que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise, que permeia todas as sociedades (Silva et al, 2009).

⁷ No interior do marxismo (corrente de pensamento muito presente na geografia brasileira), o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem o seu próprio estatuto de análise (Scott, 1989).

⁸ As experiências estão vinculadas ao sentido experiencial e corporal que vincula elementos mentais, físicos, imaginários e espaciais e dão sentidos a uma experiência de lugar, entendida como a possibilidade ilimitada de relações em um espaço físico limitado (Mongin, 2006).



compreensão da realidade e isso cria hegemonias conceituais e metodológicas difíceis de serem enfrentadas (Silva et al, 2009).

Ainda há, em todos os espaços de enunciação, o predomínio da presença masculina. Em um levantamento realizado em 2015, havia 1093 docentes atuando em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil, sendo 60% homens e 40% mulheres (Cesar, 2015). Há uma hegemonia masculina, segundo a autora, também em relação às bolsas de maiores níveis – pós-doutorado e produtividade – sendo justamente nestes níveis acadêmicos em que ocorre maior quantidade de publicações derivadas de pesquisas científicas.

Essa hegemonia se reproduz no número de publicações de artigos em revistas científicas de maior Quali-Capes e tendencialmente maior alcance entre leitores, revistas que também possuem maioria de homens em seus comitês editoriais⁹. Diante dos dados mostrados inferimos que a geografia brasileira é androcêntrica,¹⁰ uma perspectiva masculina predomina tanto nos enunciados científicos como na base conceitual e metodológica da produção geográfica brasileira (Silva et al, 2015).

O androcentrismo embutido no discurso de neutralidade científica, reforça as ausências de sujeitos sociais, temas, problemas e metodologias de pesquisas. Segundo um levantamento da produção científica geográfica brasileira, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e raça entre 1974 e 2015¹¹ do grupo GETE¹² (Grupo de Estudos Territoriais): 0,41% tratam da temática sobre raça, 0,43% sexualidades, 1,25% sobre gênero e 97, 71% demais temas. Isso em um país em que 56,7% da população não é branca (IBGE, 2024), 2% da população adulta brasileira é formada por pessoas transgêneros ou não-binárias, isso equivale a cerca de 3 milhões

⁹ Nos conselhos editoriais a média é de 20% de mulheres de ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica (Silva et al, 2009) – ainda que esse dado careça de atualização, neste texto é nosso ponto de partida.

¹⁰ Foram levantados 17.636 artigos científicos de 90 periódicos online da geografia brasileira no período de 1974-2015 e também a composição dos corpos docente e discente de 60 programas de pós-graduação brasileiros por Cesar (2019). Além disso, foram analisadas as ementas da disciplina de epistemologia da geografia que compõe o projeto pedagógico dos referidos programas, como já mencionamos na Introdução deste texto. Constatou-se que os homens detêm maior prestígio acadêmico e que usufruem dessa posição pelos traços androcêntricos mantidos nas práticas do fazer científico, bem como nas concepções teóricas.

¹¹ Os artigos foram retirados de 90 periódicos on-line, classificados pelo sistema Qualis Capes A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 com base no triênio 2013-2015.

¹² Criado em 2003 e coordenado pela professora Joseli Maria Silva (UEPG).



de indivíduos (FMB/Unesp)¹³, 12% de pessoas maiores de 18 anos que se declaram LGBTQIA+, correspondendo a 19 milhões de brasileiros de acordo com dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos vivem espacialmente, mas nem todos em suas particularidades e corporeidades são estudados na geografia, em suas experiências socioespaciais diferentes, uma vez que o campo científico mais tradicional, os enunciados conceituais que predominam, sobretudo na geografia humana, criam invisibilidades, isso dificulta nossa capacidade em fazermos perguntas no campo geográfico.

Se fortalecem temas centrais (convencionais) e formas de abordagem por um lado e por outro os “condenados pela ciência” (Silva et al, 2015), ou seja, determinados sujeitos sociais, temas, perguntas e metodologias permanecem na periferia da produção científica geográfica numa intensa (e naturalizada) rede de relações de poder na academia brasileira, que dificulta questionamentos aos conceitos dominantes para abalar este poder e no limite transformá-los (Scott, 1989).

As possíveis respostas aos questionamentos que iniciamos essa seção, têm, sem dúvidas relações com os dados mostrados e o panorama brevemente evidenciado, o que substância, em muito, a reprodução de um fazer científico majoritariamente baseado em conceitos, noções e métodos tradicionais, reproduzindo uma leitura de realidade que pouco oferece abertura para enxergar, ler e interpretar o diverso, as muitas corporeidades que produzem e reproduzem espaços cotidianamente.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalam primeiro o compromisso do(a) pesquisador(a) em considerar cientificamente que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (Scott, 1989). Por outro lado, quando há o debate de gênero na geografia brasileira, há uma tendência em colocá-lo em um domínio separado, quase sempre sob o rótulo “estudo das mulheres”, sendo gênero sinônimo de mulheres e não a todas as relações de poder intrínsecas às relações socioespaciais.

¹³ Pesquisa realizada em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Fonte: <https://www.terra.com.br/nos/dia-das-pessoas-nao-binarias-7-influencers-para-seguir,ca1f9ee9a9fc70a5974909412a7731aaj8fj67e9.html#>. Acesso em 08 de outubro de 2024.



Proponho pensar o gênero enquanto uma categoria de análise e um debate integrado ao político, econômico¹⁴ e cultural, para assim pensarmos sobre as possibilidades de fortalecimento da corrente feminista na geografia, que caminhe concomitante às demais linhas de pensamento e interpretações dos espaços e dos sujeitos sociais. Não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero (Freitas e Gonçalves, 2021).

De forma bastante preliminar, inclusive como hipótese em desenvolvimento, propomos o conceito de interseccionalidade enquanto fundamento de método nas pesquisas feministas. Os conceitos e noções devem ter no mínimo as três dimensões, sem desconsiderar suas existências ou as sobrepor, para assim fortalecer uma linha de pensamento menos universalizante e generalizadora sobre as múltiplas realidades socioespaciais de sujeitos que coexistem espaço-temporalmente.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (...). (Crenshaw, 2002, p. 177)

A alternativa possível não é deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas, em contrapartida, mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos (Scott, 1989). A autora propõe examinar atentamente os nossos métodos de análise, rever as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. “Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (Scott, 1989, p.20).

É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. A questão econômica,

¹⁴ O seu uso rejeita as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 1989).



política¹⁵, mas também as questões de gênero, raça e sexualidades nos marcam (individual e coletivamente), são meios de compreendermos as relações complexas entre as diversas formas de relações humanas, dentro, sim, do sistema capitalista de produção e dessa lógica econômica vigente e operante, que combinada aos outros eixos geram diferentes experiências de vida, de tempo e de espaço – produzindo diferenças na produção espacial em uma constante relação desigual de poder.

“PARECE QUE NÃO IMPORTA O QUE EU FAÇO. MESMO FAZENDO O DOBRO SEMPRE, É COMO SE ESSE LUGAR NÃO FOSSE PARA MIM, NÃO FOI CONSTRUÍDO PARA GENTE IGUAL A MIM”

A geografia feminista não remete unicamente à temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não está diretamente ligado ao fazer científico feminista (Milani, 2022). O feminismo na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla. Baseando-nos em Doreen Massey, ser uma geógrafa feminista compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder, inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (Silva et al, 2017).

A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas que questionam a imagem pretensamente despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica¹⁶ descorporificada (Rea, 2018). O mito do saber científico objetivo, pretensamente neutro, institui as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, o negro e o branco, por exemplo (Silva et al, 2009, p. 57).

A proposta de Haraway (1995), que assumimos, é questionar as doutrinas de objetividade que ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e a atuação

¹⁵ As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e feminino (Scott, 1989, p. 26).

¹⁶ A utilização da linguagem sexista é um aspecto fundamental para compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, já que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social, sendo, portanto, necessário que se desenvolva uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, fortemente difundida nos planos pedagógicos da geografia brasileira (Silva et al, 2009, p. 56).



histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade. Por isso, ela defende uma contraposição às “visões de cima”¹⁷ e universalizantes, propondo uma visão parcial desde algum lugar. Isso nos direciona a pensar a relação entre o universal e o particular que permite a elevação da experiência masculina branca ao nível da generalidade e a redução das experiências femininas, gays, lésbicas, negras, a posição do indivíduo sempre como menos importante nas narrativas geográficas e nos espaços de enunciação.

A pesquisa concreta se faz por meio de pesquisadores e pesquisadoras que possuem corpos, histórias de vida, raça, gênero, corpo, sexualidade, posição política e ocupam espaços, portanto, estão inseridos e produzem múltiplas relações de poder. Não há um “pensador puro”, neutro. Desde o processo de construção do objeto de pesquisa, cada escolha é posicionada, intencional e isso tem relação com aspectos dos pesquisadores e seus sistemas de valores.

A geografia, a universidade salvaram minha vida; eu não sabia o que era uma universidade pública, fui entender no terceiro ano mais ou menos. Eu trabalhei a graduação toda, nunca fui a melhor da turma, mas me esforcei pra terminar o curso. Mas não foi muito fácil. Não é fácil por muitas coisas, estar num lugar que as pessoas as vezes não confiam em você. Durante a graduação e principalmente na reta final ouvi diversas vezes que eu não tinha perfil para ser pesquisadora, de cientista. Quando entrei no mestrado ouvi muito “pensava que você não ia terminar nem a graduação”. E ainda hoje no doutorado ouço “hah, verdade, você está no doutorado”. **Parece que não importa o que eu faço. Mesmo fazendo o dobro sempre, é como se esse lugar não fosse para mim, não foi construído para gente igual a mim.** Mesmo que eu publique, pesquise, parece sempre que esse lugar não é para mim. Mas eu resisto, importante é criar laços, eu consegui (venho conseguindo) mas não é sozinha (...). O preço é alto, tenho minha rede de apoio. A geografia salvou minha vida e eu vou seguir, porque esse lugar é meu é nosso (Karine, estudante de Doutorado em Geografia) [grifo nosso].¹⁸

Quem ocupa os lugares nas universidades e faz pesquisas são pessoas com múltiplas corporeidades,¹⁹ questão muitas vezes negligenciadas, tanto na concepção

¹⁷ Visão de sobrevoo, segundo Souza (2016).

¹⁸ Relato feito pela estudante durante a mesa redonda “Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o *VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG*, São Paulo, julho de 2024.

¹⁹ É na corporeidade que os sujeitos são e estão no mundo. Como corpo se distinguem e se identificam, bem como são parte do espaço e do tempo. Reconhecemos nessas corporeidades o simbólico, o representacional, o afetivo, as sexualidades, os gêneros e as estéticas e rompemos, de forma sempre relativa, com a ideia de massificação dos corpos. São geografias que dão centralidade ao sujeito ativo, perceptivo, e não apenas construtivo,



dos corpos pesquisados, quanto dos pesquisadores e pesquisadoras, invisibilizados inclusive nos “trabalhos de campo” em que, sob a égide da neutralidade, tudo veem, mas não são vistos. Os corpos que ocupam as universidades, desenvolvem pesquisas e fazem trabalhos de campo foram pensados historicamente como um “corpo capaz, valente e masculino” (Beltrán, Ojeda e Amarillo, 2019), isso produz corpos “fora de lugar”, como mostra a narrativa de Karine, em que são executadas distintas formas de violências sobre certos corpos.

As disciplinas, de modo geral, são pensadas ainda nos moldes de “transferir conhecimentos”²⁰ científicos com pouco enfoque em como esses conhecimentos foram produzidos, em que contextos históricos e espaciais foram elaborados, quem são as pessoas que escreveram e escrevem, de onde escrevem, seus corpos (gênero, raça sexualidade, classe social), tudo isso fica em camadas subalternas e escondidas, neutralizando interesses, ideologias, posições e jogos de poder na produção científica, facilitando sua própria reprodução continuada nas universidades, práticas e estruturas que sustentam as formas convencionais de se fazer a ciência geográfica.

A posição de Massey, não apenas no texto “Flexible Sexism”, evidencia que essas outras dinâmicas não podem ser analisadas como sub-produtos, mas componentes dos processos de produção e reprodução social (Silva et al, 2017), marcadores de diferenças e fundamentais para a compreensão das realidades. Em um pensamento também crítico a essa visão marxista universalizante, Haraway (1995) afirma que o marxismo humanista foi poluído em sua origem pela sua teoria ontológica estruturante de dominação da natureza na autoconstrução do homem e pela sua impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário. Reforça-se novamente o predomínio do campo econômico sobre os demais – gênero, raça, sexualidade – que interseccionados à classe permitem reflexões mais profundas e menos generalizantes, inclusive a resultados de pesquisas menos reprodutivos.

Do ponto de vista teórico das pesquisas, vemos que as ideias dos autores que compõem as referências bibliográficas podem tanto atuar para a aplicação de modelos

mas constitutivo, que produz espaços e ao mesmo tempo os leva em seu corpo por meio das memórias, identidades, comportamentos e práticas espaciais (Ramos e Milani, 2022).

²⁰ Para utilizar uma expressão de Paulo Freire (2005) em que discute (e critica) a educação bancária.



já constituídos, como ajudar a liberar a reflexão de cada um. Dialogar com os autores e autoras não se resume ao exercício de utilizar suas conceituações para explicar ou interpretar todo o contexto empírico pesquisado, de forma encaixada, pouco dialógica e crítica.

O exercício de analisar teoricamente as informações produzidas em campo exige, de fato, uma pesquisa de livros e artigos de autores e autoras que nem sempre estão no centro do debate, isso significa que muitas vezes precisamos acionar pesquisadores que pesquisam e escrevem das periferias do país, ou seja, fora dos grandes centros e universidades que concentram maiores recursos financeiros em pesquisas e são (quase sempre) aqueles que possuem amplos espaços de enunciação.

Nossas pesquisas podem tanto confirmar teorias como possibilitar os seus desdobramentos – inclusive a formulação de novas hipóteses e caminhos,²¹ a partir do tensionamento entre o aporte teórico existente e a realidade empírica pesquisada (e informações produzidas). Isso considerando a nossa posicionalidade desde a escolha do tema, construção do objeto de pesquisa (que já não é neutro), aos trabalhos de campo que envolvem nossas presenças corporais, toda subjetividade envolvida em determinadas realidades e relações pessoais e por fim, na redação da pesquisa, na forma como a apresentamos (Milani, 2021, 2025) aos leitores e leitoras.

Por exemplo, pelo olhar (unicamente) a partir da teoria (ou de um conjunto de conceitos e noções previamente eleitos) um pesquisador pode considerar que o principal problema de uma determinada periferia seja a ausência de algumas infraestruturas (de maneira generalizante), em trabalhos de campo e o desenvolvimento de instrumentos metodológicos qualitativos, sobretudo de escuta dos sujeitos sociais moradores dessa periferia, pode-se identificar que os problemas mais graves e vivenciados por eles são outros, muito mais múltiplos e complexos, inclusive a depender do gênero, raça e idade dos entrevistados.

Isso sugere que o pesquisador precisa acionar outras autoras e autores que dialoguem de modo mais abrangente com as possíveis análises dessas informações

²¹ Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, exigindo novos caminhos metodológicos (Silva et al, 2009).



produzidas. Lógico que os problemas estruturais estarão presentes na periferia (e são problemáticos), mas além disso, o que foi possível descobrir? Apenas a apreensão do cotidiano, a escuta, a sensibilidade para com aqueles e aquelas que vivem determinados contextos socioespaciais conseguem trazer para um debate mais complexo e interseccional.

Em uma aula – narro enquanto docente da graduação em geografia – falávamos sobre a territorialização da prostituição na cidade. Utilizava, na ocasião, autoras e autores que nem sempre estão no centro dos discursos geográficos (não protagonizam os espaços de enunciação). Alguns estudantes questionaram (positivamente) se o fenômeno debatido “era geografia”, porque haviam ouvido sobre isso na geografia e desconheciam os autores utilizados na aula. Os estudantes acharam interessante o tema, o debate, que inclusive abriu a possibilidade de formulação de outras questões; processos e sujeitos serem postos no centro daquele debate – quase sempre invisibilizados pelos discursos geográficos.²² Isso, ao mesmo tempo que esses corpos, que imprimem sentidos nas cidades, não são os corpos “universais” de uma suposta cidadania abstrata, mas sim corpos de carne, osso, gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, etc. (Davis, 2018).

Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da epistemologia feminista (Silva et al, 2017), contrapondo-se então à ideia de autores enquanto autoridades intransponíveis e não passíveis de diálogos, o que, inclusive, muitas vezes marca uma exterioridade mecânica do sujeito pesquisador em relação ao seu objeto, estabelecendo uma mediação pela “bibliografia” selecionada e “aplicada” em suas interpretações.

A proposta dos saberes parciais, localizados e críticos não significa cair no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, socio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de

²² Os currículos obrigatórios direcionam os conteúdos considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. Tal concepção cria um pretenso campo notório de temas, que recebem a chancela da comunidade científica e, por sua vez, inibe os pesquisadores a ousar e desafiar as fronteiras do campo científico (Silva et al, 2009, p. 59).



universalidade da epistemologia dominante (Rea, 2018, p. 90), e isso perpassa as etapas da pesquisa; em todo esse processo há uma pessoa corporificada.

Compreendo que a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento (Haraway, 1995). A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e em conversas compartilhadas em epistemologia.

Portanto, uma pesquisa feminista²³ está comprometida metodologicamente com a reflexividade sobre as múltiplas localizações do pesquisador/da pesquisadora e suas interações no processo de investigação. Com a força da epistemologia e dos conceitos no sentido de abrir olhares para outras interpretações, não apenas trabalhar com a aplicação de conceitos nas realidades estudadas, mas sempre o tensionamento deles. Com os instrumentos metodológicos, o debate e a compreensão de que a metodologia não é neutra no processo investigativo, alguns instrumentos são tendencialmente simplificados nos percursos de pesquisa – o que vejo em meu cotidiano enquanto docente –, os debates metodológicos precisam ser fortalecidos na geografia.

Para os estudos de gênero, sob a perspectiva feminista, os instrumentos metodológicos, embora haja inúmeras combinações (necessárias, inclusive) com a dimensão quantitativa,²⁴ devem também ter a dimensão qualitativa bem desenvolvida, de modo a apreender, reconhecer sensivelmente as experiências cotidianas das mulheres ou de qualquer outro grupo social pesquisado, suas espacialidades em suas múltiplas interseções diárias. Instrumentos capazes de produzir informações, a partir das relações com os próprios pesquisadores, em que podemos analisar também as subjetividades, as camadas mais profundas destes cotidianos vividos espaço-temporalmente.

²³ Que não é exclusivamente o estudo sobre mulheres, não que isso seja pouco, mas é uma perspectiva que propõe o fortalecimento, na geografia, de uma vertente que coexista com as que já existem na produção científica.

²⁴ Ambas as frentes – qualitativa e quantitativa – se enriquecem reciprocamente e enriquecem a investigação (Baylina, 1997).



CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS...

Considero que a Universidade seja o lugar privilegiado para a construção do pensamento alternativo e libertador. Construir a autonomia de pensamento durante o processo de ensino e de pesquisa se coloca tão importante quanto se chegar aos resultados da própria pesquisa; nesse percurso há um sujeito social em formação.

Retomando a posição de Massey em relação às geometrias de poder, de que trata a produção científica, considero que o espaço acadêmico também pode ser compreendido pelas pessoas que fazem parte e produzem diariamente esse espaço, dando conteúdos, sentidos e significados e produzindo outras geometrias de poder, capazes de impulsionar os grupos menos favorecidos em suas posicionalidades (Silva et al, 2017) e reflexibilidade em relação às suas práticas de pesquisa, que envolvem os estudantes durante anos. A ausência de corporeidade nas práticas investigativas, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados (desde os trabalhos de campo às maneiras como comparecem nos textos), tende a reforçar saberes e vozes universalizantes, constituídas a partir de um lugar de fala hegemônico.

A epistemologia feminista tem interesse em um projeto de ciência que ofereça explicações ricas em pormenores, com relação crítica, reflexiva quanto às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (Haraway, 1995). Isso pode auxiliar na construção de conhecimentos “mais humanos” com capacidade de diálogo com aqueles que nos auxiliam a construí-los em suas vidas cotidianas.

Avalio a proposta feminista como uma prática ainda desafiadora, uma vez que contesta as próprias bases epistemológicas que são fortemente machistas, brancas e heterossexuais – e isso tudo é ocultado pelo discurso da neutralidade e objetividade científica. Contesta a formação básica dos estudantes, que quase sempre estiveram acostumados com essas objetividades, e o não comparecimento de determinados temas e discussões no âmbito educacional, muitas vezes vistos como tabu ou mesmo desnecessários.



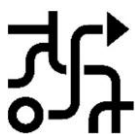
A perspectiva feminista, contesta a visão predominantemente econômica e formal, que ainda predomina fortemente nas análises geográficas, combinando outras formas de se produzir desigualdades em relação com a dimensão econômica, mas vão além, mostrando o quão complexa é a realidade socioespacial contemporânea, e essa complexidade não pode ficar “do lado de fora das universidades” e dos debates que travamos cotidianamente.

A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1989), por isso a ausência das relações de gênero nos discursos geográficos ultrapassa a análise da presença feminina no exercício profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da geografia brasileira (Silva et al, 2009). Tensionar isso significa provocar as bases que mantêm as coisas como são e estão, significa provocar as relações de poder estabelecidas.

A perspectiva feminista sugere o gênero como uma categoria de análise em conjunção com classe e raça, como uma alternativa de chegarmos mais próximos, em nossas reflexões e pesquisas, das profundas e complexas camadas sociais que caracterizam a sociedade dividida em tantos eixos identitários, excludentes e opressores, que redefinem a todo instante as experiências espaciais e temporais das pessoas.

Por fim, no âmbito da necessidade de os estudantes não apenas estarem nos espaços acadêmicos, mas terem algumas questões levantadas e debatidas, destaco o *Grupo de Estudos Dregs (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidades)*. O grupo, formado por estudantes dos cursos de história, geografia e letras da UFMS/CPTL,²⁵ liderado pelos próprios alunos, se reúne quinzenalmente para debates de textos selecionados pelos próprios estudantes. Quando me procuraram para compor o grupo, relataram as ausências sobre esses debates na universidade e a relevância da presença desses temas nas aulas, nas conversas, em grupos de estudos, debates e pesquisas, principalmente nos cursos de formação de professores. Vejo que os estudantes têm a possibilidade de contestar quando há fagulhas para isso. As ausências são percebidas e não podem ser neutralizadas em um espaço

²⁵ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas.



universitário democrático, público e amplamente ligado ao fazer social. Para muitos estudantes a universidade representa e exerce um papel mais amplo que a formação profissional, mas um espaço em que desenvolvem parte importante de suas sociabilidades cotidianas e essa dimensão importante da vida - sexualidade, questões de gênero – não podem ficar para o lado de fora.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, K.; JACK, D. C. Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses. In: GLUCK, S. B.; PATAI, D. Women's words: The Feminist Practice of Oral History. Nova York: Routledge, 1991, p. 11-26.

BAYLINA, M. Metodología cualitativa y estudios de geografía y género. Departament de Geografia: Universitat Autònoma de Barcelona, 1997. p. 123-138.

BELTRÁN, Ingrid Espitia; OJEDA, Diana; AMARILLO, Claudia Rivera. La “princesa antropóloga”: disciplinamiento de cuerpos feminizados y método etnográfico. In: Nómadas, V 51, 2019.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013. 2015. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

—. Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro. 2019. Tese (Doutorado) - Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos feministas, ano 10, 2002. p. 171-188.



DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. In: Cadernos Pagu. N. 5, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu. N. 5, 1995. p. 7-41.

IRIGARAY, Luce. Le sujet de la Science est-il sexué? In: Hypatia, v. 2, n.3, 1987. p. 65-87.

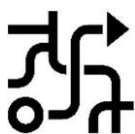
MASSEY, Doreen. Flexible sexism. Environment and Planning. In: Society and Space, v. 9, n. 1, p. 31 - 57, 1991.

__. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne. Space, gender, knowledge: feminist readings. London: Arnold, 1997.

MILANI, Patrícia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente: Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. Revista Ensin@ UFMS, v. 3, n. 7, p. 98-117, 20 dez. 2022.



MILANI, Patrícia Helena. Geografia e gênero: uma desobediência no campo geográfico? *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 32-65, 2025.

MONGIN, Oliver. *La condición urbana: la ciudad a la hora de la mundialización*. Buenos Aires: Editorial Paidós. Serie Espacios del Saber, 2006.

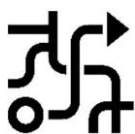
RAMOS, Élvis; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. In: *GEOgraphia*, 24(52). 2022.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; ARAÚJO, J. (Orgs.). *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres*. Salvador. 2018. p. 83-110.

SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; PERACETTA FILHO, E.; ROSSI, R. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. In: *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38-62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-115.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. IN: *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. V.11, n.15, jan-jun.2015.



SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: Revista Geographia. V. 19, n.40, 2017. p. 11-20.

SILVA, Susana V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, n. 262. Barcelona: 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: Revista Cidades. V. 13, n. 22, 2016. p. 101-114.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2), 1989.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; Janja ARAÚJO, J. (Org.). Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018. p. 83-110.

Recebido em: 18/06/2025

Aprovado em: 09/10/2025



SEÇÃO ARTIGOS LIVRES



GNOATTO, Vanucia*

<https://orcid.org/0000-0002-0199-7127>

RESUMO: O presente artigo propõe analisar alguns aspectos da história de migrantes brasileiras retornadas, buscando compreender como estas mulheres experienciam seus retornos tanto para o Brasil como para o Paraguai. Trata-se de um estudo de história oral de vida e história oral temática, que busca reconstituir trajetórias de vidas e migratórias, realizado a partir da técnica da entrevista aprofundada, de forma *online* e presencial, entre janeiro de 2021 e abril de 2023. O trabalho foi dividido em duas seções. Na primeira seção, contextualizou-se, de forma geral, a ida e o retorno, elencando causalidades das emigrações. Na segunda seção, foram trabalhadas as duas histórias de retornadas e as suas particularidades. Conclui-se que o retorno nem sempre é o fim da carreira migratória de um sujeito e que as experiências de retornos de mulheres nos revelam outras camadas e complexidades que análises mais gerais não nos mostrariam.

PALAVRAS-CHAVE: Migração de retorno; Mulheres; Paraguai.

ABSTRACT: This article proposes to analyze some aspects of the history of returning Brazilian migrants, seeking to understand how these women experience their returns to both Brazil and Paraguay. This is a study of oral life history and thematic oral history that seeks to reconstruct life and migration trajectories, carried out using the in-depth interview technique online and in person in January 2021 and April 2023. We divided the work into two sections, in the first generally contextualize the departure and return, listing causalities of emigrations. In the second, we work on the two stories of returnees and their particularities. It is concluded that return is not always the end of a subject's migratory career and that women's return experiences reveal other layers and complexities that more general analyzes would not show.

KEYWORDS: Return migration; Women; Paraguay.

* Doutora em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: vanuciagnoatto@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe analisar alguns aspectos da história de migrantes brasileiras retornadas para o Brasil e para o Paraguai, que residem atualmente em um dos dois países, buscando compreender como estas experienciam seus retornos para ambos países após a primeira emigração.

Trata-se de um estudo utiliza a metodologia da História Oral, na modalidade de História Oral de Vida e Temática, por buscar reconstituir trajetórias de vida e migratórias, nesse caso, de migrações de retorno. Quanto a essas modalidades, para Meihy e Seawright (2020, p. 66), "trata-se, em *história oral de vida* de construção de conhecimento sobre uma pessoa ou grupo de outra natureza. Dessa forma, mais do que a estabilidade do fato histórico, na *história oral de vida* estima-se a experiência como valorização dos filtros subjetivos, das impressões pessoais". Já a história temática é "a forma que mais se presta às análises que confrontam opiniões ou vistas diferentes de um mesmo ponto ou assunto" (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 69).

As entrevistas com as interlocutoras fazem parte de um acervo constituído durante a pesquisa de doutorado em História com migrantes brasileiros(as) retornados(as)¹. Ambas não foram utilizadas no trabalho, sendo realizadas de forma *online* com uma entrevistada, residente no distrito de Abaí, no departamento de Caazapá, Paraguai, em janeiro de 2021; e, de forma presencial, com uma entrevistada, residente em Santa Terezinha de Itaipu, no estado do Paraná, Brasil, em abril de 2023.

As duas colaboradoras viviam no meio rural como agricultoras em estados sul brasileiros. Emigraram com seus pais e irmãos para o campo paraguaio em busca de melhores condições de vida e, para tanto, contaram com a presença de redes familiares e sociais em suas migrações e inserções em novos territórios, identificando-se, em seus retornos, como *brasiguaias*.

1 As entrevistas foram realizadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, RS, sob o nº4.376.454. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que possibilita a utilização dos dados. A fim de resguardar suas identidades, optou-se por utilizar apenas o primeiro nome das entrevistadas.

O ato de entrevistar é “*transitar* no mundo do outro” e escutar e “dar abrigo à Palavra ouvida – muito além da vibração do tímpano e dos ossos auditivos” (SEAWRIGHT, 2023, p. 35). Nesse processo, que acontece por meio das entrevistas, tem-se acesso às memórias. De acordo com Bosi (2004, p. 55), “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Logo entende-se que a memória é trabalho.

Assim sendo, com base no estudo destas memórias, fruto de um trabalho com as entrevistadas, este presente artigo é apresentado em duas seções. Na primeira seção, é abordada a contextualização de ida e de retorno dos(as) brasileiros(as) ao/do Paraguai. Na segunda seção, dividida em dois tópicos, são apresentados aspectos das histórias das mulheres brasiguaias em seus frequentes percursos de ida e volta entre os dois países. Por fim, como forma de conclusão, são retomados aspectos centrais dos casos articulados à migração de retorno.

POSSÍVEIS CAUSALIDADES DA EMIGRAÇÃO PARA O PARAGUAI E DO RETORNO PARA O BRASIL

A emigração de brasileiros(as) ao Paraguai, objetivando o trabalho em atividades agrícolas, se dá em fluxos diferentes. O primeiro fluxo aconteceu na década de 1960, constituído por imigrantes originários do Norte e Nordeste do Brasil. Posseiros, que passaram pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná e no país vizinho, prepararam o terreno para a expansão da fronteira agrícola capitalista. O segundo fluxo, ocorreu na década de 1970, com a predominante emigração de camponeses que partiram do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, visando terras baratas e férteis. Por sua vez, o terceiro fluxo, ocorreu com o retorno que se intensificou na década de 1980 (BÁRBARA, 2005).

Estes fluxos migratórios ao Paraguai aconteceram dentro de um contexto de aproximações diplomáticas entre os dois países com objetivos geopolíticos, por meio de acordos e obras (ALBUQUERQUE, 2005; GNOATTO, 2025). Este movimento migratório é resultado de uma política migratória adotada pelo governo do Paraguai e

aceita pelo governo do Brasil. Desta forma, *“los dos haciendo de la frontera una válvula de escape, de la misma manera que Frederick Jackson Turner nombró las fronteras del oeste estadounidense al final del siglo XIX”* (TEDESCHI, 2020, p. 58).

As causalidades que movem os sujeitos a emigrarem são várias e diferenciadas. Se pensarmos sobre a emigração de brasileiros(as) para o Paraguai, os processos também são múltiplos. Um deles refere-se ao processo de modernização agrícola conservadora, a partir da década de 1970, que levou à diminuição da oferta de trabalho no campo devido à mecanização e encarecimento de tal modelo agrícola para o pequeno agricultor, trazendo dificuldades para este permanecer na produção agrícola. Esse processo ocorreu em um momento em que também ocorriam movimentos espontâneos em busca de terras e trabalho em novas fronteiras agrícolas, devido, em muitos casos, ao fracionamento das pequenas propriedades familiares e à valorização das poucas áreas agricultáveis disponíveis nos territórios de origem.

Outro fator que pode ser considerado é a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, que ocasionou a expulsão de inúmeras famílias lindeiras ao Rio Paraná, e a emigração de muitos destes ao Paraguai (ALBUQUERQUE, 2005; BALLER, 2014; GNOATTO, 2025).

Nesta e/imigração, de acordo com Tedeschi (2020, p. 62), tanto *“las mujeres, como los hombres que compusieron la historia de colonización/ocupación de tierras “más allá de las fronteras”, construyeron de forma diferenciada sus historias y sus memorias sobre lo que vieron y vivieron en ese período”*. Desse modo, as formas de organização familiar, de trabalho e de socialização incorporadas pelas famílias migrantes, demonstram distintas estratégias de produção e reprodução social; permitindo inferir ue, mesmo que todas as famílias tenham estado inseridas no mesmo programa de colonização, suas trajetórias se diferenciam, revelando uma diversidade de experiências e posicionamentos individual e coletivo, marcados pelas relações de gênero.

Já quanto à migração de retorno na década de 1980, de acordo com Sprandel (1992, p. 29), a “situação tensa enfrentada por famílias de brasileiros que começavam a ser expulsas pelo fim dos arrendamentos e pelo problema de legalização de terras”

teria impulsionado o ato. As principais dificuldades relatadas pelos brasileiros eram as questões de documentação, produção, comercialização, mercado de terras, bem como a atuação de autoridades locais e do Estado paraguaio.

É necessário considerar, também, as mudanças na política e na economia do Paraguai. Houveram, ainda, uma diminuição de empréstimos agrícolas do Banco Nacional de Fomento e o fim dos contratos de arrendamentos disponíveis aos agricultores pobres, tornando inviável a pequena produção. Nesse contexto, no Brasil, em 1985 e com o restabelecimento da democracia, surgiu a possibilidade de uma reforma agrária, com a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária. Por outro lado, no Paraguai, em 1989, a ditadura findou e os grupos camponeses passaram a exigir com mais afinco o direito à terra.

Essas mudanças políticas que ocorreram nos dois países levaram à migração de retorno, onde os imigrantes brasileiros mais pobres não conseguiram fazer frente à realidade de grande concentração de terras do Paraguai, sendo atraídos ao Brasil devido à promessa de terras. Tal fato, por sua vez, levou à formação de grupos de brasileiros que se organizaram politicamente para retornarem ao país de origem, acampando nos municípios brasileiros fronteiriços, reivindicando o direito à terra e a cidadania brasileira. Sendo então denominados *brasiguaios* (ALBUQUERQUE, 2005; BALLER, 2014).

Na migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai, percebe-se uma multiplicidade de fatores que influenciaram na decisão de voltar, ainda mais evidente nos relatos das mulheres. Entre estes, cabe evidenciar o contexto atual, marcado pela forte presença do agronegócio - modelo neoextrativista (SVAMPA, 2019).

Em distritos de departamentos fronteiriços, produz contradições, conflitos, problemáticas socioambientais, tais como desmatamento, contaminação do ambiente devido à utilização abusiva de agrotóxicos e efeitos nocivos à saúde humana (FOGEL, 2005; 2019). Tais fatores aumentaram as desigualdades sociais e econômicas que provocaram um expressivo retorno de brasileiros(as). Somam-se a isso, a busca por recursos sociais pouco ou nada acessíveis aos(as) imigrantes no país de destino, principalmente os serviços na área da saúde pública com o SUS, algo que acabou ocasionando um caminho inverso (GNOATTO, 2025).

Há uma diversidade social, econômica e cultural entre imigrantes brasileiros(as) no Paraguai e, com isso, no retorno, percebe-se uma diversidade de formas de retornos e uma multiplicidade de causas que acabam levando ao retorno. Essa pluralidade, marcada por desigualdade sociais, raciais, econômicas e de gênero também é observada entre as mulheres retornadas (GNOATTO, 2025). Algo que também se verifica a partir dos relatos aqui analisados.

Nas duas trajetórias, é bastante perceptível o papel das redes familiares e sociais nas emigrações, nas estadias no país de destino e nos retornos experienciados por elas. As redes, ao sustentarem e articularem imigrantes, “se auto-alimentam”. Segundo Tedesco (2010, p. 98), as realidades de trabalho, “as oportunidades econômicas, as informações, os graus e hierarquias afetivas, as interações entre migrantes e não-migrantes, entre aqueles e os já migrados e autóctones” produzem e são produtos “de vínculos, relações sociais e interdependências”. De acordo com Soares (2002, p. 4), essas realidades trabalham “como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores/nós e fornecem, a um só tempo, oportunidades e constrangimentos”.

O retorno, para Tedesco (2022, p. 438), “envolve múltiplos processos, atores, experiências, estatuto jurídico, projetos migratórios, etc”., mostrando “formas de vida vividas antes, durante a imigração, bem como o que se projeta para depois”. Nestes, vemos “protagonismos, racionalizações movidas pelas duplas ausências e presenças ao mesmo tempo”. Enquanto alguns estão indo, outros estão retornando. “Muitos dos que voltaram, vão de novo, outros não retornam mais a ser imigrantes, porém permitem a saída de outros membros da família e, assim, as realidades vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades” (TEDESCO, 2022, p. 448).

Mediante a análise das duas entrevistadas, verifica-se uma sequência de retornos ao Brasil e ao Paraguai. Nessa sequência migratória, o imigrante não quer se fixar nem retornar, pois ele se acostuma com a condição de migrante, que se movimenta. Assim sendo, o que o determina não é mais o lugar de origem ou o de destino, mas sua condição de sem lugar. Dessa forma, “o retorno (não definitivo) é



apenas mais um elemento de confirmação da condição de migrante” (SILVA; FERNANDES, 2013, p. 6).

O retorno não definitivo é experienciado por uma migrante retornada, residente no Paraguai, e outra migrante, residente no Brasil, conforme é apresentado na segunda seção, dividida em dois tópicos.

“SEMPRE VOU SER UMA ETERNA BRASIGUAIA”: O RETORNO AO PARAGUAI DE ILGA

A primeira entrevistada é Ilga, agricultora, natural de Missal, Paraná. Com seis anos, emigrou para o Paraguai juntamente com seus pais e irmãos, no ano de 1978. A família numerosa possuía uma pequena propriedade de terras, o que preocupava o pai de Ilga, que, pensando no futuro dos seus 11 filhos, decidiu emigrar ao país vizinho, buscando aumentar a sua propriedade.

Motivado por uma rede constituída por vizinhos e amigos que já haviam adquirido terras e emigrado ao país vizinho, seu pai optou por trocar a propriedade do Paraná por uma mais extensa em Tupã Renda, no departamento de Alto Paraná, área pertencente ao distrito de Abaí, no departamento de Caazapá, onde a entrevistada reside.

Após seu casamento, a entrevistada realizou sua primeira migração para a localidade de Nova Esperança, também no mesmo distrito de Abaí, onde viveu por quatro anos, numa área de quatro alqueires. Com o retorno de seus sogros para o Brasil, mais precisamente para Missal, Paraná, Ilga e o marido optaram por retornar para o Brasil.

Era um lugar novo, que tinha aberto, era meio complicado ainda, daí não se conseguia plantar, não se conseguia colher, às vezes, não se conseguia ceifa. Daí, com isso, o meu marido resolveu que queria morar no Brasil, que os pais dele tinham voltado para lá. Quis morar para lá e acabamos indo, [nos] aventuramos (Ilga, *online*, 28 de janeiro de 2021).

Assim, o casal optou pelo município devido à presença de uma rede familiar a vinculada ao esposo, onde o padrinho cedeu uma área para este trabalhar. Ilga, no

ano de 1993, retornou para o município de Missal, no Paraná, onde, com o esposo, arrendaram terras do padrinho deste. Desta forma, percebe-se que “muitos migrantes só conseguem migrar, porque sabem que podem contar com um ponto de apoio, seja de conterrâneos, parentes, amigos e familiares” (TEDESCO, 2022, p. 293).

Nesta área, no ano de 1994, o casal trabalhou por um ano até conseguir vender a propriedade no Paraguai para, assim, adquirir cinco alqueires no município vizinho de Santa Helena, Paraná. Porém, como as terras não eram favoráveis e eram poucas, decidiram trabalhar como empregados na atividade leiteira e agrícola como caseiros em outra propriedade do mesmo município, por um período de cinco anos. *“Nossa terra era meia fraquinha, com o tempo acabamos desacorçoando um pouco, arrumamos um emprego lá para tirar leite, [...] foi bom trabalhar com eles lá, pagavam bem até”* (Ilga, *online*, 28 de janeiro de 2021).

No ano de 2004, a família retornou ao Paraguai, onde reside até hoje.

O meu irmão, que trabalhava aqui com o pai e a mãe, ele queria morar na terra dele, né? Daí abriu a vaga para virmos para cá e resolvemos voltar [...]. O pai precisava de alguém para trabalhar aqui [...]. Podendo vir morar aqui com o pai, ele dava uma renda maior, daí nós pudemos comprar mais um pedacinho de terra, era uma terra que produz mais, né? Hoje nós moramos aqui com a mãe, plantamos a terra dela e ganhamos a renda. Daí, nós temos a nossa própria, também conseguimos plantar. Financeiramente, é melhor para nós aqui [...]. Não era, porque era um país ou porque era outro, era porque a proposta de trabalho era melhor aqui do que lá (Ilga, *online*, 28 de janeiro de 2021).

O retorno foi motivado por uma proposta melhor de trabalho no Paraguai. Além disso, encontraram uma infraestrutura melhor do que quando saíram deste país, como, por exemplo a existência de luz elétrica. Observa-se, nesse caso, como existe uma comparação entre o lugar deixado e o lugar chegado, entre aqui e lá. Na migração, existe um constante “jogo comparativo entre os lugares *deixado* e *chegado*, sobretudo, para além dos lugares enquanto localização; dos lugares na relação com os sujeitos e nas relações que estes desenvolvem, principalmente, pelo Trabalho” (GOETTERT, 2008, p. 65). E essa comparação foi decisiva para a tomada de decisão quanto ao retorno.

Como possuem familiares e amigos no país de origem, constantemente realizam visitas a estes no estado do Paraná. Ao ser questionada como se sente ou se define, Ilga expressa:

Tem uma música assim: “Brasil é minha pátria, Paraguai é meu país”. [A gente] se sente migrante aqui [...]. Eu gosto muito daqui, me criei aqui, mas apesar disso, eu não aprendi a língua daqui, e os costumes daqui também. A gente trouxe todos os costumes do Brasil, daí a gente usa muita coisa de origem alemã, até mais [que] essas coisas de origem paraguaia, mesmo nós não somos muito, né? Músicas, nos bailes por aqui, é tudo coisa do Brasil. A única coisa que nós pegamos do Paraguai é o tererê. Daí, eu acho que sempre vou ser uma eterna brasiguaia (Ilga, *online*, 28 de janeiro de 2021).

O enorme número de brasileiros(as) que partiram do Paraná - mais precisamente da mesma localidade em que residia a entrevistada e que fixaram residência no Paraguai próximo à família desta - viabilizou uma preservação de costumes e de elementos característicos da mesma cultura, ligados à identidade étnica (alemã), regional (gaúcha) e nacional (brasileira). Como constata: “*O pessoal [aqui] tem todos os mesmos costumes que os de lá [Brasil]*” (Ilga, *online*, 28 de janeiro de 2021). Ou seja, a existência de uma rede cultural dificultou, de fato, uma integração com a cultura paraguaia. A rede, segundo Ilga, se expressa por meio das línguas, músicas, festas e costumes. Esta rede ideológico-cultural, vinculada à cultura e identidade, é muito forte entre os(as) imigrantes e se expressa também pelos meios de comunicação brasileiros, dos CTGs no Paraguai (HAESBAERT; BÁRBARA, 2001).

A entrevistada afirmou que apenas o tererê - bebida considerada patrimônio imaterial do Paraguai - foi adotada por ela. Sua forte ligação com o Paraguai - que faz com que se defina como brasiguaia - ficou restrita a uma identidade e territorialidade constituída por imigrantes teuto-brasileiros e sulistas. Percebe-se, nesse caso, que há, entre uma parcela dos brasileiros(as) no Paraguai, “uma territorialidade fechada em si mesma, que reproduz uma face mais “tradicional” da identidade, seja evidenciando seu caráter conservador, exclusivista e de reterritorialização de dominação meramente econômica-funcional” (MONDARDO, 2018, p. 321), em que apenas alguns elementos são adotados da outra cultura, como no caso do tererê, para Ilga.

O relato da entrevistada também leva à reflexão de como a questão econômica, articulada a questões familiares, foi central para que Ilga e sua família realizassem migrações de retorno, tanto ao Brasil como para o Paraguai. A opção por um dos dois países relaciona-se às vantagens ou desvantagens de cada um, dentro dos contextos de tomada de decisão do casal sobre a migração.

“FICAMOS MAIS BRASIGUAIOS QUE BRASILEIROS”: ROSELAINE E SEU RETORNO PARA O BRASIL

A segunda entrevistada é Roselaine, esteticista, natural de Roque Gonzales, Rio Grande do Sul. Emigrou com os pais e irmãos para o Paraguai quando tinha 13 anos, no ano de 1989. Roselaine e seus pais trabalhavam como boias-frias na atividade da capina em lavouras da região, que eram de propriedade de agricultores que lhes contratavam por empreitada em plantações de soja. Sobre o trabalho, constata que: *“Nós trabalhávamos de dia para comer de noite, era tipo escravo”* (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

A família vivia de forma itinerante. Esta, conforme Sales (1996), é a característica do(a) trabalhador(a) do campo, aspecto presente desde o período colonial até os(as) trabalhadores(as) do campo remunerados(as), como os(as) clandestinos(as) e os(as) boias-frias. É uma decorrência das estruturas vinculadas à influência predominante da política e economia dos latifúndios, responsável pela ocupação da fronteira agrícola brasileira. Assim, a mobilidade do(a) trabalhador(a) do campo brasileiro, na década de 1970, tem um fator condicionante, que se adiciona aos já existentes na composição de posse e concentração da propriedade da terra, chamada de modernização e tecnificação agrícola.

Por influência de um familiar que foi conhecer a área de colonização em terras paraguaias e retornou para Roque Gonzales, no Rio Grande do Sul, a família, formada pelos pais e sete filhos, emigrou em uma rede formada por cinco famílias de vizinhos e familiares, para o distrito de Naranjito, departamento de Itapúa, Paraguai, cruzando a fronteira pela província argentina de Misiones. As mesmas famílias se estabeleceram todas próximas para manter a língua e se ajudar, trabalhando em atividades agrícolas, como o plantio de soja. O lugar era marcado pela presença forte

de indígenas que falavam somente o idioma guarani, o que desafiou ainda mais o pequeno grupo de imigrantes recém-chegados a se abrir para uma integração.

Após alguns anos, o pai da entrevistada adquiriu uma área onde a família se estabeleceu. Quanto à relação com os paraguaios, a entrevistada afirma que: *“Nós não tínhamos como voltar, nós tínhamos dinheiro para chegar e comer, então nós respeitamos eles e eles também [a nós]”* (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023). Com o passar dos anos, Roselaine foi se integrando à cultura paraguaia, casou e teve quatro filhos.

Porém, o fato de morar no campo, sem possibilidades de um trabalho remunerado fora de casa, tornou-a dependente e presa a um relacionamento abusivo com seu parceiro.

A gente sofreu muito, porque a gente viveu uma vida, vamos dizer assim... escravizada, porque não tinha lei para nada. Não tinha lei para nada! Não adiantava, se você apanhava, não adiantava ir lá, porque era capaz de você ir presa. Eu creio que eu, como mulher, e muitas outras, a gente consegue falar esse tema, porque assim... foi muito difícil. O meu marido era muito agressivo. Era uma pessoa que trabalhava muito, muito, só pensava em trabalhar e uma agressividade assim muito grande. A gente sofreu por muitos anos caladas [...]. Era chorar e esperar o tempo passar, mas tudo passou [...]. Não tinha lei para essas coisas. Ou você ficava lá ou você ficava [...]. Foi muito sofrido! (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

A falta de leis e punições para agressores, segundo a entrevistada, tornava muitas mulheres vítimas de agressões, ameaças e abusos dos esposos. A situação era mais delicada, pois havia ilhos envolvidos. Roselaine relatou que, nos momentos em que tentava sair de casa com seus filhos, estes lhe eram retirados pelo seu esposo. O relato de sua trajetória, bastante doloroso e difícil neste ponto, parece como algo reivindicado por ela para demonstrar que sobreviveu e como muitas mulheres são também vítimas de violência doméstica. Para Seawright (2023, p. 35):

[...] a recordação da dor, que é dolorida em função da lembrança no momento da fala – quase como se a pessoa sofresse tudo novamente durante a entrevista! – não tem nada com “resgate de memória”. Matéria em movimento, as lembranças não se deixam “resgatar”, porque são sempre reelaboradas no momento da narrativa [...] Tais lembranças trazem a lume sonoridades e imagens que se articulam, mútuas, em relações de gênero. [...] Memórias de mulheres atingidas parecem retirar forças das lembranças para recriar, no horizonte do

urgente, espaços de sobrevivência. No centro das preocupações estão as *comunidades* daquelas que padecem com as agressões e os seus operadores.

Nesse meio tempo, a família migrou para o interior do distrito de Santa Rita, no departamento de Alto Paraná, onde o esposo da entrevistada pode ampliar a propriedade e o plantio de soja, tornando-se um fazendeiro. Tal fato elevou o *status* social do casal na sociedade santarritense, levando a uma cobrança social maior para a entrevistada, pertencente agora à elite do distrito.

A experiência imigratória de Roselaine foi marcada por diversas situações de violência, tanto doméstica quanto de assaltos e sequestro. Em uma dada ocasião, seu esposo foi assassinado, levando-a a repensar sua presença no Paraguai

Depois que eu perdi o meu marido, fiquei mais uns anos lá, meus pais já tinham voltado para o Rio Grande, aí começou vir um irmão para o Brasil, veio outro, aí eu pensei: “eu também vou, eu não vou ficar aqui”. Nossa intenção era vir para o Paraná e ficar no Paraná. Lá no Rio Grande, a gente ama, eu amo a minha terra natal! E aqui estamos três irmãos agora e também vieram os parentes que foram conosco para o Paraguai. Estão todos aqui hoje (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

O retorno de familiares, os assaltos, a morte do esposo, principalmente um sequestro vivenciado por Roselaine pelos filhos, foram os fatores que motivaram o retorno desta ao Brasil. A sensação de insegurança e a impunidade de crimes cometidos, principalmente contra imigrantes, fez com que vendesse as propriedades e retornasse. O trauma gerado pelo sequestro levou-a a uma depressão com consequências ainda hoje em seu quadro emocional.

Percebe-se, em sua fala, como a experiência do retorno se deu por meio de uma rede familiar que influenciou e articulou o estabelecimento de todos familiares em Santa Terezinha de Itaipu, demonstrando também como o retorno se deu de forma ordenada. Para Tedesco (2022, p. 288), as redes geralmente “expressam interesses, estratégias, otimização de fatores e, com isso, demonstram que imigrantes são também sujeitos e atores de um amplo processo relacional e intencional que os mobiliza nos espaços”.

Em seu retorno, a entrevistada saiu do interior e passou a viver na cidade. Por meio de sua experiência, evidencia-se que “*voltar é mais difícil do que partir*” ou seja,

que o retorno se torna mais complexo do que a emigração (ASSIS; CAMPOS, 2009, p. 80). Ao retornar, Roselaine sentiu preconceito pelo seu jeito de ser e de se expressar.

Eu sofri muito quando eu vim para o Brasil. A gente tinha muito sotaque de lá [...]. Eu tinha vergonha de falar [...]. As pessoas olhavam para a gente de uma maneira assim: "de onde vem essa caipira?!" [...]. Tinha pessoas que riam da gente [...]. Quando eu cheguei aqui no Brasil, parecia que eu não era brasileira, parece que eu vim de outro planeta. A gente morou sempre esses anos lá, definitivamente. A gente vinha para o Brasil só para passear. A gente não tinha noção! Foram muitos anos fora do Brasil. Daí tipo... você vem, você já quer voltar [...]. Eu não me alhava! Com fala: eu não me acostumava!

Roselaine experienciou situações de discriminações que a fizeram pensar em retornar ao Paraguai. Nesse caso, havia um preconceito de origem geográfica e de lugar para com esta, que, para Albuquerque Júnior (2017, p. 11):

[...] é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior.

Ainda, conforme Pinto (2016, p. 221) observa, “os brasiguaios ao trazerem consigo os elementos simbólicos historicamente produzidos por suas experiências no Paraguai, são inferiorizados pelo grupo majoritário e já estabelecido, ou seja, os brasileiros”. Constata-se, desse modo, que há uma relação de poder entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), em que os estabelecidos (brasileiros), residentes há mais tempo, inferiorizam os *outsiders* (brasiguaios), recém chegados, migrantes retornados, como no caso da entrevistada, que era vítima de discriminação devido ao seu sotaque, próprio de quem havia vindo do Paraguai.

Embora a entrevistada afirme gostar do seu lugar de origem, o fato de voltar de forma definitiva para o Brasil não era algo que estava nos seus planos, mas se deu em decorrência dos fatos tristes que a vitimaram e das situações que fugiram de seu alcance, como o retorno de seus familiares.

Eu gosto, sempre voltei para a minha terra natal, sempre passeio, sempre visitei e vou. Cada tempo que a gente pode, a gente vai. Mas assim... é um trâmite de vida que mexe com tudo, que mexe com a sua estrutura. Eu era uma criança, depois uma jovem adolescente. E você crescer naquele ambiente, a gente era mais fácil de se acostumar. Como o pai e a mãe, eu lembrava que falavam: “Não, eu vou ficar aqui por um tempo, eu não quero ficar aqui. Então, eles não dividiam aquele pensamento deles conosco, a gente escutava o que eles falavam e eu me perguntava: “mas porque, se aqui tá mais ou menos?” (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

O retorno é um elemento constitutivo da condição do migrante (SAYAD, 2000), é algo que é desejado pelos imigrantes enquanto estes se encontram nos países de destino. Conforme o relato de Roselaine, percebe-se como nos processos migratórios existe um conflito de projeto e desejos geracionais entre pais e filhos. Nesse caso, nota-se ainda que “o projeto de retorno é parte constitutiva do projeto migratório” (ASSIS; CAMPOS, 2009, p. 80). Ou seja, o pai da entrevistada, nos 18 anos que viveu fora do país, desejava o tempo todo retornar e Roselaine, até aquele momento, desejava permanecer

O desafio no retorno também se deu em sua inserção no mercado de trabalho.

Foi bem difícil, porque eu não tinha profissão nenhuma e eu me envergonhava. Quando você vai fazer um cadastro, que nós lá não temos essas coisas. Qual é a tua profissão? Qual é o teu estudo? Nenhum! Eu me sentia zerada! Eu me sentia assim: “meu Deus! Não sou ninguém!”. Aí eu comecei a fazer cursos, estéticas pra lá e pra cá (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

Tendo por base os dados de 2010 do IBGE, sistematizados por Oliveira (2016), constata-se que o coletivo de retornados do Paraguai caracteriza-se por ser um dos grupos que possui, em sua grande maioria, pouca ou nenhuma formação escolar, entretanto, é o que mais está inserido no mercado de trabalho. Com o curso de estética, aplicado por um professor inserido em projetos sociais, que lhe apresentou diferentes realidades em vários espaços, como em favela, cadeia e asilo, a entrevistada conseguiu perder o medo e a insegurança quanto às pessoas. Com uma maior socialização na sociedade devido ao curso, conseguiu se inserir em uma rede vinculada à política local e, por meio de sua campanha para um candidato, obteve uma vaga como professora de estética, exercendo o papel de docente.

Porém, a violência sofrida na escola pela filha fez com que ela retornasse com os filhos para o Paraguai.

A minha filha foi agredida muito forte na escola [...]. Lá nós temos educação, as escolas são muito rígidas [...], os pais ainda permanecem governando os seus filhos. Então, quando nós viemos para cá, a gente via que era um sistema diferente [...]. Quando ela começou a estudar, a menina a levou para o banheiro e bateu nela, se a outra não entrasse... ela arrancou dois dentinhos. Daí nessa época, eu voltei. Eu fiquei com muito medo! Lá não acontece [...]. Aqui a gente não vê segurança nas escolas [...]. Daí nessa época que eu voltei, [pensei] vão matar meus filhos aqui! (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

Percebe-se, na fala da entrevistada, uma constante comparação que existe nos processos migratórios, onde há uma ideia de “aqui e lá” (GOETTERT, 2008), que, neste caso, acontece no ambiente escolar. Como esta afirma: “era um sistema diferente”, lá havia rigidez na escola, aqui havia a perda do controle dos alunos por parte da direção escolar e professores; lá tinha pais presentes cuidando dos filhos, aqui tinha pais ausentes; lá havia crianças educadas e delicadas, aqui havia crianças agressivas e indisciplinadas.

Segundo Roselaine, o fato de sua filha sempre ir bem vestida para a escola levou a colega a olhar e tratar a menina de forma violenta, culminando no retorno da família ao Paraguai. Porém, com a formatura e o desejo de cursar Agronomia por parte da filha, a família retornou para Santa Terezinha de Itaipu, PR. Neste retorno, a entrevistada afirma que procurou e procura trabalhar muito o seu emocional para se desenvolver e superar os traumas vividos.

No antigo país de destino, Roselaine possui ainda muitos amigos e conhecidos. Ao ser questionada quanto a sua identidade, afirmou se definir como brasiguiaia.

Como nós moramos muito tempo lá e gostamos do lugar, a gente se identifica como brasiguiaia, né? Porque às vezes até no sotaque a gente se esqueceu um pouco, porque falamos o português, mas algumas coisas a gente se enrola e pede: “não é isso em português?”. Então, brasiguiaia. O brasileiro que mora aqui, quando nós nos juntamos, os brasiguaios, nós falamos o alemão e o espanhol [...]. Ficamos mais brasiguaios que brasileiros (Roselaine, Santa Terezinha de Itaipu, 26 de abril de 2023).

Segundo a entrevistada, esta ainda hoje mantém e consome pratos paraguaios (comidas e bebidas), músicas e idiomas (espanhol e guarani); sendo que o contato, principalmente com os funcionários paraguaio, quando possuía fazenda no distrito de Santa Rita, mudou o seu jeito de ser. Nesse contexto migratório, a pessoa precisa “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos a era da modernidade tardia” (HALL, 2010, p. 89).

No caso de Roselaine, constata-se que houve uma integração à cultura paraguaia, ao contrário da primeira entrevistada, e que a sua compreensão quanto à identidade brasiguiaia está ligada às práticas que caracterizam a cultura do país vizinho que esta incorporou para si em seu cotidiano. Evidencia-se, ainda, que esta abertura maior à cultura paraguaia produziu uma mescla que a levou a circular por identidades e territorialidades distintas.

No caso de Roselaine, nas migrações de retornos, tanto ao Brasil como ao Paraguai, a questão da busca pela segurança familiar foi o fator principal que a motivou. No primeiro momento, o retorno ao Brasil devido ao sequestro, assaltos e assassinato do esposo. Já em um segundo momento, devido à violência da qual uma das filhas foi vítima. Além disso, somam-se a influência de uma rede familiar e a busca por estudo para a filha como fatores que levaram aos seus retornos. Tais fatores levam à conclusão de que não são somente os fatores econômicos os responsáveis pelas migrações de retorno, mas somam-se questões ligadas à busca pela qualificação profissional e segurança.

Percebe-se, entre estas migrantes retornadas, que existem semelhanças e diferenças nas experiências de retornos. Ambas as emigrações ao Paraguai e, posteriormente, os retornos, possuem fortes influências de redes, principalmente familiares. Entre as duas, há distinções de classes ao se analisar o contexto que levou à partida da família paterna ao Paraguai.

Enquanto uma queria ampliar a propriedade, a outra buscava sair de uma condição de trabalho análogo à escravidão. As duas tinham uma vivência no campo antes de emigrar e como imigrantes no país de destino. Ambas se definem como

brasiguaias pelos anos que viveram no Paraguai e que ainda vivem. Porém, a hibridização cultural somente se deu no caso da que retornou. Quanto às motivações para o retorno, também se observa que há distinções e que estas estão ligadas à educação, segurança e melhores oportunidades de trabalho no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir do estudo, que ser uma mulher migrante, conforme Tedeschi (2020, p. 73), ao citar Goettert (2008, p. 102), é viver duplamente as contradições *“es ser dos personas al mismo tiempo, cada una constituida por relaciones sociales historicamente definidas, marcadas por las representaciones de género; es vivir con el presente y soñar con el pasado”*. É também *“fazer-se, desfazer-se e refazer-se migrante”*. Tais evidências estão em conformidade com os casos das duas brasiguaias retornadas abordados no estudo, que realizaram sequências migratórias após seus primeiros retornos ao Brasil.

É importante considerar as causalidades das emigrações ao Paraguai, dentro de um contexto agrícola, e as causalidades dos retornos, que vão além da dimensão econômica, contemplando também outras necessidades das migrantes. Identificou-se, nas falas, várias comparações entre Paraguai e Brasil. Um fato identificado é que a situação mais favorável é optada devido à presença de redes, principalmente familiares, e a proximidade e baixos custos com o deslocamento na fronteira entre os dois países. Constatou-se, ainda, a existência de um projeto de retorno dos pais e de um projeto de fixação dos filhos no país de destino, revelando a existência de distintos projetos migratórios entre as gerações, no caso, na relação entre pais e filhos.

Observou-se que o fato de retornar e se fixar no campo, desempenhando as mesmas atividades agrícolas realizadas no antigo país de destino, se apresenta menos desafiador do que partir de um contexto rural para um urbano, em que a inserção laboral já é bastante distinta. Ainda, pode-se perceber que, na migração de retorno de brasileiros do Paraguai, há, para uma das entrevistadas, uma dificuldade maior, ao compararmos essa migração com a emigração ao Paraguai. Afinal, a integração aos costumes e cultura paraguaios tornou a entrevistada diferente de seus

conacionais, fazendo com que esta desejasse retornar, o que não foi observado no caso da outra entrevistada, inserida em uma rede cultural teuto-brasileira.

Por fim, o recorte pequeno de análise de histórias de mulheres retornadas, formado por duas entrevistas, revela o quanto a experiência migratória é múltipla em suas formas e em suas causas, e que o retorno nem sempre é a última etapa migratória dos sujeitos, “envolvendo múltiplos processos” (TEDESCO, 2022, p. 438) entre idas e vindas. Importante destacar, também, que tais processos são ainda mais complexos para as mulheres e, principalmente, para aquelas vítimas de múltiplas violências na fronteira, conforme apontado em um dos relatos.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005, 265 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2017.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; CAMPOS, Emerson César de. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo e Argumento*, vol. 1, n. 2, p. 80-99, 2009.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014, 336 p.

BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: território e jogo de identidades. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 333-346.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro - RJ, 2000.

FOGEL, Ramón. Efectos socioambientales del enclave sojero. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005, p. 36-117.



FOGEL, Ramón. Efectos socio ambientales del modelo neo extractivista de desarrollo. *Cuadernos de Investigación*, vol. 5, 2019.

GNOATTO, Vanucia. *A multidimensionalidade na migração de retorno de brasileiros e brasileiras do Paraguai (1970-2020)*. Passo Fundo: Acervus, 2025.

GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Dourados: Editora UFGD, 2008.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. *Geographia*, v. 3, n. 5, p. 45-65, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Territórios de trânsito: dos conflitos Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A migração de retorno para o Brasil no contexto da crise econômica. *Revista de Estudos Brasileños*, vol. 3, n. 5, p. 27-41, 2016.

PINTO, Sérgio Ricardo Aurélio. *Um “aconchego” para chamar de seu: conflitos identitários entre brasileiros e brasiguaios no Bairro Jardim Santa Felicidade, Cascavel – PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2016, 137 p.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. *TRAVESSIA - Revista do Migrante*, ano 8, número especial, p. 1-36, 2000.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 1, n. 13, p. 87-98, 1996.

SEAWRIGHT, Leandro. *Vidas machucadas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2023.

SILVA, Romerito Valeriano da; FERNANDES, Duval Magalhães. Migração Internacional de retorno no Brasil: um novo desafio? In: *14º Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2013, Lima. Anais do 14º EGAL. Lima - Perú: IGU - Comitê Nacional Perú, 2013.

SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese (Doutorado em Demografia) -Universidade Federal do Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, 360 p.



SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992, 276 p.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do extrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro eco territorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Cruzar y vivir la frontera: narrativas de la experiencia migratoria de mujeres migrantes fronterizas. In: CHONG, Natividad Gutiérrez; TEDESCHI, Losandro Antonio (Compiladores). *Fronteras de género, subjetividades e interculturalidad*. Universidad Nacional Autónoma de México Instituto de Investigaciones Sociales, Universidade Federal Da Grande Dourados, Ciudad de México, 2020, p. 53-78.

TEDESCO, João Carlos. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: Paradoxos da alteridade nas migrações internacionais de brasileiros na Itália*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

TEDESCO, João Carlos. *Imigração no Sul do Brasil: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico*. Passo Fundo: Acervus, 2022.

Recebido em 15/04/2025

Aprovado em 03/11/2025



LINS, Betânia Maria Lidington Lins*

<https://orcid.org/0009-0006-6556-8715>

SOUZA, José Edimar de**

<https://orcid.org/0000-0003-1104-9347>

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar as memórias e experiências pedagógicas de professores de Língua Portuguesa sobre o ensino da Literatura Afro-Brasileira em escolas do estado de Pernambuco. O estudo sobre a temática da história e cultura afro-brasileira tornou-se obrigatório no currículo oficial da Educação Básica do Brasil com a aprovação da Lei nº 10.639/2003. A relevância deste estudo se justifica pela visibilidade que temas sobre as relações étnico-raciais desempenham na escola para criar um currículo decolonial, que rompe com saberes dominantes eurocêntricos e apresenta epistemologias baseadas em outros padrões raciais. Metodologicamente, memórias de cinco egressos foram recolhidas a partir de entrevistas semiestruturadas baseadas na história oral. Elas revelaram o percurso formativo desses docentes - todos egressos do curso de Letras/Português da UFPE, formados entre 1998 e 2018 - e como as suas experiências na graduação reverberaram na atuação em sala de aula. Concluímos que esses sujeitos foram capazes de ir além do currículo escolar estabelecido e mostraram seu protagonismo como professores reflexivos, pautando temas relevantes e trazendo autores que refletem questões sociais da realidade brasileira com seu pertencimento étnico-racial, a partir da Literatura Afro-Brasileira.

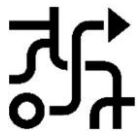
PALAVRAS-CHAVE: História da educação; Literatura afro-brasileira; Memórias.

ABSTRACT: This article aims to analyze the memories and pedagogical experiences of Portuguese Language teachers regarding the teaching of Afro-Brazilian Literature in schools in the state of Pernambuco. The study of the theme of Afro-Brazilian history and culture became mandatory in the official curriculum of Basic Education in Brazil with the approval of Law No. 10.639/2003. The relevance of this study is justified by the visibility that themes about ethnic-racial relations play in schools to create a decolonial curriculum, which breaks with dominant Eurocentric knowledge and presents epistemologies based on other racial standards. Methodologically, memories of five graduates were collected from semi-structured interviews based on oral history. They revealed the formative path of these teachers - all graduates of the Literature/Portuguese course at UFPE, graduated between 1998 and 2018 - and how their experiences in the undergraduate course reverberated in their performance in the classroom. We conclude that these subjects were able to go beyond the established school curriculum and showed their protagonism as reflective teachers, addressing relevant themes and bringing authors who reflect social issues of Brazilian reality with their ethnic-racial belonging, based on Afro-Brazilian Literature.

KEYWORDS: History of education; Afro-Brazilian literature; Memoirs.

* Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Analista em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora da Rede Municipal de Ensino de Caruaru/PE.

** Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com estágio de pós-doutorado na mesma universidade. Professor e pesquisador dos Programas de Pós-graduação em História e em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).



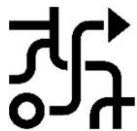
INTRODUÇÃO

*O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história.*
(Evaristo, 2021, p. 88-89)

Valemo-nos da escrita de Conceição Evaristo, contida no livro *Poemas da Recordação* (EVARISTO, 2021), a fim de promover uma pequena reflexão sobre as invisibilidades presentes nas narrativas de livros que formam nossas crianças e jovens a respeito da riqueza cultural diversa da sociedade brasileira. Porém, ainda há histórias não contadas e saberes para serem revelados sobre a criação do nosso país. Silenciamentos causados pela escolha etnocêntrica em ensinar aos brasileiros a versão única da criação do Brasil através do olhar do dominador europeu, desconsiderando conhecimentos milenares dos inúmeros grupos étnicos africanos que para cá vieram, a partir do escravagismo do século XVI, e que contribuíram para a formação da riqueza histórica e cultural brasileira.

Foi por meio de lutas de diversos intelectuais e grupos sociais ligados à questão racial brasileira que foi trazida para o debate público a necessidade de serem revistas as condições de desigualdades sociais e educacionais em que vivia a grande maioria da população negra brasileira (GOMES, 2017), emergindo dessas discussões a Lei Federal nº 10.639, aprovada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 09/01/2003. Esse dispositivo legal instituiu no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade do ensino da temática afro-brasileira, cujos conteúdos⁴⁰ devem ser ministrados em todos os componentes curriculares, mas em especial nas disciplinas de Educação Artística e História e Literatura Brasileiras (BRASIL, 2003), como um contraponto jurídico para exigir das instituições educativas iniciativas e atitudes diferentes do que se fazia até então.

⁴⁰ Lei nº 10.639/2003, de 09/01/2003, instituiu no currículo oficial da rede de ensino do país a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", com os seguintes conteúdos: História da África e dos Africanos; a Luta dos Negros no Brasil; a Cultura Negra Brasileira e o Negro na Formação da Sociedade Nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

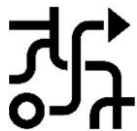


Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar as memórias e experiências pedagógicas de cinco professores de Língua Portuguesa sobre o ensino da Literatura Afro-Brasileira em escolas da Educação Básica no estado de Pernambuco, tomando por base as orientações da referida Lei 10.639/2003.

Por força de uma tradição educacional eurocêntrica, o que se enfatiza sobre a história e cultura afro-brasileira em nossa sociedade se refere principalmente à contribuição dos negros para a formação da riqueza econômica do país, através da exploração da mão de obra dos africanos e afro-brasileiros nos grandes ciclos da cana de açúcar (séculos XVI-XVII), das pedras preciosas e ouro (séculos XVII-XVIII) e do café (séculos XIX-XX), de acordo com Costa (2016).

Também observamos a folclorização da cultura afro-brasileira nas lendas contadas para as crianças nas escolas durante o Dia do Folclore; a representação das baianas vendedoras de acarajé na Bahia, com suas roupas brancas e turbantes na cabeça; a associação que comumente se faz entre mulheres negras como boas dançarinas de samba e homens negros como bons jogadores de futebol – sob a ideia equivocada de que as pessoas negras já nascem com o talento para tais atividades; dentre tantos outros estereótipos existentes que apenas encobrem o real valor da cultura africana para o Brasil e para o mundo.

Dito isso, nosso estudo é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no curso de doutorado em Educação que objetivou analisar a constituição do percurso formativo de licenciados em Letras/Português da UFPE, concluintes entre 1998 e 2018, sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira, identificando as representações que eles produziram a respeito da referida temática desde quando ingressaram na graduação. Um dos resultados da pesquisa revelou que mesmo diante das lacunas evidenciadas no curso sobre os saberes relacionados à história e cultura afro-brasileira, os egressos foram capazes de ir além do currículo escolar estabelecido em suas escolas e mostraram seu protagonismo como professores reflexivos em sala de aula, pautando temas relevantes e trazendo autores que refletem questões sociais da realidade brasileira com seu pertencimento étnico-racial, a partir da Literatura Afro-Brasileira.



Este texto se justifica, portanto, pela visibilidade que temas sobre as relações étnico-raciais desempenham na escola para criar um currículo que rompe com os saberes dominantes eurocêntricos e apresenta epistemologias baseadas em outros padrões raciais, como sugerem os estudos decoloniais.

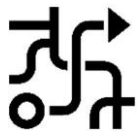
As seções a seguir apresentarão breves considerações a respeito da origem da Lei 10.639/2003 e dos campos do saber sobre memórias e afrocentralidade que contribuem para refletirmos sobre as violências causadas às sociedades colonizadas pelos europeus a partir das Grandes Navegações do século XV da Era Moderna, com a tomada de extensas áreas habitadas por povos nativos, incluindo as terras brasileiras.

AS ORIGENS DA CRIAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Contra a visão distorcida que havia sobre os afro-brasileiros em nosso país (NASCIMENTO, 1978) é que pessoas ligadas a movimentos sociais na década de 1970 se uniram para reivindicar a criação de planos ou leis que concedessem direitos para a comunidade negra brasileira e que contribuíssem para visibilizar histórias e culturas dos inúmeros grupos étnicos africanos que para cá foram trazidos a partir de meados do século XVI.

Dentre os intelectuais que se mobilizaram para evidenciar a importância dos afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira e para reivindicar melhores condições de vida para essas pessoas, destacam-se Abdias do Nascimento, Haroldo Costa, José Correia Leite e Solano Trindade (CONCEIÇÃO, 2011), além de Benilda Regina Paiva de Brito, a Frente Nacional do Negro, a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado (NONATO, 2018), que também se uniram para repudiar toda a sorte de atitudes racistas e discriminatórias pelas quais o povo negro brasileiro era vítima.

Em suas diferentes épocas e frentes de luta, conforme destaca Gomes (2017), alguns jornais da chamada imprensa negra paulista também contribuíram para o avanço das discussões a respeito das precárias condições de vida e de



discriminações constantes que a população negra sofria, a exemplo de *O Xauter* (1916), *Getulino* (1916-1923), *O Alfinete* (1918-1921), *O Kosmos* (1924-1925), *O Clarim d'Alvorada* (1929-1940), *A Voz da Raça* (1933-1937), *Tribuna Negra* (1935), *O Novo Horizonte* (1946-1954), *Cruzada Cultural* (1950-1966) (GOMES, 2017, p. 29), dentre outras pessoas e organizações sociais.

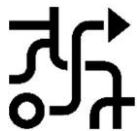
Sobre a ação de intelectuais e organizações sociais mobilizados para a implementação de uma educação mais diversa e antirracista, Sá (2019) declara o que segue:

Resumidamente, ao estudarmos as trajetórias desses grupos, identificamos, tanto no autodidatismo que caracteriza a formação das militâncias quanto nas lutas pelo acesso ao ensino formal, ações de resistência e de enfrentamento ao colonialismo no campo do saber. Antes, portanto, de ocupar o Congresso Nacional, propostas de descolonização da educação já permeavam os discursos e as práticas de negros e de indígenas. No caso destes, trata-se de respostas, sobretudo, à imposição da violenta educação ora missionária ora integracionista iniciada já no século XVI; no caso daqueles, observam-se, preponderantemente, questionamentos às falácias da Abolição de 1888, que não tornou os negros livres do analfabetismo e da falta de escolaridade (SÁ, 2019, p. 54-55).

Para Munanga (1996), militantes, pessoas e políticos engajados na luta contra o racismo desenvolvem o que o autor denomina de *ação discursiva e teórica*, o que caracteriza as ações de intelectuais e organizações que defenderam a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas, a exemplo de Abdias do Nascimento em sua clássica obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” (NASCIMENTO, 1978). A criação da Lei 10.639/2003, portanto, é fruto dessas lutas.

Conforme destaca Conceição (2011), a criação da Lei 10.639/2003 remonta a um Projeto de Lei (doravante PL) proposto pelo deputado federal Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores/Pernambuco, no ano de 1995, cuja tramitação teve o início ainda nesse ano, porém, como até o final de 1998 ela não havia sido concluída e o deputado não se candidatou à reeleição, o referido projeto foi arquivado no início da nova legislatura, em janeiro de 1999.

Segundo ainda Conceição (2011), os deputados federais Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira, ambos do Partido dos Trabalhadores, e representantes do Rio Grande



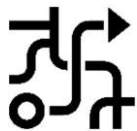
do Sul e do Mato Grosso do Sul, respectivamente, desarquivaram o PL de 1995, a partir de reivindicações de movimentos sociais, e apresentaram-no novamente à Câmara dos Deputados, desta vez com uma pequena alteração: incluiu a disciplina de Literatura Brasileira dentre as que deveriam, especialmente, discutir a temática afro-brasileira em seu conteúdo programático, juntamente com as duas que já existiam no PL anterior, Educação Artística e História do Brasil.

Após aprovação em diversas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado, o PL 259/1999 foi sancionado e transformado na Lei 10.639/2003 em 09/01/2003, encerrando uma tramitação total de quase quatro anos.

Com a promulgação da Lei 10.639/2003, várias outras foram aprovadas e direcionadas para a discussão sobre a diversidade afro-brasileira nas escolas do país, propondo a reflexão sobre a sociedade brasileira por outro viés, o da diversidade cultural, a partir do que nela existe de valores históricos e culturais afrocentrados; da herança de matriz africana que há no dia a dia das pessoas, seja nas grandes cidades, seja no interior; nos diversos modos de falar; na culinária; na dança; no canto; no festejar; no orar, celebrar e reverenciar, como marcas identitárias do povo negro que aqui construiu e reconstruiu histórias, conforme destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004 (Brasil, 2004), que estabeleceram orientações, dentre outras, para gestores de instituições de ensino superior que oferecem cursos de formação de professor para o enfrentamento da questão racial.

ESTUDOS DECOLONIAIS: PERSPECTIVA TEÓRICA PARA REFLEXÃO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003

Nesta seção teceremos algumas considerações sobre os estudos decoloniais e sobre como eles contribuem para refletirmos sobre a Lei 10.639/2003 e a realidade brasileira, a partir de teóricos que enxergaram na América Latina o berço da exploração moderna de homens que foram forçados a trabalhar para construir riquezas, mas não para si, e sim para seus senhores, e, com base nesse mecanismo

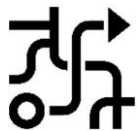


de subalternização, criou-se o regime capitalista do monopólio de bens naturais, de produção, de mercado consumidor e a ideologia do racismo, cujos desdobramentos nefastos se encontram até a atualidade, tanto na América Hispânica quanto no Brasil.

Preocupados e desejando imprimir reflexões outras sobre as desigualdades na América Latina, é que no final dos anos de 1990, sociólogos, filósofos, antropólogos e linguistas latino-americanos e alguns estadunidenses, conforme destaca Ballestrin (2013), criaram o grupo Modernidade e Colonialidade, partindo de estudos com uma epistemologia própria, a latino-americana, e não a estadunidense, a europeia ou até mesmo a de países do Oriente, como a indiana, com o objetivo de ser uma comunidade acadêmica reflexiva sobre os legados coloniais ainda presentes nesse continente, haja vista a desigualdade social ainda ser uma característica que marca essa região, mesmo que mais de 200 anos tenham se passado desde quando as primeiras colônias espanholas e a portuguesa, no caso, o Brasil, conquistaram a independência política de suas matrizes europeias, Espanha e Portugal, no início do século XIX.

Dessa forma, a partir da criação de conceitos que servem de parâmetro até o momento para pensarmos nos problemas seculares que atingem a América Latina, a exemplo da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), diferença colonial (MIGNOLO, 2005), dentre outros, esse grupo foi se firmando com a ideia de que é preciso repensar o que é considerado clássico, o que está posto, conforme destacou Ballestrin (2013), citando a importante construção do filósofo argentino Enrique Dussel.

Nesse sentido, combater a colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) se configura como um desafio para os brasileiros, pois este apaga saberes e epistemologias que não sejam as dos dominadores, no caso brasileiro, dos portugueses que aqui chegaram em 1500 e conquistaram nossas terras, explorando-as, inicialmente, às custas do suor e do sangue de diversos povos indígenas originários que aqui se encontravam e posteriormente de negros escravizados, estes a partir de 1535, conforme assegura Gomes (2019), impondo sua cultura e suas “histórias únicas” (ADICHIE, 2019) como modelo a ser seguido na sociedade

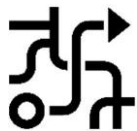


brasileira, em suas relações sociais e na imposição da matriz eurocêntrica de conhecimentos no nosso sistema educacional.

De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a colonialidade do saber define a supremacia de determinados saberes sobre outros (QUIJANO, 2005), impondo-se nas sociedades ex-colônias de países imperialistas, a exemplo de Espanha e Portugal no século XV, ocultando saberes milenares de pessoas que constituíram a História da Humanidade, a exemplo dos africanos e seus descendentes aqui no Brasil.

Assim, conforme essa perspectiva decolonial, de forma premeditada, a história e a cultura afro-brasileira foram secularmente invisibilizadas ou incompreendidas em nossas instituições educacionais, gerando ideias pré-concebidas, errôneas e preconceituosas contra a população negra, sendo necessário, portanto, que vozes se levantassem contra essa realidade, reivindicando o direito dessas pessoas a um lugar na História do Brasil com a contribuição de suas epistemologias e verdades, abrindo espaço para o seu protagonismo e combatendo a subalternização costumeiramente associada a ela, como bem lembrava Nascimento (1978) na década de 1970, ao defender os direitos dos negros brasileiros a uma inclusão na sociedade de forma mais equânime.

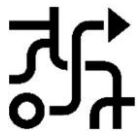
Num país marcado pela herança do escravismo imposto inicialmente aos indígenas e posteriormente aos negros, e cuja história foi contada pela voz do colonizador branco e vencedor, que impôs verdades únicas à nossa sociedade, a instituição de uma lei como a 10.639/2003 torna-se essencial para que pensemos decolonialmente e façamos emergir discussões e reivindicações para integrar a comunidade negra brasileira à prática educativa como protagonista, num reconhecimento às suas culturas e às suas identidades. Um dos desafios dessa educação, que é intercultural, é a “a articulação de políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008, p. 52), afinal, podemos ser iguais em direitos e diferentes em identidade, ou, nas palavras de Santos (2003, p. 56): “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos trivializa”.



Para dialogar com os estudos decoloniais neste trabalho, podemos refletir sobre a implementação da Lei 10.639/2003 a partir de um capítulo do livro *Pedagogia do Oprimido*, de Freire (1988), intitulado “*As Relações Homens-Mundo, os Temas Geradores e o Conteúdo Programático desta Educação*”, e imaginarmos como seria uma espaço educativo em que professores e alunos vivenciassem uma educação tendo por base o respeito à história e à cultura afro-brasileira, com conteúdos que refletissem sobre questões para além do que possam estar expostas nos livros didáticos ou textos diversos, conforme o Art. 1º dessa lei determina: “o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Nessa perspectiva, os negros são evidenciados como os que vieram da África contra a sua vontade; que não eram bárbaros, no sentido de possuírem uma condição humana inferior, de acordo com Brito (2013), e sim pessoas portadoras de culturas milenares; que não eram famintos e doentes, mas que se tornaram, diante dos maus-tratos e da exploração a que foram submetidos, reduzidos pelo branco à condição quase de um não-ser. Poderíamos refletir sobre as suas ancestralidades povoadas de histórias de reis, rainhas, príncipes e princesas, como muitos eram em sua terra natal; que eles tinham profissões, crenças, religião, ciências, tecnologias, organização social, epistemologias, enfim, um arcabouço cultural tão rico quanto os seus dominadores, mas que tiveram suas dignidades roubadas pelo europeu opressor e foram obrigados a virem para o Brasil já numa viagem em condições degradantes.

Essas histórias precisam ser contadas, portanto, sob o olhar do pensamento decolonial (DUSSEL, 2016), desmontando as verdades até agora divulgadas. A exemplo, a Revolta dos Malês², ocorrida em Salvador, entre 24 e 25 de janeiro de 1835, na então província da Bahia, para reconhecê-la como um dos movimentos mais emblemáticos de resistência dos negros contra as más condições de vida, de injustiça e de exploração a que eram submetidos.



Da mesma forma, a Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro em 1910 (KOURYH, 2008), não deve ser lembrada apenas como mais um movimento de resistência que fracassou, e sim que seus líderes, principalmente o negro João Cândido, sejam reconhecidos como pessoas que lutaram por melhores condições de trabalho e tratamento humanizado contra um governo opressor que subjugava e maltratava os marinheiros, em sua grande maioria pobres e negros; que mulheres negras que lutaram por sua liberdade tenham suas histórias revisitadas, a exemplo de Aqualtune, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, dentre tantas outras (ARRAES, 2020).

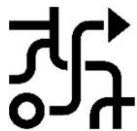
Necessário se faz resgatar a memória de heróis e heroínas que até os dias de hoje vivem no anonimato, revelando que os negros, desde o início da exploração de sua mão de obra, se rebelaram contra o poder de vida e de morte estabelecido pelos portugueses, ao desejar destruir seus corpos e seus saberes, mas que eles resistiram às atrocidades e ao tempo, e permanecem entre nós como pessoas que constituem a formação do povo brasileiro. É sobre isso que os estudos decoloniais nos ajudam a refletir, a realidade do Brasil.

A seguir, trataremos da metodologia abordada neste trabalho, buscando contribuir para a compreensão da implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira em uma licenciatura, que tem nas representações sobre a diversidade étnico-racial brasileira a relevância para estar presente em cursos de formação de professores que atuarão na Educação Básica, a partir do que preceitua a Lei 10.639/2003 e as que seguiram essa normativa.

HISTÓRIA ORAL: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA

Metodologicamente, pelo caráter sócio-histórico de seu objeto, a pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa, de perspectiva histórica, tendo por base a história oral, cujas narrativas formaram a empiria da pesquisa.

Concordamos com Hooks (2022) quando ela afirma que “nascemos e mantemos nossa existência no lugar da memória” (HOOKS, 2022, p. 26), e consideramos que memórias de egressos são fontes vivas de pesquisa para que



adentremos na compreensão de eventos sobre a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira na Licenciatura em Letras/Português da UFPE, com a contribuição de pessoas que viveram o cotidiano da sala de aula e da instituição, lançando novos olhares, percepções e interpretações sobre o vivenciado, os quais foram analisados sob o aporte da história oral e cotejados com os documentos do curso.

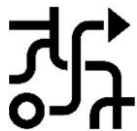
Conforme Alberti (2005) destaca:

A história oral é “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 2005, p. 18).

E é com o olhar de partícipes ou testemunhas que as memórias de egressos foram recolhidas a partir da história oral, que pode ser empregada em pesquisas sobre temas atuais ocorridos em um passado não muito distante e até onde a memória alcança, mas que, com o passar do tempo, essas entrevistas poderão servir como fontes de consulta para estudos com temas não recentes (ALBERTI, 1990), o que vai ao encontro do objetivo deste estudo. De acordo ainda com Alberti (2005, p. 29): “A consolidação da história oral como metodologia de pesquisa se deve ao fato de a subjetividade e a experiência individual passarem a ser valorizadas como componentes importantes para a compreensão do passado”.

Desse modo, tendo em vista que sujeitos carregam subjetividades e representações do vivido, é importante refletirmos sobre a diversidade de opiniões, de lembranças que as memórias dos licenciados evocaram, trazendo à tona fatos contraditórios ou incompletos, ao que Alberti (2005) informa que ampliar e aprofundar o tema da entrevista por parte do pesquisador é fundamental para se produzir “documentos de história oral com alto grau de qualidade” e que:

A constatação dessas situações, viabilizada pelo conhecimento aprofundado do tema, pode incidir mais tarde sobre a análise das entrevistas: o pesquisador capacitado deve perguntar-se a respeito das razões e dos significados das respostas do entrevistado e incorporar essa reflexão à avaliação do trabalho realizado (ALBERTI, 2005, p. 82).



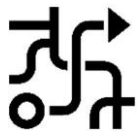
Assim, existindo a possibilidade da identificação de lacunas no processo de rememorar o tema investigado, a figura da pesquisadora foi essencial no processo de análise das memórias individuais que, comparadas às outras e com sua colaboração atenta, compuseram documentos factíveis com a marca da coletividade, indo ao encontro do que Halbwachs (1990, p. 25) afirma, destacando que: “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos estejam obscuras.”

Surge, assim, a noção de memória coletiva, que é construída a partir do contato entre pessoas que vivenciaram experiências semelhantes num determinado momento da vida, e, portanto, suas memórias individuais são formadas com o que foi vivido em comum, isto é, as memórias individuais nunca estarão desligadas das relações sociais entre os indivíduos (HALBWACHS, 1990). De fato, entendemos que rememorar se relaciona com a realidade social vivida entre sujeitos e realidade e com os sujeitos entre si, os quais trocam subjetividades comuns, ressignificando-as na dimensão da coletividade.

Thompson (1998) declara que “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1998, p. 17), evidenciando, para este estudo, a construção (coletiva) de memórias sobre a trajetória quanto ao estudo da história e cultura afro-brasileira no curso de Letras/Português da UFPE, entre 1998 e 2018, e como o vivenciado durante essa formação inicial reverberou na vida profissional desses egressos enquanto docentes na Educação Básica.

Por sua vez, Rovai (2013, p. 14-15) destaca que “Registrar diferentes histórias, práticas, em suas diversas versões, pode significar dar amplo conhecimento público, registrar memórias para conservar saberes”, o que podemos tomar a capacidade de dar visibilidade e manter histórias, conhecimentos e saberes vivos como mais uma característica da história oral.

Do exposto, este trabalho destaca a relevância da memória como promotora da reconstrução de eventos vividos por pessoas que dão significados ao que

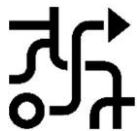


vivenciaram, segundo o que afirma Halbwachs (1990, p. 51) ao destacar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”, o que é corroborado por (ALBERTI, 2005), quando ela destaca que a memória coloca o homem como testemunha da história e pode esclarecer questões que documentos oficiais algumas vezes deixam lacunas.

Sobre o instrumento de construção dos dados, a entrevista semiestruturada, que prevê perguntas abertas e fechadas, foi utilizada para obter os depoimentos dos entrevistados, por exigir da pesquisadora clareza e objetividade em algumas perguntas, seguindo um roteiro pré-estabelecido, conforme Boni e Quaresma (2005) destacam, mas que, ao mesmo tempo, dá liberdade aos sujeitos da pesquisa para que eles exponham respostas de forma livre, deixando as lembranças e subjetividade virem à tona, o que vai ao encontro do objetivo de ouvir relatos em momentos de entrega às perguntas ou a algum tema delas decorrente, mas ainda com certo controle da pesquisadora para permitir um diálogo entre ambos.

Concordamos ainda com as autoras quando elas afirmam que “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75), o que foi esperado nesta investigação.

O roteiro da entrevista contemplou cinco seções principais: a) a primeira, composta pelos dados pessoais do egresso, em que solicitamos as seguintes informações: seu nome (como ele gostaria de ser chamado), data de nascimento, naturalidade/UF, cidade onde reside, gênero, etnia (por autodeclaração) e profissão; b) a segunda, a escolaridade, abrangendo o curso concluído, ano de ingresso e conclusão de outro(s) curso(s), como formação complementar; c) a terceira, sobre a trajetória escolar e acadêmica, em que solicitamos que o egresso nos contasse um pouco sobre suas vivências na Educação Básica até chegar ao curso de Letras na UFPE; d) a quarta, sobre as experiências do egresso em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira vividas no curso de Letras; e) a quinta, momento para



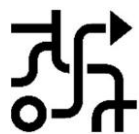
complementações da entrevista, caso o egresso desejasse pontuar algo que não rememorou anteriormente.

Frisamos que na atividade de elaboração das questões para a entrevista, levamos em consideração aspectos que demonstrassem o perfil do egresso, a partir da recolha de alguns dados pessoais, a sua experiência escolar e acadêmica, relacionando-a também à temática afro-brasileira, e como o aprendizado na graduação sobre as questões da diversidade étnico-racial impactou na sua experiência profissional com o tema.

Para chegarmos até os sujeitos, nos valem os *Instagram*, *WhatsApp*, Plataforma *Lattes* e contatos com amigos, chegando ao número de sete egressos, quantidade que se tornou suficiente para o desenvolvimento do estudo, considerando a riqueza de detalhes que eles expuseram em seus relatos, a partir do comprometimento que tiveram em responder a todas as questões e rememorar suas histórias, num diálogo profícuo entre eles e a pesquisadora.

Destacamos que neste trabalho os participantes serão identificados nas citações pelos nomes escolhidos por eles, pelo ano de realização da entrevista e pelo ano/período da conclusão do curso, sendo esta última informação importante para situarmos o leitor em relação à temporalidade em que eles estiveram participando das vivências acadêmicas na UFPE, desta forma: Danilo (2024, 2003.1), Pérola (2024, 2003.2), Alessandra (2024, 2004.2), José (2023, 2014.1) e Conceição (2023, 2018.2). Por sua vez, os relatos serão apresentados na ordem cronológica crescente do ano de conclusão do curso conforme relacionado acima, distanciando-os ou aproximando-os do ano de 2003, quando a Lei nº 10.639 foi aprovada.

Segue abaixo um quadro com algumas informações dos cinco egressos, cujas memórias são analisadas neste trabalho, a fim de conhecermos um pouco do perfil étnico, acadêmico e profissional de cada um.



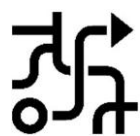
Quadro 1 – Perfil dos egressos entrevistados

EGRESSO/A	IDADE ⁴¹	RAÇA/ ETNIA ⁴²	LICENCIATURA CONCLUÍDA	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	PROFISSÃO
DANILO	49	pardo	Português e Inglês	1) Pedagogia 2) Mestrado em Educação 3) Doutorado em Educação	Professor de Português
PÉROLA	44	branca	Português	1) Mestrado em Linguística 2) Doutorado em Linguística	Professora de Português
ALESSANDRA	45	parda	Português e Espanhol	1) Mestrado em Linguística 2) Doutoranda em Ensino de Português como Língua Não Materna	Professora de Português/ Língua Não Materna
JOSÉ	34	pardo	Português	1) Mestrado em Linguística 2) Doutorado em Linguística	Professor de Português
CONCEIÇÃO	29	parda	Português	1) Mestrado em Linguística e Ensino	Professora de Português (Redação e Literatura)

Fonte: A autora (2024).

⁴¹ Em 2024, ano de conclusão da pesquisa.

⁴² Por autodeclaração.



Como podemos constatar, os egressos compõem um grupo formado por três pessoas do sexo feminino e dois do masculino¹, na faixa etária dos 29 aos 49 anos, de maioria parda, todos pós-graduados e exercendo a profissão docente, seja em instituições escolares públicas ou privadas, como também informaram que tinham conhecimento sobre a Lei 10.639/2003 no momento em que foram entrevistados, demonstrando já algum comprometimento com a causa da diversidade, seja em relação à raça, gênero ou qualquer outra forma de discriminação.

As entrevistas foram realizadas individualmente e através da Plataforma *Google Meet*, que é um serviço de videoconferência com a opção para usar áudio, vídeo e texto, disponibilizado em computadores, *tablets* e celulares, sendo necessário ter uma conta no *Google*² para criar ou participar das chamadas, bem como adquirir um plano de acesso a esse serviço, o que foi feito pela pesquisadora. Em 2020, o uso dessa plataforma se popularizou, devido ao isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, mas ela existe desde 2013, sendo uma das principais opções mais populares no momento para realizar chamadas gratuitas, individuais ou em grupo.

Para a realização das entrevistas, inicialmente foram apresentados aos sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro com as questões já referidas neste trabalho, dentre abertas e fechadas, os quais lhes foram disponibilizados antes do início da entrevista³, atendendo à Resolução CNS nº 466, de 12/12/2012, a Resolução CNS nº 510, de 07/04/2016 e o Ofício Circular CONEP/SECNS/MS nº 2, de 24/02/2021, e indo ao encontro do que sugere Alberti (2005) sobre a importância de esclarecer para o entrevistado desde o início da entrevista os objetivos da pesquisa e a relevância de seu depoimento, além da satisfação em poder ouvi-lo. Da mesma forma, o pesquisador deve ser franco na descrição dos objetivos do trabalho e na condução da entrevista como também deve “evidenciar o respeito que se nutre pelo entrevistado, enquanto sujeito produtor de significados outros que

¹ Por autodeclaração, no momento da entrevista.

² É uma empresa multinacional americana de serviços *online* e *software*, que hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na *Internet*. Disponível em: <https://www.significados.com.br/google/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

³ A pesquisa foi submetida e aprovada pelo CEP - Comitê de Ética e Pesquisa, conforme documentação submetida à Plataforma Brasil em 31/08/2023, sob o CAAE nº 74409623.0000.5341, cujo parecer de aprovação nº 6.577.413 foi publicado em 13/12/2023.



os dos pesquisadores (ALBERTI, 2005, p. 87), criando-se, assim, um primeiro contato harmônico e ético com os sujeitos e colaboradores da investigação.

Após a realização das entrevistas, iniciamos o seu processamento que, segundo Alberti (2005, p. 173), “é todo o processo envolvido na passagem da entrevista da forma oral para a escrita”, tudo a ser realizado de forma atenta, paciente e sensível pelo pesquisador, o que não foi diferente neste trabalho.

Num primeiro momento, elas foram ouvidas e transcritas com o auxílio das legendas acionadas pela pesquisadora no momento em que a gravação iniciou acompanhadas pela voz do entrevistado.

Numa segunda audição, para respeitar a linguagem do entrevistado, as palavras utilizadas, as repetições, os avanços e recuos das lembranças, as interrupções para lembrar, nuances próprias da oralidade, foram observadas com mais atenção, registrando-se as pausas, todas as repetições de palavras, meias palavras, os “nés” “então”, etc., e, por fim, numa terceira vez, o gestual dos egressos foi captado e registrado na transcrição, como os utilizados para rememorar, o fechar de olhos, o momento de emoção que alguns entrevistados tiveram ao lembrar fatos sensíveis vividos por eles nesse passado que estava vindo à tona em suas memórias.

A partir desse terceiro momento, o texto sofreu alguns ajustes para tornar a leitura mais linear e evitar ambiguidades na interpretação de suas narrativas, versão final que foi enviada a cada um dos entrevistados para a sua leitura e anuência.

A análise das entrevistas se apoiou nas contribuições de Pimentel (2001) e Alberti (2005), que trazem procedimentos de análise do material recolhido, desde a transcrição até a criação de categorias que serviram para a análise teórica do que emergiu das memórias dos egressos.

Assim, com o aporte das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas e da construção, análise e interpretação dos dados, este estudo tentou aprimorar a discussão referente à história da educação com a contribuição de memórias de egressos que reconstruíram seus percursos formativos sobre a temática da história e cultura afro-brasileira no curso de Letras/Português da UFPE durante os anos em que eles cursaram a referida licenciatura, entre 1998 e 2018, e como esse aprendizado reverberou na atuação docente de cada um em relação ao ensino da Literatura Afro-Brasileira na sala de aula da Educação Básica.



ENSINO E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA SALA DE AULA: A CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS PARA O ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO- RACIAL BRASILEIRA

Os sujeitos da pesquisa demonstraram que foram capazes de ir além do currículo escolar estabelecido e mostraram seu protagonismo como professores reflexivos em sala de aula, ensinando o que aprenderam ao longo da graduação, se inspirando em alguns docentes, mas também criaram atividades transgressoras, fora da orientação curricular, vivenciando, assim, uma educação menos bancária e mais transformadora, conforme nos diz Freire (1988), ao combaterem a “realidade domesticadora” em que vivemos.

Verificamos que a formação recebida na Universidade proporcionou aos licenciados a possibilidade de eles refletirem sobre os saberes afro-brasileiros enquanto exercem a profissão docente, seja a partir das lacunas que ficaram, seja de alguma atividade do curso que impulsionou a busca por novos conhecimentos; da cobrança das redes de ensino ou das instituições escolares onde trabalham; das demandas da sociedade atual por respeito às diferenças, visibilizadas pelas redes sociais e mídias tradicionais; do atendimento à legislação sobre as questões étnico-raciais, sendo uma delas a Lei nº 10.639/2003 - cujo conhecimento foi apontado por todos os egressos entrevistados - a qual exige a participação e colaboração dos professores no processo educativo para torná-lo mais diverso e democrático.

Vejamos o que os egressos rememoraram sobre as ações que realizaram como docentes quando trabalharam com a temática afro-brasileira.

Nós sabemos que embora a gente tenha essa lei, ainda não é feito um trabalho sistemático, nem nas escolas, muitas vezes; nas universidades; mesmo diante de tanto tempo dessa lei. Mas eu acredito que seja fundamental, e eu, como professor da Rede Pública Municipal do Recife, professor de Língua Portuguesa, **é uma temática recorrente na minha prática**. As pessoas às vezes restringem a discussão sobre isso no período de novembro, mês da Consciência Negra. Nós, não. Ao longo do ano, nós resgatamos. **Aí eu pego essa herança, digamos assim, que DA⁴ me deixou [risos]. Trago notícia, reportagem, faço debate. Então, é algo recorrente**. Na minha escola, por exemplo, não há uma disciplina específica sobre isso [leve riso]. Não há. Então, o professor, ele vai, dentro do seu contexto, fazendo a inserção, mas não há uma sistemática. Na Rede Municipal do Recife, não há uma sistemática, uma orientação, uma

⁴ Supressão do nome da professora por questões éticas.



proposta curricular bem específica. Pelo menos, não chega pra nós, professores. Então, nós fazemos isso de forma muito mais intuitiva, de forma muito mais voltada pra o que nós acreditamos que é importante. [...] O professor faz a discussão de forma diluída, dentro de suas disciplinas. Não há aquela disciplina, digamos, “Reflexão Étnico-Racial”. Não há. A gente coloca, têm referências na Proposta Geral, mas não há um trabalho de monitoramento e acompanhamento pra orientar, para que o professor faça. Ele fica livre (DANILO, 2024, entrevista, 2003.1, grifo nosso).

O egresso Danilo (2024, 2003.1) tem consciência de que a Lei 10.639/2003 ainda não está efetivamente implementada nas escolas e universidades do país, mas considera importante resgatar os valores da história e cultura afro-brasileira e o faz de forma recorrente, como ele mesmo contou. Com inspiração na professora DA, que trabalhava com gêneros textuais durante a sua graduação e levava discussões sobre a condição da população negra brasileira a partir de notícias de jornais e revistas, o agora professor Danilo resgata os fazeres didáticos construídos em sua memória e os ressignifica de alguma forma na sala de aula, não apenas no mês de novembro para comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, mas ao longo de todo o ano letivo. A iniciativa em levar a temática étnico-racial para a sua sala de aula - e sem haver cobrança institucional para isso - demonstra o seu desejo de colaborar em favor dessa causa.

Já a egressa Pérola (2024, 2003.2) foca seu trabalho com autores, como veremos a seguir:

Eu fui professora de Literatura, no Ensino Médio... [...] E eu já trouxe, por exemplo, falando sobre os clássicos da Literatura, **falando sobre Cruz e Sousa, Machado de Assis, eu já pude trazer alguns desses pontos que a gente discutiu na Universidade**. Mas eu trouxe também outras vozes. Perguntava pra eles qual o conhecimento que eles tinham, se eles já tinham ouvido falar sobre **Maria Firmina** [*Maria Firmina dos Reis, maranhense, considerada a primeira romancista negra do Brasil*]. Acho que ficou um pouco dessa lacuna da UFPE com o que a UFPE me acrescentou. Eu acho que foi importante pra me constituir como professora e levar esse trabalho adiante com os meus estudantes (PÉROLA, 2024, entrevista, 2003.2, grifo nosso).

Ao resgatar os clássicos da Literatura Brasileira, Pérola (2024, 2003.2) traz discussões que perpassaram algumas aulas que ela teve na Universidade,



lembranças de colegas que levavam questões para a sala de aula e o professor sabiamente as discutia, mesmo que de forma não planejada para aquela aula. Ela reconhece as lacunas na sua formação inicial sobre a temática afro-brasileira e expressa isso em seu relato, mas a egressa dá sentido à ausência e a transforma em presença. Autores clássicos, sim, mas os negros; escritora, sim, e negra, a primeira romancista negra brasileira, Maria Firmina dos Reis, filha e neta de ex-escravizadas, autora de *Úrsula*, publicado em 1859, romance abolicionista sobre amor e os horrores do tráfico negreiro contados sob as lentes dos escravizados, ou seja, literatura de resistência do século XIX e que sobrevive até os dias atuais.

Por sua vez, Alessandra (2024, 2004.2) rememora o caminho solitário que teve de fazer e ir buscar conhecimentos para levar questões sociais vivenciadas pela população negra: o preconceito e racismo.

Eu comecei a fazer o caminho solitário. Comprei algumas brigas nas escolas que passei. Eu lembro que a gente tinha “Literata” [evento que ocorria em uma das escolas onde a egressa trabalhou], e na “Literata” eu comecei a incluir alguns autores e comecei a desconstruir, por exemplo, algumas versões sobre a questão, por exemplo, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Comecei a mostrar ali o preconceito, o racismo; comecei a trazer questionamentos e debates pra questão antirracista, como trabalhar com os colegas que sofrem esse tipo de preconceito em sala de aula, inclusão na prática (ALESSANDRA, 2024, entrevista, 2004.2, grifo nosso).

A combativa egressa precisou ir contra o estabelecido em algumas escolas onde trabalhou e “comprou algumas brigas”, como ela rememorou, o que demonstra as resistências das instituições escolares quanto ao tema das relações étnico-raciais, mas na medida do possível ela levou a discussão por onde passou. A partir do escritor Monteiro Lobato, revelado como racista em alguns textos que escreveu e como representou determinados personagens em seus livros, a egressa levantou questões relacionadas à condição do negro, como também a solidariedade, uma marca de sua personalidade: como trabalhar com estudantes que sofrem esse tipo de preconceito em sala de aula.

Como retribuição a essas atitudes humanas, desse olhar para o outro, os alunos concluintes do Ensino Médio por várias vezes lhe concederam o título de



“Professora Homenageada” da turma, o que a enchia de orgulho e do sentimento de dever cumprido, por ter esse reconhecimento por parte dos estudantes.

Vejamos o relato de José (2023, 2014.1) sobre suas práticas docentes em sala de aula:

Eu sempre busco resgatar essa ideia de que Machado de Assis é um escritor negro; de trazer algum texto de Carolina Maria de Jesus. Inclusive, esse ano [2023], foi a primeira vez que eu li um texto de Conceição Evaristo e eu estou apaixonado por Conceição Evaristo. Eu levei até um texto dela, esse ano, pra minha sala de aula, do Fundamental – Anos Finais. Eu trabalhei um livro, inclusive, esse ano, já, no 8º ano, que se chama *Um Encontro com a Liberdade*. É um livro, um texto, um livro-ferramenta feito pra ser didático, assim, paradidático, e ele é uma novela curtinha que conta a história de Gabriel, que é escravo do próprio pai (JOSÉ, 2023, entrevista, 2014.1, grifo nosso).

O egresso José (2023, 2014.1) procurou resgatar a negritude de Machado de Assis, essencial para a comunidade negra de nosso país, já que estamos falando de um dos maiores escritores da Língua Portuguesa, com uma produção intelectual eclética: contos, romances, poemas, crônicas e peças teatrais fazem parte de sua produção literária. O egresso também destacou a mineira Carolina Maria de Jesus, autora de *O Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, livro que mostra a dura vida de uma mãe solteira de três filhos que sobrevive catando lixo reciclável na periferia onde mora, a Favela do Canindé, na São Paulo da década de 1950-1960. Além dessa autora, trabalhou com textos de Conceição Evaristo, também mineira, que superou uma vida de adversidades e se aposentou como professora universitária, e atualmente ocupa a cadeira de nº 40 da Academia Mineira de Letras desde 08 de março de 2024.

Ao levar autores negros para a sala de aula do Ensino Fundamental, ele demonstra coerência no atendimento à Lei nº 10.639/2003, que determina o estudo da história e cultura afro-brasileira por todo o currículo escolar e não apenas nas aulas de Educação Artística, História e Literatura Brasileiras. Com esse entendimento equivocado da Lei, muitos estudantes se privam de conhecer outras formas de fazer literatura, outras concepções de mundo e de discutir a realidade social de nosso país.

Já a egressa Conceição (2023, 2018.2), cujo relato segue abaixo, se sente despreparada para trabalhar com a temática afro-brasileira na sala de aula e procura



se informar primeiro para depois discutir com seus alunos, afinal, ela colocou o seguinte questionamento durante a entrevista que concedeu: “Como vou ensinar algo que eu não sei?”. Pergunta fundamental para os cursos de formação de professores que precisam atender a demandas da legislação educacional sobre as questões étnico-raciais. Assim a egressa rememorou sua prática docente sobre o tema:

Quando eu vou trabalhar, por exemplo, na escola, eu tenho que buscar aprender, ver outros autores, tentar aprender sozinha uma coisa que eu não, infelizmente, eu não tive essa base [...] então, quando eu saí da Universidade, eu fui buscar alguns. Então, o primeiro livro que eu li foi o de **Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo**. Então fui tentar ler por conta própria, conhecendo alguns autores, mas eu conheço muito pouco, né? (CONCEIÇÃO, 2023, entrevista, 2018.2, grifo nosso).

Apesar de a egressa afirmar que “conhece muito pouco” sobre autores da literatura afro-brasileira, sua dedicação em aprender mais a fez receber um prêmio por um texto escrito em homenagem ao escritor Augusto dos Anjos, negro, como já exposto neste trabalho, concedido pela Secretaria de Educação do estado onde trabalha atualmente como professora, conforme seu relato, demonstrando seu compromisso em levar para a sala de aula a discussão sobre as questões étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões que se estabeleceram neste texto, imbricaram-se as memórias de egressos, suas trajetórias formativas, o curso de Letras/Português da UFPE e o estudo da história e cultura afro-brasileira sob as exigências impostas por uma lei, a 10.639/2003, que foi gestada por três décadas, quando pessoas negras passaram a refletir sobre a necessidade de se inserir no nosso sistema educacional a temática da diversidade étnico-racial. Contudo, passados 22 anos de sua existência no ordenamento jurídico brasileiro, estudos têm evidenciado que ainda há um caminho longo para que ela seja efetivamente implementada nas instituições educativas do país.



Concordamos que uma lei por si só não é garantia de que seja cumprida na prática, haja vista tantas outras que foram aprovadas com boas intenções, mas muitos de nós não sabemos de sua existência e, por isso, não as respeitamos. Porém, essa normativa exige maior atenção por parte dos que fazem a educação em nosso país e dos órgãos de fiscalização.

Sua aprovação no Congresso Nacional e a sanção presidencial não foram apenas atos protocolares. Antes disso, e antes mesmo que deputados tivessem a iniciativa de propor um Projeto de Lei para refletirmos sobre a questão étnico-racial nas instituições de ensino, ela é fruto de lutas históricas de movimentos sociais da década de 1970 ligados ao negro brasileiro - e com inspiração também de abolicionistas como André Rebouças, José do Patrocínio, José Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Luíza Mahin, Maria Firmina dos Reis e Mariana Crioula -, revelando o desprendimento de homens e mulheres que batalharam para que essa luta fosse vitoriosa, da mesma forma como ocorreu com o voto feminino em 1932 e a redemocratização do país em 1985. Ou seja, são conquistas advindas da mobilização social.

Das narrativas expostas, vimos que os egressos do curso de Letras/Português da UFPE, mesmo que tenham saído da formação inicial com conhecimentos frágeis sobre as questões da diversidade étnico-racial brasileira, não se furtaram ao compromisso de atender à Lei nº 10.639/2003, reproduzindo saberes, ressignificando alguns e criando outros, buscando formas de interpretar a realidade social a partir de suas vivências e escolhas literárias.

Lembramos que o autodidatismo e a autoaprendizagem, como os egressos demonstraram ter desenvolvido para assumirem posturas de atendimento à Lei 10.639/2003, não são caminhos fáceis de serem trilhados. No percurso para se efetivar a implementação de saberes afrocentrados no currículo escolar, é necessária uma estrutura educacional de base que legitime a atuação do professor para que ele trabalhe com essa temática. Entre limites e resistências, o futuro professor de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas deve ser levado a discutir questões



diretamente relacionadas à história e cultura afro-brasileira já na sua formação inicial e a partir de textos que o conduzam a tais saberes e reflexões.

Para Gatti e Barretto (2019), reconhecer a docência como atividade complexa coloca em evidência as habilidades humanas de reflexão, de deliberação e consciência, tendo em vista a especificidade do ensino como um trabalho que se realiza com seres humanos, e, neste caso, os egressos entrevistados demonstraram que conseguiram se inserir no rol de docentes que pensam o ensino de outra forma, ultrapassando as exigências do sistema escolar e indo além do modelo preestabelecido de currículo eurocentrado dominante nas escolas de nosso país, o qual ignora a diversidade cultural do povo brasileiro.

Como argumenta XXXX (Suprimido pois identifica autoria, 2022) ensinar deve ser estabelecer um diálogo; ensinar nossa história e nossa cultura pressupõe favor que as informações possibilitem a construção de um posicionamento, uma reflexão crítica e capaz de produzir conhecimento para aplicá-lo na vida em sociedade.

Para esses egressos, a atividade docente deve quebrar hierarquias, reposicionar discursos sobre determinados saberes e rever a história, fazendo-se justiça a povos discriminados que também contribuíram e constituem a riqueza da história e cultura brasileiras, a exemplo do povo negro.

Por fim, retomando a epígrafe da escritora negra Conceição Evaristo, destacamos que ainda há muitas palavras a serem ditas para libertar o povo negro brasileiro da opressão, das desigualdades sociais e da invisibilidade que a grande maioria sofre até a atualidade, pois, passados 137 anos do fim da escravização em nosso país, ainda ignoramos aspectos positivados da África, de sua formação histórica, de suas culturas, artes, povos e de seus descendentes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



ALESSANDRA. [Entrevista cedida a]. Betânia Maria Lidington Lins. Recife, PE, online, 20 jan. 2024.

ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras*: em 15 cordéis. 1. ed. São Paulo: Seguinte, 2020.

BALLESTRN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, pp. 89-117, maio/ago, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jyv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 1 dez. 2022.

BRITO, Antonio José Guimarães. *Direito e barbárie no (l) mundo moderno*: a questão do Outro na civilização. Dourados: UFGD, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26575502_Direitos_humanos_educacao_e_interculturalidade_as_tensoes_entre_igualdade_e_diferenca. Acesso em: 04 maio 2024.

CONCEIÇÃO. [Entrevista cedida a]. Betânia Maria Lidington Lins. Recife, PE, online, 20 jun. 2023.

DA CONCEIÇÃO, Manoel Vitorino. *Das reivindicações à lei*: caminhos da lei. nº10.639/03. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 121 fls. 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12690/1/Manoel%20Vitorino%20da%20Conceicao.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

DA COSTA, Cândida Soares. Lei nº 10.639/2003: dez anos de implantação do currículo de educação das relações étnico-raciais. *Momento*. v. 22, n. 1, p. 17-34, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/MARIA/Downloads/4221-Texto%20do%20artigo-12100-1-10-20140227.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.



DANILO. [Entrevista cedida a]. Betânia Maria Lidington Lins. Recife, PE, online, 16 jan. 2024.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>. Acesso em: 22 dez. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GATTI, Bernardete Angelina (coord.); BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais, 1990.

HOOKS, Bell. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

JOSÉ. [Entrevista cedida a]. Betânia Maria Lidington Lins. Recife, PE, online, 03 jul. 2023.

KOURYH, Jussara Rocha. *Histórias do Brasil afro-indígena*. Recife: Bagaço, 2008. v. 4.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, 2007. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter D. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.



MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, SP: USP/Estação Ciência, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000915976>. Acesso em: 25 nov. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PÉROLA. [Entrevista cedida a]. Betânia Maria Lidington Lins. Recife, PE, online, 19 jan. 2024.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195., nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Mulheres mestres: o papel feminino na organização religiosa e na visibilidade da comunidade congadeira no sul de Minas Gerais. In: *XII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade*. 12, 2016, online. Associação Brasileira de História Oral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 01-04 maio 2016. p. 1-15. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1463192194_ARQUIVO_MULHERESMESTRES.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

SÁ, Ana Paula dos Santos de. *A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNLD 2015*. 2019. 374 fls. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1090875>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Recebido em 24/03/2025

Aprovado em 30/10/2025



REIS, Marcus Vinicius*

<https://orcid.org/0000-0002-5972-1289>

RODRIGUES, Gislaine Ribeiro**

<https://orcid.org/0000-0001-9645-6448>

RESUMO: Este artigo analisa as múltiplas formas de expressão da sexualidade na Amazônia Colonial durante a última visitação do Tribunal do Santo Ofício Português, ocorrida entre 1763 e 1769, sob a liderança do visitador Giraldo José de Abranches. A partir das confissões e denúncias registradas no “Livro da Visita o do Santo Ofício”, o estudo analisa especialmente os delitos da bigamia e sodomia. Ao contextualizar a presença inquisitorial na região amazônica no âmbito do projeto pombalino de normatiza o social, o trabalho discute as constru es de g nero e os dispositivos de controle dos corpos coloniais, com destaque para as tensões entre normas religiosas e práticas sociais cotidianas. A análise revela a pluralidade dos discursos sobre o homoerotismo e a sexualidade indígena, evidenciando as resistências e os silenciamentos impostos pelas estruturas coloniais e religiosas do período.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisi o portuguesa; Amazônia Colonial; Sexualidades.

ABSTRACT: This article examines the various forms of sexual expression in Colonial Amazonia during the last visitation of the Portuguese Holy Office Tribunal, held between 1763 and 1769 and led by inquisitor Giraldo José de Abranches. Based on confessions and denunciations recorded in the “Livro da Visita o do Santo Ofício,” the study focuses on the sexual offenses of bigamy and sodomy. By situating the inquisitorial presence within the framework of the Pombaline project of social normalization, the article discusses gender constructions and mechanisms of bodily control in colonial settings. It highlights the interplay between religious norms and everyday social practices, emphasizing the plurality of discourses surrounding homoeroticism and Indigenous sexuality, and the resistances and silencing produced by colonial and ecclesiastical powers.

KEYWORDS: Portuguese Inquisition; Colonial Amazonia; Sexualities.

* Professor Adjunto da Faculdade de História da Unifesspa e coordenador do Programa de Pós-Gradua o em História da institui o. Doutor em História pela UFMG, com estágio sanduíche na Universidade de Lisboa sob supervisão de Isabel Mendes Drummond Braga. Coordena o NEIAM – Núcleo de Estudos Inquisitoriais e a Rede JUDICIUM – Rede Brasileira de Estudos sobre os Tribunais Religiosos da época Moderna.   editor da revista *Escritas do Tempo*. Mestre em História Social pela UERJ e licenciado e bacharel em História pela UFV. E-mail: marcus.reis@unifesspa.edu.br.

** Mestranda em História pelo PPGHIST/Unifesspa. Graduada em História pela mesma institui o, atuou em projetos de monitoria e no Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de História (FAHIST). Possui experiência em ensino de História local e regional pelo PIBID/CAPES (2020) e foi educadora museal no Museu Municipal Francisco Coelho (2021–2022). Integra o NEIAM – Núcleo de Estudos Inquisitoriais e a Rede JUDICIUM – Rede Brasileira de Estudos sobre os Tribunais Religiosos da época Moderna, ambos coordenados pelo Prof. Dr. Marcus Vinicius Reis. E-mail: gislainerodrigues@unifesspa.edu.br.



INTRODUÇÃO

O movimento feminista impulsionou a valorização da “História das mulheres”, inserindo o conceito de gênero na academia como uma categoria analítica capaz de problematizar desigualdades e apostar na diferença como sustentadora da sociedade (SCOTT, 1995, p. 75). Para Joan Scott, o gênero refere-se aos atributos sociais associados a cada sexo, os quais legitimam diferentes tratamentos e naturalizam desigualdades sociais, econômicas e políticas dentro de um sistema binário e hierarquizado (SCOTT, 2012, p. 333). A identidade feminina, nesse sentido, não se reduz à anatomia, mas é moldada por experiências, contextos e relações de poder (SCOTT, 2012, p. 332-335).

Ricardo Gonçalves Castro analisa como a dominação masculina hegemônica se estrutura a partir de representações simbólicas ligadas ao corpo e ao poder. Em sociedades indígenas, destaca-se a pluralidade das masculinidades, associadas a objetos e funções específicas como as de pajés e líderes (CASTRO, 2018, p. 58-59). O autor ainda aponta como certas leituras teológicas legitimam compreensões patriarcais do masculino, e afirma que, em cada cultura, há uma forma de masculinidade socialmente privilegiada (CASTRO, 2018, p. 68-70). A violência estrutural, nesse contexto, funciona como suporte simbólico e prático para a violência direta, utilizada como afirmação da virilidade masculina.

Diante dessas considerações, o presente trabalho tem como proposta analisar as diversas formas de expressões sexuais mediante denúncias e confissões registradas ao longo da última visitação realizada pelo Tribunal do Santo Ofício português, na Amazônia Colonial¹ entre os anos de 1763 e 1769. Estabelecida em

¹ Segundo Camila Souza (2023, p. 10), “o termo Amazônia colonial é utilizado para fazer referência ao local histórico e geográfico com grandes dimensões que abrangeram as capitanias do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Negro (atual Amazonas) e Grão-Pará. Ao logo do período colonial essa região passou por diferentes reorganizações político-administrativas, formando uma unidade de administração autônoma em relação ao Estado do Brasil”. Essa compreensão está, sobretudo, nas obras de Rafael Chamboleyron, ao tratar da Amazônia colonial: Criado nos anos 1620, o Estado do Maranhão e Pará corresponde em boa parte aos contornos atuais da Amazônia brasileira. Em finais do século XVII e princípios do século XVIII, compreendia várias capitanias reais – Pará, Maranhão, Piauí – e algumas capitanias privadas – Tapuitapera, Caeté, Cameté e Ilha Grande de Joanes (houve também uma fracassada capitania no Cabo do Norte e a intenção de criar uma capitania do Xingu, que nunca saiu do papel). A sua administração era totalmente separada da do Estado do Brasil, e



Belém, a visitação teve como responsável o visitador Giraldo José de Abranches. Durante a leitura e análise das denúncias e confissões registradas ao longo da visitação, foram identificadas várias práticas e atitudes protagonizadas por, em sua maioria, homens, e encaradas como delito sexual. Por este motivo, o trabalho analisará a documentação inquisitorial, partindo especialmente dos delitos sexuais da bigamia e da sodomia.

O documento produzido durante a permanência da mesa inquisitorial no Norte do Brasil permaneceu inédito até meados da década de 1960 e tem hoje cerca de 254 anos. Escrito pelo Notário e Padre Ignacio Joze Pestana, contendo cerca de 214 páginas, este documento está disponível para o público no site oficial da Torre do Tombo², mas também foi transcrito por José Roberto Amaral Lapa em 1978 com o título “Livro da visitação do Santo Ofício: da inquisição ao estado do Grão-Pará (1763-1769)”, com 278 páginas. Tais fontes narram de forma descritiva as confissões e denúncias feitas ao Santo Ofício na Amazônia Colonial, ao longo dos seis anos de visita do Inquisidor à região.

A história dessa região em termos coloniais se desdobra mais tardiamente em relação às demais áreas de domínio lusitano na América. Apenas a partir de 1640 ocorreu, de acordo com Rafael Chambouleyron, a “preocupação, em povoar tão vasto domínio” o autor ainda afirma que durante o século XVII a coroa tentou, diversas vezes estabelecer o incremento populacional, pois “a Amazônia era vista como uma região a povoar para assegurar o domínio do território” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 30). A migração foi apoiada pela Coroa, que tratava de enviar diversos casais portugueses para lavrar e povoar esta região. Além disso, havia dezenas de soldados enviados ao Norte, com pessoas degredadas e evidentemente aqueles que voluntariamente pediam para serem realocados para o território do Grão-Pará e Maranhão (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 34-35). Estes eram os principais grupos que residiam nessa região, entretanto, vale lembrar que havia grandes grupos indígenas que já viviam há décadas nessas terras, juntamente com a população negra de cativos e de homens livres.

diretamente ligada a Lisboa; essa situação se consolidou com a criação da diocese do Maranhão, em 1677, e mais tarde com a do Pará, em 1719.” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 15).

² Os arquivos da Torre do Tombo foram digitalizados e se encontram no endereço virtual: <https://antt.dglab.gov.pt/servicos/biblioteca-antt/>.

As análises estão baseadas na transcrição realizada por José do Amaral Lapa e a sua descoberta da documentação redigida por Ignacio José Pestana, além de realizar um apanhado geral e introdutório da Inquisição portuguesa, da influência do projeto Pombalino no trabalho feito pela mesa inquisitorial e contar um pouco sobre a vida e carreira do visitador Giraldo Joze de Abranches. Assim, traremos as denúncias e confissões dos colonos, relatando seus pecados a mesa inquisitorial, será discutido os conceitos e os delitos dos pecados sexuais de bigamia, bem como do delito da sodomia. Enfim, os mais diversos autores serão trazidos ao debate, suas perspectivas estudadas, para que se possa compreender os aspectos distintos da sexualidade amazônica em meados do século XVIII.

A VISITA AMAZÔNICA

A última visitação ficou “oculta”³ dos pesquisadores por mais de dois séculos, perdida no meio de caixas de documentos sobre o Brasil nos arquivos da Torre do Tombo, localizado em Lisboa. Antes dessa data não havia quaisquer vestígios nos trabalhos publicados até então sobre a trajetória de Giraldo Jose de Abranches e sua função de visitador do Santo Ofício na Amazônia Colonial. No primeiro capítulo da obra de Amaral Lapa, o autor sugere que havia a desconfiança no meio acadêmico sobre a existência da referida visita, justamente pela pouca documentação existente, sobre o silenciamento dessa última visita o autor atesta:

[...] dado ter sido pobre o número de manuscritos diretamente relacionado com a Visitação, que encontramos nos arquivos paraenses, torna-se a partir daí compreensível que os historiadores locais, muito tendo pesquisado em aqueles arquivos, também tenham silenciado sobre a Visita. (LAPA, 1978, p. 22)

Amaral Lapa, em sua investigação, percebeu que havia diversos indícios que corroboravam a ideia de uma possível visita perdida, embora a falta de documentos relevantes talvez tivesse impedido os pesquisadores de descobrir a existência de outra visita ao território brasileiro. Ao menos a pouca exploração do assunto no Brasil se deu ao fato de haver poucas pesquisas sobre o tema, sendo até então Capistrano de Abreu (1935) o precursor dos estudos voltado para a ação do Santo Ofício no país.

³ Termo cunhado pelo historiador José do Amaral Lapa: (LAPA, 1978, p. 19).



A presença da Inquisição criava um ambiente de suspeita e desconfiança generalizada, onde até mesmo os relacionamentos familiares e de amizade eram afetados pelo temor das denúncias e das consequências devastadoras que poderiam ocorrer. Esse clima de intimidação e ameaça contribuía para manter a população sob controle e reforçar o domínio do Tribunal do Santo Ofício sobre a vida das pessoas. Assim, embora sob os interesses e intervenção das políticas pombalinas, não devemos minimizar os impactos que a presença de uma visitação adquiriu na Amazônia Colonial a partir de 1763.

No decorrer dos anos de 1580 a 1640, os reinos de Portugal e Espanha estiveram unidos sob o domínio da Coroa espanhola. Como uma das consequências dessa nova configuração geopolítica, não havia mais a necessidade de manter o Tratado de Tordesilhas. Este período é conhecido como União Ibérica. Findada essa época, os portugueses já haviam adentrado a Amazônia. Com isso, um novo acordo foi firmado: o Tratado de Madri, que modificou as fronteiras geográficas até então estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. A partir deste momento, Portugal deteve uma porção consideravelmente maior do território brasileiro, pois, como afirma José Maia Bezerra Neto, os espanhóis passaram a reconhecer “formalmente o direito português sobre a vasta Região Amazônica [...]” (NETO, 2001, p. 18).

Como consequência da permanência portuguesa nas terras amazônicas, iniciou o processo de “destribalização” dos indígenas pelas ordens religiosas⁴ da Igreja Católica. Segundo o autor, os Carmelitas, Jesuítas, Franciscanos e Mercedários foram as ordens religiosas mais presentes na Amazônia Colonial, tendo a Companhia de Jesus⁵ se destacado no seu trabalho de missionação com os indígenas. Dessa forma, Pedro Campos afirma que, os inacianos desempenharam um papel fundamental na desestruturação e catequização das sociedades indígenas. Para além disso, a Companhia de Jesus também detinha o monopólio da intermediação do

⁴ Federico Palomo (2006, p. 54-55) afirma que “as ordens religiosas, quer nos espaços imperiais quer no reino, desempenhariam uma forte influência sobre as sociedades do Antigo Regime tornando-se presentes no quotidiano das populações através do respectivo envolvimento com actividades como a catequese, a pregação, as missões do interior ou a confissão.”.

⁵ Segundo Maciel e Neto (2006, p. 467), “a Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534 [...] seus princípios fundamentais: busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; Obediência absoluta e sem limite aos superiores; disciplina severa e rígida; hierarquia baseada na estrutura militar; valorização da aptidão pessoal de seus membros.”.



comércio feito pelos indígenas (CAMPOS, 1995, p. 74). Em agosto de 1750, o Marquês de Pombal⁶ assumiu o cargo de Ministro da Fazenda do Rei D. José I. Para Maciel e Neto (2006, p. 468), “Pombal precisaria inicialmente fortalecer o poder do rei” e, para cumprir seu objetivo, era necessário fazer diversas reformas nas instituições portuguesas. Durante a administração pombalina, foram implementadas diversas ações voltadas para a consolidação da política interna e externa de Portugal. Nesse contexto, algumas companhias de comércio, impulsionadas pelo Estado, foram criadas, inclusive a do Grão-Pará e do Maranhão, com o objetivo de ampliar a comercialização regional (CAMPOS, 1995, p. 57).

Durante as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, nem mesmo o Tribunal do Santo Ofício ficou ileso, de acordo com Maria Olindina de Oliveira:

Pombal preferiu reformá-lo em vez de extingui-lo, utilizando-o para atender seus interesses, visando principalmente reprimir a atuação daqueles que faziam oposição a sua política; isto devido à capacidade de controle social que ainda era exercido pelo Tribunal na sociedade portuguesa. (OLIVEIRA, 2009, p. 8)

Pombal precisava minar a soberania do Tribunal do Santo Ofício, sem extingui-lo de vez, pois essa instituição ainda poderia servir aos desejos da monarquia portuguesa. Como resultado, diversos Regimentos foram publicados, fracionando o poder inquisitorial, com o propósito de torná-lo um fragmento do que ele já havia sido. Elvira Mea (2017, p. 52) explica que as principais limitações realizadas através das ações de Pombal junto ao Tribunal do Santo Ofício foram o fim da distinção entre cristãos-velhos e novos, além da mudança do Conselho Geral do Santo Ofício para a categoria de tribunal régio, limitando o poder da Inquisição portuguesa e submetendo-o ao poder do Estado

O motivo principal das reformas pombalinas pode ser visualizado através das interpretações de Yllan de Mattos:

O projeto pombalino foi ambivalente: temporal e religioso; regalista e católico; nele, ambos convergiam no objetivo de afirmar a autoridade régia. O diretório dos índios foi um desdobramento dos conflitos com as ordens religiosas, mas também, um efetivo plano de colonização

⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras, fazia parte de uma pequena família da Nobreza que nem era reconhecida como tal, fez parte do exército e foi membro da Academia Real de História, apenas em 1738 começou na vida pública como Delegado de negócios em Londres (MACIEL; NETO, 2006, p. 467)



com a finalidade geopolítica de converter os índios ao cristianismo, ao mesmo tempo os transformava em vassalos do rei. (MATTOS, 2009, p. 352)

Filho de Antônio Martins da Costa e de Brígida de Abranches, naturais de Coimbra e nascido em 1711, Giraldo Joze de Abranches se tornou o último visitador do Tribunal do Santo Ofício na América Portuguesa, mais precisamente na Amazônia Colonial. Isabel Drummond Braga (2006, p. 234-236) explica que durante o reinado de D. João I, Abranches desempenhou funções em três bispados diferentes, inclusive quando já era visitador em 1763. Por recomendação de D. José I, foi nomeado para estar à frente da diocese do Pará, na função de vigário capitular. Estes títulos lhe davam grandes responsabilidades, como afirma Mattos: “Giraldo de Abranches deveria governar inteiramente a diocese do Grão-Pará até a provisão de um novo prelado, responsabilizando-se por sua administração e vida pastoral” (MATTOS, 2020, p. 321), ficando no lugar de D. Frei João de São José, caído em desgraça.

Durante a visitação, estabeleceu o “tempo da graça” em setembro de 1763, ouvindo confissões e denúncias até o fim de novembro. Embora tenha cumprido formalmente os protocolos do Regimento de 1640, concentrou-se cada vez mais em suas funções episcopais, o que limitou sua atuação inquisitorial. A visita, que deveria abranger todo o Grão-Pará, ficou restrita a Belém, em parte devido ao acúmulo de funções e ao declínio institucional do Santo Ofício.

Entre os casos julgados, destacam-se penas como o degredo, açoites públicos e penitências espirituais, mas sem registros de condenações por práticas judaizantes ou execuções. Abranches permaneceu na região até 1773, mesmo após ter sido dispensado do cargo de visitador em 1769, e retornou a Portugal, onde atuou como inquisidor de Évora até sua morte em 1782. Embora a visita tenha ocorrido em um momento de decadência do tribunal, ela foi instrumentalizada pelo Estado português como mecanismo de vigilância e reafirmação do poder régio, especialmente após a expulsão dos jesuítas. Abranches foi peça-chave nesse processo, ainda que os efeitos práticos da visita tenham sido limitados.

SEXUALIDADE E MULTICPLICIDADE DOS DISCURSOS DE GÊNERO NA AMÉRICA PORTUGUESA.

Ao questionar os múltiplos discursos de gênero presentes no contexto da visitação de 1763, devemos analisar, inicialmente, como foram expressas as

sexualidades entre as populações inseridas na Amazônia Colonial. Para tanto, podemos citar, por exemplo, a “colonização da sexualidade indígena”, segundo Estevão Fernandes, o qual evidencia a imposição do colonizador sobre a sexualidade considerada “normal”, forçando os indígenas colonizados a seguirem seu padrão de moral sexual. Dentro da performance colonial, os padrões de masculinidades estavam relacionados diretamente à força de trabalho, à família e às crenças de determinado grupo (FERNANDES, 2016, p. 51).

É relevante destacar que as relações homoeróticas entre os indígenas foram associadas ao contato com os estrangeiros. O próprio autor traz o relato do antropólogo Thomas Gregor em 1985, que afirmou: "segundo ele, a ideia de relações homossexuais soaria ridícula para aqueles índios, sendo os casos de homossexualidade existentes influência dos não indígenas, mantidos como estratégia para obtenção de presentes" (FERNANDES, 2016, p. 22).

João Silvério Trevisan, em "Devassos no Paraíso", inicia sua análise da temática a partir da época colonial, o autor trouxe relatos de diversos viajantes sobre os indígenas e suas práticas sexuais, bem como as formas de expressar sua sexualidade. Em sua análise, fica evidente que nas sociedades originárias brasileiras, o significado de "ser homem", ou seja, a expressão da masculinidade, era distinta e bastante diferente da cultura patriarcal pautada pelo catolicismo ocidental durante a Primeira Modernidade. A cultura sexista adotada pela Igreja ignorava todo o passado sexual das primeiras civilizações.

Desde o primeiro século da colonização, foi notada a existência de práticas consideradas sodomitas dentro das principais aldeias indígenas originárias do Brasil. Trevisan (2000, p. 64-65) traz o relato do padre Gabriel Soares, que cita os Tupinambás e os Tupinaés. Nestes dois grupos indígenas, a prática sexual interpretada por sodomia era comum. De acordo com a narrativa, havia na tribo indígena Guaicuru-caduveos homens castrados que desempenhavam funções socialmente associadas ao feminino; estes inclusive se vestiam como mulheres.

Por outro lado, não apenas os indígenas eram considerados degenerados por suas práticas sexuais, uma vez que até o próprio clero colonial foi alvo de investigações por parte das autoridades inquisitoriais. Por este motivo, Trevisan afirma "que, na cidade do Recife dessa época, abundavam pastores protestantes bêbados e amasiados, às vezes com mais de uma mulher." (TREVISAN, 2000, p. 70). Laura de



Melo e Souza afirma que “o Brasil, colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental.” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 28). Assim, pode-se concluir que o julgamento das terras brasileiras foi iniciado antes da colonização e se perpetuou durante séculos, pois havia a compreensão de que “o novo mundo era inferno por sua humanidade diferente, animalesca, demoníaca.” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 77).

Por sua vez, o homoerotismo fazia parte do dia a dia dos colonos, mas outros pecados, como a bigamia, eram mais comuns do que se pensa. Ronaldo Vainfas (1989, p. 256) afirma que a bigamia foi o crime moral mais perseguido pela Inquisição, chegando a mais de uma centena de casos. Para os colonos, as oportunidades para tais práticas eram recorrentes.

Impedidas de escolherem o marido, muitas mulheres eram jogadas em um matrimônio onde espancamentos e brigas constantes se faziam presentes na realidade quotidiana dos casais. Desse modo, “para as mulheres, as circunstâncias que levavam ao progressivo desmantelamento do primeiro casamento estavam muitas vezes, diretamente relacionadas ao tratamento que lhes era reservado por conta do seu gênero.” (MACHADO, 2016, p. 143). Portanto, “frequentemente entre as mulheres populares era o abandono puro e simples de maridos insuportáveis, movidos ou não pela descoberta de novos amores.” (VAINFAS, 1989, p. 140). Dessa forma, as mulheres fugiam de seus maridos, parentes e abandonavam suas vidas para terem a oportunidade não só de deixar uma existência de sofrimento, mas para ter a possibilidade de escolher com quem se relacionar.

Por sua vez, a Igreja Católica trabalhou com dedicação para suprimir toda e qualquer prática sexual no decorrer da sua história. Entretanto, o homoerotismo era comum nas terras brasileiras, mesmo havendo poucos casos relatados nos documentos da visita de Giraldo José de Abranches. A Igreja “há muito trocou sua catolicidade por um sexismo presunçoso” (1996, p. 149), pois durante toda a história das mulheres no cristianismo, elas passaram por incontáveis repressões e difamações por homens arrogantes que de forma equivocada interpretaram os dogmas religiosos para satisfazer seus pré-conceitos. Desta forma, a Igreja masculina não compreendeu que os alicerces dos templos foram construídos baseados na “humanidade partilhada do homem e da mulher.” (HANKE-HEINEMANN, 1996, p. 148).



As instituições (Igreja e Estado) predominantes nesse contexto criaram órgãos repressores, como, por exemplo, o Tribunal do Santo Ofício, para, por exemplo, condenar e vigiar os corpos dos fiéis que se desviavam das práticas heteronormativas definidas como prescrições de gênero. Desta forma, houve de forma massiva o silenciamento das práticas sexuais, salvo as relações com intenção de procriar, entre marido e esposa. Durante toda a Primeira Modernidade, o aparato repressivo das instituições eclesiásticas portuguesas foi avassalador. O medo era palpável nos territórios ibéricos: expressar abertamente seus desejos sexuais era como desenhar um alvo em si mesmo. Os inquisidores, bem como toda a rede de fiscalização do Tribunal do Santo Ofício estavam à espreita, sem deixar de lado as visitas que foram realizadas. Desta forma, durante os séculos XVI e XVII, a Inquisição chegava ao seu auge, fazendo a supervisão dos fiéis e de seus corpos.

O conceito central dos debates acerca das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo pode ser descrito a partir da análise de Cássio Rocha (2016). Segundo o historiador, é possível compreender a distinção entre as principais denominações estabelecidas pelos estudiosos para fazer referência aos sodomitas⁷. O autor caracteriza o termo "homoerótico"⁸ como sendo empregado para designar a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico durante os primeiros séculos da Modernidade. Com isso, não se pode empregar a expressão "homossexual" aos indivíduos que praticavam o ato de sodomia, já que eles não se identificavam, por exemplo, como sodomitas. Aqueles que foram julgados pela Inquisição sucumbiam ao pecado da carne, ao desejo, mas isso não era a essência de quem eles eram e não os definia como pessoas em termos de identidade de gênero (ROCHA, 2016, p. 47-74). Como podemos observar a seguir:

A diferença profunda entre homossexualidade e sodomia persiste, qual seja, de que a prática homoerótica experimentada por inúmeros

⁷ De acordo com Ronaldo Vainfas (1989, p. 153), o apóstolo Paulo foi um dos primeiros a utilizar o termo "sodomita". Este designava os masculorum concubitores, em tradução direta, parceiros masculinos. Segundo o Paulo, esses indivíduos pertenciam ao grupo dos fornicários, ou seja, que praticavam o pecado da carne. Como descrito por Estevão Fernandes (2014, p. 4), o termo "sodomia" se refere à cidade de Sodoma, tendi sido destruída por Deus com fogo e enxofre, narrado em Gênesis 18.

⁸ O termo "homoerótico" deriva das palavras Homo e Erótico que, segundo o dicionário online Priberom, significa: "Homo: Exprime a noção de igual, semelhante" e "Erótico: Relativo ao amor sensual, libidinoso", sendo utilizado para se referir a expressões ou sentimentos que envolve desejo/atração por pessoas do mesmo sexo biológico.



homens e mulheres, antes do final do século XIX, não era percebida, sentida e experimentada como a verdade mais interna da identidade daqueles indivíduos como sujeitos. (ROCHA, 2016, p.164)

De todo modo, a Igreja concordou com um denominador comum acerca do pecado da “sodomia”. Este consistia em práticas sexuais envolvendo a penetração no ânus, podendo ser praticada de forma perfeita e imperfeita. De acordo com Rocha (2016, p. 89-90), para a Inquisição, a sodomia perfeita, ou seja, com agravante, ocorria quando a prática era feita por pessoas do mesmo sexo com ejaculação derramada dentro do reto. Sendo imperfeita quando não havia derramamento de sêmen, ou com pessoas de sexo diferentes. A sodomia, em teoria, podia ser praticada por homem e mulher, homem e outro homem e entre duas mulheres⁹.

ESTUDOS SOBRE A SODOMIA NA AMÉRICA PORTUGUESA

A descrição dos atos sexuais pelos inquisidores mostrava o vasto conhecimento do discurso sexual: eles conheciam mais que os próprios acusados, que geralmente cometiam o pecado por curiosidade. Por sua vez, Vainfas fala sobre a forma que muitos acusados se defendiam do Santo Ofício. Muitos dos advogados criavam diversas histórias para tentar legitimar os atos de seus clientes, ou seja, “os próprios advogados indicados pelo Santo Ofício que instavam o réu a resistir.” (VAINFAS, 1989, p. 269). Em alguns casos, os processados usavam as denúncias contra si para delatar outros, retirando-se da mira do Tribunal, ou mesmo enfraquecendo a acusação.

De acordo com Hanke-Heinemann, o cristianismo acolheu a aversão do judaísmo pela homossexualidade e, assim que chegaram ao poder, tentaram aniquilar essa prática, punindo-os com a morte pela fogueira. Com isso, em 1532, o Imperador Carlos V através da lei 114 do “código penal” condenava-os novamente a morte pelo fogo (HANKE-HEINEMANN, 1996, p. 342). Portanto, a relação sexual através do ânus foi denominada sodomia, fazendo referência à destruição da cidade de Sodoma. No auge da Inquisição portuguesa, entre o século XVI e XVII, muitas foram as punições

⁹ Quando se tratava de sodomia feminina, havia caos, como a mulher não tem pênis, em teoria, não se podia cometer o pecado nefando (salvo, casos em que houvesse objetos para a penetração). Desta forma, Cássio Rocha (2016, p. 225) afirma que o sexo entre mulheres é excluído da categoria sodomia e passa a ser reconhecido apenas como molície. através de uma bibliografia muito extensa com nomes como Ronaldo Vainfas e Ligia Bellini, em que as questões acerca da feminilidade e sodomia são analisadas pelo autor.



do Tribunal do Santo Ofício. O crime de sodomia encarnou uma das mais graves punições entre os delitos sexuais, visto que a sentença para quem cometesse tal crime perdurava aos seus descendentes.

Os desviantes investigados pela Inquisição por praticar o pecado nefando eram colonos, indígenas, escravos, donos de escravos, homens livres. Enfim, a variedade de personagens relacionados às práticas sodomíticas marcou os registros inquisitoriais, inclusive entre os integrantes do clero. Conforme apontado por Ronaldo Vainfas, a sodomia masculina destacou-se como o crime mais denunciado durante o século XVI, e era o único dentre os desvios morais que poderia condenar os culpados à morte. Para o autor, o culpado não era só o praticante do pecado nefando, mas “o exercente, o devasso, o escandaloso e o incorrigível.” (VAINFAS, 1989, p. 261-262).

Os casos de sodomia feminina relatados pelo Santo Ofício Português não são detalhistas, como ocorre com a sodomia masculina, sendo descrito no trabalho de Cássio Rocha que, “em todos os relatos, repetem-se as fórmulas que constroem o sexo das mulheres às posições estabelecidas pela Igreja para cópula entre homem e mulher, uma colocando-se em cima da outra roçando seu órgão sexual no da parceira.” (ROCHA, 2014, p. 9). Os próprios inquisidores pouco sabiam sobre sodomia feminina: a existência dessa prática na América Portuguesa é ínfima, aliás. A partir disso, podemos sugerir que havia uma resistência maior do público feminino ao falar da sua intimidade para os inquisidores. Além disso, os homens eram educados a manter um discurso e práticas em que a expressão da sua sexualidade poderia ocorrer de forma mais casual, enquanto as mulheres deveriam manter as suas relações às portas fechadas dos seus cotidianos. Diferentemente da liberdade exercida pelos homens, que falavam publicamente das suas experiências sexuais, as mulheres eram ensinadas a suprimir seus desejos e não expor sua intimidade:

Ao se deleitarem, em relações sexuais que dispensavam os homens, essas mulheres fugiam, ainda que apenas pelos prazenteiros momentos do sexo com suas amantes, da hierarquia de gênero que conformava seus corpos como inferiores e seus prazeres como dependentes da ação masculina. (ROCHA, 2014, p. 10-11)

Entender a vida sexual das mulheres no período colonial é muito mais difícil do que compreender as práticas masculinas. Entretanto, Emanuel Araújo afirma que “moderação, freio dos sentidos, controle da carne, era o que se esperava de ambos.”



(ARAÚJO, 2001, p. 8). Como bem explica o autor, a vida das mulheres na Colônia era resguardada e submetida às autoridades masculinas. Tendo reforçado esse argumento em *O teatro dos vícios*, declara “o olhar severo do inquisidor devia dirigir-se com particular zelo às mulheres. Segue o autor dizendo que, “na mentalidade da época, resumia-se no provérbio que asseverava haver apenas três ocasiões em que a mulher virtuosa poderia sair do lar durante toda a sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.” (ARAÚJO, 2008, p. 194).

Todavia, apesar do constante patrulhamento das suas vidas, as mulheres conseguiram exercer a sua sexualidade, se não com seu marido, essas práticas eram realizadas com os seus amantes. Infelizmente a infidelidade da mulher na grande maioria dos casos, era punida com a morte, ou constantes castigos físicos, aprovado nas legislações vigentes do período. Contudo, nos casos em que não ocorria o assassinato da adúltera e seu amante, Emanuel Araújo indica que a mulher poderia ser conduzida aos Recolhimentos e esquecida lá pelos maridos, salvo os casos onde o homem pedia o divórcio e se separava da infiel (ARAÚJO, 2001, p. 17).

DESVENDANDO A BIGAMIA E SODOMIA A PARTIR DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NA AMAZÔNIA

A mesa inquisitorial ouviu o religioso Frei João de S. José com relato semelhante ao de Domingos Silva Pinheiro. Em sua denúncia, o Frei acusou Maria Antônio Pacheco, que havia deixado o Reino de Castela, na Espanha, para morar no Pará. De acordo com o depoimento do frade, Maria Antônio estava casada atualmente com João Veloz, mas seu “verdadeiro, e Legítimo marido” (LAPA, 1989, p. 248), Miguel Redondo, se encontrava vivo ainda no Reino de Castela. O Frei ainda explica que investigou a vida de Maria, descobrindo que o primeiro marido, Miguel Redondo, havia se mudado de cidade com a esposa, pois desconfiava que ela poderia fugir para andar “mal encaminhada” com João Veloz. Os denunciados acreditavam não estar cometendo pecado algum, como demonstrado a seguir:

[...] Etendolhe feito algumas admoestacoes pera o fim deque se abstenhaõ deter communicaõ carnal entre Si enquanto Senaõ certificarem do falecimento dodito Miguel Redondo antes do seo casamento; elles lhes responderaõ que estavaõ casados emboa fe por lhediseram alguns Soldados diretores dodito regimento deAlbuquerque, que odito Miguel Redondo comeffito era falescido, E



que enquanto, aos seus costumes e procedimentos não havia queixas deles.¹⁰ (LAPA, 1989, p. 249)

O amor proibido de Maria a trouxe para as terras brasileiras. Para ela, infelizmente o seu segredo a perseguiu através do Atlântico, o que levou seu nome à mesa inquisitorial. Não seria estranho se Maria desejasse no seu íntimo a morte de seu primeiro parceiro, pois isso viabilizaria a sua atual relação. É evidente que não podemos afirmar que a denunciada ansiava pelo falecimento de seu primeiro cônjuge, mas podemos levar em consideração que ela aceitou com muita facilidade a sua morte, além de não admitir a possibilidade do primeiro marido, Miguel Redondo, ainda estar vivo:

De um lado a outro do Atlântico, marinheiros, criadas, degredados, prostitutas, escravos, membros da governança enviados pelo monarca, vagabundos, fugitivos de perseguições religiosas, pessoas de toda sorte expunham-se aos riscos de vida que as viagens acarretavam, e também aos longos períodos de separação entre os cônjuges que, por sua vez, jamais voltavam ao convívio doméstico do qual partiram. Sob tais circunstâncias, o desejo de formar novas alianças românticas surgia facilmente (MACHADO, 2016, p. 30)

Fica evidente que a concubinação, por ser considerado uma “fraqueza da carne” (MACHADO, 2016, p. 24), ocorria de forma corriqueira entre os bigamos, sendo assim o concubinato não era duramente penalizado, principalmente no momento histórico analisado, onde ocorria a derrocada do poder inquisitorial. Por outro lado, o casamento é um dos sete sacramentos, sendo de suma importância para a Igreja controlar sua legitimidade, tendo em vista que o Concílio de Trento estabeleceu a necessidade de disciplinar a sociedade para normalizar o matrimônio como rito institucionalizado (MACHADO, 2016, p. 27).

O pecado da sodomia não estava muito longe das paróquias, Igrejas e conventos. Gouveia (2014, p. 314) afirma que 1/4 de todos os processos referentes a esse delito envolvia o clero. Como evidencia o caso de 10 de outubro de 1763, envolvendo o Frei Manoel do Rozario, com 64 anos, pertencente à Ordem de Nossa

¹⁰ Atualização gramatical: [...] e tendo-lhe feito algumas admoestações para o fim de que se abstenham de ter comunicação carnal entre si enquanto se não certificarem do falecimento do dito Miguel Redondo antes do seu casamento, eles lhe responderam que estavam casados em boa fé por lhe disserem alguns soldados diretores do dito regimento de Albuquerque, que o dito Miguel Redondo com efeito era falecido. E que quanto aos seus costumes e procedimentos não havia queixa deles.

Senhora do Carmo dos Calçados. Filho de André Barboza e Catharina de Araújo, sendo natural de Braga em Portugal, a confissão a seguir do cristão-velho traz à tona a realidade que os fiéis e, inclusive o clero, enfrentavam, em que mesmo um frade não resistia aos pecados da carne. Assim descreveu Manoel diante da visitação:

Hauera quatorze annos pouco mais ou menos na fazenda chamada oCamarã na ilha do Marajo aqual fazenda he doConouento destacidade, seachou elle confitente comMicaela índia então solteira (...) terá vinte e seis anospoucomaisoumenos e por ocaziaõ de achar ao seoquarto eseachar so comella apersuadio elle denunciante aque concentise quecon ella cometesse o peccado nefando desodomia noqueelaconveio econcentio: Eestandoella deitada decostas emhumateira elle confidente lhe levantou aspernas edesta forma lhe introduzio OSeoMembro Viril pello vaso prepostero da mesma: porem não derramou dentro delle oSemen (...) pa sados alguns dias tornando achar aditalndia Micaela Etendoa na mesma postura fez Omesmopeccado Sem derramação dentro desteVazo porque afes nonatural Aindaque destaultimaves aditaMicaela não queria Concentir como concentio daprimeira.¹¹ (LAPA, 1978, p. 147-148)

A primeira parte desse caso mostra algumas características peculiares. O frei deixa explicito que não houve derramamento de sêmen no primeiro encontro sexual, diferente dos acontecimentos narrados na segunda parte da denúncia. Logo, podemos inferir que, por conhecer o funcionamento da Inquisição, havia o entendimento de que o Frei poderia se desviar de uma pena mais grave. É bom deixar evidente que, como a sodomia foi feita entre um homem e uma mulher, esta já teria pena reduzida, sendo classificada como sodomia imperfeita.

Esta confissão coloca a mulher, neste caso a indígena Micaela, em segundo plano, ou seja, quanto ao que ela sentiu, as suas culpas não foram registradas. O Frei ignora a parceira sexual, suas vontades e sentimentos, levantando uma série de

¹¹ Atualização gramatical: Haverá quatorze anos, mais ou menos, na fazenda chamada Camará, na ilha do Marajó - fazenda pertencente ao convento desta cidade -, se achou ele o confidente, com Micaela, índia então solteira. (...) terá vinte e seis anos pouco mais ou menos e por ocasião de a chamar ao seu quarto e se achar sozinho com ela, a persuadiu ele denunciante a consentisse que com ele cometesse o pecado nefando de sodomia, no que ela conveio e consentiu. E estando ela deitada de costas sobre uma esteira, ele confidente lhe levantou as pernas e dessa forma introduziu seu membro viril pelo vaso posterior da mesma. Porém, não derramou o sêmen dentro dela. (...) Passados alguns dias, tornando a chamar a referida índia Micaela, e estando ela na mesma posição, fez o mesmo pecado sem derramar sêmen dentro deste vaso, porque a fez no natural, ainda que, dessa última vez, a dita Micaela não quisesse consentir como havia consentido da primeira.



perguntas: Micaela foi “persuadida”, mas como? Da segunda vez, de acordo com o relato, houve resistência por parte da indígena, então, o que o Frei fez ou ofereceu para esta mulher, que a fizesse consentir com o pecado nefando das duas vezes? Ela realmente consentiu ou foi forçada, talvez pelo *status* do clero, ou pela força física? O que o Frei quis dizer quando afirmou “desta última vez a dita Micaela não queria consentir como conceto da primeira.”? (LAPA, 1978, p. 149). As respostas a esses questionamentos não são simples, uma vez que não houve nenhuma outra menção a indígena, tampouco temos a versão de Micaela nos autos do processo.

Após ter cometido tal pecado com Micaela, o frei não resistiu aos impulsos e novamente persuadiu outra indígena para que esta concordasse em cometer o pecado inominável com ele a fim de “saciar o seu libidinoso apetite” (LAPA, 1978, p. 149). Nesta parte da confissão, Manoel repete exatamente o que ocorreu com Micaela. A seguir consta a segunda parte do depoimento do Frei, contando como ocorreu o contato com a indígena chamada Anna:

NaMesmafazenda Seachauaelle Confitente ComAnna Indiajadeefunta daaadministração damesmaFazenda (...) ade querer Saciar oseo libidinoso apetite apersuadio peraque consentisse NamesmaCulpa Eposta ella de Costas elle Confitente lhe levantou aspernas emeteo OSeo Membro Viril dentro do Vazo prepostero: EEstalemrado que nelle não Seminou MasSim ofez dentro doVazo Natural Noquetudo adita índia Concentio Enesaoccasiaão não passaram amais; porem pasadosalgunstempos Cahio Com a mesma índia Anna por Mais duas vezes namesma forma e com as referidas CirCunstancias SendoSempre elle Confitente Agente e ellapaciente Sem lhefazerViolencia alguma elle Confitente.¹² (LAPA, 1978, p. 149).

O Frei Manoel afirmou estar muito arrependido das suas culpas e pediu misericórdia da mesa inquisitorial (LAPA, 1978, p. 149). Temos, a partir da confissão do frei, o relato de múltiplos encontros sexuais. Em relação a Micaela, o ato sodomítico ocorreu em duas ocasiões — na primeira, sem derramamento de sêmen; na segunda, com o sêmen sendo depositado no vaso natural. Já com Anna, segundo o próprio

¹² Atualização gramatical: Na mesma fazenda se achava ele, confitente, com Anna índia, já defunta da administração da mesma fazenda (...) a de querer saciar o seu libidinoso apetite, a persuadiu para que consentisse na mesma culpa. E, posta ela de costas, ele, confitente, lhe levantou as pernas e meteu o seu membro viril dentro do vaso prepostero. E está lembrado que nele não seminou, mas sim o fez dentro do vaso natural, no que tudo a dita índia consentiu. E nessa ocasião não passaram a mais; porém, passados alguns tempos, caiu com a mesma índia Anna por mais duas vezes na mesma forma e com as referidas circunstâncias, sendo sempre ele, confitente, agente e ela paciente, sem lhe fazer violência alguma, ele confitente.



Manoel, ocorreram três encontros, em todos os quais ele teria ejaculando no vaso natural da indígena. Estas afirmações não passaram despercebidas pelo notário Ignacio Joze, que escreveu uma nota ao fim da confissão do Frei dizendo “que lhe dava credito ordinário excerto na circunstância de dizer que sempre seminara no tal vaso natural” (LAPA, 1978, p. 150). Sendo assim, a tática de aliviar suas culpas perante a mesa Inquisitorial afirmando nunca ter derramado o sêmen no anus das companheiras, não foi muito convincente perante a análise do visitador.

Ao fim de sua confissão, o frade destacou que ele não havia sido violento com Anna durante o ato sexual. Segundo o relato, durante o ato, Manoel e Anna assumiram posições muito bem definidas, sendo “ele confidente agente e ela paciente” (LAPA, 1978, p. 149). Na análise de Gouveia, nem sempre havia cumplicidade entre os envolvidos, sendo assim “outras situações em que o agente activo consome o ato com recurso à violência física ou psicológica sobre o agente passivo” (GOUVEIA, 2015, p. 316). Sendo assim, não podemos deixar de refletir sobre o uso do poder para a coerção sobre o agente passivo. De todo modo, o Frei Manoel foi admoestado e saiu com o aviso de não deixar a cidade sem antes avisar a mesa da visitação (LAPA, 1978, p. 149).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o uso do Tribunal do Santo Ofício português como um dispositivo para auxiliar o poder monárquico estatal, tendo em vista que a “Inquisição era um instrumento cujo funcionamento poderia servir – e muito – aos interesses de Portugal.” (MATOS, 2012, p. 91). Por sinal, Novinsky (1998, p. 301), afirma que a Inquisição manteve seus agentes por mais de 230 anos no Brasil para que o comportamento da população fosse observado.

Quanto à visitação estabelecida na Amazônia Colônia, não há consenso entre os historiadores para o motivo do seu estabelecimento, entretanto, como bem defende Oliveira, o principal motivo da visita de 1763-1769 era o de integrar a população local à sociedade portuguesa, para adequá-los como vassalos do Rei (OLIVEIRA, 2019, p. 374). Por outro lado, Yllan de Mattos, associa a instalação da mesa inquisitorial no norte do Brasil à necessidade de “subserviência do Tribunal (ou pelo menos do visitador) ao projeto civilizador pombalino, pois era a Inquisição, como se sabe,



instrumento por excelência de normatização da fé e dos costumes.” (MATTOS, 2012, p. 143).

Para além de seus usos políticos, a Inquisição serviu para documentar as relações interpessoais da comunidade paraense do século XVIII, deixando comprovações irrefutáveis do dia a dia dos colonos. A partir dos documentos inquisitoriais a frase “no meu tempo isso não existia”, utilizada em contextos homofóbicos e misóginos, deveras popular entre negacionistas dos dias atuais, perde o sentido e se torna apenas mais uma falácia fabricada por um grupo privilegiado da população brasileira que tenta negar a existência das relações homoeróticas comprovadamente existentes, não só no Grão-Pará, mas em todo território brasileiro. Ainda que não se trate de uma busca por identidades homossexuais no passado colonial, pois, de acordo com Cássio Rocha em sua visão construcionista, não é possível falar em homossexualidade antes do final do século XX. Como consequência, o autor afirma:

Uma história deste modo corre o risco de gerar simplificações e anacronismos, pois as experiências de gays do século XX e de sodomitas dos séculos XVI ao XVIII guardam significativas diferenças – a começar pelos termos com que cada grupo significava suas práticas homoeróticas; os primeiros como condição mais fundamental de sua identidade de sujeitos humanos, os segundos como pesado e prazeroso pecado da carne. (ROCHA, 2016, p. 161)

O autor explica que há duas correntes de pensamento que destoam da utilização do termo homossexual para designar os sodomitas, sendo a corrente essencialista e o construcionista. O primeiro, “compreendem a homossexualidade como um dado natural que atravessa épocas, culturas e continentes, recebendo diversos nomes, mas conservando essa essência imutável” (ROCHA, 2016, p. 161). Enquanto a segunda, como já explicado acima, se opunha a essa ideia e acredita que não se pode denominar os sodomitas de homossexuais, visto que esse termo só foi cunhado no século XX.

O discurso em torno do pecado da sodomia foi sustentado por uma religião em decadência que, durante décadas, foi utilizada para manter o controle sobre os corpos de seus fiéis. A Igreja associava o ato nefando ao abominável e horrendo, mas, infelizmente para a instituição, o pecado inominável estava comprovadamente presente dentro de seus próprios muros, compartilhando a mesma cama que o clero



católico. Como consequência, durante o século XVII, o pecado de sodomia foi apelidado de “vício dos clérigos” (MOTT, 2011, p. 85). É claro que não podemos generalizar, mas é inegável a existência das práticas sodomíticas na história da cristandade ocidental, uma vez que em todas as visitas conhecidas, há um ou mais relatos de padres sodomitas.

Por fim, as denúncias e confissões de Feliciano, Domingos, Joaquim, Bernardo, e outros mencionados neste trabalho, revelam um pouco da dinâmica entre amantes apaixonados e homens tomados por desejos moralmente condenados na Amazônia Colonial do século XVIII. O homoerotismo, por sua natureza, subverte a normatividade imposta pela sociedade cristã ocidental. No entanto, quando reprimido, esse desejo pode se transformar em violência, que, segundo Cássio Rocha “permeava as relações cotidianas, afetivas e eróticas” (2016, p. 626).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Emanuel. *A Arte Da Sedução: sexualidade feminina na colônia*. Universidade Federal de Brasília, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia. *A conquista portuguesa da Amazônia*. Pontos de História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, vol. 1, 3. ed., 2001.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. Entre Portugal e o Brasil: o percurso de Geraldo José de Abranches ao serviço da Inquisição (1711-1782). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, Magia e Sociedade: Belém do Pará, 1763-1769*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, 178p.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

_____. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidade e ocupação (séculos XVII e XVIII). In: SERRÃO, J. V. *A terra num império ultramarino*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019, p. 1-41. (no prelo)



FERNANDES, Estevão Rafael. Luxúria e selvageria na invenção do Brasil: enquadramentos coloniais sobre as sexualidades indígenas. *Fronteiras*, v. 18, n. 32, p. 239-267, 2016.

GOUVEIA, Jaime. *A Quarta Porta do Inferno*. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750). Lisboa: Chiado Editora, 2015.

HANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus - Mulheres, Sexualidade e a Igreja Católica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempo, 1996.

MACHADO, Emily de Jesus. *Mulheres inquietas*: bigamia feminina no atlântico português (séculos XVI-XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016, 227p.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. A educação Brasileira no Período Pombalino: Uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MATTOS, Yllan de. *A última inquisição*: os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino 1750-1774. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MEA, Elvira. Inquisição e Sociedade (Séculos XVI-XVII). In: SILVA, Marcus Antônio Nunes da; SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos (Org.). *Estudos Inquisitoriais. História e Historiografia*. Salvador: UFRB, 2019.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. Índios, negros e mestiços sob a mira da Inquisição no Grão-Pará. In: SILVA, Marcus Antônio Nunes da; SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos (Orgs.). *Estudos inquisitoriais: história e historiografia*. p. 361-375. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

PALOMO, Federico. *A contra-reforma em Portugal*: 1540-1700. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. Sodomia e gênero: o crime do “pecado nefando” e as relações de poder na América portuguesa (séculos XVI-XVIII). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 12., 2014. Disponível em: https://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405350178_ARQUIVO_ComunicacaoANPUHRS2014-SodomiaeGenero.pdf.

_____. Sodomitas no mundo ibérico quinhentista: afirmação e subversão dos padrões identitários da masculinidade. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 10, p. 13-40, 2016.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.



SOUZA, Camila Maria Caetano. Amazônia como zona de contado, apropriação e ressignificação: circularidade mágico-religiosa no Grão-Pará setecentista. Monografia em História – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023, 73p.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3, ed. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000.

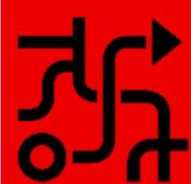
VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FONTES

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício: da inquisição ao estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Recebido em 28/03/2025

Aprovado em 03/11/2025



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO?

*CRITICAL ANALYSIS OF THE MATERIALS FROM THE PARANÁ DEPARTMENT
OF EDUCATION: DEMOGRAPHIC VOIDS OR HISTORICAL SILENCING IN THE
STATE'S TERRITORIAL OCCUPATION?*

REGASSO, Maria Rita Vieira*

<https://orcid.org/0009-0009-7400-5561>

ROSA, Milena Piscinato Piedade**

<https://orcid.org/0009-0003-5741-0684>

MUZARDO, Fabiane Tais***

<https://orcid.org/0000-0002-4496-7817>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir questões acerca do apagamento da história indígena nos materiais didáticos produzidos e disponibilizados pelo governo do Estado do Paraná, juntamente com as problemáticas referentes ao processo de plataformação do ensino. A temática, emergida a partir de questões vivenciadas durante a regência do Estágio Supervisionado em um colégio público na cidade de Londrina, PR, constitui-se como um importante objeto de reflexão sobre o negacionismo e as tendências homogeneizantes que permeiam a atual política educacional do estado. A exaltação da plataformação do ensino, presente nos discursos da Secretaria de Educação do Governo do Paraná, relaciona-se diretamente com a perda da autonomia docente e com a busca pela padronização e pelo controle do trabalho pedagógico. Sob essa conjuntura, defendemos que o apagamento da história de grupos historicamente marginalizados nos materiais oficiais de ensino faz parte de um projeto político-educacional que prioriza a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, em detrimento da formação de sujeitos críticos do mundo e de suas transformações históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; História Indígena; Plataformação do Ensino.

ABSTRACT: This paper discusses the erasure of Indigenous history in the didactic materials produced and distributed by the Paraná state government, alongside the challenges posed by the platformization of education. This topic, which emerged from direct experiences during a Supervised Teaching internship at a public school in Londrina, PR, serves as a crucial point for reflection on the denialism and homogenizing trends that define the state's current educational policies. The exaltation of the teaching platformization, present in the official discourse of the Paraná State Department of Education, is directly linked to a reduction in teacher autonomy and a push for the standardization and control of pedagogical practices. In this context, we contend that the omission of the history of historically marginalized groups in official teaching materials is a deliberate part of a political-educational agenda. This agenda prioritizes preparing individuals for the labor market over fostering critical citizens who understand the world and its historical complexities.

KEYWORDS: History Teaching; Indigenous History; Platformization of Education.

* Graduanda do curso de História. (UEL) @mariarita.vieira@uel.br

** Graduanda do curso de História. (UEL) milena.piscinato@uel.br

*** Doutora em História (UFPR). Professora Colaboradora (UEL) fabianemuzardo@uel.br



INTRODUÇÃO

A disciplina de História, enquanto campo de conhecimento e componente curricular, possui o potencial de fomentar noções de pertencimento e de reconhecimento da pluralidade cultural que constitui a sociedade. No entanto, sua abordagem no ambiente escolar nem sempre reflete a complexidade e a diversidade das narrativas que compõem o passado. Este artigo emerge de uma inquietação prática, surgida durante a realização de um estágio de regência em um colégio público da rede estadual na cidade de Londrina/PR, com turmas do 3º ano do Ensino Médio¹. Foi nesse contexto que o contato direto com materiais didáticos produzidos e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), notadamente os slides utilizados para as aulas sobre a ocupação territorial paranaense, revelou uma omissão significativa: a ausência da menção à presença e à importância dos povos indígenas na formação histórica da região. A narrativa apresentada nesses materiais parecia conceber o território como um "vazio demográfico" à espera da ocupação eurocêntrica, desconsiderando séculos de história, cultura e organização social dos povos originários que habitavam essas terras. Tal perspectiva não apenas perpetua uma historiografia colonialista, já amplamente problematizada na academia, mas também se contrapõe às diretrizes educacionais que preconizam a inclusão de múltiplas vozes e o reconhecimento da diversidade étnico-racial.

Diante dessa lacuna, este trabalho propõe uma problematização do ensino de História do Paraná, analisando criticamente os slides da SEED-PR para desvelar como a narrativa oficial contribui para o silenciamento da presença indígena e quais as implicações pedagógicas e historiográficas dessa invisibilização. Busca-se, assim,

¹ Salienta-se que a turma em que a regência ocorreu ainda se encontra dentro dos parâmetros de ensino do Novo Ensino Médio que foi implementado no Paraná em 2022, a partir do que estava previsto pela Lei Federal nº 13.415/2017. Desta forma, embora no ano de 2025 já esteja sendo implementado nas escolas de todo país mudanças no Novo Ensino Médio instituídas pela Lei nº 14.945/2024 – que revogou parcialmente a Reforma estabelecida em 2022 –, tal mudança não afetou as turmas do Ensino Médio já em andamento.



contribuir para o debate sobre a necessidade de uma abordagem mais completa, ética e inclusiva da história.

A experiência de Estágio Supervisionado mostrou-se, portanto, fundamental para a identificação e aprofundamento desta problemática. Longe de ser uma simples formalidade, a imersão em colégios públicos, atuando com os alunos do Ensino Médio, permitiu um contato direto e crítico com o material didático oficial. É notório, assim como afirmado por Farah (2010), como o olhar do início das experiências docentes se faz sob lentes propícias à reflexão. Portanto, na prática da regência, o estagiário e seu recente contato com as discussões pedagógicas, potencializa o encontro da teoria com a realidade, expondo lacunas entre o que é preconizado nas diretrizes curriculares e o que efetivamente chega à sala de aula para os estudantes. Considera-se que essa vivência foi crucial para perceber que a omissão da presença indígena nos slides não é um detalhe menor, mas sim uma questão estrutural com impactos profundos na formação histórica e identitária dos estudantes. A partir dessa observação em campo, se tornou possível conectar as informações percebidas no dia a dia da escola com as discussões acadêmicas sobre o ensino de história, a historiografia indígena e as políticas educacionais. Assim, a experiência de estágio não só forneceu o objeto empírico desta análise, mas também reforçou a importância da práxis pedagógica como um espaço privilegiado para a produção de conhecimento crítico e a intervenção qualificada na realidade educacional.

PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO

De acordo com Barbosa e Alves (2023), o processo de implementação do Novo Ensino Médio, no Estado do Paraná, obteve contornos que possibilitaram oportunidades de expansão da plataforma do ensino e uma consequente padronização e mercantilização do processo educativo. Deste modo, reconhecendo a educação como um campo político e de disputa ideológica (Apple, 2013), cabe, neste momento, investigarmos as relações de poder imbricadas no projeto formativo de plataforma de ensino, em que a educação na rede estadual do Paraná vem sendo palco.



A plataformização da educação é um objeto de estudo que, no presente, se encontra em intensa análise e produção acadêmica por diversos estudiosos da área. Em sua pesquisa, Sczip (2024) investiga as profundas transformações impostas pela crescente digitalização e uso de plataformas educacionais na rede estadual de ensino do Paraná, destacando como isto afeta o cotidiano dos professores, especialmente os da disciplina de História, e as consequências para a prática pedagógica e para a própria concepção do ensino-aprendizagem. Sczip analisa como a introdução massiva de plataformas digitais têm reorganizado o cotidiano dos professores. O que, em tese, seria um avanço tecnológico, na prática impõe novas demandas e uma intensificação do trabalho. O professor, antes focado primordialmente na mediação em sala de aula, agora precisa dominar ferramentas digitais, adaptar materiais e gerenciar a presença dos alunos em ambientes virtuais. Essa nova dinâmica leva a uma extensão da jornada de trabalho e a uma pressão por resultados em um cenário digital, reconfigurando os limites tradicionais do espaço e tempo de atuação docente. Na disciplina de História, especificamente, o autor alerta para o risco de padronização e simplificação de conteúdos complexos, que pode comprometer a análise crítica e a profundidade necessárias para a compreensão histórica. A tecnologia, se não for bem gerenciada, pode levar à desumanização do processo de ensino, diminuindo o espaço para a interação essencial entre professor e aluno.

Camilo, Neves e Beloni (2024), por sua vez, direcionam sua crítica ao Novo Ensino Médio (NEM) implementado no Paraná, descrevendo-o como um reflexo de uma política de controle e desumanização do trabalho docente. Para os autores, o NEM é marcado por um autoritarismo crescente na gestão educacional, que se manifesta na imposição de diretrizes e currículos centralizados. Isso resulta na limitação da liberdade pedagógica dos professores, desconsiderando as particularidades e necessidades locais. O tecnicismo exacerbado do NEM, com sua ênfase em habilidades e competências mensuráveis, contribui para a precarização. Nesse processo, o professor é reduzido a um executor de tarefas e cumpridor de metas, perdendo sua autonomia intelectual e seu papel como mediador crítico do conhecimento. A consequência direta é a erosão da autonomia docente, levando à sobrecarga, à precarização das condições de trabalho e à desmotivação profissional.



visão desses autores é que a reforma educacional, no contexto paranaense, parece priorizar a formação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação humana integral dos estudantes e da valorização do saber docente.

Pode-se perceber, portanto, que tanto as análises de Camilo, Neves e Beloni (2024) quanto as de Sczip (2024) convergem para uma preocupação central: a forma como as reformas educacionais e a adoção tecnológica na rede de ensino do Paraná estão impactando negativamente a condição de trabalho e de vida do professor, assim como a qualidade do ensino. As análises sugerem que a modernização da educação no estado, em vez de empoderar professores e alunos, pode estar inadvertidamente contribuindo para um ambiente de trabalho mais regimentado e menos autônomo, com potenciais prejuízos para a riqueza e a profundidade do processo de ensino-aprendizagem. Pode-se afirmar que este processo faz parte de um projeto educacional que prioriza a formação de indivíduos acríticos, conformados com a ideologia hegemônica vigente. Assim, entendendo tal medida enquanto um projeto político ideológico, torna-se interessante analisarmos a conjuntura política e de poder que propicia essa impotência reflexiva no ensino: o neoliberalismo.

Em sua obra “Realismo capitalista” (2020), Mark Fisher aborda como o discurso neoliberal dos atuais governos vêm se estruturando a partir de uma nova forma de “burocracia dos objetivos”, em que o aumento da regulação e administração operam em conjunto com os novos sistemas de informação. Nesse sentido, o autor aponta que esta nova configuração tecnológica da burocracia, se resvalando em um discurso tecnológico e descentralizado, acaba por gerar, na realidade, uma maior vigilância e controle sobre as atividades dos trabalhadores. Segundo Fisher (2020, p. 40), “os novos sistemas de informação fornecem um amplo panorama organizacional aos administradores de alto escalão, dando aos indivíduos – em qualquer lugar que estejam nessa rede – pouco espaço para se esconder” .

Tais reflexões acerca da burocratização e vigilância do trabalho – feitas a partir de um discurso a favor da tecnologia –, apresentam-se como interessantes tópicos para a problematização dos discursos institucionais do Governo do Paraná em relação à implementação de plataformas de ensino. Barbosa e Alves (2023) destacam



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

como a SEED-PR apresentou, diversas vezes, o desempenho estudantil como intrínseco ao investimento em tecnologia realizado pelo governo.

O investimento em tecnologia foi um dos fatores que contribuíram para a melhoria nos índices de desempenho dos estudantes – o Ideb do ensino médio da rede estadual subiu do 7º para o 1º lugar em quatro anos: de 3,7 em 2017 para 4,6 em 2021. Nos últimos dois anos, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed-PR) disponibilizou para alunos e professores diversas plataformas digitais educacionais para tornar a aprendizagem mais interativa e divertida, além de otimizar correções feitas pelo professor (PARANÁ, 2022a).

O discurso oficial da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte frequentemente atribui a melhoria dos índices de desempenho dos estudantes, como a ascensão do Ideb do Ensino Médio da rede estadual (de 3,7 em 2017 para 4,6 em 2021), ao investimento em tecnologia e à disponibilização de plataformas digitais. Contudo, é necessário analisar esses dados com ceticismo. A metodologia de cálculo do Ideb, que combina proficiência em exames e fluxo escolar, permite que melhorias no indicador sejam obtidas não apenas pela elevação da aprendizagem, mas também pela simplificação da avaliação e pela aprovação em massa dos estudantes. Pesquisas e análises críticas apontam que essa escalada nos índices, que levou o Paraná ao primeiro lugar nacional, pode ter sido mascarada por práticas que visavam unicamente a melhoria da posição no ranking, em detrimento da qualidade real do ensino (Galindo, 2025).

Paralelamente aos elogios sobre o novo rendimento escolar, atrelados a implementação de novas tecnologias no ensino, o NEM é também creditado como motor propulsor desse progresso educacional dos estudantes.

Com as mudanças do Novo Ensino Médio e a implementação de novas tecnologias na escola, as salas de aula da rede estadual do Paraná estão mais dinâmicas e interativas. Os estudantes, agora, aprendem sobre temas como cultura digital e organização das finanças — e fazem isso com o auxílio de plataformas digitais e de conteúdos multimídia, que os professores podem apresentar por meio de TV e computador, presentes em cada uma das 22,5 mil salas de aula da rede (PARANÁ, 2022b).



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

Torna-se evidente como a propaganda do progresso educacional, feita sob uma conjuntura neoliberal que ressalta os aspectos instrumentais tecnicistas, possui uma relação direta com o atual processo de burocratização da educação. A defesa dessa nova gestão de ensino, todavia, esconde o real cenário educacional e seus desafios. A plataformação do ensino, a privatização e a mercantilização da educação são apresentadas de maneira positiva dentro de um discurso fetichizante da educação em que “a inovação tecnológica se faz presente e adquire centralidade nas medidas adotadas enquanto política pedagógica pela secretaria de educação do estado do Paraná” (Barbosa; Alves, 2023, p. 4).

Neste contexto, Ortega e Militão (2022, p. 1) analisam que o NEM é uma materialização direta do “ideário neoliberal entranhado nas políticas educacionais brasileiras”, com a BNCC servindo como instrumento normatizador. Eles demonstram que essa política resulta em um apressamento na formação dos jovens, comprometendo o acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela classe trabalhadora. Além disso, os autores criticam o discurso de “liberdade de escolha” dos itinerários formativos, expondo-o como uma manifestação da lógica neoliberal que desresponsabiliza o Estado e impõe o estreitamento curricular, limitando a formação integral em favor de uma qualificação aligeirada para o mercado.

Vale destacar que não pretendemos reduzir a tecnologia a uma ferramenta ruim. Entendemos a importância e os resultados positivos que sua implementação pode concretizar quando realizada de maneira aliada a práticas pedagógicas que considerem os saberes trazidos pelo aluno e possibilitem um ensino interativo, problematizador e com sentido e significado. Entretanto, sob a compreensão de que na educação as mudanças trazidas pela tecnologia afetam a lógica de funcionamento do ambiente escolar, bem como seus processos pedagógicos e curriculares, torna-se imprescindível a discussão sobre como este gerenciamento digital atravessa o cenário político e econômico. Dessarte, o atual cenário político e social em que o fenômeno da plataformação é defendido em conjunto com uma política de desumanização docente, em que se recomenda “trabalhar de maneira mais inteligente, e não trabalhar mais” (Fisher, 2020, p. 51), é parte constituinte de uma movimentação que Barbosa e Alves (2023, p. 19) conceitua como “desintelectualização e esvaziamento científico



pedagógico”. Ou seja, longe de ser uma ferramenta de ensino comprometido com a educação, os instrumentos tecnológicos que vêm sendo utilizados pelo governo do Paraná, junto com o material didático produzido e disponibilizado na plataforma RCO+aulas², são, na realidade, fonte estratégica de uma padronização do ensino que objetiva a formação hegemônica de uma futura mão de obra de mercado, e não de sujeitos críticos e conscientes do mundo e suas mudanças históricas.

SLIDES

Conforme mencionado, a plataformização do ensino e suas estruturas integram um projeto de um interesse neoliberal voltado à formação de sujeitos acríticos alinhados à ordem social vigente. Nesse sentido, a adoção de plataformas digitais insere-se em um campo político-social marcado pela privatização da gestão educacional, no qual a ampliação de repertórios e a difusão de noções neoliberais – mediadas por instrumentos e discursos pró-tecnologia –, convergem com os princípios e interesses do setor produtivo (Barbosa; Alves; 2023). Simultaneamente, faz também parte do atual projeto de ensino tecnicista e hegemônico, a aplicação das chamadas “trilhas de aprendizagem” no NEM. As aulas dos terceiros anos sobre a colonização do norte e noroeste paranaense integram a trilha de aprendizagem denominada “História Econômica do Paraná”, que faz parte do Itinerário Integrado de “Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”. O conteúdo histórico a ser ensinado nessa disciplina, elaborado e distribuído pela SEED-PR para os professores de História, encontra-se condensado em um caderno de itinerários formativos, no qual constam os objetivos da disciplina, as habilidades a serem desenvolvidas, as estratégias de ensino sugeridas, as propostas de atividades e as avaliações.

A disposição dos conteúdos elencados nesta matéria revela, em si mesma, uma problemática relevante. Já na introdução do material adereçado aos docentes,

² Módulo de planejamento disponível no Registro de Classe Online (RCO). Nele, o professor registra a lista de chamada e tem acesso aos planos de aula específicos para suas disciplinas, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos.



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

observa-se uma clara intencionalidade de promover, ao longo das aulas, a construção de um sentimento de pertencimento e integração do aluno à história do Estado sob um viés econômico-desenvolvimentista, fundamentado em uma noção capitalista de progresso.

Compreendendo que os processos econômicos são produto e construção dos indivíduos, busca-se contemplar as diversidades sociais e culturais, problematizando os caminhos percorridos pelos agentes históricos em diferentes momentos, bem como suas origens e ações, **que tanto contribuíram para a formação do estado, para sua identidade, seu crescimento e desenvolvimento** (Caderno de Itinerários Formativos - História Econômica do Paraná, 2025, p. 2, grifos nossos).

Nesse sentido, por mais que esteja presente, na constituição teórica da disciplina, a pretensão de desenvolver a noção de sujeito histórico consciente e transformador, sua historicidade se consolida, na prática, a partir do estabelecimento de uma noção única – e exclusivamente – positiva do processo de ocupação das terras paranaenses, vinculada à construção econômica e ao desenvolvimento do Estado.

Conhecendo esse capítulo da história do Paraná, o estudante poderá perceber-se como resultado deste processo, ao mesmo tempo em que se reconhecerá, também, como agente histórico consciente e transformador. **Ou seja, conhecer e reconhecer o processo de ocupação das terras paranaenses, efetivado por variados grupos, de diferentes culturas e origens, permite desenvolver o sentimento de pertencimento e de integrante da construção e da condução do Paraná para o futuro** (Caderno de Itinerários Formativos - História Econômica do Paraná, 2025, p. 2, grifos nossos).

É fundamental, contudo, problematizar a própria escolha da palavra "ocupação" utilizada pelo Caderno. A neutralidade aparente desse termo silencia a violência inerente neste processo histórico. Ao apresentar a chegada de colonos ao território paranaense como uma "ocupação" deste espaço, se mascara um violento processo de invasão e apropriação de terras, que resultou no genocídio e na remoção forçada das populações indígenas e quilombolas originárias. Ao exaltar o processo de formação do Paraná como algo puramente positivo, "efetivado por variados grupos",



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

silencia as etnias que sofreram com esta onda colonizadora e impede o desenvolvimento de um pensamento histórico verdadeiramente crítico.

Para Rüsen (2021), um ensino comprometido com o desenvolvimento do pensamento histórico é aquele que compreende que as questões às quais nos dirigimos no passado, são temáticas que tocam também a dimensão temporal da vida presente. O conteúdo instrucional, ao passo que não contempla críticas ao processo de colonização e silencia a presença indígena da história do território paranaense, longe de viabilizar a construção de uma consciência histórica crítica em sala de aula, transforma a disciplina de História em uma grande propaganda do Estado. Além disso, vale ressaltar que esses materiais não foram elaborados em conjunto com os docentes e a equipe pedagógica da escola, mas sim feitos por indivíduos externos, alheios à realidade escolar em que aquele material seria aplicado, o que reafirma a retirada da autonomia docente no processo de ensino.

Nessa linha de análise, a atuação do Estado se aproxima do que Johann Michel (2010) define como um processo ativo e voluntário de "esquecimento-manipulação", pois configura uma dissimulação deliberada de acontecimentos passados, visando construir uma imagem consensual da ordem nacional e, ao mesmo tempo, promover uma auto-legitimação do poder. Essa estratégia de ocultação deliberada encontra correspondência no conceito de "memória enquadrada" de Michael Pollak (1989). Segundo o autor, a memória coletiva é estruturada por quadros de referência institucionalizados que definem o que é comum a um grupo e o que o diferencia, reforçando fronteiras socioculturais. Ao impor um enquadramento que retira a crítica ao passado colonial e marginaliza a narrativa indígena, o material didático opera uma violência simbólica, tornando o silêncio uma ferramenta de poder. Esta ação visa estabilizar a identidade oficial do Estado e inibir a formação de uma consciência histórica crítica, validando a exclusão dos docentes do processo de elaboração e reafirmando o caráter político desse projeto de anti-memória.

Neste cenário analítico, torna-se evidente como a ausência da história indígena não é um mero desfoque temático, mas sim um projeto político que tem por objetivo estabelecer um ensino de História que privilegia grupos e culturas específicas. Em vista disso, cabe analisarmos alguns dos aspectos constituintes – a estrutura



argumentativa, a linguagem utilizada e a narrativa privilegiada – dos slides disponibilizados pelo RCO+Aulas para o ensino da temática da história do território paranaense.

Os slides da aula 19, intitulada “A fundação e o desenvolvimento das principais cidades da região norte do Paraná”, têm como objetivo prescrito demonstrar os aspectos da fundação e do desenvolvimento das principais cidades da região. Nesse sentido, ao longo dos slides é apresentada uma estrutura narrativa sobre o estereótipo orgulhoso de ser “pé vermelho”, a exposição de algumas das maiores cidades da região e o contexto histórico dos loteamentos de terras que deram origem à ocupação e ao desenvolvimento do território norte-paranaense. Embora um dos objetivos declarados seja tratar das questões relativas à fundação e desenvolvimento das cidades da região a partir de uma perspectiva histórica, torna-se evidente, ao longo do conteúdo, que o material é construído a partir de um viés que exalta o desenvolvimento urbano e todo o processo de colonização como essenciais para a construção da “riqueza da região”. É também recorrente a noção de que as terras loteadas por companhias privadas estariam vazias antes da chegada dos europeus, o que incorre em uma falsificação grosseira da história da região, haja vista que esta era habitada por povos nativos. Dessa forma, a exposição do processo de chegada e instalação de grupos de colonos mineiros e paulistas nas terras “férteis e devolutas” é realizada de modo a atrelar a construção das cidades a uma lógica inexorável de progresso. Além disso, inexistente qualquer referência aos grupos indígenas que já ocupavam a região e/ou à violência por eles vivenciada durante o processo de colonização.

ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

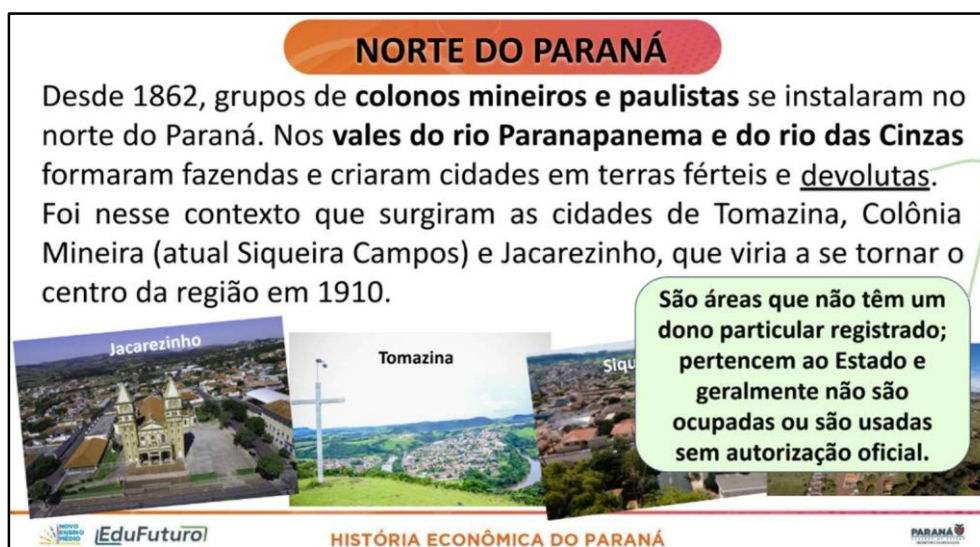


Figura 1 - Aula 19

Sequencialmente, o material apresenta a ocupação das terras norte-paranaense por agricultores de outras regiões, a partir de uma breve menção do loteamento agrícola realizado na região. Todavia, a utilização da palavra “agricultores” para denominar a população que passa a se deslocar para a região em busca de novas oportunidades de vida e trabalho é feita sem uma maior contextualização histórica da constituição dessa classe de trabalhadores nesse momento histórico. Tal debate torna-se ainda mais grave quando analisado o slide a seguir, em que se colocam questões sobre as perspectivas do “eldorado” – presente no imaginário de tais trabalhadores frente as propagandas realizadas pelas companhias privadas de terras – sem que, mais uma vez, houvesse alguma contextualização. Assim como Rüsen (2021) ressalta, a contextualização histórica das palavras utilizadas em sala de aula é de suma importância, visto que elas podem carregar diferentes conotações em relação a temporalidade em que são utilizadas. Portanto, o uso do termo “agricultores”, exibido no material de maneira não contextualizada, não propicia a construção de conexões entre passado e presente em sala de aula. Além disso, a disposição dos eventos e o modo como os atores históricos são ali nomeados, constroem uma vinculação semântica entre a noção de progresso econômico das cidades com a colonização e o desenvolvimento de um “agronegócio” na localidade. Ou seja, o material, além de não explorar a relação socioeconômica em que “milhares

ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: de VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

peças migraram para o norte paranaense, fundamentadas no sonho e na esperança de nesta terra próspera conseguirem adquirir um lote e lidar na sua grande [...] maioria com o café” (Bataliotti, 2004, p. 36-37), utiliza a palavra “agricultores” sem uma maior conceitualização para o período. Nesse viés, além de gerar uma dificuldade analítica para os alunos interpretarem a atividade, a estruturação do material não propicia um debate sobre as expectativas de vida que tais trabalhadores tinham em função das propagandas idealizadoras de um progresso econômico difundido pelas companhias privadas de terras.

NORTE DO PARANÁ

Na década de 1920 outras áreas do Norte do Paraná passaram a ser ocupadas por agricultores de outras regiões.
As terras foram planejadas e **divididas em lotes agrícolas**.
Em torno da estrada de ferro construída fundaram-se cidades, com **destaque para Londrina em 1934**.



Comemoração do término do assentamento dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná até Londrina, em 1934.



HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ



ATIVIDADE

Atenção! Leia o texto, depois responda às questões abaixo:

“A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aí encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para essa cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais.” GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 176.

Grupos de colonos mineiros e paulistas, nos vales do rio Paranapanema e do rio das Cinzas.
Eram agricultores, ligados à produção rural.


 **2 min**



HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ



Figura 2 - Aula 19



Os slides da aula 20, intitulada “A fundação e o desenvolvimento das principais cidades da região noroeste do Paraná”, seguem a mesma estrutura argumentativa do material anterior. Assim, percebe-se, mais uma vez, a exibição de uma narrativa de que as terras dessa porção geográfica do Estado estariam vazias antes da ocupação proporcionada pelo sucesso das companhias privadas de terra. Apresentada como uma “ocupação tardia”, o processo da chegada de novos moradores à região – que são novamente apontados como agricultores – é exposto juntamente a um discurso que apresenta a “facilitação” do povoamento como produto do sucesso do loteamento das companhias privadas de terra. Embora exista em tais slides o apontamento dos principais atrativos que chamavam os “agricultores” para o Estado, ele não se faz sob uma perspectiva crítica que busque compreender a realidade socioeconômica das famílias que se deslocaram para tentar uma vida melhor.

Outro ponto central da constituição desse material refere-se a ideia de vazio demográfico ali repercutida. Mota (1994) aponta que o discurso de um espaço vazio e improdutivo na região do norte e noroeste paranaense passou a se expandir como parte do discurso hegemônico oficial do governo e das companhias colonizadoras, para a construção de uma narrativa de colonização pacífica. Martins e Franciscon (2018) corroboram essa crítica ao demonstrar que o mito do vazio demográfico foi intencionalmente propagado em diversos documentos oficiais e historiográficos com o objetivo de silenciar e desqualificar a presença dos povos Guarani, Kaingang e Xetá. Os autores, apoiados em registros históricos e arqueológicos, provam que o território já era ocupado por sociedades complexas há milhares de anos, revelando que a narrativa de ocupação foi, na verdade, um processo intencional de violência e invasão, totalmente oposto à ideia de uma 'colonização pacífica e harmoniosa.

Ao expor a ocupação do território apenas a partir da presença dos colonizadores europeus e migrantes brancos, o repertório didático oficial disponibilizado pela SEED-PR, escolhe, novamente, afirmar uma narrativa eurocêntrica em que as frentes colonizadoras possuem a importante função de preencher um “vazio” por meio dos loteamentos e vendas de terra (Rebecchi, 2014). Deste modo, questões como a violência e o extermínio populacional, vivenciado por

ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

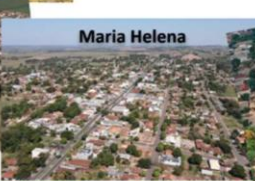
grupos indígenas que habitavam a região durante o processo de colonização, como a etnia Xetá, são sistematicamente excluídos do debate histórico das salas de aula paranaense. Ou seja, a memória e toda a possibilidade de construção de pertencimento e conscientização da história indígena da região é apagada em prol de uma narrativa centrada em uma história tradicional: branca, eurocêntrica e capitalista.

Clique no mapa para ampliar.

NOROESTE DO PARANÁ



A região era pouco povoada até meados do século XX, como mostra o mapa ao lado, de 1938. Essa **ocupação tardia**, também chamada de Novíssimo Norte, se deu na **região que engloba o entorno dos rios Pirapó e Piquiri**.





HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ



NOROESTE DO PARANÁ

Com o exemplo da Companhia de Terras Norte do Paraná e do **sucesso do café no norte do estado**, outras companhias de loteamento vieram para a região, facilitando a **chegada de novos moradores**.

Principais atrativos para os agricultores: **prazos** de pagamento; promessas de **terras férteis** e grandes **lucros**; além de **infraestrutura** básica, como estradas de acesso, serrarias, motores geradores de energia, transporte, entre outros.

Funcionários da Companhia de Terras Norte do Paraná





HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ



Figura 3 - Aula 20

ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

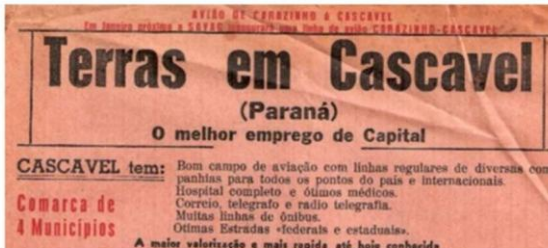
Percebe-se que o desenvolvimento do sentimento de pertencimento aos grupos integrantes da construção do Paraná, componente dos objetivos da trilha de aprendizagem da disciplina de História aqui analisada, não contempla todos os grupos e etnias. Pelo contrário, percebe-se que os diferentes grupos e origens mencionados no itinerário formativo, são, na prática, apenas descendentes de europeus e/ou aqueles que se estabeleceram na região a partir de uma vivência e apreensão capitalista da terra ocupada.

OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Com **participação de companhias colonizadoras**, a ocupação definitiva dessa região veio do processo que iniciou no noroeste do Rio Grande do Sul, prosseguiu no oeste catarinense e chegou ao sudoeste do Paraná.

O *boom* da ocupação deu-se **entre os anos 1940 e 1980**.

Muitos eram **filhos e netos de imigrantes europeus**, notadamente italianos e alemães.



[Clique no cartaz para ampliar.](#)


EduFuturo
HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ


Figura 4 - Aula 21

Em linhas gerais, nota-se como os slides disponibilizados pelo RCO+aulas se estruturam a partir da exclusão da história indígena, restringindo a memória histórica apenas aos grupos e culturas que ocupam um relevante papel semântico para a narrativa ali privilegiada. Deste modo, entendendo o estabelecimento dos conteúdos da disciplina “História Econômica do Paraná” como pertencentes ao atual cenário político neoliberal ao qual a educação paranaense se insere, torna-se nítido, assim como apontado por Lamas, Mayrink e Vicente (2016), como a ausência da história de grupos indígenas na região – os quais se estabeleciam/estabelecem historicamente sob uma perspectiva cosmológica que não se pauta em uma relação capitalista com



a

terra -, não é considerada útil para a construção do ideal de progresso e evolução econômica exaltados na disciplina.

PROBLEMATIZANDO O ENSINO DE HISTÓRIA DO PARANÁ

A partir da análise dos materiais didáticos utilizados em sala de aula, especialmente os slides disponibilizados pela SEED-PR para o ensino sobre a ocupação territorial, percebe-se uma problemática central e persistente na disciplina de “História Econômica do Paraná”: a inexistência ou a rara menção da presença indígena. Essa omissão constitui um grave problema pedagógico e historiográfico, com profundas implicações na formação dos estudantes.

Ao apresentar o território do Paraná como um “vazio demográfico” à espera da chegada de colonizadores europeus, os slides reproduzem uma narrativa eurocêntrica e colonialista. Essa perspectiva ignora completamente a existência de diversos povos indígenas que habitavam essas terras muito antes da colonização. Omissões como essa não são acidentais. Elas historicamente serviram para justificar a invasão, a apropriação de terras e a desumanização dos povos originários, legitimando projetos de exploração e dominação.

A invisibilização dos indígenas nos materiais didáticos tem consequências diretas na educação. Primeiramente, priva os estudantes de uma compreensão integral da história local e nacional, visto que, ao não reconhecerem a agência e a contribuição dos povos indígenas, a escola falha em apresentar a riqueza e a diversidade da formação social brasileira. Os alunos perdem a oportunidade de desenvolver um olhar crítico sobre os processos históricos e de compreender as complexas relações de poder que moldaram a sociedade. Além disso, essa omissão reforça estereótipos e preconceitos. Quando os indígenas são ausentes ou tratados apenas como elementos passivos do passado, o imaginário social sobre esses povos permanece distorcido, perpetuando visões anacrônicas ou folclorizadas. Isso dificulta o reconhecimento de suas lutas, resistências e de suas contribuições contemporâneas. Além disso, a inexistência da narrativa indígena nos materiais didáticos entra em conflito direto com marcos legais e diretrizes curriculares, como a



11.645/2008 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preconizam a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas de educação básica do Brasil. No entanto, decorridos mais de 15 anos de sua sanção, a realidade em sala de aula, especialmente no ensino da história e cultura indígena, ainda reflete uma notável ineficácia em sua plena aplicação. A discrepância entre o que a legislação exige e o que é efetivamente veiculado em sala de aula aponta para uma falha sistêmica na política educacional e na produção de materiais didáticos, que por vezes continuam a reproduzir estereótipos ou a invisibilizar completamente a presença indígena, tratando o território brasileiro como um "vazio" antes da chegada dos colonizadores.

Nessa perspectiva, o artigo "A presença indígena no conteúdo da Educação Básica: a inclusão e representação Político-Social nas aulas de História", de Barnabé, Garcia, de Melo e Formiga (2022), problematiza a marginalização histórica dos povos indígenas na historiografia brasileira e sua insuficiente representação na educação básica. Os autores destacam que, apesar da Lei 11.645/2008 ter tornado obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas, sua aplicação é ineficaz. Essa falha é atribuída à persistência de uma perspectiva historiográfica colonialista e eurocêntrica, que perpetua estereótipos e preconceitos sobre os povos originários. O estudo defende a necessidade urgente de desconstruir essa narrativa hegemônica para que os indígenas possam ter voz e representatividade na construção de uma historiografia pluralista e multicultural. Também analisa as barreiras concretas para a implementação da lei em sala de aula, como o preconceito, a falta de materiais didáticos adequados e a formação deficitária dos professores. Os autores enfatizam a importância de um ensino de história contextualizado, crítico e respeitoso, alinhado às diretrizes da BNCC, com foco na formação continuada de professores e na produção de materiais diversificados. Reafirmam, em vários momentos, a necessidade de mudança na historiografia e no ensino de história para garantir uma representação justa e precisa dos povos indígenas. A educação é apresentada como a principal ferramenta para desconstruir o imaginário social estereotipado, promover o respeito à diversidade cultural e, por fim, construir uma sociedade mais justa e igualitária.



ANÁLISE CRÍTICA DOS MATERIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NA OCUPAÇÃO

Em geral, a resistência e o preconceito ainda presentes em parte da sociedade e, conseqüentemente, no ambiente escolar, atuam como barreiras silenciosas. A desvalorização da cultura indígena e a manutenção de ideias preconceituosas dificultam a abertura para um ensino que promova o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural. Apesar da importância inegável da Lei 11.645/2008 como instrumento legal, sua plena efetividade depende de um esforço múltiplo, envolvendo a revisão e produção de materiais didáticos mais adequados, a formação sólida e contínua de professores, e uma mudança cultural que busque desconstruir preconceitos, valorizando as ricas contribuições dos povos indígenas para a formação da identidade brasileira, tanto no passado quanto no presente. Sem essas ações complementares, a lei corre o risco de permanecer como uma norma em papel, sem o impacto transformador que se propôs a ter na educação e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o apagamento da história indígena nos materiais didáticos da rede de ensino do Paraná faz parte de um atual projeto de ensino que privilegia a construção de uma narrativa neoliberal tecnicista, que exclui grupos e etnias que não correspondem ao ideal de desenvolvimento ali propagado. Ainda, a defesa do uso das plataformas de ensino, advindas das propagandas do atual governo, corroboram para a contínua perda da autonomia, aumento da padronização e controle do trabalho docente.

Assim como percebido durante as vivências do estágio de regência, a atual estruturação do conteúdo de História, disponibilizado pela SEED-PR, dificulta o desenvolvimento, em sala de aula, da consciência histórica dos estudantes. Este material, propagado sob um discurso que exalta o “aumento da produtividade educacional”, baseia-se em noções hegemônicas que excluem a história indígena e enaltecem, sistematicamente, um passado e grupos historicamente vinculados ao “progresso capitalista” do Estado do Paraná.

O silenciamento das narrativas indígenas, que ignora a refutação histórica do mito do vazio demográfico, trata-se de um “esquecimento-manipulação” deliberado



(Michel, 2010), projetado para construir uma memória oficial coerente que legitime a atual ordem socioeconômica. É contra essa memória enquadrada que se levantam as memórias subterrâneas defendidas por Pollak (1989). O silêncio imposto às vítimas não é esquecimento, é, paradoxalmente, a resistência ativa que zela pela lembrança e persiste nas redes informais. Defender a inclusão da história indígena no currículo é, portanto, uma defesa política da memória e uma luta pela consciência histórica ética, essencial para que o futuro não seja construído sobre a amnésia institucionalizada.

Freire (1996) defende que ensinar implica reconhecer a dimensão ideológica da educação, bem como os discursos que permeiam currículos e práticas de ensino. Muitas vezes, esses discursos acabam por alinhar-se de maneira problemática às narrativas que sustentam a desigualdade e a opressão. Nas palavras do autor:

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder. [...] O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (Freire, 1996, p. 65).

Dessarte, pensar e reconhecer a importância do estudo da história dos grupos indígenas é indispensável para a formulação de um ensino que esteja realmente comprometido com o estabelecimento de uma sociedade mais democrática e plural. Entendendo e defendendo a disciplina de História como aquela que transita tanto na dimensão de uma leitura crítica do passado e presente, bem como uma viabilizadora de uma construção ética do sujeito histórico (Pereira; Gil, 2024), a inclusão da história de grupos indígenas é fundamental, tanto para a defesa política da memória e especificidades de grupos historicamente silenciados, como também para que o presente não negue e o futuro não esqueça a violência da colonização.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael Whitman. Repensando Ideologia e Currículo. In: MOREIRA, Antonio F; SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 71-106.

BARNABÉ, Thiago Abdala; GARCIA, Guilherme Fernandes; DE MELO, Ygor Lebrank; FORMIGA, Dayana Oliveira. A presença indígena no conteúdo da educação básica: a inclusão e representação político-social nas aulas de História. *Revista Foco*, [S. l.], v. 15, n. 4, p. e493, 2022. DOI: 10.54751/revistafoco.v15n4-025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/504>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A reforma do Ensino Médio e a plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762023000100120&script=sci_arttext. Acesso em: 07 out. 2025.

BATALIOTI, Telma. *Cianorte: Ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos sócio-espaciais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

BRASIL. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

Departamento de Desenvolvimento Curricular. Caderno de Itinerários Formativos Volume 1 – Linguagens e suas tecnologias ciências humanas e sociais aplicadas: Trilha de aprendizagem História econômica do Paraná. Curitiba: Secretaria da educação, 2025

CAMILO, Merielle; NEVES, Marcos Cesar Danhoni; BELONI, Belmiro Marcos. O Novo Ensino Médio no Paraná e a sua política de controle e desumanização do trabalho docente: autoritarismo e tecnicismo. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 8, p. e7014, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-203. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7014>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FARAH, Marisa Helena Silva. O corpo na escola: mapeamentos necessários. *Paidéia*, v. 20, n. 47, p. 101-410, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/Y98v8N8Q3TjdwMpMf3bXSNB/>. Acesso em: 18 agos. 2025.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALINDO, Rogerio. Desmontando o falso "Ideb campeão". *Plural*, 04 fev. 2025. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/desmontando-o-falso-ideb-campeao/>. Acesso em: 06 out. 2025.

LAMAS, Fernando Gaudereto; MAYRINK, Natasha; VICENTE, Gabriel Braga. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v. 2, n. 1, p. 124-139, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14973>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce; FRANCISCON, Moisés Wagner. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. *Revista Percorso NEMO*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 53-73, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percorso/article/view/49748/751375140714>. Acesso em: 06 out. 2025.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*: Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-24, ago./nov. 2010. ISSN 2177-4129. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9545>. Acesso em: 06 out. 2025.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: *Eduem*, 1994. Disponível em: <https://www.sidalc.net/search/Record/cat-unco-ar-24595/Description>. Acesso em: 07 out. 2025.

ORTEGA, Daiani Vieira; MILITÃO, Silvio César Nunes. O ideário neoliberal na educação: da BNCC ao Novo Ensino Médio. *Educação Em Foco*, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. e27030, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36334>. Acesso em: 06 out. 2025.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Games, aulas de inglês e robótica: Estado investe cada vez mais em tecnologia para os estudantes. Curitiba, 27 de dezembro, 2022a. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Games-aulas-de-ingles-e-robotica-Estado-investe-cada-vez-mais-em-tecnologia-para-os>. Acesso em: 13 ago. 2025.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Tecnologia e novos conteúdos tornam aulas da rede estadual mais interativas. Curitiba, 10 de junho, 2022b. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Tecnologia-e-novos-conteudos-tornam-aulas-da-rede-estadual-mais-interativas>. Acesso em: 13 ago. 2025.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIL, Carmem Zeli de Vargas. Ensino de história e o direito ao passado e à justiça. *Tópicos educacionais*. Recife. Vol. 30, n. 1 (2024), p. 1-22,



2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/282711>. Acesso em: 07 out. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

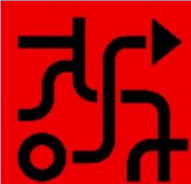
REBECCHI, Murilo. *Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RÜSEN, Jörn. Consciência histórica como tema da Didática de História. *Métis: História & Cultura*, [S. l.], v. 19, n. 38, 2021. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9985>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SCZIP, Rossano. A plataformização da educação na Rede Estadual do Paraná: impactos sobre o trabalho docente e na disciplina de História. *Palavras ABEHrtas*, [S. l.], n. 9, 2025. Disponível em: <https://www.palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/107>. Acesso em: 3 jul. 2025.

Recebido em 25/08/2025

Aprovado em 30/10/2025



DOS ANJOS, Yndi Lara Lacerda*

<https://orcid.org/0009-0006-4700-4051>

RABELO, Danilo**

<https://orcid.org/0000-0003-3106-4405>

RESUMO: Neste artigo, investigamos as contribuições da Programação de Ensino, campo da Análise Comportamental, para pensar o currículo e a Educação Histórica escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), numa perspectiva inclusiva. O percurso desta investigação parte do cenário de estudos sobre o currículo, no qual analisamos as discussões em torno do currículo da disciplina de História e das políticas públicas educacionais para a inclusão de alunos com TEA. Destacamos aspectos epistemológicos e filosóficos discutidos pela área de Educação Histórica. Abordamos alguns marcos do desenvolvimento da Análise do Comportamento, seus princípios epistemológicos e considerações sobre a Educação. Discutimos a interface entre as áreas de Programação de Ensino, Educação Histórica, Currículo e Inclusão de estudantes com TEA. Concluímos com a proposição de um conjunto de comportamentos-objetivo de aprendizagem que defendemos ser basilar para pensar inclusão curricular, na Educação Histórica, de alunos com TEA. Nossa proposição tem em vista que a produção de conhecimento histórico deve partir de reflexões filosóficas e epistemológicas acerca desse conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Programação de ensino; Educação Histórica; Inclusão.

ABSTRACT: In this article, we explore the contributions of Programmed Learning, a field within Behaviorism, to the development of the curriculum and History Education for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) from an inclusive perspective. Our investigation begins with a review of existing studies on the curriculum, through which we analyze discussions related to the History curriculum and public educational policies aimed at including students with ASD. We highlight the epistemological and philosophical aspects that are central to the field of History Education. Additionally, we discuss key milestones in the development of Behaviorism, its epistemological principles, and its implications for education. We examine the connections between Programmed Learning, History Education, Curriculum, and the inclusion of students with ASD. Finally, we propose a set of target learning behaviors that we believe are essential for fostering curricular inclusion in History Education for students with ASD. Our proposal emphasizes that the production of historical knowledge should be grounded in philosophical and epistemological reflections on that knowledge.

KEYWORDS: Programmed learning; History Education; Inclusion.

* Discente do Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica (CEPAE/UFG). Licenciada em História pela UFG e graduanda em Pedagogia pela mesma instituição. Email: yndidosanjos@gmail.com

** Professor Associado IV da Universidade Federal de Goiás. Possui Doutorado em História pela UnB (2006), mestrado em História pela UFG (1997) e licenciatura em História e Estudos Sociais pela PUC-GO (1991). Email: rabelodanilo62@ufg.br



INTRODUÇÃO

Recentemente, o currículo escolar e as políticas públicas a ele relacionadas voltaram a figurar no centro de debates com a elaboração e a homologação do Parecer CNE/CP n.º 50 (BRASIL, 2023). Esse documento, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, trata das orientações para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Em relação ao currículo, o documento orienta que sejam tomadas medidas para que estudantes com TEA tenham acesso a ele, de modo a adequá-lo às suas especificidades. A principal ação apresentada para a adequação do currículo é a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI), que consiste num plano, elaborado por diferentes profissionais que, entre outras funções, adapta o currículo vigente para a realidade dos respectivos alunos com TEA, suas necessidades, habilidades e dificuldades.

Esse cenário tem suscitado reflexões sobre a qualidade da educação oferecida a alunos com TEA e sobre quais seriam os melhores caminhos, metodologias e teorias que poderiam orientar sua inclusão. Em vista disso, este texto pretende apresentar possíveis contribuições das áreas de Programação de Ensino e de Educação Histórica para as questões situadas na fronteira entre inclusão, currículo e ensino de História.

Num primeiro momento, abordaremos as discussões sobre o currículo e as contribuições do campo da Educação Histórica para refletir sobre o conhecimento histórico e a elaboração de currículos na educação básica. Em seguida, analisaremos o cenário nacional das políticas públicas e dos debates acadêmicos acerca da inclusão escolar, especialmente em relação a estudantes com TEA, e ao uso do PEI. Por fim, discutiremos os aportes teóricos da Programação de Ensino e as possibilidades de sua articulação com a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de História.

CURRÍCULO, EDUCAÇÃO HISTÓRICA E CONHECIMENTO HISTÓRICO

O currículo e a organização da escola moderna têm sido objeto de reflexões há séculos. A *Didactica magna*, de Comenius, no século XVII, é um dos primeiros registros que temos de exames sobre o que e como se deveria ensinar nas instituições



educacionais formais (SILVA, 2010). Semelhantemente, nas primeiras décadas do século XX, nos EUA, verificamos o estabelecimento de um campo de estudos voltado para o currículo que se especializou em torno da organização de conteúdos e do desenvolvimento de habilidades específicas. Sua novidade, no entanto, estaria na preocupação com a ampliação da escolarização das massas, com a organização social e com a definição de padrões de qualidade para a aprendizagem (APPLE, 1982).

Por sua vez, Althusser (1980, p. 20), nas décadas finais do século XX, aponta que a escola atuaria como formadora da mão de obra para a produção capitalista, prescrevendo os conhecimentos necessários para a formação daqueles indivíduos que atuariam como “operários”, “técnicos”, “engenheiros” e “superiores”. O autor afirma também que a escola, além dos “saberes práticos”, ensinaria regras de “bons costumes”, como moral e civismo.

A questão da prescrição de valores e costumes, pelos currículos, foi bastante discutida por Apple (1982). O autor investiga o campo de estudos em torno do currículo que se estabeleceu no início do século XX, nos EUA, e que citamos anteriormente. Sua investigação se baseia no conceito de hegemonia¹, extrapolando o enfoque econômico presente nas análises marxistas feitas até aquele momento. Apple (1982, p. 122) demonstra como o currículo escolar foi utilizado por pesquisadores daquele campo para “manter um sentido de comunidade, baseado em homogeneidade cultural e consenso de valores”.

Em relação à História, instituída como disciplina científica em torno do século XIX, o seu currículo, desde então, desempenhou um papel fundamental na prescrição de valores e costumes, sobretudo, aqueles relacionados à construção da identidade nacional em diversas nações modernas (FURET, 1986). Sob a chancela da cientificidade, a História ofertada nas escolas, a partir daquele período, compreendia “a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras”. Essa disciplina utilizava “um patrimônio de textos, de fontes, de monumentos” como meios para sua produção, de modo que se efetivasse “a reconstituição exata do

1 De acordo com Gramsci (2000, p. 48), as classes dominantes não exercem um controle total sobre as classes subalternas, pois a “hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso”.



passado” (FURET, 1986, p. 135).

No debate sobre os currículos de História vigentes hoje no Brasil, sobretudo em relação à BNCC, a literatura assinala a arbitrariedade na seleção dos conteúdos elencados. Especificamente, aponta-se a perspectiva eurocêntrica envolvida nessa seleção (DA SILVA et al., 2019).

Consoante a isso, os referenciais teóricos e epistemológicos envolvidos na elaboração curricular estão subordinados às teorias pedagógicas, em prejuízo da teoria e da epistemologia da História. Desse modo, o foco da aprendizagem nessa disciplina tem estado muito mais no acúmulo de informações sobre datas, eventos e personagens.

Recorremos a essa excursão pelas discussões sobre o currículo para explicitar duas proposições já consolidadas na literatura. A primeira é que o currículo escolar desempenha um papel central na formação das identidades individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos nas situações educacionais. Em segundo lugar, o currículo está inserido em uma rede de relações de poder, na qual o Estado não é o único agente, disputando espaço com diversos interlocutores: correntes científicas, organizações sociais, instituições políticas e econômicas (SILVA, 2010).

As discussões em torno do currículo revelam um problema relacionado aos projetos de humanidade que as instituições de educação formal buscam promover (APPLE, 1982; SILVA, 2010). Nessas discussões e projetos, atuam diversos agentes com perspectivas heterogêneas e, muitas vezes, incongruentes. Desde a segunda metade da década passada, com a promulgação da BNCC (BRASIL, 2018), historiadores e docentes de História têm protagonizado um amplo e acalorado debate sobre a construção de uma base curricular de abrangência nacional. Nesse contexto, diferentes referenciais teóricos e argumentos são mobilizados para fundamentar os distintos pontos de vista e legitimar determinados conteúdos curriculares.

Dentro desse debate, nos posicionamos a favor da construção de um currículo para a disciplina de História que considere a especificidade do conhecimento histórico.

As discussões acerca da compreensão do conhecimento histórico e das formas pelas quais ele é construído têm sido objeto de investigação da área de Educação Histórica (GERMINARI, 2011; MORENO, 2019; OLIVEIRA et al., 2022; RÜSEN, 2001, 2007, 2015; SADDI, 2014).



A formação desse campo de pesquisa deve-se a historiadores de diversas regiões do mundo que, por meio de investigações realizadas em seus respectivos países, contribuíram para consolidar o atual cenário de estudos sobre o conhecimento histórico, seu ensino, sua aprendizagem e as formas pelas quais esse conhecimento pode ser expresso (GERMINARI, 2011; SADDI, 2014).

Neste trabalho, partimos das contribuições de pesquisas do teórico e filósofo da História Jörn Rüsen (2001; 2007; 2015), no contexto da Didática da História alemã. A sociedade alemã do pós-guerra, por volta da década de 1970, vivenciou um cenário de crescente desconfiança na capacidade da História de responder às suas carências de orientação (SADDI, 2014). De acordo com Saddi (2014), naquele período, a produção historiográfica e o ensino de História nas escolas permaneciam voltados para temas distantes da sociedade, notadamente aqueles relacionados ao nacionalismo. Os rumos do ensino de História deslocaram-se das orientações nacionalistas para orientações voltadas à vida prática dos estudantes (OLIVEIRA et al., 2022; SADDI, 2014).

Nesse sentido, a disciplina de História perdeu espaço nos currículos escolares para outras disciplinas da área de Humanidades. Professores e pesquisadores de História, então, mobilizaram-se para discutir reformulações teóricas da ciência e do ensino de História. O resultado foi uma mudança epistemológica em torno do que se compreendia sobre esse conhecimento e as maneiras de construí-lo. Os rumos do ensino de História deslocaram-se das orientações nacionalistas para orientações voltadas à vida prática dos estudantes (OLIVEIRA et al., 2022; SADDI, 2014).

No Brasil, essa mudança epistemológica e as discussões a ela relacionadas foram difundidas a partir dos trabalhos de Rüsen (2001; 2007; 2015). O autor mobiliza diversas reflexões com base no conceito de consciência histórica. As discussões em torno desse conceito indicam que o conhecimento histórico é, essencialmente, aquele desenvolvido pela atividade humana de articular interpretações de suas experiências no tempo, com o objetivo de orientar-se no mundo (RÜSEN, 2015). Em outras palavras, para Rüsen, o conhecimento histórico é uma prática comum à humanidade. O autor afirma que

Não há forma alguma de vida humana na qual uma relação interpretativa com o passado deixe de desempenhar um papel



importante na orientação cultural de cada agir e sofrer presentes. Sempre e por toda parte os homens necessitam referir-se ao passado, a fim de poder entender seu presente, de esperar seu futuro e de poder planejá-lo (RÜSEN, 2015, p. 37).

Com a perspectiva de que o manejo interpretativo do tempo constitui uma característica universal humana, o conceito de consciência histórica, portanto, busca sintetizar essas atividades mentais de atribuição de sentido ao tempo. O conhecimento histórico, assim, surge da necessidade humana de interpretar “a si e a seu mundo” (RÜSEN, 2015, p. 38); nasce, portanto, de suas carências de orientação.

Dessa forma, o saber histórico produzido profissionalmente, de forma científica, passou a ser entendido também como um produto das carências de orientação contemporâneas à sua produção. Consequentemente, passou-se a compreender que a produção e divulgação de conhecimentos históricos não são monopólio das instituições formais de educação, mas ocorrem de formas diversas e, muitas vezes, antagônicas, em diferentes espaços e por diversos agentes (RÜSEN, 2007).

Em relação ao currículo escolar de História, o conceito de formação histórica (RÜSEN, 2007) nos oferece algumas pistas para refletir sobre quais sujeitos e que comportamentos pretendemos formar com a veiculação do conhecimento histórico em instituições de educação formal. Ainda que não tenha por objetivo tratar da formação em instituições educacionais formais, esse conceito caracteriza os processos cognitivos pelos quais o conhecimento histórico é desenvolvido e utilizado na vida prática.

Assim, Rüsen (2007, p. 95) define formação histórica como “o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autorrealização ou de reforço identitário”. Nesse processo formativo, o autor esboça três componentes da aprendizagem histórica:

(a) O aprendizado histórico corresponde ao aumento da **experiência** no quadro de orientação da vida prática. [...] (b) O aprendizado histórico resulta em aumento da competência **interpretativa**. [...] (c) O aprendizado histórico acarreta aumento da competência de **orientação**. (RÜSEN, 2007, p. 111-116, grifos nossos).

A formação histórica, portanto, compreende a habilidade de inter-relacionar os tempos históricos e atribuir sentidos a eles. O indivíduo, por meio de seu repertório



das **experiências** do **passado** (a), tem melhores condições de **interpretar** as questões de seu **presente** (b) e, portanto, aumenta sua competência para **orientar** sua agência em relação ao **futuro** (c). A formação histórica proposta por Rüsen não se restringe ao acúmulo de informações sobre o que aconteceu no passado, mas implica a agência subjetiva do indivíduo na atribuição de sentido ao tempo.

Desse modo, em instituições de educação formal, a formação histórica deve estar relacionada às carências de orientação e à formação das identidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo, sejam docentes ou discentes. Com vistas a melhor conduzir o percurso educativo e assegurar a efetiva formação histórica desses sujeitos, é necessário considerar os processos cognitivos pelos quais o conhecimento histórico é desenvolvido.

Quanto às atuais políticas curriculares, já assinalamos algumas críticas à BNCC, especialmente aquelas relacionadas à sua orientação eurocêntrica (DA SILVA; MEIRELES, 2017; MORENO, 2019). No entanto, ainda que concordemos com essas críticas e reconheçamos o caráter centralizador na construção do documento, entendemos que é necessário elaborar caminhos possíveis a partir da BNCC.

No vislumbre dessas possibilidades, o trabalho de Ralejo et al. (2021) já se empenhou nesse sentido. As autoras destacam o papel docente na construção de narrativas interpretativas acerca desse documento, de modo a fundamentar suas aulas. Sobre os docentes, as autoras afirmam que:

É nas mãos deles que o documento também irá ser interpretado e materializado no formato de aulas. Assim, reconhecemos que esses sujeitos possuem uma relação de poder nesse processo, como aqueles que produzem sentidos sobre os conteúdos a serem ensinados, e não somente como reprodutores de prescrições anteriores (RALEJO, et al., 2021, p. 10).

Em vista disso, pretendemos tecer algumas considerações sobre a BNCC, de modo que possamos traçar caminhos que viabilizem a agência docente, sua prática criativa e autônoma de intervenção no processo educativo.

Na parte destinada ao Ensino Fundamental, em que a disciplina de História possui um espaço próprio, a BNCC apresenta algumas considerações sobre o conhecimento histórico, suas características e as formas como deve ser construído. O documento tem o mérito de reconhecer o caráter subjetivo da construção do



conhecimento histórico, ao afirmar que as indagações sobre o passado partem do presente — ainda que não explicita as expectativas de futuro que permeiam esse processo (BRASIL, 2017).

No entanto, a preocupação do documento parece concentrar-se nos aspectos metodológicos relacionados à crítica documental, negligenciando questões filosóficas e epistemológicas sobre o conhecimento histórico. Há, contudo, um parágrafo que trata de uma questão relevante: a legitimidade do conhecimento histórico para a sociedade e a seleção dos saberes que devem ser ensinados e aprendidos.

As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual (BRASIL, 2017, p. 397).

O documento parece apontar para aquilo que já havíamos mencionado anteriormente: as carências de orientação dos indivíduos no processo de construção do conhecimento histórico. Além disso, também sugere certo arbítrio na seleção de conteúdos — ainda que seja para justificar o próprio arbítrio na escolha dos conteúdos privilegiados em sua elaboração.

A reflexão sobre a seleção de quais passados devem ser privilegiados na construção do conhecimento histórico também é feita por Rüsen (2001). O autor trata justamente do problema em torno da tradição — como a do eurocentrismo — em que o repertório de experiências do passado constitui uma tradição que já não dá conta das carências de orientação do presente, de forma que

os homens ressentem novas carências, que ocasionam visões novas do futuro e, conseqüentemente, um novo recuo ao passado, a fim de que as novas perspectivas de futuro possam ser garantidas por uma representação de continuidade histórica (RÜSEN, 2001, p. 81).

A solução apresentada por Rüsen reside na proposta de resguardar os pontos de vista das carências de orientação contemporâneas, privilegiando a seleção daquele passado que possa responder a tais carências. O que o autor considera digno de ser valorizado pela História — ou seja, quais passados devem ser alvo da produção de sentido — “mede-se pelo critério de sua utilidade (ou inutilidade) para a expansão do quadro de referências de orientação temporal da vida prática atual” (RÜSEN, 2001, p. 84).



Ainda que a BNCC, para o Ensino Fundamental, especifique os conteúdos a serem elencados na construção dos currículos nos respectivos estados e municípios, acreditamos haver espaço para a agência docente na seleção de conteúdos, fontes, enfoques teóricos e metodologias. Já o caso do Ensino Médio é bastante diferente.

Para o Ensino Médio, por meio dos chamados “itinerários formativos”, a BNCC destitui a História como disciplina autônoma. Essa disciplina passa a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, junto com Filosofia, Geografia e Sociologia. A perda de espaço sofrida pela História contribuiu para que não fossem estipuladas metas e objetivos de aprendizagem, tampouco carga horária mínima para cada disciplina que compõe essa área. Verifica-se, portanto, um cenário preocupante.

Acreditamos, no entanto, que tais reflexões podem contribuir para o trabalho docente. A despeito das políticas curriculares vigentes, a organização do trabalho pedagógico no ensino de História exige a seleção de conteúdos, fontes históricas e metodologias. Assim, defendemos a possibilidade de percorrer caminhos que valorizem as particularidades presentes em cada sala de aula. Como será exposto a seguir, resguardar as singularidades dos indivíduos que compõem esses espaços é fundamental para uma condução mais eficaz do processo educativo e para a construção do conhecimento histórico.

INCLUSÃO, TEA E PEI: POLÍTICAS E DEBATES NACIONAIS

A inclusão de pessoas com deficiência constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea. Apesar dos avanços recentes na inserção desse público no ensino regular, a literatura aponta a persistência de uma educação de baixa qualidade (MENDES, 2006; PLETSCH; MENDES, 2024).

Nesse contexto, observa-se que mesmo as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas com deficiência são relativamente recentes. O ano de 2008 marca um ponto de inflexão na educação nacional com a promulgação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008). Essa política prevê, essencialmente, a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, em oposição à prática, até então comum, de segregá-los em instituições especializadas (BRASIL, 2008). Dentre as diretrizes estabelecidas por esse documento, destacam-se: (a) a perspectiva de transversalidade da Educação



Especial, que deve percorrer todos os níveis da educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior; (b) o reconhecimento da especificidade no desenvolvimento dos indivíduos; (c) o prognóstico de articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Essa legislação abrange diversas áreas essenciais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, como saúde, trabalho, assistência social, educação, transporte e acesso à cultura. Ou seja, não se restringe apenas à educação. A Lei Brasileira de Inclusão também prevê mecanismos para a inclusão educacional, destacando-se as adaptações para atender às especificidades dos estudantes e a articulação intersetorial.

Ambos os documentos apontam para a necessidade de reconhecer e atender às especificidades do desenvolvimento dos estudantes, bem como preveem a articulação intersetorial como diretriz educacional. A seguir, analisaremos legislações específicas voltadas ao público com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas quais se observa a continuidade das diretrizes estabelecidas nos documentos anteriormente analisados.

A Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, foi o primeiro documento a tratar especificamente dessa população (BRASIL, 2012). Em seu artigo 1º, incisos I e II, o TEA é caracterizado como:

- I — deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II — padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

É por meio dessa legislação que os indivíduos com TEA são reconhecidos como pessoas com deficiência. Embora não haja uma orientação específica para a educação em seu escopo, a lei prevê a educação como um direito. No entanto, a intersetorialidade na aplicação e no desenvolvimento das políticas públicas também está contemplada. Somente com o Parecer CNE/CP nº 50 (BRASIL, 2023),



homologado em 2024, foram apresentadas diretrizes específicas para a educação dessa população.

Nesse sentido, o parecer oferece diversas orientações para o trabalho docente, com vistas a atender adequadamente esse público. Notadamente, prevê a articulação intersetorial entre professores regentes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais especializados — das áreas de assistência social e saúde — e as famílias dos respectivos estudantes.

A articulação intersetorial deve estar voltada à construção de estratégias metodológicas, planos de ensino e dos seguintes documentos: (a) estudo de caso — descreve a situação do discente, incluindo seu contexto educacional, sociabilidade, habilidades, dificuldades, preferências, desempenho escolar e relações familiares; (b) PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) — conjunto de atividades voltado à eliminação de barreiras de acessibilidade e aprendizagem, a ser realizado na Sala de Recursos Multifuncionais pelo professor de AEE; (c) PEI (Plano Educacional Individualizado) — plano que organiza o percurso educacional do discente, considerando suas afinidades, dificuldades, potencialidades e necessidades. O PEI também prevê a adaptação do currículo vigente às especificidades de cada estudante, propondo metodologias, atividades e avaliações adequadas ao contexto de alunos com TEA.

Todos esses documentos preveem, em sua elaboração, a articulação entre docentes regentes, professores de AEE, profissionais especializados e familiares. É fundamental que esses instrumentos contemplem de forma integrada as necessidades educacionais e de acessibilidade dos estudantes, com vistas a orientar adequadamente seu percurso educacional (BRASIL, 2023).

A novidade trazida pelo Parecer CNE/CP nº 50 para a inclusão escolar de estudantes com TEA e para o trabalho do professor regente está na prescrição do PEI (Plano Educacional Individualizado), instrumento já pesquisado e recomendado por estudos acadêmicos em âmbito nacional e internacional (NUNES et al., 2013; SILVA; CAMARGO, 2021; FREITAS et al., 2022; RAMBO et al., 2023).

O trabalho de Nunes et al. (2013), por meio de uma revisão de literatura sobre a inclusão de estudantes com TEA na educação brasileira, apresenta o PEI como uma ferramenta relevante, entre outras, para a inclusão desse público. Por sua vez, Silva



e Camargo (2021) realizaram uma revisão integrativa da produção nacional acerca do uso do PEI. A análise contempla 16 estudos publicados entre 2012 e 2020, e aponta uma lacuna quanto à sua operacionalização, ou seja, são escassas as produções que demonstram a aplicação prática do PEI nas escolas.

Já o estudo de Freitas et al. (2022), ao investigar as contribuições da Análise do Comportamento para a inclusão educacional, evidencia a consonância entre essa área e o PEI, especialmente no que diz respeito à atenção às demandas individuais dos estudantes.

Rambo et al. (2023), por meio de uma revisão sistemática, investigam a literatura nacional que discute a inclusão de estudantes com TEA e o uso do PEI, considerando um recorte de cinco anos (2015-2020), sem restrição ao nível de ensino. Foram selecionados cinco estudos para análise, a qual demonstrou que a implementação do PEI resultou em ganhos significativos para a aprendizagem de estudantes com TEA, evidenciando maior participação e interesse por parte desses discentes. Nesse sentido, a elaboração de um PEI que adapte o currículo às habilidades, dificuldades e interesses dos estudantes com TEA constitui um fator determinante para sua efetiva inclusão.

Diante desse cenário, no qual políticas públicas e pesquisas científicas apontam o PEI como uma ferramenta relevante para a inclusão de estudantes com TEA, apresentaremos, a seguir, algumas considerações sobre a Análise do Comportamento e a Programação de Ensino. Acreditamos que a Análise do Comportamento, aplicada à Programação de Ensino, oferece subsídios ao professor para organizar o processo educacional — conteúdos, fontes e metodologias — de modo a possibilitar a adequação curricular por meio do PEI para a inclusão de estudantes com TEA.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE ENSINO: POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE DISCENTES COM TEA

A Análise do Comportamento consolidou-se, no século XIX, como uma área da psicologia voltada à investigação do comportamento humano (TOURINHO, 2011). Seus primeiros estudos recorreram à análise do comportamento animal. Nessas investigações, gatos privados de alimento eram colocados em caixas experimentais,



nas quais apenas determinadas respostas — como pressionar uma barra ou pisar em uma plataforma — permitiam o acesso ao alimento. Esses experimentos, segundo Tourinho (2011, p. 187), fundamentaram o conceito posteriormente denominado “**lei do efeito**”, segundo o qual um comportamento tem maior probabilidade de se repetir quando seguido por uma consequência satisfatória ao indivíduo.

Esses estudos iniciais, baseados no comportamento animal, estabeleceram a compreensão de que o comportamento resulta da interação entre organismo e ambiente. Com Skinner, delineou-se uma agenda de pesquisa centrada na seleção de comportamentos pelas suas consequências. A ideia de que os comportamentos são selecionados em função das consequências que produzem ficou conhecida como **modelo causal** (SKINNER, 2003; TOURINHO, 2011). O que se buscava, nas primeiras décadas do século XX, conforme Skinner (2003, p. 7), era “descobrir que o que o homem faz é o resultado de condições que podem ser especificadas e que, uma vez determinadas, poderemos antecipar e até certo ponto determinar as ações”.

Os trabalhos de Skinner também se dedicaram à área da educação. O autor compreende a educação como uma relação dinâmica entre ensino e aprendizagem, afirmando que

[...] ensinar é simplesmente arranjar contingências de reforço. Entregue a si mesmo, em dado ambiente, um estudante aprenderá, mas nem por isso terá sido ensinado. A escola da vida não é bem uma escola, não porque ninguém nela aprende, mas porque ninguém ensina. Ensinar é o ato de facilitar a aprendizagem; quem é ensinado aprende mais rapidamente do que quem não é (SKINNER, 1972, p. 4).

Desse modo, Skinner (1972) chama a atenção para a necessidade de organização do processo educacional, de modo que a aprendizagem seja facilitada por um ensino planejado e programado. O ensino, segundo o autor, “é um arranjo de contingências sob as quais os alunos aprendem” (SKINNER, 1972, p. 62). Arranjar tais contingências, portanto, constitui um papel central do trabalho docente, com o objetivo de minimizar dificuldades de aprendizagem, sejam elas relacionadas ao ambiente ou ao próprio desenvolvimento biológico dos estudantes.

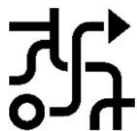
Skinner também apresenta considerações sobre as formas pelas quais o ensino deve ser programado. Defende que os docentes devem atuar de modo que os



objetivos de aprendizagem sejam previamente definidos e conhecidos pelos alunos (SKINNER, 1972). Essa diretriz é central na Programação de Ensino.

O desenvolvimento da Programação de Ensino, no Brasil, é atribuído às pesquisas coordenadas pela professora Carolina Bori (FREITAS et al., 2022; KIENEN et al., 2013; KUBO; BOTOMÉ, 2001), que, na segunda metade do século XX, conduziu e orientou diversos estudos com ênfase “nos processos comportamentais [...] que produzem as condições apropriadas para processos de aprendizagem” (KIENEN et al., 2013, p. 484). A novidade de sua proposta está na preocupação em “descobrir, caracterizar e desenvolver [...] os comportamentos de quem constrói condições de ensino em quaisquer situações em que seja necessário alguém ensinar ou capacitar outro organismo a desenvolver novos comportamentos” (KIENEN et al., 2013, p. 485). Seus trabalhos voltaram-se, especialmente, à formação de professores.

Por conseguinte, o comportamento de quem ensina é caracterizado pela efetiva aprendizagem daqueles a quem se destina o ensino. Esse comportamento pode ser representado no Quadro 1, a seguir. Nele, verifica-se a presença de três elementos: a “**situação antecedente**”, que corresponde ao planejamento prévio realizado pelos docentes; a “**classe de respostas**”, isto é, as ações decorrentes desse planejamento, como a condução da aula; e a “**situação consequente**”, representada pelo desempenho dos estudantes (KUBO; BOTOMÉ, 2001).



SITUAÇÃO ANTECEDENTE	CLASSE DE RESPOSTAS DO PROFESSOR	SITUAÇÃO CONSEQUENTE
• Objetivos de ensino definidos (descrição do desempenho final do aprendiz ou de outras concepções de objetivos, do professor) • Características dos aprendizes: - capacidade de desempenho inicial dos aprendizes; - interesses etc.; • Matérias e condições de ensino	Quaisquer classes de respostas do professor	• Desempenho do aprendiz, de acordo com objetivos definidos pelo professor • Outros desempenhos do aprendiz

Quadro 1: Explicitação esquemática de componentes constituintes do comportamento de ensinar².
(Fonte: KUBO, BOTOMÉ, 2001, p. 6).

Essa área de pesquisa destaca a centralidade da atuação do docente, bem como a complexidade envolvida nesse papel. Entende-se que programar condições para que determinados comportamentos sejam aprendidos pelos estudantes exige uma ampla gama de ações por parte de quem ensina. Essas ações, segundo Kienen et al. (2013, p. 486), “iniciam com a descoberta dos comportamentos-objetivo e prosseguem com os trabalhos de planejamento, construção, aplicação, avaliação e aperfeiçoamento do próprio processo de ensino”.

A definição prévia dos comportamentos-objetivo é um princípio fundamental na Programação de Ensino. Esses comportamentos indicam o que se espera que os estudantes aprendam, quais condutas devem apresentar e quais os efeitos esperados dessas condutas em sua vida prática. Sempre que possível, os comportamentos-objetivo devem ser explicitados aos estudantes, de modo a garantir previsibilidade ao percurso educacional. Assim, o alcance desses objetivos funcionará como reforço para a continuidade do processo de aprendizagem (KIENEN et al., 2013; KUBO; BOTOMÉ, 2001).

A caracterização dos discentes também é fundamental. É por meio da avaliação de seus conhecimentos prévios, interesses, dificuldades e potencialidades que o ensino deve ser programado. Estudos que investigam a inclusão educacional, especialmente de estudantes com TEA, também ressaltam a importância dessa

2 Exemplificação de como esses componentes constituem a relação indicada pela seta.



avaliação inicial para o planejamento pedagógico (FREITAS et al., 2022; NUNES et al., 2013).

Somente por meio dessa avaliação prévia é possível programar e desenvolver a aprendizagem dos comportamentos-objetivo que

maximizem a probabilidade de que os aprendizes, depois de formados, se tornem capazes de transformar conhecimento em comportamentos significativos e de alto valor social no ambiente em que viverão e atuarão profissionalmente (KIENEN et al., 2013, p. 485).

O campo da Programação de Ensino baseia-se na perspectiva de que os comportamentos-objetivo de aprendizagem são organizados em processos, de modo que é necessário cumprir processos elementares para avançar para outros mais complexos. Essa abordagem valoriza o respeito ao ritmo de cada discente, uma vez que a progressão gradual possibilita um percurso atento às suas demandas em cada etapa do processo (FREITAS et al., 2022; KIENEN et al., 2013).

Nesse sentido, a Programação de Ensino apresenta uma perspectiva consonante com a que defendemos em relação à Educação Histórica, pois se preocupa com as necessidades dos indivíduos (KIENEN et al., 2013; RÜSEN, 2015). Além disso, esse campo da Análise do Comportamento também está alinhado com as propostas das políticas públicas educacionais para a inclusão escolar de alunos com TEA, uma vez que defende a criação de condições que permitam a aprendizagem dos discentes, considerando suas especificidades (BRASIL, 2023; FREITAS et al., 2022; KIENEN et al., 2013; KUBO; BOTOMÉ, 2001).

CLASSES DE COMPORTAMENTOS-OBJETIVO NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Nesta parte do trabalho, discutiremos e proporemos definições de classes de comportamentos-objetivo a serem ensinados na Educação Histórica, visando contribuir para a inclusão de alunos com TEA. Como já discutido, os documentos curriculares vigentes para a educação brasileira pouco refletem a complexidade do processo educacional e dos sujeitos envolvidos. A inclusão de alunos com TEA nas aulas de História carece de reflexões teóricas e metodológicas sobre a organização curricular e as possibilidades de construção do conhecimento histórico por esse grupo.

Por exemplo, saber o que foram as Reformas Pombalinas, implementadas no



século XVIII pelo Marquês de Pombal, constitui um conhecimento frequentemente exigido em provas de História, e, portanto, um objetivo de aprendizagem. No entanto, mesmo que determinado discente demonstre esse conhecimento, não é possível inferir se ele compreende as motivações políticas dessas reformas, nem sua relevância para a contemporaneidade. Por isso, é importante questionar o que caracteriza o comportamento da pessoa que desenvolve o conhecimento histórico.

Esse questionamento já foi feito por Luiz e Botomé (2017). Os autores avaliaram, com base nos aportes da Programação de Ensino, os objetivos de aprendizagem propostos para a disciplina de História nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e nas Orientações Educacionais Complementares aos PCNEM, que eram, à época, os principais documentos orientadores do currículo nacional.

Luiz e Botomé (2017) apontam que os documentos analisados apresentavam propostas curriculares, em sua maioria, inadequadas para definir os comportamentos-objetivo que se esperava que os discentes aprendessem. Esses objetivos foram considerados inadequados por apresentarem as seguintes características: (1) uso de linguagem metafórica; (2) referência à atividade docente, em detrimento do foco na aprendizagem dos estudantes; (3) imprecisão; e (4) ênfase nas atividades dos alunos, em vez dos resultados que se pretendia alcançar com elas. Foram considerados adequados os objetivos que caracterizassem, de forma clara, o comportamento-objetivo a ser demonstrado pelo discente (LUIZ; BOTOMÉ, 2017).

Para que os comportamentos-objetivo sejam caracterizados de forma adequada, permitindo que os discentes compreendam com clareza o que se espera que aprendam, é necessário, segundo Luiz e Botomé (2017), que sejam atendidas as seguintes condições: (a) ênfase nas características do comportamento-objetivo de aprendizagem; (b) o discente deve ser o sujeito de referência do comportamento-objetivo; e (c) o objetivo deve ser organizado na estrutura “sujeito + verbo + complemento” (LUIZ; BOTOMÉ, 2017).

Esboçamos, no Quadro 2 a seguir, comportamentos-objetivo que acreditamos contribuir para a construção de um currículo que incluía estudantes com TEA nas aulas de História.



Número	Comportamento-objetivo	Sujeito	Verbo	Complemento
1	Identificar o que compreende a cientificidade do conhecimento histórico	Aluno	Identificar	o que compreende a cientificidade do conhecimento histórico
2	Interpretar acontecimentos passados a partir de questões da contemporaneidade	Aluno	Interpretar	acontecimentos passados a partir de questões da contemporaneidade
3	Produzir narrativas sobre acontecimentos passados	aluno	Produzir	narrativas sobre acontecimentos passados
4	Analisar diferentes fontes historiográficas	aluno	Analisar	diferentes fontes historiográficas
5	Identificar os métodos científicos de análise de fontes	aluno	Identificar	os métodos científicos de análise de fontes

Quadro 2: Comportamento-objetivo de aprendizagem na Educação Histórica (Fonte: elaborado pelos autores).

Este quadro foi elaborado com base nos apontamentos de Luiz e Botomé (2017) sobre a definição de comportamentos-objetivo, assim como na proposta de “formação histórica” apresentada por Rüsen (2007, p. 95).

Portanto, há comportamentos-objetivo imprescindíveis para a construção de qualquer conhecimento sobre o passado, trata-se daqueles relacionados à filosofia e à epistemologia do conhecimento histórico. Para privilegiar tais comportamentos-objetivo, optamos por não especificar conteúdos históricos, como as Reformas Pombalinas ou a Colonização Moderna, por exemplo.

Defendemos que, conforme propõe a Programação de Ensino, é necessária a organização dos comportamentos-objetivo em processos graduais. Tendo como exemplo, à medida que o discente compreende a natureza do conhecimento histórico e sua cientificidade, estará mais bem preparado para produzir narrativas sobre acontecimentos passados ou analisar fontes históricas e progredir de processos elementares para os mais complexos (FREITAS et al., 2022; KIENEN et al., 2013).

A sugestão dos comportamentos-objetivo de aprendizagem mencionados visa contribuir com a investigação das realidades específicas da inclusão de alunos com TEA na educação básica. Dessa forma, os docentes podem experimentar



possibilidades em seus respectivos contextos, conteúdos curriculares e com seus grupos de discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos investigar as contribuições da Programação de Ensino e da Educação Histórica para repensar o currículo e promover a inclusão de alunos com TEA na educação básica.

O currículo escolar e sua organização vêm sendo debatidos há séculos. Esses debates destacam o poder desse dispositivo para a construção das identidades e dos projetos de sociedade almejados pelas instituições educacionais.

A promulgação do Parecer CNE/CP n.º 50 (BRASIL, 2023) trouxe ao cenário nacional a discussão sobre as possibilidades de inclusão de alunos com TEA, sobretudo diante das limitações dos documentos curriculares em atender a essa população.

Nossa pretensão com este trabalho foi trilhar um campo que acreditamos ser promissor para a inclusão de alunos com TEA nas aulas de História. Para isso, defendemos a imprescindibilidade da epistemologia do conhecimento histórico. Apontamos a necessidade de considerar as especificidades de aprendizagem desses sujeitos e as contribuições da Programação de Ensino para esse fim.

A elaboração de comportamentos-objetivo de aprendizagem histórica, baseada na epistemologia da História, representa uma contribuição relevante para o cenário nacional, especialmente diante das políticas avaliativas e curriculares de caráter centralizador e normatizador.

Tal elaboração deve considerar: (a) a especificidade dos estudantes com TEA; (b) a definição de objetivos de aprendizagem alinhados à epistemologia do conhecimento histórico; (c) a progressão gradual de processos elementares para mais complexos; e (d) a antecipação dos objetivos de aprendizagem aos discentes.

Assim, docentes e pesquisadores podem identificar, na prática concreta da docência e na organização curricular, as potencialidades e fragilidades das propostas apresentadas.

Enquanto oferece, por um lado, reflexões epistemológicas acerca do conhecimento histórico e, por outro, uma organização teórica e metodológica do



currículo, nosso trabalho pretende ocupar um terreno ainda pouco explorado em estudos sobre a inclusão de alunos com TEA a partir das políticas públicas vigentes.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- APPLE, M. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- GRAMSCI, A. *Cadernos Do Cárcere. Notas Sobre O Estado E A Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.
- DA SILVA, G. J.; MEIRELES, M. C. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. *Revista Crítica Histórica*. Maceió, v. 8, n. 15, p. 7-30, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.28998/rchvl8n15.2017.0001>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- FREITAS, M. C.; BENITEZ, P.; POSTALLI, L. M. M. Contribuições da Análise do Comportamento para a inclusão educacional brasileira. *Revista Perspectiva*. São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 197-212, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.18761/DH010.jul21>>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- GERMINARI, G. D. Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, vol. 11, n. 42, p. 54-70, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v11i42.8639866>>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- FURET, F. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- KIENEN, N.; KUBO, O.; BOTOMÉ, S. Ensino programado e programação de condições para o desenvolvimento de comportamentos: alguns aspectos no desenvolvimento de um campo de atuação do psicólogo. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*. Guadalajara, vol. 21, n. 4, p. 481-494, 2013. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/actac/v21n4/n4a06.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: Uma interação entre dois processos comportamentais. *Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 5, p. 123-132, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3321/2665>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- LUIZ, F. B.; BOTOMÉ, S. P. Avaliação de objetivos de ensino de História a partir da contribuição da Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*. Guadalajara, vol. 25, n. 3, p. 125-147, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61630>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>>. Acesso em: 23 mar. 2025.



MORENO, J. C. Didática da História e currículos para o ensino de História: relacionando passado, presente e futuro na discussão sobre o eurocentrismo. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n. 16, p. 125-147, ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/transversos.2019.44739>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, vol. 26, n. 47, p. 557-572, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984686X10178>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

OLIVEIRA, M. M. D.; JÚNIOR, F. C. F. S.; LIMA, C. R. C. (Org.). *Jörn Rüsen: teoria, historiografia, didática*. Ananindeua: Cabana, 2022.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: produção científica, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Corumbá, v. 30, n. 143, p. 1-18, 2024.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. O. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. *Educar em Revista*. Curitiba, vol. 37, p. 1-19, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.77056>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RAMBO, R. W.; ALMEIDA, L. R.; MARTINS, R. L. Inclusão de estudantes com TEA no ensino regular e contribuições do Plano Educacional Individualizado: uma revisão sistemática de literatura. *Olhar de professor*. Ponta Grossa, vol. 26, p. 1-17, 2023. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

RÜSEN, J. *História Viva. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, J. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, J. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADDI, R. Didática da História na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da Neu Geschichtsdidaktik na Alemanha e os desafios da Nova Didática da História no Brasil. *OPSS*. Catalão, vol. 14, n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/o.v14i2.30835>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre Plano Educacional Individualizado. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, vol. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984686X66509>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SKINNER, B. F. *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOURINHO, E. Z. Notas sobre o Behaviorismo de ontem e de hoje. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, vol. 24, n. 1, 186-194, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000100022>>. Acesso em: 23 mar. 2025.



FONTES

BRASIL, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Presidência da República, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Presidência da República, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parecer nº 50*. Brasília: MEC/CNE, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Recebido em 10/04/2025

Aprovado em 09/10/2025



KRAEMER, Marciano*

<https://orcid.org/0009-0000-6113-2443>

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de**

<https://orcid.org/0000-0003-0311-8349>

OLIVEIRA, Yomara Feitosa Caetano***

<https://orcid.org/0000-0003-4138-6598>

RESUMO: A finalidade deste artigo é refletir sobre as contribuições da História narrativa de Paul Ricoeur e da Didática da História de Jörn Rüsen para o ensino de história como uma escrita epistêmica em sala de aula, considerando os princípios e os sentidos contemporâneos da objetividade e da verdade. Tomando por base as aproximações entre os dois autores, partimos da seguinte problemática: quais narrativas históricas podem ser ensinadas em sala de aula? Esta reflexão pretende contribuir para a discussão sobre o estatuto científico do conhecimento histórico, deveras importante na nossa contemporaneidade marcada pela proliferação de narrativas falsas e negacionistas sobre o passado, as *fake History*. A relação entre os pensamentos de Paul Ricoeur e Jörn Rüsen apontam para uma responsabilidade ética nas construções de sentidos das composições das narrativas históricas, em condições de ensino da História na Educação básica. Sentidos estes que devem levar em consideração os valores civilizacionais historicamente constituídos e a esperança de um mundo mais afetivo e diverso.

PALAVRAS-CHAVE: Didática da História; Narrativa Histórica Ética; *Fake History*.

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect on the contributions of the narrative history of Paul Ricoeur and the Didactics of the History of Jörn Rüsen to the teaching of history as an epistemic writing in the classroom, considering the contemporary principles and meanings of objectivity and truth. Based on the approaches between the two authors, we start from the following problem: which historical narratives can be taught in the classroom? This reflection aims to contribute to the discussion on the scientific status of historical knowledge, which is very important in our contemporary life marked by the proliferation of false and negationist narratives about the past, the *fake History*. The relationship between the thoughts of Paul Ricoeur and Jörn Rüsen points to an ethical responsibility in the construction of meanings of the compositions of historical narratives, in conditions of teaching history in basic education. These meanings must take into account the historically constituted civilizational values and the hope of a more affective and diverse world.

KEYWORDS: History Didactic; Historical Narrative; *Fake History*.

*Graduação em História, mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e professor no Ensino Básico no município de Balneário Camboriú (SC). E-mail: marciano.univali@yahoo.com.br

**Doutor em História. Professor do curso de História e dos Programas de Pós-graduação em Educação e Administração da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: paulo_rmo@hotmail.com

***Doutora em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professora no departamento de História da Universidade do Estado do Piauí (UESPI). E-mail: yomaraoliveira@ors.uespi.br

INTRODUÇÃO

Na última década, a proliferação em larga escala de *fake news*, e o seu equivalente sobre o passado, a *fake History*¹, além de ataques ao conhecimento histórico e ao ensino de História, têm exigido de nós, historiadoras e historiadores, um grande esforço e uma reflexão de base epistemológica sobre o estatuto do conhecimento histórico e da verdade histórica. Este exercício é fundamental para que possamos enfrentar o negacionismo histórico e distinguir, com clareza e eficiência, as narrativas cientificamente e empiricamente fundamentadas das narrativas falsas, destituídas de qualquer base de sustentação teórica e/ou empírica.

Desde os tempos antigos as sociedades humanas, com diferentes propósitos, mobilizaram esforços para distinguir a verdade da mentira, as narrativas falsas das verdadeiras. No mais famoso livro do antigo Egito, o *Livro dos Mortos*, no capítulo 125, a alma errante, dentre outras negações, deveria confessar para adentrar no “abençoado campo de juncos”: Eu não falei mentiras; Eu não ocultei a verdade; Eu não distorci a verdade” (MATIAS, 2017, p. 234-235).

Na Teogonia de Hesíodo, as Musas alertam o pastor do Hélicon a ter cuidado com aquilo que vai cantar/escrever, pois nós “sabemos contar muitas mentiras que se assemelham a verdades” (HESÍODO, 2007, p. 107, v. 27). Heródoto, no relato sobre a educação dos Persas, testemunha que o menino iraniano era educado basicamente em três aspectos principais: a montar a cavalo, a usar arco e flecha e a sempre dizer a verdade (HERÓDOTO, 1988, p. 97).

Sob a mesma ótica, o nono Mandamento, dos antigos Hebreus, também é claro ao anunciar que não se deve levantar falso testemunho (ÊXODO, 2008, 20, 16). No Cristianismo, o Diabo é descrito, no Evangelho de João, como o pai da mentira. “Ele [...] não se apegou à verdade, pois não há verdade nele. Quando mente, fala a sua própria língua, pois é mentiroso e pai da mentira” (JOÃO, 2008, 8, 44).

¹ A noção de *fake History* foi criada pelo historiador estadunidense Jason Steinhauer em 2017. A *fake History* é caracterizada pelo historiador como um fenômeno de longo prazo que vem surgindo diante de nossos olhos. Diferentemente das *fake News*, que são neutralizadas diariamente na esfera pública pelos noticiários, as *fake History* ganham força diante do desaparecimento da “história real” da vista do público (STEINHAUER, 2017, tradução nossa).

Mircea Eliade menciona o costume de algumas sociedades indígenas, como os Pawnee da América do Norte, de distinguirem as histórias verdadeiras das histórias falsas. As “histórias verdadeiras” têm como personagens os deuses e os seres míticos que deram origem à realidade e explicam a condição humana. São histórias que só podem ser contadas por determinadas pessoas, em determinados lugares e na época apropriada. As “histórias falsas”, que narram às façanhas nada edificantes do Coiote, o lobo da pradaria, são constituídas de personagens do cotidiano, da materialidade profana, como animais astutos relacionados ao engodo e à trapaça. Podem ser contadas por qualquer pessoa, não importando o momento ou o lugar (ELIADE, 1989, p. 13-14).

As diferentes culturas humanas, de alguma forma e em algum grau, coibiram a mentira e incentivaram a verdade e os relatos verdadeiros. Mas parece que todo esse esforço não foi suficiente. A mentira e as narrativas falsas, hoje chamadas de *fake news*, assumiram no mundo contemporâneo um estatuto comparável à verdade, ou a uma verdade alternativa, a ponto de reconhecermos e admitirmos que vivemos no tempo da pós verdade (OXFORD DICTIONARIES, 2016)². Neste mundo os “homens coiotes” encontraram um habitat fértil, e plataformas propícias, para difundir suas trapaças discursivas³ e fingir dizer verdades contando grandes mentiras.

Partindo destas considerações, e dialogando com este ambiente de crise da verdade e proliferação do negacionismo histórico/científico, este artigo tem por finalidade refletir sobre as contribuições da História narrativa de Paul Ricoeur e da Didática da História de J. Rüsen para o ensino de história como uma escrita epistêmica em sala de aula, visando a construção de narrativas históricas éticas ensináveis, considerando os princípios da objetividade e da verdade, da forma como são vistos na nossa contemporaneidade. Entendemos que essas concepções podem ser utilizadas na construção de um pensamento histórico crítico e pertencente ao campo do verdadeiro. Este entrecruzamento de saberes é necessário para pensar o ensino de História não dissociado da produção da narrativa Histórica.

² Em 2016 o Dicionário Oxford elegeu “pós-verdade” como a palavra do ano. De acordo com o dicionário, o verbete significa “relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal” (MCINTYRE, 2018).

³ Inspiramo-nos livremente em Eliade e na mitologia dos Pawnee e tomamos de empréstimo a figura do coiote e a prática da trapaça para caracterizar as narrativas falsas do século XXI.

Além das contribuições Jörn Rüsen e Paul Ricoeur, e somadas a elas, outras reflexões relevantes sobre a ética no ensino de História, na atualidade, emergiram, no Brasil, com os trabalhos da Comissão de Ética, grupo inserido na Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). Como ente coletivo, a ABEH recolocou o debate da ética como eixo formador de historiadores(as) compromissados(as) com as problemáticas da vida humana. Compromisso epistemológico e ético que nos remete a respostas possíveis à disseminação do discurso agenciado pelo Movimento da Escola Sem Partido, pela frente liberal ultraconservadora e pela política de extrema direita, caracterizado pela fabricação do medo e de geração do ódio. Fernando Penna (2021; 2022) chama a atenção para a profissionalização da perseguição dos professores(as), orientada por estes movimentos, visando a desqualificação da cultura escolar crítica e da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.

Flávia Caimi (2022), no âmbito do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História (ENPEH), em novembro de 2022, observou que os compromissos éticos da docência em História emergiram em resposta ao cenário de erosão democrática ou enfraquecimento geral da democracia. A autora confeccionou um quadro temático e indicativo da emergência das acusações contra professoras e professores, no exercício do seu ofício. Mesmo amparados pelos princípios da liberdade de ensinar e pelo pluralismo de concepções pedagógicas na educação expressos na Constituição Federal de 1988, os/as docentes vêm sendo atacados pelos movimentos de extrema direita, que usam da censura, do assédio, da intimidação, de discursos preconceituosos e da desinformação como formas de perseguição.

QUE NARRATIVAS HISTÓRICAS PODEM SER ENSINÁVEIS?

Quais narrativas históricas podem ser ensinadas? A pergunta é retórica e orienta as reflexões deste artigo. Numa primeira aproximação, diríamos que certamente as narrativas ensináveis não podem ser aquelas desprovidas de ética. Antes convém saber o que é uma narrativa histórica e o que a caracteriza como tal. Tradicionalmente, a expressão “designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo subtramas” (STONE, 1991, p. 13). Essa forma tradicional de narrativa estava presa temporalmente à cronologia linear dos fatos, em termos de

organização, e à política oficial, em termos de conteúdo. A verdade histórica estava nos documentos escritos, geralmente oficiais e oriundos da burocracia estatal, carimbados por funcionários do Estado. Nestes documentos oficiais o passado estava preservado em sua essência. A objetividade do historiador seria a condição indispensável para resgatar a verdade dos documentos (BOURDÉ; MARTIN, s/d). Este ideal de objetividade, relacionada à Física clássica, presumia o distanciamento completo em relação ao objeto de estudo e garantiria a neutralidade do pesquisador. Todavia, esta concepção de objetividade foi abalada pelas descobertas da mecânica quântica, e dos seus desdobramentos no campo da História, que propuseram o abandono da noção de trajetória linear, com tudo o que ela implicava de determinismo (DOSSE, 2003).

Nessa perspectiva, uma narrativa histórica linear não tem espaço na contemporaneidade por sua fragilidade epistêmica. Qual tipo de narrativa poderia então ser utilizada na escrita da História e no ensino de História? Para começar a responder a essa questão, Paul Ricoeur enuncia que uma narrativa histórica deve ser mais que uma enumeração de eventos em uma ordem sucessiva e cronológica. Ela deve aferir um todo inteligível dos incidentes, de tal sorte que seja sempre possível perguntar quais são as temáticas, as intrigas e subintrigas e sujeitos da história (RICOEUR, 2012).

A narrativa histórica, para Paul Ricoeur, mantém laços com a narrativa de ficção, fazendo uso da imaginação e operando com um registro de objetividade marcado pela incompletude, “compensada pela mediação da subjetividade” (ANHORN, 2012, p. 193). Todavia, para Ricoeur o conhecimento histórico “procede de pesquisa, e, mesmo admitindo que o ato de narrar comporta elementos de explicação”, ele mantém a “especificidade da forma explicativa do conhecimento histórico que, ao incorporar a problematização e a crítica, distancia-se das tramas da narrativa de ficção” (ANHORN, 2021, p. 194).

Para que a forma de explicação do conhecimento histórico se efetive no campo do ensino de História, ele precisa se materializar em sala de aula como narrativa e se orientar em três níveis de cortes epistemológicos que justificam a sua constituição enquanto um campo com estatuto de cientificidade e condição de poder ser ensinada: o dos procedimentos, o das entidades/personagens e o das temporalidades (ANHORN, 2012).

Primeiramente, os procedimentos são relativos à origem da História enquanto um saber que incorpora a problematização e a crítica, a necessidade de conceituação, o esforço pela ‘objetividade’ e a compreensão dos limites, ou da incompletude dessa ‘objetividade’, e a subjetividade construtiva dos documentos e do historiador (ANHORN, 2012). A História não é ficção e nem romance literário,⁴ nem tampouco coaduna com falseamentos históricos (RICOEUR, 1994; 2007) ou com a relativização do sofrimento de populações discriminadas historicamente (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021).

Segundo, as entidades e/ou os personagens que na visão tradicional são responsáveis pela ação da narrativa, são relacionados a sujeitos bem identificáveis com nomes próprios e, em alguns casos, com genealogias, como é o caso dos grandes heróis da pátria. A História estrutural-conceitual, da década de 1950, que criticou e superou a narrativa tradicional, criou e se apropriou de conceitos de outras áreas do saber, como nações, sociedades, civilizações, classes sociais e mentalidades. Essa nova forma que a História assumiu, na segunda metade do século XX, afirmou como sujeitos estas entidades anônimas e as colocou no lugar outrora ocupado pelos heróis da ação histórica, que Hegel chamava de os grandes homens da história mundial (RICOEUR, 1994).

Como adensamento deste debate, para Anhorn, essas entidades/personagens anônimas são como “[...] ‘quase-personagens’, verdadeiros atores das intrigas nas quais estão envolvidos, portadores de ideias, sentimentos, sonhos e projetos, protagonizando, como agentes ou pacientes, diferentes tipos de ações e de realizações” (ANHORN, 2012, p. 194). Nesta perspectiva, O Mediterrâneo, de Braudel, não é apenas o título de uma obra histórica, nem tão pouco o mar que foi palco daquela história, mas um “quase-personagem” principal daquela narrativa.

A obra de Braudel também é empregada por Ricoeur para introduzir a terceira questão que fundamenta a epistemologia da História enquanto narrativa, a temporalidade. Braudel foi um dos responsáveis pela quebra da linearidade do tempo progressivo, ao propor os três níveis de diferenciações do tempo: o tempo curto do

⁴ Ricoeur não concorda com a posição radical de alguns autores, como Hayden White, em relação à indistinção entre História e ficção literária. Segundo Ricoeur: “no meu vocabulário, o termo ficção é inteiramente definido pela antítese que constitui a narrativa verdadeira” (RICOEUR, 1994, p. 321).

acontecimento, o tempo semilongo da conjuntura e o longo prazo das civilizações e longuíssimo dos simbolismos. Partindo desta percepção tripartite do tempo, Ricoeur vai dar um passo adiante e revolucionar a concepção temporal na História no interior da composição da narrativa.

Com base nessas 3 questões epistêmicas, procedimentos, entidades e temporalidade, Ricoeur argumenta que houve uma tentativa de ruptura com a História narrativa tradicional. Todavia, adverte que na verdade se rompeu apenas com a dimensão ‘tradicional’. A História narrativa sobreviveu, pois seus críticos, apesar de alargarem, reinterpretarem e inovarem nas metodologias e abordagens, continuaram, a seus modos, a se utilizar dos acontecimentos, dos personagens e do tempo linear. No Mediterrâneo, os acontecimentos estão lá, nas diversas disputas, nos conflitos entre reinos, nas migrações, nos usos do mar e de seu entorno; os personagens também estão lá, e não são apenas os quase-personagens, quando, por exemplo, se fala do rei da Espanha, Felipe II. O tempo linear também é preservado, embora cortado em 3 ou 4 pedaços. São divisões de uma mesma preconcepção linear do tempo (RICOEUR, 1994).⁵

O tempo da estrutura é mais longo que o tempo de um ser humano, mas esta percepção não diz muito sobre o tempo psicológico sentido pelos humanos. O relógio também divide o tempo em partes de durações desiguais (segundos, minutos, horas) e se apresenta, ao menos os analógicos, quase sempre como um círculo, e ninguém duvida que a representação do tempo ali é linear por excelência. Em outras palavras, Ricoeur sugere que o tempo histórico tem de ser examinado de outras perspectivas, para que outras sociedades que não viveram e que não vivem sob o prisma linear possam ser mais bem compreendidas.

A tese agostiniana sobre o tempo é um bom exemplo, e pode ser qualificada “[...] de tese psicológica, [...]” (RICOEUR, 1994, p. 20). Para Santo Agostinho, o tempo é psicológico e sensitivo, dado que se passa na alma. É a distensão dos movimentos da alma humana (*distentio animi*) e não um ente físico, um ser dotado de um corpo externo, como o sol ou a lua, que a partir do seu movimento marcariam um antes e

⁵ Ricoeur reconhece a enorme contribuição da concepção do tempo de Fernand Braudel, a “ideia da pluralidade do tempo social”, mas se pergunta se o autor do Mediterrâneo não entregou ao tempo físico, cósmico, matemático e exógeno ao ser humano “o cuidado de reunir os fragmentos do prazo fragmentado” (Ricoeur, 1994, p. 308).

um

depois que não necessariamente seriam cronológicos,⁶ mas o tempo da alma, o tempo como sendo a forma do sentido interno, ligado ao estado interior do ser (RIBEIRO, 2015; SANTO AGOSTINHO, Livro XI, 1984).

Pode-se dizer que o que Paul Ricoeur pretende é trazer para o palco da História aquilo que ele considera a História em si. Dito de outra forma, para o autor, a História, mesmo que não se apresente como narrativa ou narrativista, é fundamentalmente narrativa, pois ela “não poderia romper todo laço com a narrativa sem perder seu caráter histórico” (RICOEUR, 1994, p. 255). É na narrativa que o tempo descronologizado da memória é organizado em um enredo que trata do tempo coletivo, o tempo criado pelo historiador(a).

No entanto, apesar do autor defender o caráter narrativo da História, de conceber a operação historiográfica como uma “configuração poética”, não consente com a posição radical de alguns autores, como Hayden White, que não fazem a devida distinção entre História e ficção literária. “Uma coisa é um romance, mesmo realista”, diz Ricoeur, “outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor” (RICOEUR, 2007, p. 274). Nesse caso, o leitor ao entrar em contato com um texto histórico, para aprender sobre um mundo de acontecimentos que ocorreram, “abre um olho crítico e exige, se não um discurso verdadeiro comparável ao de um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, admissível, provável, e, em todo caso, honesto e verídico; [...]” (RICOEUR, 2007, p. 275).

Além do mais, a questão a ser considerada é a ligação entre a ética e a poética, inspirada em Aristóteles. Ricoeur se apropria de alguns elementos da tragédia, não da tragédia em si, mas de sua primeira característica compositória, a intriga (*mythos*), que é materializada pela ação da representação (*mimese*), e a segunda, o *ethos* da intriga e dos seus personagens, chamada de *caracteres*, conceito “que nos permite dizer que as pessoas que agem têm certas qualidades” (ARISTÓTELES, 2008, p. 48).

⁶ É importante destacar que, para Santo Agostinho, o tempo medido pelos astros não é confiável, pois estes poderiam mudar sua velocidade ou até mesmo parar, como aconteceu com Josué, patriarca do Antigo Testamento, que ordenou que o sol se detivesse até que uma batalha findasse antes da entrada do sábado, dia sagrado para os Hebreus (RICOEUR, 1994, p. 32-34; SANTO AGOSTINHO, 1984).

Portanto, não se pode desvincular a composição da narrativa/intriga e a formação histórica do componente ético, que, na Poética, resume-se à realização da felicidade ou do seu contrário, a infelicidade. Essa formação, em hipótese alguma, está separada dos valores éticos historicamente aceitáveis. Tal qual a narrativa trágica, que em Aristóteles é composta pelos caracteres (valores éticos), a narrativa histórica também exige das historiadoras e dos historiadores, tanto na escrita quanto no ensino, uma formação ética e humanística, pois sua ambição, enquanto orientação de um movimento temporal, de uma ação é, nas palavras de Aristóteles, “[...] a passagem da ignorância para o conhecimento, para a amizade ou para [...] aqueles que estão destinados à felicidade⁷” (ARISTÓTELES, 2008, p. 57).

Como aproximação entre P. Ricoeur e os estudos históricos de J. Rüsen, este último considera que a narrativa histórica está ligada a ética, à memória e com a convicção coletiva do que aquilo que foi narrado pelo historiador, de alguma forma ocorreu, enquanto a narrativa literária está essencialmente conectada com o “ficcional” (RÜSEN, 2015, p. 54). A História toma de empréstimo da literatura seus recursos linguísticos de apresentação de um texto, mas não seria História se não respeitasse o seu próprio objeto investigativo e razão de ser, isto é, os seres humanos reais que viveram, e que vivem, e seus fazeres no tempo.

Com base nesta percepção, Rüsen criou uma matriz da didática da História que objetiva a formação da competência de geração de sentido através da narrativa histórica, que perpassa por cinco passos: “Interesses em aprendizagem; Perspectiva Didática (Teorias da Aprendizagem Histórica); Métodos de Pesquisa; Formas de Organizar o Ensino e a Aprendizagem; e Funções da Educação Histórica e Auto Cultivação” (RÜSEN, 2016, p. 25).

A didática da História tem como ponto de partida e de chegada a relação entre a vida prática dos sujeitos (professores e alunos) e a ciência da História. É quando “as carências de orientação tornam-se o interesse do conhecimento” (RÜSEN, 2012, p. 20) histórico vinculado ao mundo dos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento e do mundo em que estão inseridos. Tais interesses, que a priori podem estar vinculados a curiosidades históricas, que por vezes têm como base informações

⁷ Mas de qual felicidade estamos a falar? De uma felicidade filosófica possível, ligada a aquilo que é justo, verdadeiro e honesto, e que, segundo Cícero, fornece sossego e deleite ao espírito (CÍCERO, 2008, p. 31).

inverídicas, podem ser um ponto de partida para o início de um contato com o saber histórico científico que gradativamente venha a qualificar esses interesses em torno da ética e da verificabilidade. Estes interesses subjetivos dos sujeitos indicam a ida às teorias da aprendizagem, aos conceitos históricos, “sejam eles substantivos, relacionados aos conteúdos da história, ou epistemológicos, relacionados aos processos cognitivos do pensamento histórico, tais como evidência e explicação histórica” (SCHMIDT, 2017, p. 63).

O método da pesquisa pressupõe que as formas de produção da escrita da História sejam apresentadas aos alunos(as) no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. A intenção não é transformar o aluno(a) em historiador(a), mas introduzir o educando na construção do conhecimento histórico como uma das fases do processo da compreensão histórica, para que ele possa orientar suas interpretações tendo como base o próprio saber histórico acumulado pela humanidade. Assim, no processo de aprendizagem, o aluno deve aprender a manusear, escolher e interpretar as fontes históricas como parte de sua formação histórica. A construção do conhecimento histórico acontece na “relação com a experiência mediada pelos conceitos, pelo controle crítico da experiência, [...] e pelo progresso cognitivo mediante pesquisa” (RÜSEN, 2015, p. 219). Ao ser introduzido nas formas acadêmicas/científicas de produção do conhecimento histórico, o aluno desenvolve os anticorpos necessários para resistir/combater toda sorte de narrativas a-históricas, falseadas, perigosas e desumanas. A função crítica na construção do conhecimento histórico “[...] pode ser reduzida a um critério determinante: trata-se sempre e por princípio da crítica à desumanidade do ser humano” (RÜSEN, 2015, p. 243).

As formas de organização do ensino e da aprendizagem “referem-se ao momento em que, tanto quem ensina quanto quem aprende, assumem o estatuto narrativístico da ciência da história” (SCHMIDT, 2017, p. 63-64). Mas não é qualquer narrativa histórica, e passa ao largo da obsolescência da narrativa tradicional. Trata-se de um conceito de narrativa que abrange os principais elementos construtivos do saber histórico, pois a didática da História carece das mais avançadas teorias da narrativa histórica para tratar dos processos de aprendizagem a serem apresentados e problematizados objetivando a formação histórica (RÜSEN, 2012). Uma formação

histórica que considere o sofrimento do outro no tempo e olhe para o futuro como um lugar de possibilidades éticas inclusivas e humanísticas (RÜSEN, 2015).

Se para Ricoeur a História enquanto narrativa é composta pelos procedimentos, entidades/personagens e as temporalidades organizadas em um enredo, em Rüsen a especificidade da narrativa histórica também reside em 3 aspectos que a tornam um saber de cunho científico: o empirismo, a normatividade e a persuasão, qualidade intrínseca da narrativa histórica. Com relação à pertinência empírica, as histórias tornam-se científicas quando sua narrativa segue as regras metodológicas da pesquisa histórica. Estas regras, basicamente, submetem o pensamento histórico às exigências de verificação do próprio saber. A validade normativa reside na sua pretensão de orientação temporal da vida prática presente. A narrativa ganha pertinência persuasiva ao sintetizar a experiência histórica pretérita com a vida prática no tempo presente, criando sentidos éticos e significações na vida cotidiana do presente e do futuro (RÜSEN, 2012).

Por último, fechando o círculo da matriz da didática da história ruseniana, estão as funções da educação histórica e da autocultivação, quando acontece o retorno do conhecimento histórico à vida prática, indicando e revelando significados e sentidos de orientação temporal aos envolvidos no processo de ensino e aprendizado: professores e alunos. Este é o cerne da didática da História, o processo de criação de sentidos éticos, a partir do conhecimento que produz o comprometimento dos sujeitos no seu próprio autoconhecimento, conhecimento do outro e do mundo (SCHMIDT, 2017). Desta maneira, o conhecimento histórico ganha um valor prático de uso vinculado às carências práticas da vida social, ou, de modo mais pretensioso, sua tarefa cultural prática consiste em fornecer um saber útil com fins de orientação no tempo que resista eticamente e com criticidade aos discursos a-históricos, infelizes e desumanos (RÜSEN, 2015).

A História, para narrar com honestidade⁸ o que se passou e o que se passa com a humanidade, se aproxima daquilo que se pode chamar da veracidade, da

⁸ Sobre a honestidade intelectual, Paul Ricoeur cita e coaduna com a posição de Nietzsche, de que a sua defesa deve ser radical. Ao tentar dar alguma concordância onde impera a discordância dos diversos fragmentos/indícios, interpretações e teorias históricas, a narrativa pode estar sujeita a conter somente artifícios literários e produzir apenas ficção e assim tornar-se suspeito de trapaça. Para evitar isso, Ricoeur recomenda tomar cuidado com a mentira e a violência que toda interpretação histórica pode comportar (RICOEUR, 1994, p. 112).

semelhança com a verdade, e nisto reside seu estatuto singular de cientificidade. A História é dotada de técnicas e métodos que precisam ser ensinados, logo, ela é e deve ser uma ciência ou, ao menos, um “estudo cientificamente orientado” (LE GOFF, 2013, p. 104). Noutros termos, a história é uma ciência própria que responde a lógica histórica, “uma lógica característica, adequada ao material do historiador” (THOMPSON, 1981, p. 48).

A História ensinada, então, apesar de sempre propor um exercício de aproximação de certa realidade e de ter consciência de que o que consegue realizar são apenas interpretações sobre os acontecimentos, não abdica da convicção de que estes acontecimentos ocorreram, e os sujeitos que participaram realmente existiram. Este entendimento mantém no campo da História a “exigência de verdade [...]”, pois trata do “[...] caráter temporal da experiência humana” (RICOEUR, 1994, p. 15).

Nesse artigo, defendemos que para ocorrer na sala de aula narrativas históricas eticamente ensináveis, devemos considerar que a verdade é aquela que a História é capaz de construir, que se reconhece como incompleta e admite a existência de outras verdades, em simultâneo ao momento em que se narra nas condições de ensino. Não é uma verdade ingênua, metafísica ou teleológica, mas uma verdade relacionada à ideia de honestidade, respeitabilidade, verificabilidade, que parte do princípio de que o saber histórico escolar passou por um processo científico organizado, sistematizado, e que, portanto, é reconhecido como pertencente ao campo do verdadeiro. Nesse sentido, a verdade é mais uma aspiração, uma pretensão ligada à ética profissional e humanística do que uma realidade objetiva (KRAEMER, 2024).

Não pretendemos nos ater a historicidade do conceito de verdade ou recorrer aos diversos filósofos que contribuíram para a construção de diferentes interpretações sobre os seus significados. Não é do nosso interesse retornar a uma ideia ultrapassada de verdade substancial nem apostar em um mundo sem verdade, ou em um mundo onde tudo pode ser ao mesmo tempo verdadeiro e falso sem a necessidade da ponderação ética sobre as consequências desta condição. Tampouco investiremos na ideia de um mundo dicotômico onde a verdade e a mentira sejam tão facilmente distinguíveis. Nosso propósito é refletir, apoiado em Jörn Rüsen e Paul Ricoeur, sobre as condições pelas quais se pode afirmar que tal discurso histórico pertence ao campo

do

verdadeiro e o outro do engodo e da falsidade. O que delimita isso? Quais seriam os parâmetros.

Jörn Rüsen, ao tratar da construção da História enquanto possibilidades defende que a narrativa deve sintetizar, ou ao menos comunicar, a verdade ou o ponto de vista do narrador em concordância ou discordância com outras narrativas, pois somente assim se constrói uma identidade histórica flexível e tolerante. Quando se reconhece que “o Outro possui uma verdade própria, é reconhecido e relacionado produtivamente ao próprio eu” (RÜSEN, 2012, p. 101). No entanto, uma verdade própria não significa inverdades ou narrativas falseadas sem nenhuma evidência palpável, em especial quando se trata de uma narrativa histórica. Rüsen afirma que o “[...] pensamento histórico torna-se ciência, [...], na efetivação das pretensões de verdade [que] dependem de procedimentos metódicos; quando são metodizadas” (RÜSEN, 2015, p. 64, adendo nosso).

As pretensões de verdade ou relacionadas com o campo do verdadeiro estão relacionadas com um agir ético, o que impõe às professoras(es) e historiadoras(es) uma responsabilidade, pois “exigem uma ética do pensamento histórico [...] [que] vai muito além dos processos normalmente refletidos na historiografia e na didática” (RÜSEN, 2012, p. 138, adendo nosso). Trata-se da formação de historiadores(as) eticamente comprometidos com a construção da História relacionada ou constituída a partir dos problemas práticos de orientação da vida humana. É uma ética especificamente histórica que tem como base a cultura histórica contemporânea cujo critério de sentido decisivo é a responsabilidade histórica orientadora do agir e superadora do sofrimento em direção a algo de diferente e de melhor (RÜSEN, 2015).

Nesta direção, a história a ser ensinada é aquela que tenha caráter ético e que sua construção tenha passado pelo crivo da ‘honestidade intelectual’, e que trate de pessoas reais nas suas mais estritas singularidades, pois, somente assim ela pode tratar do ser humano no tempo. “Por esse motivo, o diálogo com Ricoeur é tão significativo para a comunidade de historiadores(as), [...] [pois] ele conjuga história/narrativa/ciência em uma discussão epistemológica, ontológica e ética” (SAMPAIO, 2019, p. 5, adendo nosso). Este diálogo visa garantir que no processo de reelaboração didática a cientificidade própria do conhecimento histórico seja assegurada, ao mesmo tempo em que o processo narrativo garante igualmente a

inteligibilidade do conhecimento histórico ensinado aos alunos(as) (ANHORN, 2012). Portanto, a História, para ser melhor apreendida, necessita transitar entre seus vários estilos, entre a “objetividade” peculiar e as subjetividades interpretativas, e que saiba dialogar, sem perder sua identidade, com as outras áreas do saber.

A objetividade, no sentido ruseniano, pode, por um lado, ser caracterizada por uma relação constitutiva de caráter ético do pensamento histórico para com a memória coletiva (a experiência histórica de todos os humanos), pois não se podem inventar acontecimentos que não ocorreram e nisso residem os limites da interpretação histórica. Por outro lado, a objetividade inclui o subjetivo, ela significa um modo da validade intersubjetiva. Essa objetividade como intersubjetividade sugere que a interpretação histórica não é descabida ao tratar os elementos subjetivos do sentido histórico que delineiam a informação do material das fontes em uma narrativa com sentido e significado no tempo. Vista desta maneira, a objetividade é a categoria que proclama um determinado tipo de conhecimento histórico que seja reconhecido em seu meio como tal, obtido mediante procedimentos válidos e regulados metodicamente, e que, ao apresentá-lo revestido pela solidez da pesquisa, situa a objetividade acima do campo da opinião incriteriosa (RÜSEN, 1996).

Diferentemente da objetividade da história científica do século XIX, a objetividade nos termos de Rüsen é específica do próprio historiador e da área da História. Ela pertence ao campo das probabilidades ou possibilidades (RICOEUR, 1994) e não do implausível, do irrazoável, a exemplo da tese negacionista alemã do pós-guerra. Caracterizada por um relativismo subjetivista interpretativo e absoluto esta tese questionou acontecimentos reais, que deixaram marcas dolorosas, como “a própria existência do ‘Holocausto’ na história europeia” (ROIZ, 2010, p. 24).

Embora os termos negacionismo e genocídio tenham sido criados a partir da experiência histórica do Holocausto, isto não significa que tais fenômenos não ocorriam no passado, e que, infelizmente, continuariam e se acelerariam com o advento da pós-verdade no final do século XX e das *fake History* no início do século XXI. Outras experiências históricas dolorosas, como o genocídio dos povos indígenas desde⁹ a colonização europeia no início do século XVI e a escravização de populações

⁹ A escolha da preposição ‘desde’ e não ‘durante’ é proposital, pois a vida dos povos indígenas continuou a ser ameaçada após o fim da colonização europeia da América e continuam ameaçadas até os dias atuais, mesmo nos países que adotam a democracia

africanas, são exemplos clássicos de fenômenos que foram contaminados pelo discurso negacionista (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021). Obviamente que qualquer forma de relativização de experiências tão dolorosas pode ser interpretada por todos os descendentes como uma continuação daquele sofrimento. A dor do passado se torna presente, é o passado-presente, enunciados por Santo Agostinho (1984) e Paul Ricoeur (1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XXI, além da ascensão do espectro político da direita ultraconservadora, com a expansão da internet e de meios de comunicação interpessoais nesse novo mundo digital, multiplicou-se, substancialmente, a fabricação de narrativas falsas, caracterizadas pelo negacionismo da ciência e da história. Para além das escolhas ideológicas de cada cidadão, estas questões são bastante graves, e suas consequências nefastas extrapolam a vida particular dos divulgadores de informações falsas. Além de influenciar nos resultados eleitorais, as narrativas falsas geram desconfiança em relação ao saber humano historicamente constituído, ampliando fenômenos que por si só já foram/são dolorosos, como o genocídio de populações ameríndias, o escravismo e a catástrofe da Covid-19 no Brasil e suas mais de 700 mil vítimas (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021).

Neste contexto, as proposições de Jörn Rüsen e de Paul Ricoeur se tornam relevantes para pensar uma História ampla, includente e humanística e um fazer histórico que saiba transitar nos limites que residem no equilíbrio sensato entre a objetividade possível de seu próprio saber e as subjetividades eticamente pluralistas conformadas no tempo.

Neste sentido, nosso objetivo, neste artigo, foi refletir epistemologicamente sobre a filosofia de Paul Ricoeur, e sua concepção de História narrativa, e a didática da História de Jörn Rüsen, como dispositivos de enfrentamento a discursos anticientíficos e a-históricos disseminados no século XXI. Ambos os pensadores contribuem para um fazer histórico pautado pela ética, pela honestidade intelectual e

liberal como forma de governo e que são signatários dos tratados internacionais que protegem as minorias étnicas.

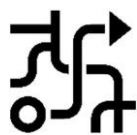
pelo rigor científico, antídotos fundamentais para a construção de uma política de enfrentamento epistemologicamente embasada.

Partimos do suposto de que os autores nos oferecem alguns conceitos e perspectivas que nos ajudam a ampliar a discussão sobre a objetividade e verdade nas narrativas históricas, noções aparentemente esgotadas ou superadas. A intenção de trazer estas noções para a discussão, entendendo-as como componentes da ciência histórica, é justificada pela ascensão exponencial, em um contexto de pós-verdade, do negacionismo histórico e das *fake History*.

A noção contemporânea de verdade, distinta de uma revelação divina ou da verdade histórica do século XIX, advogadas pela história científica alemã e pela escola metódica francesa, é plural e relativa a contextos. Esta noção de verdade, filosófica, historicamente constituída e sempre provisória, parte da ideia de construção e não de revelação ou resgate, e em nada se assemelha às inverdades científicas e falseamentos históricos. Discursos pretensamente históricos/científicos, que passam ao largo do pensamento crítico e da ética, que no mais das vezes objetivam relativizar o sofrimento do Outro, não podem ser considerados como relativizações filosóficas da verdade. Como pensavam os antigos gregos, a verdade (*alethéa*) está relacionada ao reino da luz, da aparição, da revelação, da desocultação e da negação do esquecimento. Os discursos mentirosos pertencem ao reino da noite, das trevas, dos massacres, das “forças da debilitação, da penúria, da dor, do esquecimento, do enfraquecimento, da aniquilação, da desordem, do tormento, do engano, da desaparecimento e da morte” (TORRANO, 2007, p. 43).

No Antigo Egito, para a alma adentrar no paraíso, o “abençoado campo dos juncos”, se fazia necessário ao vivente não ter falado mentiras, não ter ocultado e nem distorcido a verdade. Os ensinamentos e a sabedoria antiga são valiosos para a construção de um mundo melhor, que não tenha por base a mentira, a trapaça e a falsidade. Um mundo que, segundo Jörn Rüsen, clama por novas orientações, pela superação do sofrimento pela busca de felicidade, mas que, contraditoriamente, “nos deixou sem força para respirar diante do brilho cintilante do *anything goes* [tudo pode]. Onde foi parar a visão sumamente persuasiva da justiça social?” (RÜSEN, 2014, p. 325, grifos e adendo do autor). Como olhar para o futuro com esperança?

A valorização da ciência e de um fazer histórico enquanto uma prática cientificamente orientada são os nossos nortes éticos e epistemológicos que podem



nos

orientar no enfrentamento das narrativas supostamente históricas, produtoras de prolongamentos temporais de sofrimentos, e na construção de sentidos históricos acolhedores, humanizados e plurais. No espaço de sala de aula, a história ensinada perpassa pela formação ética e humanística docente e de como o professor/a relaciona esta formação com o objeto de conhecimento a ser ensinado e as experiências cotidianas de seus alunos. A pretensão é construir narrativas históricas que contemplem a problematização, a conceituação e a crítica das fontes e que as informações que compõem o conhecimento histórico possam ser verificáveis na literatura histórica. Tais procedimentos podem ser utilizados no enfrentamento ao negacionismo, ao mesmo tempo em que podem preparar os educandos a identificarem e diferenciarem no seu cotidiano as informações científicas/históricas das informações falseadas da realidade.

REFERÊNCIAS

ABEH. Associação Brasileira de Ensino de História. *Compromissos éticos da docência em história*. Ponta Grossa (PR): ABEH, 2022.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. Tradução Lorenzo Mammì. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

ANHORN, C. T. G. Teoria da História, Didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, p. 187-210, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LRMGRGLB75LdJj7gyg9cZyq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14/05, 2025.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas Ana Maria Valente. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BÍBLIA. João. Português. In: *Bíblia Sagrada*. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA. Êxodo. Português. In: *Bíblia Sagrada*. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.



BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

CAIMI, F. E. O professor que era esquecido, veja só... tornou-se inimigo: compromissos éticos da docência em história em tempos de erosão democrática. In. CERRI, L. F.; ANDRADE, J. A. (Orgs.). *Os presentes do ensino de História:(re) construção em novas bases*, p. 81-97. Recife: ABEH, 2024. E-book.

CÍCERO. *Os Deveres* (Tomos II e III). Tradução Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.

DOSSE, F. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

ELIADE, M. *Aspectos do mito*. Tradução Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. São Paulo: EGA, 1996.

HERÓDOTO. *História*. Tradução J. Brito Broca. Ed. eBooksBrasil, 2006. E-book. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html>. Acesso em: 27/05/2025.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução Jaa Torrano. 7. ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

KRAEMER, M. *Prometeu Acorrentado: o mito e a tragédia no ensino de História*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (SC), 2024.

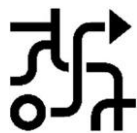
LE GOFF, J. *História e memória*. 7 ed. Campinas (SP): editora da Unicamp, 2013.

MATIAS, K. N. C. Contra a morte definitiva: o livro dos mortos como um guia de memória no além. *Hélade*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 228-241, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Clientes/Downloads/CONTRA_A_MORTE_DEFINITIVA_O_LIVRO_D_OS_MORTOS_COMO_.pdf. Acesso em: 15/04/2025.

MCINTYRE, L. *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

OXFORD DICTIONARIES. Oxford dictionaries word of the year 2016. 2016. Disponível em: <https://www.oxforddictionaries.com/press/news/2016/12/11/WOTY-16>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PENNA, F. A. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola.



Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 37, p. 143-155, jul.-dez./2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PENNA, F.A. *et al.* A ética na docência em História: instaurando um debate, narrando um itinerário. In: ABEH. Associação Brasileira de Ensino de História. *Compromissos éticos da docência em história*. Ponta Grossa, PR: 2022. E-book. Disponível em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14. Acesso em: 15 mar. 2025.

RIBEIRO, M. M. O tempo em desalinho: Estudo sobre a natureza do tempo no Livro XI das Confissões de Agostinho. *Questão de Crítica*, v. 3, p. 140-156, 2015. Disponível em: <http://www.questaodecritica.com.br/2015/05/o-tempo-em-desalinho/>. Acesso em: 14/04/1965.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. Tradução João Batista Botton. *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 53, n. 125, p. 299-310, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/btwDLWPTTFNkJ4h3N5GwSzp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 04/03/2025.

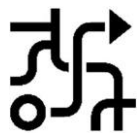
RICOEUR, P. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas (SP): Papirus, 1994.

ROIZ, D. S. O ofício de historiador: entre a 'ciência histórica' e a 'arte narrativa'. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 255-278, 2010. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/32>. Acesso em: 2 jan. 2025.

RÜSEN, J. A Função da Didática da História: A Relação entre a Didática da História e a (meta) História. In: SCHMIDT, M. A.; MARTINS, E. R. (Orgs.). *Jörn Rüsen: Contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

RÜSEN, J. *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas*. Tradução Peter Horst Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martinesehen, Sibele Paulino. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, J. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Tradução de Nélío Scheneider. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.



RÜSEN, J. *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

RÜSEN, J. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*. Brasília, v.4, n. 1, p. 75-102, 1996.

SAMPAIO, I. K. S. Questionamento em retorno: Considerações sobre a narrativa histórica e as contribuições de Paul Ricoeur. In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife (PE): Associação Nacional de História, 2019.

SCHMIDT, M. A. "Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História". *Intelligere: Revista de História Intelectual*, vol. 3, n. 2, p. 60-76. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/btwDLWPTTFNkJ4h3N5GwSzp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 07/04/2025.

STEINHAUER, J. *Of Fake News and Fake History*. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2017.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma Velha História. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37. Disponível em: <file:///C:/Users/Clientes/Downloads/STONE,%20Lawrence.%20O%20ressurgimento%20da%20narrativa.%20Reflexoes%20sobre%20uma%20nova%20velha%20historia.pdf>. Acesso em: 04/02/2025.

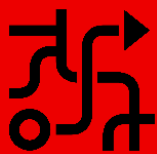
THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria*. Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRANO, J. A. A. O mundo como função de musas. In: HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução Jaa Torrano. 7. ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

VALIM, P.; AVELAR, A. S.; BEVERNAGE, B. Apresentação - Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 13-36, ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt>. Acesso em: 13/06/2025.

Recebido em: 23/03/2025

Aprovado em: 09/10/2025



VINENTE, Samuel*

<https://orcid.org/0000-0002-7205-9680>

GALVANI, Márcia Duarte**

<https://orcid.org/0000-0003-1092-746X>

RESUMO: Moçambique possui acordos gerais de cooperação com vários países. É membro-fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, em 1981, aderiu e ratificou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), comprometendo-se com a apresentação de relatórios periódicos à Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (ACHPR). Considerando sua emancipação tardia de Portugal - que se deu apenas em 1975 - e sua forte dependência econômico-financeira dos organismos multilaterais, este estudo teve como objetivo descrever e analisar o processo de (des)construção dos direitos das pessoas com deficiência em Moçambique, contextualizando os aspectos históricos, políticos e legislativos da educação. Trata-se de um estudo desenvolvido por meio do delineamento descritivo, utilizando a abordagem qualitativa e a técnica de pesquisa documental. Como instrumento, foi utilizado um Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial, que permeou a análise em documentos que definiram planos, programas e estratégias. Os resultados apontaram especificidades culturais e políticas, mostrando que o processo de colonização duradouro impactou políticas, ao mesmo tempo em que evidencia um novo processo de colonização, no qual os programas e ações governamentais são construídos a partir das orientações dos organismos multilaterais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Legislação do Ensino; Direito Educacional.

ABSTRACT: Mozambique has several general cooperation agreements with various countries. It is a founding member of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) and in 1981, it acceded to and ratified the African Charter on Human and Peoples' Rights (Banjul Charter), committing to submit periodic reports to the African Commission on Human and Peoples' Rights. Considering its late independence from Portugal, which occurred only in 1975, and its strong economic and financial dependence on multilateral organizations, this study aimed to describe and analyze the process of (de)construction of the rights of persons with disabilities in Mozambique, contextualizing historical, political, and educational legislation aspects. This study used a descriptive design, utilizing a qualitative approach and documentary research techniques. A Document Analysis Protocol for Special Education Policies was used as a tool, which permeated the analysis of documents defining plans, programs, and strategies. The results revealed different organizational forms of pedagogical work, considering cultural and political specificities. They showed that the long-standing colonization process impacted policies for people with disabilities, while also highlighting a new colonization process, as programs and actions were developed based on international guidelines from multilateral organizations.

KEYWORDS: Special Education; Education Legislation; Educational Law.

* Licenciado em Pedagogia (2015) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre (2017) e Doutor (2022) em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do Laboratório de Política e Gestão da Educação Especial (LPGEES) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). E-mail: samuel.vinente@ifsp.edu.br

** Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD-UFSCar). E-mail: marciaduarte@ufscar.br

INTRODUÇÃO

O processo de (des)construção do direito educacional das pessoas com deficiência em Moçambique foi constituindo-se paulatinamente. A permanência sob dominação portuguesa até meados da década de 1970 havia culminado na consolidação de um sistema colonial de caráter segregacionista e elitista, responsável pela reprodução de profundas desigualdades sociais (Silva, 2020; Vinente, 2022; Silva; Ussene, 2022).

O país conquistou sua independência em 1975 e, a partir do ano seguinte, os serviços de educação e saúde foram nacionalizados pelo Estado. Iniciou-se, então, a formulação de políticas educacionais orientadas para a construção de um “homem novo”, concebido como sujeito livre da lógica colonial e comprometido com a aquisição de saberes científicos em consonância com os princípios socialistas¹ (Chambal, 2007; Silva, 2020; Vinente, 2022; Silva; Ussene, 2022).

Contudo, como enfatizam Silva (2020) e Silva e Ussena (2022), a partir da segunda metade da década de 1980, observou-se uma inflexão nesse projeto, marcada pela progressiva incorporação de diretrizes vinculadas à perspectiva capitalista. Desse modo, para contextualizar esse processo de libertação, é necessário, antes de tudo, adotar um olhar voltado às políticas educacionais que (des)construíram o direito educacional dos moçambicanos no cenário internacional.

Vinente (2022) elenca diversas diretrizes, em âmbito internacional, que oficializam as práticas e políticas públicas adotadas por Moçambique, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, conhecida como “Carta de Banjul” (OUA, 1981), o *Programa de Acción Mundial para los Impedidos* da Organização das Nações Unidas (ONU, 1982), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007). Nesse cenário, segundo o autor, esses marcos internacionais têm exercido papel decisivo na formulação das

¹ Em seu Art. 22, sua Constituição buscou consolidar e desenvolver “solidariedade com os países socialistas” (Moçambique, 1975). Explicitamente, foi a Lei nº 4/1983 que afirmou o empenho da sociedade na “construção do socialismo”, por meio de seu Sistema Nacional de Educação (Moçambique, 1983).

diretrizes adotadas pelo país.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece, em seu preâmbulo, que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos, bem como de seus direitos iguais e inalienáveis, constitui o alicerce da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Tal documento institui também a educação como um direito fundamental, impondo aos Estados o dever de assegurar o acesso universal à escolarização. O artigo 26, em particular, consagra o direito universal à educação, determinando sua gratuidade e obrigatoriedade no “ensino elementar” e prevendo, ainda, que seja acessível a todos (ONU, 1948).

Em perspectiva regional, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, conhecida como Carta de Banjul, aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1981, na cidade de Banjul, introduziu uma dimensão coletiva dos direitos, valorizando as especificidades culturais e históricas do continente africano - aspecto que se reflete nas políticas educacionais moçambicanas (OUA, 1981).

Assim, o propósito central do documento consistiu na afirmação dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que buscou legitimar a necessidade de proteção internacional desses direitos. Moçambique, ao se tornar signatário dessa Carta, comprometia-se a desenvolver ações voltadas ao reconhecimento de que pessoas idosas ou “incapacitadas” possuíam igualmente direito a medidas específicas de proteção, compatíveis com suas necessidades físicas ou morais (Vinente, 2022).

O *Programa de Acción Mundial para los Impedidos* da ONU estabeleceu, como princípio geral, a responsabilidade fundamental dos governos de sanear as condições que levam ao aparecimento de deficiências e de enfrentar as consequências dessas. A definição de deficiência apresentada no documento refere-se a toda perda ou “anomalia” de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica (ONU, 1982).

Caberia aos governos promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação, bem como realizar os objetivos de “igualdade e participação plena” dessas pessoas na vida social e no desenvolvimento. Assim, essas oportunidades devem ser iguais para todos, visando à participação equitativa na melhoria das condições de vida, resultante do desenvolvimento social e

econômico. Esses princípios deveriam ser aplicados com o mesmo alcance e urgência em todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento (ONU, 1982).

Já a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reposicionaram o debate sobre a universalização do ensino, orientando reformas curriculares e a expansão da rede pública. Ao ratificar tais normativas, o país alinou-se aos compromissos internacionais que reconhecem a educação, ainda que, em grande parte, apenas no plano teórico e discursivo, como eixo estruturante do desenvolvimento humano e da cidadania (Silva, 2020; Silva; Rumbane, 2022; Vinente, 2022).

A partir desse retrospecto histórico, considerando que tais diretrizes foram concebidas para alcançar todos os países, em diferentes estágios de desenvolvimento, torna-se pertinente analisar como esses marcos repercutiram na (des)construção dos direitos das pessoas com deficiência no país, sobretudo a partir da estruturação do seu Sistema Nacional de Educação.

Ao examinarem a legislação e as diretrizes que estruturam a política educacional moçambicana, tais como a Constituição da República de Moçambique, o Plano Nacional de Ação para a Área da Deficiência e os Planos Estratégicos de Educação (1998, 2012 e 2020), Nhauелеque e Caetano (2023) relatam crescente sensibilização da sociedade moçambicana em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, algumas questões centrais se apresentam: Como a história da educação em Moçambique exemplifica a organização do atendimento educacional às pessoas com deficiência? Quais são os fundamentos legais que sustentam o atendimento desses estudantes no país? Como o país vem se estruturando para implementar as diretrizes internacionais promovidas pelos organismos multilaterais?

Mais do que identificar avanços ou retrocessos na definição dessas políticas, há a necessidade de compreender em que medida o Estado² moçambicano tem se articulado para incorporar as diretrizes internacionais delineadas por organismos multilaterais, muitas vezes concebidas em contextos distintos da realidade sociopolítica do país. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo descrever e

² Adota-se aqui o conceito de Estado a partir das definições de Cicco e Gonzaga (2008), como uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido cuja Constituição escrita constitui a lei máxima.

analisar o processo de (des)construção dos direitos das pessoas com deficiência em Moçambique, contextualizando os aspectos históricos, políticos e legislativos da educação.

MÉTODO

O estudo desenvolveu-se a partir de um delineamento descritivo (Gil, 2002), ancorado na abordagem qualitativa (André, 2001) e na execução da técnica de pesquisa documental (Gil, 2008; Flick, 2009). Utilizou-se o Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial (Vinente, 2022), instrumento que permitiu sistematizar informações e assegurar rigor metodológico no tratamento das fontes.

A utilização da técnica de pesquisa documental foi crucial para compreender o contexto de implementação de uma ou mais políticas de Educação Especial. O estudo sistemático dos documentos suscitou as seguintes questões: (a) Quem produziu o documento?; (b) Com qual objetivo e para quem o documento foi produzido?; (c) Quais são as intenções do documento? Nesse sentido, é indispensável que também sejam analisadas as condições específicas sob as quais os documentos foram produzidos (Flick, 2009).

Quanto às fontes de informação e aos documentos utilizados na pesquisa documental, estas abarcaram manuscritos e publicações impressas. Essas fontes podem ser divididas em três categorias: documentos primários³, documentos secundários⁴ e documentos terciários⁵. Considerando, portanto, o amplo leque de fontes de informação descritas por Cunha (2001), optou-se pela utilização de fontes primárias, especialmente a legislação, durante o procedimento de coleta de dados.

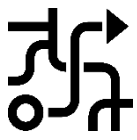
As buscas foram realizadas nos sítios eletrônicos da Imprensa Nacional⁶ e do

³ Podem ser considerados: congressos e conferências; legislação; nomes e marcas comerciais; normas técnicas; patentes; periódicos; projetos e pesquisas em andamento; relatórios técnicos; teses e dissertações; e traduções (Cunha, 2001).

⁴ As fontes secundárias são estas: bases de dados e banco de dados; bibliografias e índices; biografias; catálogos de bibliotecas; centros de pesquisa e laboratórios; dicionários bilíngues e multilíngues; feiras e exposições; filmes e vídeos; fontes históricas; livros; manuais; internet; museus; herbários; arquivos e coleções científicas; prêmios e honrarias; redação técnica e metodologia científica; siglas e abreviaturas; tabelas, unidades, medidas e estatística (Cunha, 2001).

⁵ As fontes terciárias são as bibliografias de bibliografias, as bibliotecas e os centros de informação (Cunha, 2001).

⁶ Disponível em: <https://www.inm.gov.mz/>. Acesso em: jun. 2024.



Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH)⁷. Quanto aos documentos normativos, estes foram consultados nos mesmos sítios eletrônicos.

Após esse processo de identificação, os documentos foram sistematizados no Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial e agrupados nas seguintes categorias: Constituição; Emenda Constitucional; Medida Provisória; Lei; Decreto; Nota Técnica; Parecer; Resolução; Portaria; Política; Despacho; Programa de Governo; Edital; Ordem de Serviço. Posteriormente, os documentos foram catalogados e organizados em ordem cronológica, registrando-se a ementa e a data de publicação. Nesse primeiro momento,

[...] encontramos os documentos como fontes e/ou fontes como documentos, que testemunham uma produção social dos sentidos, o que requer considerações acerca da polifonia, polissemia, contexto, concorrência discursiva e posicional, *habitus* e lugares de interlocuções. Portanto, mercado habitado por grupos que produzem e/ou fazem circular discursos (Silva, 2016, p. 214).

Como se pode observar, os documentos revelam diversos aspectos geopolíticos da região analisada e contribuem para o processo de análise e monitoramento das políticas implementadas. Há uma multiplicidade de fontes documentais, cuja variedade supera a simples informação que contêm.

Por isso, a pesquisa documental exige um esforço criterioso e criativo quanto ao reconhecimento dos arquivos disponíveis ou das fontes potenciais de informação. Assim, durante esse processo, não se deve considerar apenas o objeto de pesquisa, mas também seu problema e seus múltiplos desdobramentos (Cellard, 2012).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

O regime militar em Portugal marcou um longo período de atraso econômico e cultural e trouxe impactos diretos sobre suas colônias africanas. A repressão e a centralização autoritária da antiga Metrópole moldaram o contexto político, econômico e educacional na colônia, restringindo o desenvolvimento social e a autonomia das populações locais (Magaldi *et al.*, 2011; Martinho, 2017).

Havia uma crescente mobilização política nos países africanos na luta contra o colonialismo português, francês e britânico, assim como pelas pressões internas

⁷ Disponível em: <https://mined.gov.mz/home/>. Acesso em: jun. 2024.

contra o regime ditatorial português. Assim, a análise desses contextos contribui para compreender os marcos históricos que antecederam a conquista dos direitos sociais e educacionais (Magaldi *et al.*, 2011; Martinho, 2017; Januário, 2019; Vinente, 2022).

A Revolução dos Cravos consistiu em um golpe militar que pôs fim aos 41 anos de ditadura salazarista, consolidando-se como um dos acontecimentos históricos importantes da Europa na década de 1970, culminando na derrocada de uma das ditaduras mais duradouras do Ocidente. Abriram-se possibilidades de transformação política, na qual a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) desempenhou papel central (Magaldi *et al.*, 2011; Martinho, 2017; Vinente, 2022).

Para Varela (2012), o golpe de Estado conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), ao encerrar 48 anos de ditadura do Estado Novo, inaugurou o período conhecido como Revolução dos Cravos. Após obter amplo apoio popular e ocupar posição central na estabilização pós-revolução, o MFA sofreu um revés em decorrência da crise de governança provocada pelas tensões sociais na segunda metade de 1975.

Ao analisar a ascensão e queda desse movimento de oficiais, Varela (2012) evidencia uma dinâmica revolucionária em Portugal e em suas ex-colônias, resultante da soma da luta anticolonial e dos movimentos sociais. Essas mobilizações conferiram legitimidade aos movimentos de libertação nas colônias, acelerando o processo de descolonização e culminando na independência de todos os territórios coloniais portugueses em um período notavelmente curto de apenas dezenove meses, após séculos de dominação colonial (Magaldi *et al.*, 2011; Martinho, 2017; Januário, 2019; Vinente, 2022).

Desse modo, esse fenômeno evidencia a articulação entre mudanças políticas internas e pressões externas, destacando-se, no caso moçambicano, o papel da FRELIMO. Assim, a Revolução dos Cravos pode ser compreendida como um processo interconectado às transformações sociopolíticas nos contextos coloniais (Varela, 2012).

No item seguinte, o processo de independência de Moçambique e a elaboração de sua primeira Constituição, enquanto República Popular, nortearão a análise no contexto dos direitos das pessoas com deficiência.

A FRELIMO E A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Os cenários internacional e interno de Portugal favoreceram a formação e o fortalecimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e de outras frentes de libertação. Esses movimentos fortaleceram-se enquanto revolucionários e anticolonialistas, mesmo diante dos massacres que dizimaram moçambicanos antes e durante o período da Guerra pela Independência (Magaldi *et al.*, 2011; Januário, 2019; Vinente, 2022).

Ao possibilitar uma forte mobilização em prol da guerra de independência, a luta pela liberdade nacional, coordenada pela FRELIMO, em face do regime repressivo colonial português, constituiu-se como elemento central para a conquista da independência e para a construção do Estado Democrático de Direito⁸ moçambicano.

Além desse enfrentamento direto contra o exército colonial português e das tensões políticas internas em Portugal, diversos fatores internacionais (União Soviética, Estados Unidos e China) desempenharam papel significativo no processo de independência das colônias africanas (Varela, 2012).

A União Soviética forneceu apoio logístico e político aos movimentos de libertação, alinhando-se às estratégias de descolonização no contexto da Guerra Fria. Os Estados Unidos, embora tradicionalmente aliados da metrópole portuguesa, passaram a pressionar por negociações e transições políticas diante da instabilidade regional e do fortalecimento de movimentos nacionalistas (Varela, 2012).

A China, por sua vez, apoiou a FRELIMO e outros movimentos africanos, fornecendo treinamento militar e recursos estratégicos. Esse conjunto de fatores externos, em articulação com a resistência interna da FRELIMO e com a crise política portuguesa, acelerou o processo de descolonização, contribuindo para o rápido estabelecimento de Estados independentes na África.

Após uma guerra de libertação que durou cerca de dez anos, a Colônia alcançou a independência, resultado direto da Luta Armada desencadeada pela FRELIMO contra o Exército Português. Embora tardio, o reconhecimento da independência das colônias portuguesas na África ocorreu entre 1974 e 1975, tendo

⁸ Para Silva (1988), a concepção de Estado Democrático de Direito concilia Estado Democrático e Estado de Direito, revelando um conceito novo, que incorpora os princípios gerais dos dois. Não significa apenas a fusão, mas a construção de um novo conceito, que leva em consideração os elementos componentes, à medida que insere um componente revolucionário de transformação do *status quo*.

a seguinte ordem cronológica: (1) Guiné-Bissau, em 9 de setembro de 1974; (2) Moçambique, em 25 de junho de 1975; (3) Cabo Verde, em 5 de julho de 1975; (4) São Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975; e (5) Angola, em 11 de novembro de 1975 (Magaldi *et al.*, 2011; Martinho, 2017; Januário, 2019; Vinente, 2022).

A CONSTITUIÇÃO DE 1975

Com a independência, foram restituídos ao povo moçambicano os direitos e as liberdades fundamentais, sendo promulgada a Constituição da República Popular (Moçambique, 1975; Magaldi *et al.*, 2011; Januário, 2019; Vinente, 2022).

Em seu Artigo 1º, a Constituição exaltou a formação populacional como fruto da resistência secular e da luta heroica e vitoriosa da população, sob a direção da FRELIMO, contra a dominação colonial portuguesa e o imperialismo. Passou-se a adotar em sua legislação a premissa de um Estado soberano, independente e democrático, conforme consta em sua Constituição, no Art. 20:

A República Popular de Moçambique luta contra a exploração do homem pelo homem, contra o imperialismo o colonialismo, pela unidade dos povos e Estados Africanos, na base do respeito pela liberdade e dignidade destes povos e Estados e do seu direito ao progresso político, econômico e social. [...] prossegue uma política de reforço das relações de amizade e ajuda mútua com os jovens Estados, empenhados no mesmo combate de consolidação da independência nacional e da democracia e de recuperação do uso e controle dos recursos naturais a favor dos seus povos (Moçambique, 1975, p. 2).

Desse modo, posicionou-se de forma solidária às lutas de libertação nacional de outros povos africanos, que também buscavam romper com o domínio colonial europeu - a exemplo de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. Esta primeira Constituição moçambicana expressava esse ideário revolucionário e de reconstrução nacional, ao reconhecer que todos os cidadãos possuíam direito à assistência em situações de “incapacidade e velhice”. Para tanto, incumbia-se ao Estado a responsabilidade pela criação de organismos que garantissem o exercício desse direito.

No que concerne aos direitos das pessoas com deficiência, o texto constitucional assegurava “proteção especial aos órfãos e outros dependentes de militantes” da FRELIMO que pereceram no cumprimento de missões, estendendo

essa proteção aos “incapacitados, mutilados ou diminuídos” no contexto da luta de libertação (Moçambique, 1975).

Como se observa, esse dispositivo representou uma das primeiras manifestações normativas de reconhecimento estatal às pessoas com deficiência. Contudo, sua formulação revelava um escopo restritivo e seletivo, pois a proteção social estava condicionada à vinculação com o movimento revolucionário, limitando-se aos que haviam participado diretamente do processo de independência.

Assim, embora constitua um avanço significativo no contexto pós-colonial e de reconstrução do Estado, a política inaugurada não se estendia à totalidade das pessoas com deficiência, refletindo a centralidade da narrativa de libertação na configuração inicial dos direitos sociais moçambicanos.

REVISÕES DA CONSTITUIÇÃO NA DÉCADA DE 1990

A promulgação da Constituição da República de Moçambique, em 1990, representou um marco de transição política e institucional ao redefinir o país como um Estado de Direito Democrático, consolidando o princípio da interdependência e harmonia entre os Poderes. Tal mudança configurou-se como um passo decisivo na instauração de um ambiente político mais plural e aberto, conduzindo à realização das primeiras eleições multipartidárias desde o fim do regime colonial (Moçambique, 1990).

A introdução do sistema multipartidário na arena política implicou uma reconfiguração da estrutura do poder estatal e uma redefinição do papel da FRELIMO, que deixou de ocupar posição dirigente exclusiva. A Frente passou a ser reconhecida principalmente como força histórica e simbólica da luta de libertação nacional, enquanto o texto constitucional incorporava fundamentos da democracia representativa e participativa, assegurando o reconhecimento formal do papel dos partidos políticos no processo de tomada de decisões e no exercício da soberania popular.

No plano econômico, o Estado afastou-se de sua função predominantemente intervencionista, alinhada à sua Constituição anterior, passando a adotar um papel regulador e de supervisão, em consonância com mecanismos de economia de mercado e com a pluralidade de setores de propriedade (Silva, 2020; Silva; Ussena, 2022; Vinente, 2022).

Isso reflete claramente a influência do neoliberalismo e dos processos de globalização, em que a o Estado de Bem-Estar Social é reconfigurado para alinhar-se às prescrições do Consenso de Washington e às exigências de organismos multilaterais. Desse modo, esses organismos passaram a condicionar o apoio financeiro à implementação de reformas econômicas neoliberais (Silva, 2020; Silva; Ussena, 2022; Vinente, 2022).

A reforma econômica pode ser compreendida como resposta às pressões da globalização e ao neoliberalismo, implicando transformações estruturais profundas que amplificam as desigualdades sociais e inserem o país na periferia das políticas educacionais. Nesse contexto, o Art. 92 prescreve a educação enquanto um “direito e dever de cada cidadão”, devendo o Estado promover a “extensão e a igualdade de acesso de todos os cidadãos” (Moçambique, 1990, p. 268).

Como pontuam Silva e Rumbane (2022), a Constituição da República de Moçambique passou por três alterações pontuais – duas em 1992 e uma em 1996. Destaca-se a emenda de 1996, que introduziu princípios e disposições relativas ao Poder Local e a criação de órgãos locais dotados de competências e poderes decisórios próprios. Observa-se, aqui, um distanciamento da perspectiva de um Estado socialista, como previsto na Constituição anterior.

Nessa mesma década, conforme destacam Silva e Ussena (2022), com a eclosão de movimentos educacionais como a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a de Dakar (UNESCO, 2000), o país foi impulsionado a repensar suas políticas educacionais, buscando responder ao novo contexto neoliberal.

Assim, os técnicos do Ministério da Educação participaram dos encontros organizados pelo Instituto de Inovação Educacional de Portugal, para pensar nas possibilidades de atendimento aos estudantes com deficiência nas escolas de ensino comum nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Silva; Ussene, 2022).

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nos últimos anos, o país⁹ tem publicado novas normativas e instrumentos legais voltados à atualização e ao aperfeiçoamento de suas políticas educacionais destinadas à escolarização de estudantes com deficiência. Apesar de ter incorporado em seus documentos oficiais mais recentes a terminologia “Educação Inclusiva”, a legislação educacional vigente mantém a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar, reafirmando seu papel complementar e transversal aos demais níveis e etapas de ensino (Moçambique, 2020; Vinente, 2022).

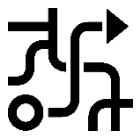
A regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) ocorreu com a promulgação da Lei nº 4/1983, que estabeleceu sua estrutura organizacional, definindo subsistemas, níveis e modalidades de ensino. De acordo com a referida legislação, o SNE compreendia os seguintes subsistemas: Educação Geral, Educação de Adultos, Educação Técnico-Profissional, Formação de Professores e Educação Superior (Vinente, 2022).

Quanto aos níveis de ensino, foram instituídos o primário, o secundário, o médio e o superior. Por sua vez, as modalidades educativas previstas incluíam o ensino a distância, o ensino vocacional e o ensino especial, configurando um esforço normativo de organização sistêmica da educação nacional no contexto pós-independência (Moçambique, 1983).

Como apontam Silva e Rumbane (2022), o sistema educativo moçambicano encontra-se suscetível a avanços e retrocessos em relação ao cenário internacional, pois depende das linhas de ação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses organismos internacionais influenciam a concepção, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas, aprofundando as relações entre “necessidades locais” e as “diretrizes transnacionais”.

O SNE, em perspectiva atual, organizou-se de forma complexa, a partir de dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. A principal diferença em sua organização diz respeito aos subsistemas de educação. A principal alteração

⁹ Embora Moçambique disponha de um sistema jurídico menos complexo, com poucas alterações em sua legislação, o país adotou recentemente a Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015) e seu “Plano Estratégico da Educação (2020-2029): Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade”. Além disso, o país também aprovou a “Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência 2020-2029”, por intermédio da Resolução nº 40/2020.



da Lei nº 18/2018 em relação à Lei nº 4/1983 refere-se, principalmente, à forma de organização dos subsistemas de ensino, os quais eram cinco em 1983, e, em 2018, passaram a ser seis (Vinente, 2022).

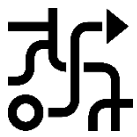
O ensino primário pode ser ofertado em duas modalidades: monolíngue (em Língua Portuguesa) ou bilíngue (língua moçambicana, incluindo a língua de sinais e em Língua Portuguesa) (Moçambique, 2018). A oferta do “ensino especial” previa na legislação anterior, “classes especiais” dentro das escolas regulares, sendo atendidos, de acordo com a legislação, “[...] crianças com múltiplas deficiências graves ou com atraso mental profundo” que deveriam “[...] receber uma educação adaptada às suas capacidades através do ensino extraescolar” (Moçambique, 1992, Art. 29; Chambal, 2007; Vinente, 2022).

A partir da publicação da Resolução nº 20/1999, houve uma ampliação do papel das associações de “portadores de deficiência” e “entidades privadas” para a cooperação nas políticas públicas sociais. Como bem descrito no Art. 125, o Estado “encorajava” a criação de “associações de portadores de deficiência” (Moçambique, 1999).

Sendo assim, esta Resolução, ao ampliar o papel das associações e das entidades privadas, passou a refletir a lógica neoliberal no campo educacional e social no país. Desloca-se a centralidade da responsabilidade estatal para a esfera da sociedade civil e do setor privado, em consonância com a racionalidade neoliberal, a qual vê, na redução do Estado e na valorização de mecanismos de autogestão, descentralização e parcerias público-privadas, subterfúgios para se eximir de prestar o direito educacional das pessoas com deficiência (Chambal, 2007; Magaldi, *et al.*, 2011; Silva; Ussene, 2022; Vinente, 2022).

Foram pontuadas políticas em diferentes esferas: reabilitação e integração; criação de condições que evitem o isolamento e a marginalização social; prioridade de atendimento pelos serviços públicos e privados; facilidade de acesso a locais públicos (Moçambique, 2004).

Na mais recente atualização do SNE, a “Educação Especial” foi definida como um conjunto de serviços pedagógicos educativos, transversais a todos os subsistemas de educação, de apoio e facilitação da aprendizagem de todo o aluno. Inclui os estudantes com “necessidades educativas especiais” de natureza física, sensorial, mental, múltiplas e outras, visando maximizar o seu potencial (Moçambique, 2018, p.



3478, Art. 18). Percebe-se uma (des)construção das diferentes definições de deficiência, a partir de uma abordagem biopsicossocial.

Quanto à organização dos serviços, observa-se que é assegurado o atendimento específico, quando comprovado o tipo e o grau de deficiência dos estudantes. Desse modo, mudanças ocorridas na legislação educacional de Moçambique, ao inserirem a modalidade de ensino especial como componente formal do SNE, simbolizaram marcos institucionais de reconhecimento estatal à escolarização das pessoas com deficiência.

Ao mesmo tempo, a adoção superficial do termo “inclusão” em documentos oficiais pode mascarar a permanência de práticas excludentes e seletivas. Na pretensão de afirmação de uma igualdade formal, podem ser mantidas barreiras institucionais e pedagógicas que segregam estudantes com deficiência em estruturas paralelas de ensino.

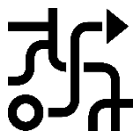
Com o advento das modificações na legislação educacional, bem como do paradigma da integração para a inclusão escolar, verificou-se alterações no funcionamento das instituições especializadas. A definição de pessoa com deficiência, que estava direcionada para a deficiência em geral, em outros momentos, restringiu-se aos “portadores de deficiência mental” e as outras deficiências associadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a consolidação das políticas de Educação Especial constitui um eixo fundamental para a efetivação da dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere às pessoas com deficiência, o presente estudo objetivou descrever e analisar o processo de (des)construção dos direitos das pessoas com deficiência em Moçambique, contextualizando-o à luz dos aspectos históricos, políticos e legislativos da educação nacional.

Os resultados do estudo indicaram que as organizações multilaterais e de cooperação econômica regional, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), exercem influência crescente nas políticas educacionais.

Esses compromissos, assumidos a partir da adesão a acordos e tratados internacionais, convergiram para a formulação dos Planos Estratégicos de Educação.



Ainda assim, a concretização do direito educacional das pessoas com deficiência requer políticas públicas consistentes, investimentos estruturais e mecanismos de monitoramento contínuo capazes de assegurar que as garantias legais se traduzam em práticas efetivas no cotidiano das escolas moçambicanas.

Durante a análise documental, observou-se que a Educação Especial, concebida como modalidade transversal aos diferentes níveis e etapas de ensino, vem se configurando, como um serviço de escolarização destinado a distintos públicos, com características e desafios próprios. Sendo assim, evidencia a necessidade de que as políticas educacionais se consolidem como instrumentos efetivos para a universalização do direito à educação das pessoas com deficiência.

Embora o arcabouço normativo moçambicano reconheça formalmente o direito aos suportes necessários para a inclusão escolar, sua efetivação ainda enfrenta barreiras estruturais, operacionais e contextuais que limitam a materialização desses direitos no cotidiano das instituições de ensino.

O descompasso entre as garantias legais e a realidade educacional mostra fragilidades na implementação das políticas públicas. Diante desse cenário, o fortalecimento da atuação da sociedade civil e dos mecanismos de controle social torna-se indispensável para tensionar o Estado e assegurar que a inclusão escolar se realize como um processo emancipatório, democrático e comprometido com a efetivação dos direitos humanos fundamentais.

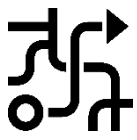
REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 51-64, 2001.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-Henri; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CHAMBAL, Luís Alfredo. *A escolarização dos alunos com deficiência em Moçambique: um estudo sobre a implementação e os resultados da política de inclusão escolar (1999-2006)*. 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação – História, Política e Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



CUNHA, Murilo Bastos. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANUÁRIO, Emílio Mário. *Estudo da Luta de Libertação Nacional de Moçambique*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2019.

MAGALDI, Juliana Alves, *et al.* Considerações e desafios para a política educacional em Moçambique. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 1, n. 1, 79-90, 2011.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A Revolução dos Cravos e a historiografia portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 465-478, maio-ago. 2017.

MOÇAMBIQUE. Assembleia Popular: aprova a Constituição da República de Moçambique. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 22. dez. 2004.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*, de 20 de junho de 1975: Aprova a Constituição da República Popular de Moçambique e aprova a Lei da Nacionalidade. Maputo, 20 jun. 1975.

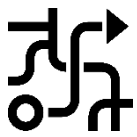
MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique. *Lei nº 1, de 21 de janeiro de 1990*. Maputo: Assembleia da República, 1990.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 1, de 12 de junho de 2018: Lei da Revisão Pontual na Constituição da República de Moçambique. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 12 jun. 2018.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 18, de 28 de dezembro de 2018: estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique, abreviadamente designado por SNE. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 28 dez. 2018.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 4, de 23 de março de 1983: Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo. 23 mar. 1983.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 6, de 6 de maio de 1992: Reajusta o quadro geral do Sistema



Educativo e adéqua as disposições contidas na Lei nº 4/83, de 23 de março. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 6 mai. 1992.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 20, de 23 de junho de 1999: Aprova a Política sobre a Pessoa Portadora de Deficiência. *Boletim da República*, Maputo, Série I, n. 2, 29 jun. 1999.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 40, de 10 de julho de 2020: Aprova a Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência 2020-2029. *Boletim da República*, Maputo, I Serie, n. 131, 10 jul. 2020.

NHAUELEQUE, Sirilo Lourenço; CAETANO, Luís Miguel Dias. Políticas públicas e educação inclusiva: análise no contexto moçambicano. *Revista África e Africanidades*, v. 16, n. 46, p. 73, maio 2023.

ONU. *Agenda 2030*: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015. ONU, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 217 A III. Paris, 10 dez. 1948.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes*. Genebra, 1982.

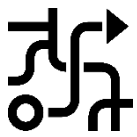
ONU. Organização das Nações Unidas. *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 2007.

OUA. Organização da Unidade Africana. *Carta de Banjul*: Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos. Aprovada pela Conferência Ministerial da OUA em Banjul, Gâmbia, em janeiro de 1981, e adotada pela XVIII Assembleia dos Chefes de Estado e Governo da OUA em Nairóbi, Quênia, em 27 jun. 1981.

SILVA, Camila Ferreira da; RUMBANE, Sebastião Juvêncio. Estado, sistema educativo e gestão escolar em Moçambique. *Debates em Educação*, v. 14, n., p. 560-582, 2022.

SILVA, Delfina Benjamim Massangaie da; USSENE, Sónia Francisca Mussa. Formação de professores e escolarização de alunos com deficiência em Moçambique. In: KRAEMER, Graciele Marjana; LOPES, Luciane Bresciani; SILVA, Karla Fernanda Wunder da (Orgs.). *A educação das pessoas com deficiência: desafios, perspectivas e possibilidades*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 181-243.

SILVA, José Afonso da. O Estado Democrático de Direito. *Revista Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 173, p. 15-34, jul./set., 1988.



UNESCO. *Declaração de Salamanca*: sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Aprovada na Sessão Plenária da Conferência Mundial de Educação Especial em 10 de junho de 1994. UNESCO, 1994.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Conferência de Jomtien, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. UNESCO, 1990.

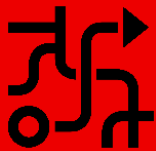
UNESCO. *Educação para Todos*: o Compromisso de Dakar: Texto adotado pelo Fórum Mundial de Dakar, Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2000.

VARELA, Raquel. “Um, dois, três MFA...”: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos - do prestígio à crise. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 403-425, 2012.

VINENTE, Samuel. *Política de educação especial no Brasil, Moçambique e Portugal*: ações governamentais entre 2008 e 2022. 2022. 365f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

Recebido em: 27/03/2025

Aprovado em: 03/11/2025



CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro*
<https://orcid.org/0000-0003-4596-5191>

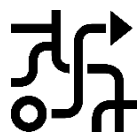
RESUMO: Este artigo procura mostrar a presença da cultura musical, especificamente das bandas musicais, nos cortejos fúnebres em sepultamentos de familiares tradicionais pertencentes a uma elite. O objetivo é compreender o papel desenvolvido pelas bandas na tradição de acompanhamentos nesses cortejos. A metodologia envolveu pesquisa documental em arquivos da cidade de Vigia-PA, pesquisa bibliográfica para análise dos dados, pesquisa de campo, análise qualitativa e entrevistas semiestruturadas. Dentre os principais autores, estão Cordeiro (2016), Salles (1985), Reis (1997), Silva (2005) e Leite (1965). Este trabalho revela como a mobilidade da rivalidade propagou e manteve uma rica cultura musical nesta cidade, no nordeste do estado do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Sepultamento;
Bandas musicais; Préstitos fúnebres.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the presence of musical culture, specifically musical bands, in funeral processions for the burials of traditional family members belonging to an elite. The objective is to understand the role developed by the bands in the tradition of accompaniments in these processions. The methodology involved documentary research in archives of the city of Vigia-PA, bibliographic research for data analysis, field research, qualitative analysis, and semi-structured interviews. Among the main authors are Cordeiro (2016), Salles (1985), Reis (1997), Silva (2005), and Leite (1965). This article reveals how the mobility of rivalry propagated and maintained a rich musical culture in this city in the northeast of the state of Pará.

KEYWORDS: Burial; Musical Banda;
Funeral Services.

* Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro – Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, do Campus Universitário de Castanhal - Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Saberes Africanos e Afro-brasileiros na Amazônia, pela UFPA. Licenciado Pleno em História e membro do Grupo de Pesquisa História em Campo da UFPA. E-mail: paulocordeirovigia@gmail.com



INTRODUÇÃO

A cidade da Vigia, localizada na mesorregião nordeste do Pará, a 93 km de Belém, é uma das cidades mais antigas desse estado. Atualmente é responsável por grande parte da produção de peixe comercializado no município, tornando a pesca sua principal atividade econômica. Ratificando a posição quanto ao potencial da pesca, temos a pesquisa de Paula (2018), que entre os anos de janeiro de 2008 e dezembro de 2010, assegura que dos 16 municípios pesqueiros no Pará, Belém e Vigia foram responsáveis por 56% de um total de 40.769 toneladas de pescado.

Segundo o último recenseamento, a população do município de Vigia foi estimada em 50.832 habitantes (IBGE, 2022). Entre os diversos aspectos culturais dessa sociedade, esta pesquisa mostrará os cortejos fúnebres com a participação das bandas musicais. A cidade da Vigia tem uma rica cultura musical de bandas, contando atualmente com oito bandas em plena atividade: a Banda 25 de Dezembro (25 de dezembro de 1925 - vila de Porto Salvo), a Banda maestro Vale (06 de janeiro de 2008- Centro da cidade), a Banda Isidoro de Castro (20 de janeiro de 2010 – Bairro Arapiranga), a Banda Raimundo Nobre (18 de março de 2017 -Vila de Juçarateua do Pereira), a Banda de Santa Rosa (14 de novembro de 2021 – Vila de Santa Rosa), Associação musical Guarimã (17 de julho de 2022 – Vila de Santa Maria do Guarimã), a União Vigienense (13 de maio de 1916 – Centro da cidade) e a Banda 31 de Agosto (uma das mais antigas do Pará, fundada em 31 de agosto de 1876 – Centro da cidade).

Antes de adentrarmos na pesquisa propriamente dita, faremos um breve comentário a respeito dos funerais e seus locais de enterramento no século XIX, na cidade de Vigia, no estado do Pará. Os enterramentos eram atribuições das Irmandades religiosas (Nossa Senhora de Nazaré, Divino Espírito Santo, Nossa

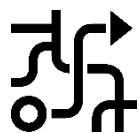
Senhora do Livramento, Glorioso Mártir São Sebastião, Bom Jesus dos Passos, Nossa Senhora da Luz, S. S. Sacramento, S. S. Trindade dos Meninos, S. S. dos Homens Pardos), nos séculos XVIII e XIX nessa sociedade. Para termos uma maior compreensão, utilizemos as prestações de contas de nove Irmandades e alguns testamentos como fontes principais para entendermos a cultura dos funerais.

De acordo com Cordeiro (2013, p. 10), as irmandades religiosas foram muito importantes para o fortalecimento da religiosidade cristã e fonte de lucro para a igreja e para a sociedade:

O espírito de fé, caridade, festividade, diversão e prazer estava constantemente presente na cidade da Vigia desde o século XVII. As Irmandades contribuíram como a principal promotora, sobretudo, com as procissões que preenchiam as estreitas ruas dessa cidade. Tais procissões, que estavam em volta das festividades, somavam altos recursos financeiros das irmandades que sobreviviam de anuidades pagas pelos membros e esmolas esporádicas (deixadas em testamentos ou concedidas nas ruas da cidade, nos sítios, nas povoações, em outras cidades próximas e até Macapá). Entretanto, havia, sim, uma obrigatoriedade por parte das irmandades no sentido de formalizarem suas instituições por meio de compromisso, o qual era a lei que regia cada irmandade.

Os pagamentos realizados anualmente pelos devotos/as das irmandades eram revertidos para o pagamento das missas que o padre rezava em intenção da alma do devoto/a. Aquele dinheiro não era somado às despesas da irmandade, pois era uma das obrigações da irmandade com os devotos, a garantia da missa em prol da sua alma.

O imaginário da morte, nessa época, estava voltado para a salvação da alma. Segundo Reis (1997), a postura diante da morte e dos mortos foi tomando novas formas e tendo novos objetivos ao longo do século XIX. A morte não era vista como o fim do corpo apenas, pois o morto seguraria em espírito rumo a outro mundo, a outra vida. Acrescenta esse autor que, para escapar mais rapidamente do Purgatório, além do arrependimento na hora da morte, os mortos precisavam da ajuda dos vivos, na forma de missas e promessas a santos. A



existência do Purgatório permitia e promovia a relação entre vivos e mortos (REIS, 1997).

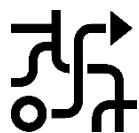
Entendemos que, por ser membro de uma irmandade, ao irmão/a devoto/a estava garantida uma “boa morte” e também a aquisição de certo status na sociedade vigiense. Muitos pertenciam a várias irmandades. A irmandade de Nossa Senhora de Nazareth é a mais antiga da Vigia; as outras surgem posteriormente no século XIX.

Nas irmandades, estes ritos fúnebres eram encarados com a maior seriedade possível, sendo comum aos compromissos um artigo tratando dos sufrágios pelos irmãos falecidos. A pomposidade dos ritos fúnebres pelos irmãos falecidos variava conforme os recursos disponíveis em cada irmandade. Em algumas cidades no Pará, de acordo com Henrique (1997), muitas irmandades realizavam com frequência, e até em seus compromissos havia esse propósito.

Esmolas eram tiradas, leilões eram realizados, bailes, soirée dançante, banda musical, fogos, ladainhas, novenas, missas, procissão, cartas distribuídas, arraial enfeitado - enfim, caridade, fé e festividade eram de praxe nas irmandades religiosas da Vigia no século XIX. Entre elas, apenas duas possuíam caixão, o qual era alugado e somava à receita destas irmandades: a de Nossa Senhora de Nazareth e S. S. de Livramento.

Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a cultura funerária, partindo dos documentos de algumas irmandades presentes em Vigia nos séculos XVIII e XIX, além de jornais desses períodos, passaremos a descrever e entender como os cortejos fúnebres, seguidos da música de banda, passaram a possuir um pressuposto de pompa para a elite da sociedade vigiense.

FUNERAIS ATRAVÉS DOS TESTAMENTOS SEM A PRESENÇA DAS BANDAS



Encontramos diversos testamentos do século XIX na cidade de Vigia. Em todos, não constam enterros realizados pelas irmandades com cortejo fúnebre de grande pompa, como era comum nas irmandades do Pará e do Brasil.

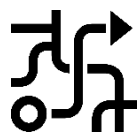
Nos testamentos, estes cortejos ficavam a cargo da família. Porém, em muitos dos testamentos consultados está declarado que deveria ser rezada a missa e a capela de missa, além dos sinais sonoros do sino da igreja noticiando o falecimento. Foi o que declarou no testamento a senhora Joana Innocencia da Silva, em 1884:

Primeiramente, logo que eu falleça e tenha de dar-se o meu corpo à sepultura, deixo a cargo de meu testamenteiro e inventariante a direção de meu funeral. Declaro mais que é minha vontade que não haja por minha morte senão as signas ou dobres de sinos recomendados pelo rito da Igreja em tais circunstâncias, e somente as recomendações que a mesma Igreja ordena em toda a simplicidade (CORDEIRO, 2013, p. 49).

Sepultamento sem pompa e dobras de sino nos fúnebres eram comuns nos testamentos do século XIX, mostrando com isso que as irmandades religiosas na cidade de Vigia estavam mais voltadas para as festividades do que para a morte. Foi o que declarou em testamento o senhor Braz José Lopes, em 1870:

Fallecendo quero ser sepultado num dos cemitérios desta cidade, e sem pompa alguma, assegurando apenas tres ou quatro signaes, para avizo das pessoas que revestidas de caridade christã, quizerem fazer a obra sua de acompanhar o meu cadáver a seu último jajizo”. Declarando também que “por minha alma se digão oito missas nos dias subseqüentes ao meu fallecimento. (CORDEIRO, 2013, p.51).

Na cidade de Vigia, era tradição, na Igreja Matriz, o sineiro realizar o “toque fúnebre” anunciando a morte de alguém. Pagava-se uma taxa ao sineiro, para realizar o “dobre fúnebre”. Neste toque, utilizavam-se os três sinos; cada dobre era uma taxa, alguns mandavam bater apenas um dobre, outros vários dobres, a cada meia hora. Contudo, o toque fúnebre não era permitido no



período de festividade: Semana Santa, dias santos e Círio, e nem aos domingos. Aos sábados apenas até às doze horas. Na quinta-feira santa, o sino não tocava até a ressurreição no domingo. Quem morresse nestes dias não teria o toque fúnebre em seu funeral. Este toque era triste, diferente do toque solene que é mais alegre.

Na atualidade (2024), o toque fúnebre quase não se escuta. Em muitos testamentos, além dos sinais tradicionais dados pela Igreja, solicitavam também que os sinos repicassem ainda mais. O sineiro e o padre eram pagos por um dos herdeiros do falecido/a pelos seus serviços. Nessa perspectiva, Soeiro (2008, p. 73) argumenta que uma das funções das irmandades “era cuidar da boa morte de seus irmãos (funeral, caixão, local da sepultura, missas, etc.), na cidade de Vigia, nas décadas finais do século XIX”.

Todavia, as fontes direcionam outra possibilidade, demonstrando que a motivação para o ingresso nessas associações não era procurar ajuda para os momentos finais da vida terrena, mas sim a resolução de problemas cotidianos por meio da devoção a um santo do catolicismo popular. Assim, as doações em produtos ou em dinheiro feitas para a irmandade ajudavam a manter o culto ao santo e, ao mesmo tempo, “aliviar a consciência” daqueles que receberam a graça do milagre.

A pompa dos funerais, que outros autores citam para regiões diversas do Brasil, também não foi constatada em Vigia no período de estudo, onde tanto os funerais quanto os mausoléus eram bastante simples, mesmo daqueles promovidos pelas famílias abastadas. Contudo, mesmo que a Igreja Católica tenha perdido influência e prestígio no deslocamento dos enterramentos, manteve-se presente por meio de capelas que eram erguidas no interior dos cemitérios (SOEIRO, 2008).

Os enterramentos nos cemitérios públicos representam um grande elemento de mudança no imaginário de morte da época, concordante com as medidas de higiene que ganhavam força nas instâncias do Estado e nos

discursos médicos da época, aceitos lentamente pela população. Dessa forma, de acordo com Silva (2005, p. 17):

As transformações nos espaços citadinos e o processo de desodorização e higienização são indicadores significativos da tentativa de controle social. Os mortos não ficaram de fora desse controle, pois se criaram espaços destinados aos mesmos em lugares afastados da cidade. Dessa forma, o processo de transferência dos locais de enterramento não foi imediato, já que a sociedade estava acostumada a sepultar os seus mortos em igrejas.

A partir dessas medidas, foram construídos os primeiros cemitérios a céu aberto na cidade de Vigia, em meados do século XIX. Há registro de que, em janeiro de 1868, já existia cemitério a céu aberto, pois, anteriormente, os sepultamentos eram realizados nos arredores e até mesmo no interior das igrejas.

A RAIZ DA CULTURA MUSICAL NA CIDADE DE VIGIA- PA

Percebemos que, nos séculos passados, não havia nos cortejos fúnebres o acompanhamento de banda de música; essa cultura surge no século XIX. Para compreendermos o processo da cultura musical na cidade de Vigia, é necessário perceber que uma das maneiras mais plausíveis que os jesuítas encontraram para a catequização dos povos indígenas foi a introdução da música.

De acordo com Gomes (1990), ao chegarem ao Brasil, os primeiros jesuítas perceberam que a mera tradução da mensagem cristã para o Tupi estava longe de garantir a conversão dos nativos. A catequese apenas se concretizaria à medida que as inúmeras diferenças culturais fossem substituídas por códigos comuns. E, graças à convivência entre crianças brancas e indígenas, no colégio fundado pelos padres da Companhia de Jesus, ficou claro que a música poderia ser o melhor meio de tocar o sentimento religioso do habitante do Novo Mundo.

Na cidade de Vigia, os jesuítas chegaram no decorrer do século XVII. Os missionários procuraram congregar os indígenas em aldeamentos e fazendas, fazendo o descimento e alojando-os em aldeamentos. Logo, trataram de realizar de imediato as missões, às margens das terras do donatário português Jorge Gomes de Alamo, onde passaram a residir com os indígenas.

Na vila de Vigia, de acordo com Leite (1965), os jesuítas construíram as seguintes missões que ficaram conhecidas por: Tabapará (Taupará), Cabu (Colares), Fazenda Mumaiacu (Porto Salvo), Penha Longa e Fazenda de São Caetano (Odivellas). Descidos os indígenas, a eles se ensinavam novas técnicas de trabalho, assim como a doutrina cristã. Eram batizados e assistidos na hora da morte. Tornavam-se cristãos (GOMES, 1990). Cumpre lembrar, porém, que a característica fundamental desse trabalho encontra-se identificada com a doutrinação. E a base principal para essa realização era a música.

Segundo Salles (1985, p. 133), o interesse dos jesuítas pela música e pelo seu ensino está relacionado principalmente à sua legislação interna. Pode-se destacar o parágrafo 15 que cita que: "nas escolas de ler e escrever das aldeias, havendo número bastante, ensinem-se também a contar e a tanger instrumento". Através dos ensinamentos musicais por parte dos jesuítas aos indígenas e, posteriormente, aos filhos da elite portuguesa, foi possível construir uma rica cultura musical, em que as bandas musicais têm sua raiz nas missões jesuíticas.

Na atualidade, Vigia, como vimos, possui oito bandas musicais. Porém, durante os cortejos fúnebres de 1923 a 1929, período escolhido para esta pesquisa, existiam apenas duas bandas musicais: a 31 de Agosto e a União Vigienense.

AS BANDAS DE MÚSICAS NOS FUNERAIS

De acordo com Salles (1985), o termo "Banda de música", na cidade da Vigia, só apareceu em 1836 - na época da Cabanagem. Porém, estava

relacionado à corporação militar. No caso do Batalhão da Infantaria, tal banda era constituída por dez músicos e um mestre. Esse autor afirma que a cidade de Vigia foi o primeiro município do Pará a constituir uma banda musical desta natureza.

Contudo, é preciso recuar um pouco mais e notar, por meio da Ata do resumo das festas realizadas na Vila de Nazareth da Vigia, que, na festa em comemoração à Adesão da cidade da Vigia à Independência, em 1823, é possível identificar a participação de Banda de música. Evidentemente, a documentação disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGV) não cita esse termo, mas informa que “a 4ª Companhia de Milícia, com a música em grande uniforme, fez alto na Praça, em frente à Casa do Senado”. Na ocasião, “cantou-se Missa solene, e no fim um ‘Te Dum’; tudo foi executado pela melhor música que se pode arranjar”.

Nessa festa, encontramos a participação de orquestra e “(...) outros tantos para os Músicos, que todos ocuparão a Casa fronteira no Senado, onde se recitavam peças primorosas, em versos alusivos ao louvor de Suas Majestades, durou a orquestra até às 11 horas, terminando assim o primeiro dia”. A participação desses músicos naquele evento histórico, ocorrido na vila de Vigia, não foi apresentada apenas para aquela festa. Há notícia da existência de companhias de Milícia presentes desde 1800 na vila da Vigia. Entretanto, segundo o Recenseamento do Grão-Pará de 1778, a vila da Vigia já possuía Companhia de Milícias.

Em 1835, durante o período da Cabanagem (revolução social no Pará, ocorrida de 1821 a 1836), a vila da Vigia foi palco desse acontecimento. E, após ter sido restaurada pelas forças legalistas, a vila começa a passar por um processo de estabilidade econômica, política e social. No dia oito de março é restaurada a Câmara Municipal e os moradores começam a voltar para suas casas. De acordo com Raiol (1970), o padre regressa à vila da Vigia e traz em sua companhia a padroeira Nossa Senhora de Nazareth, levando-a em procissão à Igreja Matriz, acompanhada da música da Banda Militar.

Provavelmente, muitos desses músicos militares eram portugueses e vigilenses¹.

A banda de música civil na cidade da Vigia, pelas fontes utilizadas, só aparece em 1876, com a fundação da Banda 31 de Agosto. Porém, nas edições do jornal local *O Espelho* de 1878/1879, não é mencionado o nome dessa Banda. Isso foi encontrado nas prestações de contas das Irmandades do século XIX: músicos, orquestra, música instrumental e também bandas.

Portanto, se dez músicos e um mestre formavam uma Banda musical, então, possivelmente, essa denominação remonta ao século XVIII na vila da Vigia, pois esses músicos provavelmente já vinham acompanhando a festividade religiosa de Nossa Senhora de Nazareth, desde a fundação da Irmandade de N^{ra}. Sr^a. de Nazareth, quando passaram a organizar a festividade em 1752.

Nesta festividade, os músicos tocavam nas ladainhas, nas novenas e acompanhavam tocando nas procissões. Todo o custo da festividade - como, por exemplo, fogos, compras diversas e os músicos - era pago pelo tesoureiro das Irmandades. Temos notícia do termo "banda de música" no jornal *O Espelho*, na edição do dia 16 de fevereiro de 1879, em uma pequena nota denominada "A' um Sulpiciano":

Sua banda, padre mestre,
Já tem cor de franciscano.
Nos diga, seu reverendo:
Ella é mesmo de panno?

Um "padrezinho bonito"
Com uma banda "furta-cor"
Ande na moda, meu padre,
Olhe que você é doutor (?).

¹ Pessoa que nasceu na vila e depois cidade da Vigia, esse termo passou a ser Vigiense, no século XX.

Essa pequena nota crítica do articulista do jornal citado ao padre Mancio Caetano Ribeiro, em relação ao uniforme, percebe-se que temos a cor marrom da Banda 31 de Agosto e que havia até a dúvida se as camisas eram mesmo de pano. Trata-se do reconhecimento factual de uma banda civil na cidade da Vigia.

No século XIX, as orquestras (bandas musicais) participavam das festividades religiosas organizadas pelas irmandades; nas festas dançantes, chamadas na época de “reunião familiar” e, posteriormente, soirée, nas quais a orquestra tocava seus repertórios e animava as festas nos vastos salões de residências de pessoas influentes da elite vigiense.

Participavam também de manifestações culturais, como, por exemplo, os Bois-Bumbá, Cordões de Pássaro e de Bichos e Folia de Reis. No século XX, as bandas musicais passaram a integrar os cortejos fúnebres dos associados que faleciam, além dos festejos políticos, e animavam também os jogos de futebol nos campos da cidade. Grupos de músicos formavam os conjuntos musicais conhecidos por “Jazz”, que logo passaram a animar as festas sociais, em geral, promovidas pelas sociedades e clubes da época.

A Banda musical 31 de Agosto foi fundada no dia 26 de dezembro de 1876; essa é a mais antiga em atividade no estado do Pará, por nunca fechar sua porta. Por antagonismo de ideias, grupos de músicos dessa banda saíram e, posteriormente, fundaram a nova banda na cidade de Vigia: a União Vigiense, em 13 de maio de 1916.

Cortejo fúnebre acompanhado de Banda Musical em Vigia no século XIX é pouco ou quase nada documentado. Nas festividades religiosas e políticas, há fontes nas prestações de contas das irmandades e nos jornais do período. No entanto, uma informação muito importante e relevante que nos traz uma visão mais ampla em relação à banda musical que acompanha o cortejo fúnebre, data do século XIX.

Essa informação foi obtida pelo anúncio do falecimento do professor Quintino de Araújo Nunes, ocorrido no dia 14 de janeiro de 1893. Segundo o jornal *O Democrata* (Belém), o falecimento ocorreu às 6h, e o cortejo fúnebre foi realizado às 16h30 até o cemitério público, acompanhado de irmandades, membros da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”, professores, comerciantes, familiares e cidadãos de todas as classes. A Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”² custeou todo o gasto com o caixão. Logo pela manhã todo o comércio fechou as portas, as casas comerciais. Durante o cortejo fúnebre, “a Sociedade musical 31 de Agosto, da qual o finado era vice-presidente, fez-se também representar, tocando marchas fúnebres na saída do enterro e ao recolher-se ao cemitério”³.

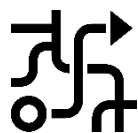
As Bandas musicais 31 de Agosto e União Vigienne, na época, eram compostas por um quadro de associados que pagavam uma taxa mensal. Um dos direitos estabelecidos nos Estatutos dessas Bandas a seus associados era que, ao falecer um sócio, deveria ser hasteada a bandeira a meio mastro, além da banda ter que acompanhar no cortejo fúnebre até o cemitério público da cidade.

Quando determinada pessoa era associada às duas -andas, ambas acompanhavam o cortejo tocando marchas fúnebres. Geralmente, essas marchas eram composições de Gregório Alves, da Banda 31 de Agosto, e de Serafim Raiol, da Banda União Vigienne.

Como músico e ex-maestro da Banda 31 de Agosto, Raimundo Vasconcelos Nogueira chegou a participar de vários desses cortejos fúnebres,

² O Professor Quintino de Araújo Nunes, foi o idealizador, um dos fundadores e o 1º presidente da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” fundada no dia 1º de outubro de 1871, na cidade de Vigia. Sobre essa Sociedade ver, CORDEIRO, PAULO. Obras Literárias Condenadas da Sociedade Literária “Cinco de Agosto” (1905 – 1910). Belém: Ed. Cabana, 2021

³ Jornal *O Democrata*, Belém, 17 de janeiro de 1893, p. 2. Nº 13, Ano, IV. Encontra-se na Hemeroteca da Biblioteca do CENTUR (Belém).



inclusive no cortejo no funeral do padre Alcides Paranhos⁴, em 1951. O último funeral de que participou tocando foi no dia 25 de dezembro de 1988, do mestre Simi, dessa Banda⁵.

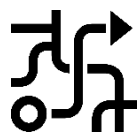
Para compreendermos a dinâmica dos funerais acompanhados das Bandas musicais na cidade de Vigia, utilizei como fontes principais os jornais locais: *O Lusco-Fusco* (1923), *Gazeta da Vigia* (1924 a 1926) e *O Critério* (1929). Esses funerais eram publicados no espaço denominado “Obituário”.

Durante o período pesquisado, havia na cidade de Vigia dez Sociedades: a Sociedade Cinco de Agosto, São Sebastião, São Pedro, do Grêmio Marítimo Vigieense e a Artística (todas beneficentes); 31 de Agosto e União Vigieense (musicais); Uruitá, Luzeiro e União (esportivas). Todas essas Sociedades tinham seus quadros de sócios que contribuíam financeiramente para os cofres das mesmas. Inclusive, de acordo com seus Estatutos, era destinada uma ajuda para o enterro de um associado ou um pecúlio no caso de invalidez. Sendo bancados funerais e missa. Certas pessoas da elite vigieense eram sócias de mais de uma dessas associações. Além dos associados das bandas musicais, os músicos, quando falecidos, também eram acompanhados pela banda no cortejo fúnebre com consentimento dos familiares.

OS REGISTROS FÚNEBRES NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

⁴ Em 1910, o padre Alcides Paranhos assumiu o patronato da Banda 31 de Agosto. Natural de Belém, era músico e compositor, além de mestre de capela e diretor do coro do Seminário Arquidiocesano de Belém. Sua sólida formação musical foi essencial para o fortalecimento da Banda, à qual dedicou atenção e recursos. Compôs diversos dobrados, hinos, ladainhas, além de marchas solenes e fúnebres. Durante os 41 anos de vicariato na cidade da Vigia, aquele padre raramente regia essa Banda, ocupando a função de mestre e contramestre. Também era sócio e comprou vários instrumentos musicais para a Banda.

⁵ Depoimento de Raimundo Vasconcelos Nogueira, de 85 anos. Conhecido por “Parafuso”, entrevista realizada em sua residência na cidade da Vigia, em julho de 2016. (*In memoriam*)



Entre os falecimentos noticiados no jornal *O Lusco-Fusco*, temos o ocorrido no dia 11 de novembro de 1923, ocasião em que as casas comerciais fecharam as portas e houve a participação das duas bandas musicais acompanhando o préstito fúnebre até o cemitério público da cidade de Vigia. Trata-se da cerimônia fúnebre da senhora Virginia da Luz Ferreira, que era sócia honorária da Banda 31 de Agosto, e a bandeira da banda ficou hasteada “meia varga” em frente à sede social. De acordo com aquele jornal,

As casas comerciais Dario, Campos, Loja Nazareth e outras cercaram as suas portas em sinal de pesar. A Sociedade “Trinta e um de Agosto” da qual a venerada era sócia honorária, mandou hastear à meia varga o seu pavilhão, por meio de um ofício, licença para que a sua banda tomasse parte nos funerais. (...) Na da família, durante o trajeto, e no cemitério, as bandas musicais “Trinta e uma de Agosto” e “União Vigiense” executaram sentidas marchas fúnebres⁶.

Aquela senhora pertencente a uma das “famílias tradicionais” tinha envolvimento na política da cidade de Vigia. Seu esposo era o major Cassiano José Ferreira, ex-Intendente na cidade de Vigia. Conforme a nota do jornal citado, a mesma senhora faleceu cerca de 15h30 minutos em sua residência na rua de Nazaré.

As casas comerciais Dário, Campos, Loja Nazareth e outras fecharam suas portas em sinal de pesares. A Sociedade musical 31 de Agosto, da qual a falecida era sócia honorária, hasteou à meia verga o seu pavilhão. E o mesmo aconteceu com a Banda União Vigiense, à qual ela era também associada. O sepultamento aconteceu no dia seguinte, acompanhado de diversas pessoas, do major Luciano Neves, chefe do município, e das duas bandas musicais. Antes do cortejo fúnebre, as bandas tocaram na residência da família, na Igreja Matriz ou na Capela Bom Jesus dos Passos.

⁶ Jornal *O Lusco-Fusco*, cidade da Vigia, 11 de novembro de 1923. Ano. I, N. 21, p. 2. Encontra-se no arquivo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”

Outro exemplo de cortejo fúnebre acompanhado pelas duas Bandas musicais, foi o da senhora D. Maria C. d'Oliveira Pantoja, que faleceu no dia 27 de maio de 1923⁷, noticiado no mesmo jornal *O Lusco-Fusco*,

(...) o enterramento da distinta senhora, efetuou-se no dia seguinte, após a missa de corpo presente, celebrada pelo Rev. Padre Alcides Paranhos, digno Vigário da Parochia. Saindo da Igreja Matriz, o féretro acompanhado das associações, religiosas, das autoridades locais, comerciantes, famílias e cavalheiros de todas as classes sociais, acompanhando também, as bandas musicais 31 de Agosto e União Vigiense, até a necrópole da Soledade⁸.

A senhora era mãe do Monsenhor vigiense Argemiro Pantoja. A missa de corpo presente foi realizada pelo vigário Alcides Paranhos na Igreja Matriz, e de lá o cortejo fúnebre seguiu até o cemitério público acompanhado pelas Associações religiosas, das autoridades locais, dos comerciantes e das Bandas musicais 31 de Agosto e União Vigiense.

Nos jornais que utilizamos como fontes, foram encontrados vinte e sete préstitos fúnebres acompanhados por bandas musicais. Desse total, oito cortejos foram acompanhados pelas duas bandas: 31 de Agosto e União Vigiense. Essa questão estava relacionada à rivalidade existente na época entre as duas Bandas. Os que eram sócios de ambas as bandas preferiam manter-se neutros nesta questão, mas a grande maioria se envolvia. Essa rivalidade iniciou com a fundação da rival: a Banda União Vigiense, que surge de uma dissidência de músicos da 31 de agosto, insatisfeitos com a gestão vigente na época. Rivalidade esta que não ficou só neste espaço, foi muito além ao campo musical⁹.

⁷ Jornal *O Lusco-Fusco*, cidade da Vigia, 17 de junho de 1923. Ano. I, N. 12, p. 3.

⁸ Jornal *O Lusco-Fusco*, cidade de Vigia, 17 de junho de 1923. Ano I, N. 12, p. 3.

⁹ A rivalidade entre as bandas 31 de Agosto e União Vigiense foi fundamental para a manutenção e atividade desenvolvida na sociedade vigiense. Pois, a partir do momento da fundação da União Vigiense, criaram-se grupos de músicos, familiares e simpatizantes na disputa por eleger a “melhor banda” da cidade da Vigia. Tal rivalidade impedia que a banda União Vigiense não tocasse na frente do cortejo do

Dois sepultamentos com a presença das bandas musicais chamaram a atenção, por envolverem três crianças. É possível que, em certos casos, todos da família fossem sócios de alguma Banda ou até mesmo das duas Bandas. No dia 21 de julho de 1924, informou o jornal *Gazeta da Vigia* que, às 17h, faleceu a criança Dulcelina, filha de José Lino Rabelo e da senhora Tharcila da Costa Rabelo. No dia seguinte, às 16h, realizou-se o enterro acompanhado da Banda musical União Vigiense e de grande número de pessoas até o cemitério de São Francisco.

Pelas 5 horas da tarde, a inexorável Parca arrebatou deste mundo a interessante criança, extremosa filhinha do nosso amigo José Lino Rabello e de sua fiel consorte D. Tharcilla da Costa Rabello, no coração dos quais ficou gravada a mais acerba saudade.

No dia seguinte, às 16 horas, efetuou-se o enterro da inocentinha, acompanhado da banda musical União Vigiense e de grande número de pessoas. O cadaverzinho da miga Dulcelina foi sepultado no cemitério de S. Francisco de Penitencia ¹⁰.

De acordo com o jornal *O Lusco-Fusco*, na residência do senhor tenente Walfrido de Antonio de Campos, após longos meses de sofrimento, faleceu no dia 28 de setembro de 1923 o seu filhinho menor de idade, Setembrinho Saldanha de Campos. O sepultamento aconteceu no dia seguinte, às 17h - dia em que o menino completara um ano de idade. O cortejo fúnebre foi acompanhado por inúmeras pessoas e a Banda União Vigiense até o cemitério São Francisco¹¹.

Círio de Nossa Senhora de Nazaré, isso ainda é realizado pela banda 31 de Agosto. Grupos de familiares e simpatizantes eram sócios apenas da banda "de coração". Cada simpatizante acreditava que os dobrados tocados, por cada banda, eram melhores executados pela banda de sua preferência.

¹⁰ Jornal *Gazeta da Vigia*, 15 de agosto de 1924. Ano. I, N. VI, p.3. Encontra-se no arquivo da biblioteca Literária e Beneficente "Cinco de Agosto" na cidade da Vigia.

¹¹ Jornal *O Lusco-Fusco*, cidade da Vigia, 21 de outubro de 1923. Ano, I, N. 20, p. 20. Encontra-se no arquivo da biblioteca Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

Dois anos do falecimento do filho, no dia 14 de junho de 1925, o jornal *Gazeta da Vigia*, anunciava o falecimento do tenente Walfrido Campos, pela manhã às 7h30 saindo o sepultamento na residência dos familiares na cidade da Vigia, acompanhado das Bandas União Vigiense e a 31 de Agosto, conforme o jornal,

Às duas horas da tarde de 14, foi o cadáver transportado para esta cidade, sendo conduzido para a residência da família enlutada, de onde teve lugar o sahimento fúnebre às 7 1/2 horas da manhã de 15, com avultado acompanhamento, tocando sentidas marchas as bandas musicais, “União Vigiense” e “31 de Agosto”¹².

O último registro aconteceu no dia 23 de julho de 1925, segundo o jornal *Gazeta da Vigia*, a criança Maria Amelia, de menos de um ano de idade, filha de Deocleciano Barboza e da senhora Carmen Monteiro Barbosa. O cortejo fúnebre foi acompanhado de pessoas amigas da família, alunos do Externato Cinco de Agosto, tocando marchas fúnebres, juntamente com a Banda 31 de Agosto¹³.

O mesmo jornal anunciara o falecimento da senhora Alexandrina F. Trindade, esposa do comerciante Raymundo Ferreira Trindade, ocorrido no dia 8 de dezembro de 1926. A sala principal da residência da falecida foi transformada em “câmara-ardente”, onde o corpo repousava em “custoso ataúde” forrado de veludo negro com inscrições prateadas, estando a morta vestida com um rico hábito de Nossa Senhora do Carmo. O préstito fúnebre aconteceu na tarde do dia seguinte, tendo sido realizadas as “encomendações religiosas” pelo vigário da paróquia. Tocaram marchas fúnebres as bandas musicais: 31 de Agosto e União Vigiense¹⁴.

O jornal *Gazeta da Vigia* anunciou, no dia 8 de fevereiro de 1925, o falecimento do português Antonio Ferreira, comerciante residente há cerca de

¹² Jornal *Gazeta da Vigia*, 5 de junho de 1925. Ano II, N. XXII, p. 3.

¹³ Jornal *Gazeta da Vigia*, 23 de agosto de 1925. Ano, II, N. 25, p. 3.

¹⁴ Jornal *Gazeta da Vigia*, 8 de dezembro de 1926. Ano, III, N. 53, p. 3.

16 anos na cidade da Vigia, casado com a vigiense Januária Monteiro Ferreira. Era sócio de todas as Associações e ocupou cargos das diretorias da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” e da São Sebastião. Dizia o anúncio “que pelo doloroso traspasse, hastearam em funeral os respectivos pavilhões durante o dia, tendo os sinos da igreja parochial dobrado. O commercio cerrou as portas”. O cortejo fúnebre saiu pela parte da tarde do dia 18 de janeiro, acompanhado pelas bandas musicais 31 de Agosto e União Vigiense¹⁵.

No dia 14 de novembro o jornal *Gazeta da Vigia* de 1926, anunciou o falecimento da criança Idalina, filha de Raymundo Ferreira Trindade e da senhora Alexandrina F. Trindade, o sepultamento saiu na parte a tarde até o cemitério público da cidade da Vigia, acompanhado pelas Bandas 31 de Agosto e União Vigiense. Segundo o jornal,

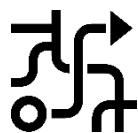
Durante a noite de 26 foi o cadaverzinho velado por muitas famílias das relações da família Trindade, desaparecendo sob grande profusão de flores, que recobriam e custoso ataúde forrado de cetim azul, em que foi encerrado. A 27, pelas quatro e meia da tarde, efetuou-se o enterro a que compareceram numerosas famílias e cavalheiros, sendo acompanhado pelas bandas “31 de Agosto” e “União Vigiense” a necrópole de S. Francisco¹⁶.

Por fim, temos notícia no jornal *O Critério* de 1929¹⁷, na seção denominada “Necrologia”, que noticiava o falecimento da senhora Maria Dolores Cabral e Silva. Diz a nota que, “em consequência do insucesso de um parto”, faleceu aquela senhora no dia 31 de janeiro, esposa do senhor Manoel Egydio da Silva. Ela era filha do musicista da banda 31 de Agosto, capitão Gregório Alves. O cortejo fúnebre aconteceu no dia seguinte, acompanhado pela banda 31 de Agosto, da qual a falecida era sócia.

¹⁵ Jornal *Gazeta da Vigia*, 8 de fevereiro de 1925. Ano, I, N. 13, p. 3.

¹⁶ Jornal *Gazeta da Vigia*, 14 de novembro de 1926. Ano, III, N. 51, p. 2 e 3.

¹⁷ Jornal *O Critério*, cidade da Vigia, 1 de fevereiro de 1929. Ano, I, N. 5, p. 4. Encontra-se uma cópia com o autor desse artigo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

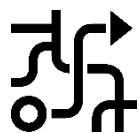
A cultura do cortejo fúnebre com as bandas musicais esteve presente desde o início do século XX até a década de 1970. No jornal “*Cinco de Agosto*” de 11 de setembro até 20 de fevereiro de 1944, não constam notas de sepultamento com acompanhamento de bandas musicais. Isso, porém, não significa dizer que essa tradição tenha deixado de existir, uma vez que o formato ideológico do jornal poderia omitir tais anúncios.

Algumas famílias mandavam anunciar notas de agradecimento às pessoas que compareceram aos rituais fúnebres, ao padre Alcides Paranhos e à determinada banda musical. A presença da banda nos préstitos fúnebres - na residência do falecido, na Igreja Matriz e na Capela do Bom Jesus dos Passos - servia como forma de homenagear aquele ente querido ou de amenizar o sofrimento da perda. Assim, a banda não tocava músicas “animadas”, mas sim marchas fúnebres para essa ocasião.

Esses funerais eram realizados por parte de uma elite tradicional de Vigia, famílias abastadas do comércio, políticos e do setor burocrático. Todos associados dessas bandas e também de outras instituições, sendo comum que alguns fossem associados de mais de uma - ou seja, das duas bandas musicais - garantido com isso, o cortejo fúnebre acompanhado por ambas.

Em certos casos, o caixão era forrado com pano de tricoline de cor branco e a veste preparada com a mesma fazenda; em outros, o caixão era forrado de veludo negro com inscrições prateadas, isso dependia da condição financeira de cada família. Os cortejos eram acompanhados pelas autoridades civis, pelas associações religiosas e sociais, pelas famílias, parentes e amigos.

Dependendo do falecido, os músicos das bandas acompanhavam os cortejos fúnebres devidamente uniformizados. Essa cultura da banda de música ainda possui resquícios na cidade de Vigia na atualidade (2024), sendo comum a presença da banda quando ocorre o falecimento de um músico pertencente a ela. Em raras exceções, quando o falecido era simpatizante de alguma banda, a



família contratava o grupo para acompanhar com marchas fúnebres o cortejo de seu sepultamento.

Trata-se de uma cultura que vem atravessando os séculos, embora tenha mudado a sua dinâmica quanto aos interessados pela presença da banda durante o funeral. Atualmente, a banda de música nos cortejos fúnebres mantém a função de prestar grande homenagem ao seu ex-músico ou membro da diretoria, para agraciar o cortejo de uma família que teve seu ente querido uma vida dedicada àquela banda.

As bandas musicais da Vigia ainda são as maiores instituições de inclusão de jovens no mercado de trabalho. Das escolas musicais formam-se a maioria dos músicos que fazem parte das bandas musicais da Polícia Militar de Belém, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Municipal. Também há músicos vigienses nas bandas musicais das Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - e na Banda musical do Corpo de Bombeiros do Estado de Macapá. Saíram dessas Bandas músicos que, hoje, são de renome nacional e até internacional; muitos deles também são compositores e arranjadores.

Em Vigia, as bandas musicais fazem parte do patrimônio imaterial da cultura musical da cidade. Os trabalhos desenvolvidos pelas bandas musicais, além das apresentações musicais, têm grande importância na vida dos jovens que estão aprendendo a musicalidade, pois mantêm viva a tradição musical da Vigia. O que fomenta a educação, a interação, oferece ocupação e oportunidade para centenas de jovens que delas participam.

As bandas musicais são parte integrante dos mais importantes acontecimentos vividos pelo povo vigiense, desde suas fundações, acompanhando com sua presença musical os eventos políticos, cívicos e sociais. E, principalmente, religiosos, ao fazerem parte dos festejos religiosos litúrgicos e profanos - não somente em Vigia, mas em diversos municípios paraenses.

REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, Paulo. *As Irmandades Religiosas em Vigia no século XIX*. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 2013.
- _____. *O Centenário da Banda Musical União Vigienense*. Cidade de Vigia-PA. Edição do Autor, 2016.
- GOMES, Plínio Freire. *O Ciclo dos Meninos Cantores (1550 – 1552)*. Música Aculturação nos Primórdios da Colônia. In: Revista Brasileira de História. América, América. Editora Marco Zero. SCT. CNPq - FINEP. São Paulo, vol. 11, n.º 2 – setembro 90/ fevereiro 91, pp. 187/198.
- HENRIQUE, Márcio Couto. “Introdução”. “A Irmandade e a religiosidade paraense no século XIX”. In: O senhor do céu não é o senhor da terra: a experiência religiosa dos escravos nas Irmandades paraenses (1839 – 1889). Monografia de conclusão do curso em Licenciatura e Bacharelado em História. Belém, UFPA, 1997. Mimeo IBGE – População estimada de 2018.
- SANTOS, Eduardo. *Depoimento sobre os sons dos sinos da Igreja Matriz* - dado a Paulo Cordeiro, Vigia, 2020, de 50 anos.
- SOEIRO, Antonio Igo Palheta. *Cultura funerária na cidade de Vigia no final dos oitocentos: transformações e permanências em torno do imaginário da morte (1860-1885)*. Monografia de Especialização em História da Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2008.
- LEITE, Serafim. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa. Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- NOGUEIRA, Raimundo Vasconcelos. *Depoimento sobre a cultura das bandas musicais* – dado a Paulo Cordeiro. Vigia 2019, de 86 anos (conhecido por “Parafuso”), in memoriam.
- PAULA, Jeane Duarte. *Dinâmica da atividade pesqueira na Costa Norte do Brasil: variação espaço-temporal da captura em relação ao esforço da pesca*. Dissertação em Ecologia Aquática e Pesca. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2018.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* (III e IV tomos), Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil* (v.2), São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 95-141.
- SILVA, Érika Amorim da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2005.

SALLES, Vicente. *Sociedade de Euterpe. As Bandas de Música no Grão-Pará.* 2ª Edição do Autor. Brasília, 1985.

ANEXOS



Figura I – Banda 31 de Agosto na década de 1970

Fonte: Arquivo site da culturavigilenga.com.br



Figura II – Banda União Vigiense de 1925

Foto: arquivo da banda musical União Vigiense.

CORTEJO FÚNEBRE ACOMPANHADO PELA BANDA MUSICAL UNIÃO VIGIENSE



Figura III - Saída do cortejo fúnebre acompanhado pela banda musical União Vigiense.

Fonte: Arquivo Paulo Cordeiro, julho de 2024.

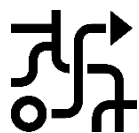


Figura IV - Cortejo fúnebre percorrendo a Av. Marciolino Alves em direção ao cemitério municipal.

Fonte: Arquivo Paulo Cordeiro, julho de 2024.



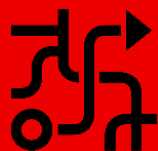
Figura V - Cortejo fúnebre acompanhado pela banda musical União Vigiense, chegando ao cemitério municipal São Francisco.



Fonte: Arquivo Paulo Cortejo, julho de 2024.x

Recebido em: 11/04/2025

Aprovado em: 03/11/2025



NOBRE, Aline Santos Nobre^{1*}

<https://orcid.org/0009-0009-2488-6487>

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa^{2**}

<https://orcid.org/0000-0002-4642-0444>

MARTINS, Carla Mara Matos Aires^{3***}

<https://orcid.org/0000-0002-5458-4289>

RESUMO: Este artigo aborda os processos históricos envolvidos na formação do Cemitério Santo Alberto, situado na zona leste da cidade de Manaus, no bairro Colônia Antônio Aleixo, antigo Leprosário Colônia Antônio Aleixo. A provável origem deste cemitério remonta ao ano de 1918, quando a cidade vivenciou significativas reformas urbanas, financiadas pela economia da borracha (final do século XIX e início do século XX). Tais reformas, pautadas nos ideais de higiene e salubridade da época, modificaram as formas de se relacionar com o espaço. As necrópoles passaram a ser construídas em lugares distantes da área central, pois eram consideradas veículos de miasmas. No caso do cemitério Santo Alberto, é provável que tenha surgido como alternativa para receber os mortos hansenianos, visto que, a longa distância favorecia a estratégia de manter afastadas as chances de contaminação pela lepra, como era denominada a hanseníase, uma doença muito temida naquele momento. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, exploratória, e descritiva. No que se refere aos tipos/meios, é bibliográfica, documental e de campo. O recorte temporal compreende o período de 1918 a 1978, abarcando desde o surgimento do Cemitério Santo Alberto até a transformação do antigo Leprosário Colônia Antônio Aleixo em bairro. A pesquisa utilizou como base os estudos de Foucault (2021), Giddens (1991), Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993), Mesquita (2006), Martins (2021) e Ribeiro (2011), buscando compreender as relações entre higienismo, exclusão, doença, memória e espaços cemiteriais no contexto da cidade de Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Cemitério Santo Alberto; Colônia Antônio Aleixo.

ABSTRACT: This article discusses the historical processes involved in the formation of the Santo Alberto Cemetery. Located in the east zone of the city of Manaus, in the Colônia Antônio Aleixo neighborhood, formerly the Colônia Antônio Aleixo Leprosary, its probable origins date back to

1918 when the city experienced significant urban reforms, financed by the rubber economy. Such reforms, based on the ideals of hygiene and health of the time, changed the ways of relating to the space. Necropolises began to be built in places far from the central area, as they were considered vehicles of miasma. In the case of the Santo Alberto cemetery, it is likely that it emerged as an alternative to receive the leprosy dead, since the long distance favored the strategy of keeping the chances of contamination by leprosy, a very feared disease at that time, at bay. Regarding methodology, the research is qualitative, exploratory, and descriptive. Regarding the types/means, it is bibliographical, documentary, and fieldwork. The time frame covers the period from 1918 to 1978, spanning from the establishment of the Santo Alberto Cemetery to the transformation of the former Colônia Antônio Aleixo Leprosarium into a neighborhood. The research used as a basis the studies of Foucault (2021), Giddens (1991), Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993), Mesquita (2006), Martins (2021), and Ribeiro (2011), seeking to understand the relationships between hygiene, exclusion, disease, memory, and cemetery spaces in the context of the city of Manaus.

KEYWORDS: Memory; History; Santo Alberto Cemetery; Colônia Antônio Aleixo.

^{1*} Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (Bolsista FAPAM). Faz parte dos grupos de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAM) e Observatório de Turismo – UEA. E-mail: asn.alinenobre@gmail.com

^{2**} Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil e Mestra em História pela mesma Universidade. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - NIPAAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica.

³ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas (Bolsista FAPAM). Faz parte dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia – NEPECAB e Investigações sobre Memória Cultural em Artes e Literatura – Memocult.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, os ideais de modernidade, assentados, principalmente, no contexto europeu, atingiram o Brasil promovendo significativas reformas urbanas nas principais cidades. A partir do Rio de Janeiro, consagrado como novo centro de poder do Império recém-instalado, deu-se início a uma mobilização de reorganização citadina seguida por várias capitais provinciais, que passaram a defender um discurso voltado para a necessidade de “civilizar” a sociedade.

Lapa (2008) explica que o termo modernidade não se fazia presente nos discursos e falas oficiais, ao invés disso, para expressar a concepção do ideal desejado, utilizavam-se os termos civilização e progresso, frequentemente trazidos para endossar as reformas e inserir regras de comportamento mais alinhadas ao novo modelo urbano. A cidade, como centro comercial e projeção do novo ideal, passa a ser o antro de reformas e mudanças.

Sobre a imposição de novos padrões de comportamento desencadeados por esse pensamento, Vattimo (1989) considera que a partir da modernidade se tornou determinante “ser moderno”. Ser moderno significava desvencilhar-se do passado e romper com valores antigos. Essa concepção, ligada ao Iluminismo, considerava a história como um único curso a ser seguido por toda humanidade, caminhando em direção ao progresso e assumindo como critério um ideal de homem, no caso o homem moderno europeu.

Por essa perspectiva, Giddens (1991, p.8) assinala que a modernidade “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Lapa (2008), sobre os ideais de modernidade e o modo como eles ditaram grandes transformações nas cidades entre meados do século XIX e início do XX, salienta que:

Novas ideias e novos ideais são propostos, perseguidos e aceitos. Novos comportamentos decorrem deles, conformando aos poucos a cidade à sua disciplina. (...). Nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceituação e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde. (...). Impõe-

se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos, que não mais correspondem ao que é tido como urbano e civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só se atinge transformando a vida social para melhorá-la” (Lapa 2008, p. 17,18).

O mesmo ocorreu em Manaus durante o ciclo da borracha, cujo ápice aconteceu nos fins do século XIX e primeira década do século XX (Mesquita, 2006), pois a forma como a modernidade e o capitalismo se estabeleceram criou relações contraditórias que se manifestaram na substituição de costumes locais e no surgimento de novos espaços, incluindo aqueles de segregação.

Os recursos gerados pela economia gomífera proporcionaram à cidade mudanças radicais nos aspectos físicos e culturais. Para tanto, os códigos de postura serviam como mecanismos de regulação do uso do espaço central, que não se limitava apenas a configuração espacial, mas incluía também os comportamentos.

Assim, as reformas urbanas empreendidas pelo poder público tinham a intenção de projetar para o mundo uma imagem de modernidade e civilidade que seguia os padrões das sociedades consideradas mais cultas, principalmente do mundo europeu. Desse modo, os pedintes, os doentes hansenianos e variolosos passaram a ser considerados como um obstáculo para o ideal de progresso que se pretendia alcançar, portanto havia um esforço dos governantes em afastar pessoas e lugares do centro da cidade que pudessem dificultar a construção da cidade moderna.

Para evitar o “problema” da circulação dos hansenianos na região central da cidade, foram organizados lugares para receber estes doentes, pois embora outras epidemias já tivessem atingido a cidade, a hanseníase configurava-se como fator de ameaça por se tratar de uma doença contagiosa e cientificamente pouco conhecida naquele momento.

Conforme analisam Schaweickardt e Xerez (2015) no artigo *A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença*, nenhuma outra doença mobilizava ações beneficentes como a hanseníase. O forte apelo se

dava por causa do medo de ser contaminado e pela condição física e social dos doentes, cujas lesões no corpo lhes imputavam imagens estigmatizadas frequentemente associadas a noções de impureza, ficando os doentes sujeitos a medidas de isolamento e exclusão social. Adoecer de lepra/ hanseníase significava uma verdadeira morte social, como descreve Salatiel Gomes (2020) em sua pesquisa sobre o isolamento compulsório no Amazonas, pois a pessoa, ao ser atingida pela doença, levava consigo o medo, a rejeição e muitas incertezas.

Ribeiro (2011), ao abordar sobre como o bairro Colônia Antônio Aleixo surgiu, relata que o primeiro local destinado para o abrigo dos doentes hansenianos foi a Santa Casa de Misericórdia, mas devido à falta de recursos para tratar e manter os doentes, estes foram realocados para o Umirizal, local situado nos arredores do atual bairro São Raimundo e que funcionava como abrigo aos portadores de varíola.

O lugar comportava um conjunto de habitações feitas em palha, as quais não apresentavam segurança ou estrutura adequada, ficando os seus habitantes vulneráveis à ação das chuvas e aos animais da floresta. As pessoas sem o diagnóstico de lepra (hanseníase) compartilhavam o mesmo espaço que as demais.

Em 1907, o médico Alfredo da Mata propôs que o Umirizal fosse transformado em abrigo-colônia para os hansenianos. Após algumas tentativas de construção de outros espaços para acolher os doentes, incluindo o hospital-modelo denominado Leprosário Paredão do Rio Negro, que não chegou a operar, os enfermos foram removidos para um novo Leprosário chamado Belisário Penna, situado na região de Paricatuba, onde antes funcionava uma casa de detenção, à margem do Rio Negro.

Na tentativa de promover a inclusão dos hansenianos ao convívio social, em 1942 eles foram transferidos para onde hoje se situa o bairro Colônia Antônio Aleixo (Zona Leste da Cidade). Por causa da distância do centro, o local satisfazia as autoridades e a população que se sentia ameaçada por causa do estigma da doença.

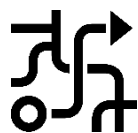
Afastar os doentes da visibilidade pública foi a estratégia encontrada pelos administradores da cidade. Adotou-se o que Foucault (2021) menciona como mecanismo do exílio, de purificação do espaço urbano em que medicalizar alguém significa mandá-lo para fora e assim purificar os outros. A respeito do lugar dos mortos, das necrópoles, Martins (2021) na sua análise iconográfica de esculturas do Cemitério Municipal de São João, destaca que as concepções modernas de higiene modificaram a forma de lidar com a morte e com os mortos. Os cemitérios passaram a ser construídos afastados do centro urbano, pois eram considerados vetores de miasmas.

Diante deste cenário, este estudo busca apresentar os possíveis processos históricos envolvidos na formação do Cemitério Santo Alberto. A pesquisa compreende o período de 1918 a 1978, abarcando desde o surgimento do Cemitério Santo Alberto até a transformação do antigo Leprosário Colônia Antônio Aleixo em bairro.

O estudo utiliza a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com embasamento teórico em Foucault (2021) a respeito dos “medos urbanos” que inclui a doença e a morte (o que, claro, se estendia aos doentes e aos mortos), Giddens (1991) e Lapa (2008) que permitem compreender como os ideais de modernidade e as políticas higienistas foram catalisadores de significativas reformas urbanas. Além dessa reflexão, utilizou-se ainda estudos sobre a história da cidade de Manaus e seus cemitérios, tais como e também sobre o bairro Colônia Antônio Aleixo.

O conceito de memória também ocupa um papel central neste trabalho, pois é por meio da memória coletiva que se constroem os vínculos entre o passado e o presente. Conforme Halbwachs (1990), a memória é sempre social, resultado das interações e reconstruções do grupo que a partilha. A Memória reclama um espaço físico para ser ativada e estimulada, e por isso pode ser considerada uma fonte de testemunhos, pois a presença de um grupo deixa marcas num lugar que evocam as pessoas e as relações que ali se estabeleceram.

Pollack (1992), por sua vez, assinala a memória como um elemento crucial na construção do sentimento de identidade, tanto individual como



coletiva, uma vez que, confere a coesão e continuidade histórica do grupo. Nesse contexto, é possível compreender os cemitérios como lugares de memória como propõe Pierre Nora (1993) que entende os lugares de memória como aqueles que guardam restos de outros tempos, uma história que já foi vivida e, contudo, permanece viva promovendo o ritual. Numa análise mais ampla, pode-se conceber ainda, o espaço cemiterial, como bem cultural que articula memória e identidade na materialidade e no intangível.

O LUGAR DOS MORTOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE MANAUS

Em seus estudos sobre o Cemitério de São João Batista, Martins (2021) apresenta um percurso histórico dos primeiros cemitérios de Manaus e descreve que até 1952, quando a cidade se tornou capital da província do Amazonas, as práticas

de sepultamento cristão aconteciam principalmente no interior e ao redor das igrejas, um costume trazido pelos colonizadores europeus.

Os sepultamentos ocorriam desta maneira desde a construção da igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro nas proximidades do Forte de São José no século XVII. Contudo, esta prática aceita durante mais de um século, passou a fazer parte das preocupações dos gestores públicos que se comprometiam a promover melhorias na Província.

Como parte das ações de melhoramento, em 1853, o presidente Herculano Ferreira Pena (1811-1867) considerou urgente a construção de um cemitério público para a capital. Tal atitude alinhava-se com a política sanitária nacional que, desde os anos de 1830, era pautada em teorias médico-científicas, principalmente no modelo civilizatório francês, e buscava encerrar os sepultamentos eclesiásticos.

Na medida em que a proposta civilizatória ganhava força, exigia-se o afastamento dos mortos da convivência com os vivos, pois acreditava-se que os cemitérios eram veículos de miasmas e contaminação.

Os médicos viam os enterros nas igrejas por uma ótica radicalmente diferente da que vimos até aqui. Para eles, a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. (Reis, 1991, p.247).

Ainda segundo Martins (2021), a fim de encontrar uma resolução para a questão da insalubridade relacionada às práticas de sepultamento, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, atribuiu as Câmaras Municipais a responsabilidade de estabelecer cemitérios fora das igrejas, o que devia ocorrer em consonância com a principal autoridade eclesiástica de cada lugar. No entanto, esta mudança encontrou dificuldades de implantação devido à falta de recursos financeiros previstos por esta lei e por causa da resistência popular ao rompimento da tradição dos ritos de sepultamento eclesiásticos, os quais eram considerados importantíssimos para a fé cristã.

Mais tarde, em 1848, o Código de Posturas Municipais do Amazonas obrigava as Câmaras Municipais ao cumprimento da Lei Imperial, com a instituição de cemitério com capela para realização dos sepultamentos até o fim do ano de 1852. No caso do não cumprimento da ordem, cada membro ficaria sujeito à multa de 30 mil réis.

Em 1854, uma área situada na Estrada da Cachoeira Grande (atual Avenida Epaminondas) foi considerada adequada para construção do cemitério, mas a falta de mão-de-obra e matéria-prima para erguer a Capela inviabilizou sua efetivação. Desse modo, o presidente da província optou por cercar a área que ficava atrás da Igreja dos Remédios para servir como cemitério público provisório. O lugar já era utilizado para enterramentos devido à proximidade com a igreja, além disso, o local era bastante isolado e distante das casas residenciais. Assim surge o primeiro cemitério público da cidade, mesmo que de forma provisória, denominado Cemitério dos Remédios ou da Cruz (figura 01).



Figura 1 - Representação do Cemitério dos Remédios, criado em 1854. Ao fundo, no centro, observa-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. **Fonte:** NERY, 1885. Ilustração acessada no acervo do Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-dos-remedios/#materia>. Acesso em 05/07/2023

O cemitério dos Remédios foi alvo de muitas críticas, pois, devido ao aumento populacional, o lugar já não comportava espaço suficiente para atender a demanda da cidade. Essa situação foi agravada em junho de 1855, quando a epidemia de cólera chegava à cidade através do vapor Marajó que, vindo do Pará, trazia alguns doentes, dentre eles duas foram vítimas fatais. A fim de evitar o contágio, uma das medidas tomadas foi enterrar os corpos das vítimas em lugar distante.

O cenário suscitou a necessidade de construir um novo cemitério público mais próximo das exigências sanitárias, visto que o provisório foi considerado inadequado e um risco para saúde pública. Novamente foi realizada a busca de um novo local para abertura do cemitério, porém outra epidemia alastrava a cidade, no caso a febre amarela, com efeitos mais devastadores.

Desde a confirmação do primeiro caso em fevereiro de 1856, até junho daquele ano, tinham sido infectados dois terços da população e os falecimentos já chegavam a 142 ocorrências. O alto índice de mortos fez com que o Cemitério São José (figura 2) começasse a receber os falecidos sem estar devidamente estruturado.

Os enterramentos no cemitério dos Remédios foram encerrados no dia 7 de março de 1856. Somente em maio daquele ano as obras do novo cemitério

público foram concluídas, tendo a sua inauguração ocorrido no dia 06. Em 1856 também foi aprovado o Regulamento do Cemitério Público da Capital, o qual intencionava promover uma ordem a respeito dos sepultamentos, tendo em vista que práticas antigas estavam ocorrendo no cemitério público.

No regulamento, foram estabelecidas diretrizes quanto ao tamanho das covas e sua profundidade, a distância entre elas, a enumeração, como também disposições no caso de vítimas de epidemias. As regulamentações agora disciplinavam o mundo dos vivos e também dos mortos.

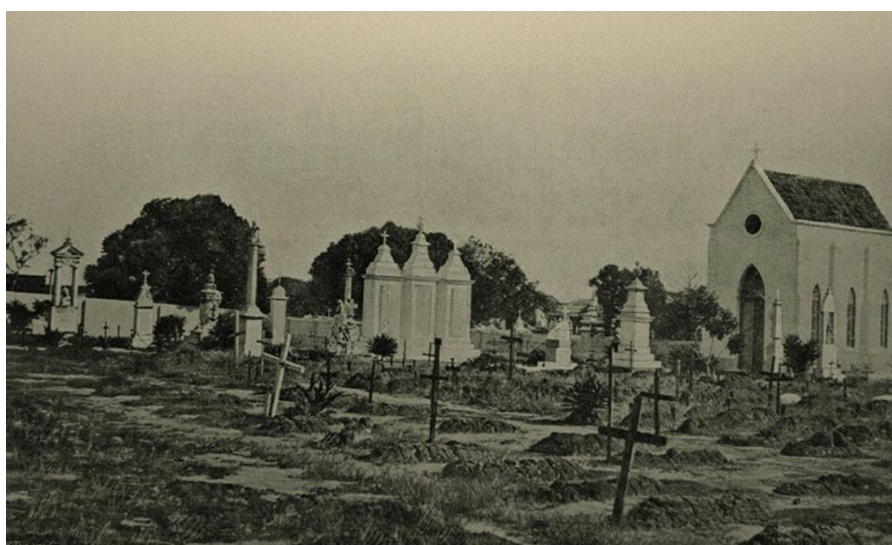


Figura 2- Vista do antigo Cemitério São José que posteriormente seria também chamado como “Saudade”. Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-jose/#materia>. Acesso em 05/07/2023

Na década de 1870, a preocupação com os cemitérios públicos voltava a fazer parte das questões problemáticas. Mais uma vez uma nova epidemia tomava conta da cidade, tratava-se da varíola. Para evitar o contágio, o presidente Domingos Peixoto mandou construir um lazareto na margem direita do igarapé da Cocheira Grande, num terreno concedido pelo Seminário Episcopal (Morro do Seminário), para onde deveriam ser levados os doentes.

O local foi considerado satisfatório porque ficava distante da região central, evitando assim a propagação da doença. Em 1874, o cemitério São José encontrava-se em estado de superlotação, no entanto, a construção de uma nova necrópole se arrastaria por mais algum tempo com o controle da varíola.

De acordo com Martins (2021), até 1879, após passar por algumas reformas, o Seminário continuava a receber os variolosos. Para os que morriam no lazareto foi construído um espaço cemiterial, a oeste das enfermarias. Somente a partir de 1887, ações com o intuito de providenciar a construção de uma nova necrópole voltariam a ocorrer. Uma área próxima ao cemitério dos variolosos foi o local escolhido pelo corpo médico da cidade para abertura do novo cemitério.

Contudo, caminhando em direção oposta, o presidente Conrado Niemeyer decidiu ampliar o Cemitério São José para o norte e destinar a área cemiterial do Morro do Seminário (posteriormente denominado São Raymundo) apenas para as vítimas de epidemias, acreditando que assim resolveria a questão, já que não havia recursos para um novo cemitério:

Em ofício de 10 de setembro ponderou-me o Dr. inspetor de higiene que o cemitério de São José desta capital quase repleto expediu providências para que de 1º de outubro em diante os enterramentos se fizessem no novo cemitério, a margem direita do igarapé da Cachoeira Grande (...) Depois de ouvir sobre o assunto a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia e a câmara municipal resolvi, em 19 do mesmo mês aproveitando as opiniões emitidas pelas ditas corporações, que se alargasse o cemitério de São José para o lado septentrional, onde já existiu um cercado a ele pertencente, ordenando que se fizesse com urgência um novo cercado nessa área e que se rompesse o paredão do cemitério para dar passagem para aquele lado (...) Tomei tal alvitre em consequência de não comportar o dito cemitério mais enterramentos, e de não dispor a presidência de crédito para mandar construir uma capela no novo e para a construção de uma ponte que se torna indispensável para comunicação constante entre esta cidade e aquele cemitério. (Niemeyer, 1888, p.12, apud Silva, 2012, p. 92)

A falta de espaço cemiterial para atender a demanda da população, que crescia vertiginosamente por causa da imigração, atestava a urgência da construção de um cemitério público de maior estrutura. Dois anos depois, o governo solicitava à Superintendência Municipal a indicação de um local para o novo campo santo. O terreno escolhido compreendia uma área próxima ao reservatório de água do Mocó, o que causava alguns descontentamentos, tendo em vista o medo da contaminação das águas. Apesar das críticas ao novo lugar

escolhido, no dia 5 de abril de 1891, foi inaugurado o cemitério público São João (Duarte, 2009).

Novos regulamentos foram estabelecidos para o uso dos espaços cemiteriais, considerando os padrões modernos de salubridade. A cidade de modo geral vivenciava profundas reformas urbanas e os campos santos também deveriam fazer parte das mudanças. O código de posturas de 1892, que destacamos a seguir, promulgava a respeito do horário dos enterramentos que deveriam ocorrer entre 6 horas da manhã até 6 da tarde, como também regras para o sepultamento das vítimas de doenças contagiosas. O não cumprimento de algumas dessas determinações imputava ao infrator a aplicação de multas e até mesmo prisão.

Desde o início de seu funcionamento, o cemitério São João era alvo de críticas, por causa da proximidade com o reservatório de águas do Mocó, e estrutura insuficiente, sendo até mesmo cogitado o encerramento das atividades de sepultamento no local. O medo de que os cemitérios poderiam ser veículos de transmissão de doenças se fazia muito presente nos discursos médicos no início do século XX.

Acreditava-se que os ventos poderiam transportar germes e contaminar a cidade, como observa o Superintendente Artur Araújo: “os ventos dominantes, soprando na direção sudoeste, arrastam para a cidade os germes deletérios que saturam a atmosfera, e, portanto, está também condenado o cemitério São João sob este ponto de vista” (Araujo, 1901, p.19 apud Silva, 2012).

O cemitério continuou a funcionar e teve seu terreno ampliado em 1904. De acordo com Nagel (2011), a razão de o cemitério continuar operando talvez possa ser explicada pelo fato de a elite manauara creditar a esse lugar um símbolo de afirmação social em consonância ao momento de prosperidade econômica que a cidade experimentava. Porém, o ideal estético se aproximaria do desejado apenas com as reformas empreendidas pelo superintendente Adolpho Lisboa (1862-1913), que em 1906 equipou a necrópole com uma capela e gradis de ferro. Desse modo, o lugar “tornava-se meio de exaltação de figuras proeminentes da vida pública local e de distinção de famílias importantes” (Martins, 2021, p. 83).

Em contraponto, aos mortos vítimas de doenças contagiosas sempre se fazia presente a criação de espaços específicos (afastados das áreas mais povoadas) como forma de evitar a propagação de epidemias. Conforme referenciado anteriormente, o cemitério de São Raymundo por muitos anos recebeu vítimas de epidemias que se sucediam na capital.

Um decreto assinado pelo governador Eduardo Ribeiro, em 2 de abril de 1891, proibiu a partir de então a realização de enterramentos nos cemitérios de São José e no São Raymundo, atendendo às recomendações de higiene. No entanto, em 1897, a própria Higiene Pública estabelece que os enterramentos de variolosos deixassem de ocorrer no cemitério público de São João e fossem realizados apenas no São Raymundo, pois ajudaria a diminuir o contágio. Assim, os sepultamentos no Cemitério de São Raymundo (figura 3) de vítimas de epidemias continuaram até a década de 1920.



Figura 1 - Vista do Antigo Cemitério São Raimundo estabelecido em 1879. Fonte: Acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-raimundo/> acessado em 17/07/2023

Nesse contexto, acredita-se que os falecidos acometidos pelo mal de Hansen, tinham como destino final o Cemitério Santo Alberto situado no atual bairro Colônia Antônio Aleixo, que teria sido fundado nos fins da década de 1910,

conforme Duarte (2009). Por essa perspectiva, se observa a ligação histórica do cemitério com o próprio surgimento da Colônia Antônio Aleixo.

Lewis Mumford (1998), a respeito do surgimento das cidades afirma que o homem, antes de se organizar em cidades de fato, já reunia seus mortos nas cavernas ou próximos das cavernas e por isso podemos considerar que as cidades dos mortos são anteriores às cidades dos vivos. É possível relacionar as considerações do autor com o surgimento da Colônia Antônio Aleixo, pois a forma como o bairro se originou, sendo, de certo modo, resultado das políticas de projeção de modernidade inseridas no contexto da Belle Époque manauara, teve como elo entre o passado e o presente o seu cemitério.

É interessante observar como as contradições vivenciadas na Manaus dos vivos também se estendiam à cidade dos mortos. Como disse Hartog (1999, p. 161) “diz-me como morres que eu te direi quem és”. No período áureo da borracha, Manaus experimentava o fausto e vivia dualidades. Apenas uma seleta parte da sociedade usufruía dos benefícios da economia do látex, enquanto que a camada mais pobre era frequentemente desassistida desses benefícios, sendo obrigada a morar em bairros improvisados e distantes do centro, ou residir nos cortiços insalubres.

A falta de uma infraestrutura básica e condições mínimas de higiene deixavam os menos favorecidos muito mais vulneráveis a doenças do que a burguesia. O cemitério público de São João se consagrou como símbolo da riqueza daquela época, onde eram sepultados os membros das famílias mais distintas.

Em relação aos mortos vítimas de doenças contagiosas, os cemitérios mais longínquos configuravam o seu destino final. Nesse sentido, pode-se entender que os cemitérios, como extensão da vida social, também marcam as distinções. No caso da doença, o medo do contágio que assombrava a população era o elemento de distinção entre afortunados e desafortunados.

CEMITÉRIO SANTO ALBERTO: UM CEMITÉRIO DE MEMÓRIAS VIVAS

Nos primeiros anos do século XX, o cuidado com a hanseníase adquiriu novos contornos, os quais ultrapassaram o sentido da caridade religiosa

exercida, principalmente, pela Igreja Católica, para se tornar um problema nacional de caráter militar. Assim, a hanseníase (ou lepra, como era denominada) constituiu-se em uma “ameaça” que precisava ser combatida e resolvida, conforme aponta Curi (2002).

O tom alarmista sobre a situação da doença no Amazonas acompanhava os discursos dos médicos sanitaristas locais, que apontavam a possibilidade de uma contaminação generalizada devido à insuficiência e precariedade das instituições de acolhimento existentes. Tais discursos pretendiam alcançar o apoio do poder público e o envolvimento da sociedade.

Em seu relatório, intitulado *Um ano de Campanha*, o chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Amazonas, Samuel Uchôa (1926, p.18), apresenta o cenário da hanseníase no Estado, destacando que:

O mal de Hansen é o maior do Amazonas, é a mais tremenda ameaça que paira sobre a sorte deste povo. Tempo virá em que o combate à lepra rios de dinheiro (verificar na fonte), numa grande campanha que se estenderá pelo Estado inteiro, rio a rio, cidade a cidade, seringal a seringal. Não exagero. O censo esclarece, em sua expressão fria, o que silêncio e o senso podem dizer a V. Excia. Nesta mesma hora, que somente em Manaus e arredores, há 520 doentes de Hansen. (Uchôa 1926, p.18)

Como parte das medidas sanitárias adotadas tanto no Amazonas quanto no restante do território brasileiro, segregava-se os hansenianos em lugares distantes do centro urbano, sendo esta uma alternativa encontrada para abrigar os doentes e evitar a propagação da hanseníase. Com esse intuito, os leprosários e/ou hospitais-colônias foram criados para receber os doentes e evitar o contato com a população “sadia”. Ou seja, como afirma Curi (2002), combater a lepra significava combater os doentes.

Esse caráter combativo, ao qual se refere Curi (2002), pode ser observado nas palavras do então governador do Amazonas, Antônio Monteiro de Souza, ao se dirigir à Assembleia legislativa do Estado no dia 14 de julho de 1927. Na mensagem, o governador expõe as dificuldades orçamentárias para instalação de um leprosário mais eficiente, destacando que “o isolamento ainda é o elemento hercúleo com que se pode enfrentar tão tétrico inimigo” e também que

“de

quantos existem no Amazonas, o problema da lepra é o que mais pede a atenção dos poderes públicos, em defesa do bom nome do Estado e da nossa própria raça”. Ribeiro (2011), por sua vez, observa que não houve participação ou consulta da sociedade sobre a construção das colônias no Brasil, isto porque o propósito maior dessas instituições consistia em acabar com a doença eliminando os atingidos.

Não obstante, Curi (2002) descreve que, em um primeiro momento, a proposta de isolar os doentes em lugares específicos encontrou no fator financeiro o entrave para a sua implantação. Verificou-se que o confinamento dos hansenianos num empreendimento sob a tutela do Estado renderia um custo muito alto, o que levou médicos, arquitetos e políticos a buscarem alternativas que fossem economicamente viáveis para ultrapassar o obstáculo que impedia a concretização de uma profilaxia da hanseníase. Assim, os médicos Oswaldo Cruz e Arthur Neiva propuseram o isolamento em ilhas, pois, nesse caso, o mar seria uma alternativa econômica de segurança, impedindo possíveis tentativas de fuga.

Na esteira desse pensamento, em 1926, Belisário Penna, então diretor do Departamento de Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, sugeriu a criação de dois municípios autônomos para onde todos os hansenianos do país, obrigatoriamente, deveriam ser enviados, sendo um localizado na região norte e outro na região sul.

Os governos federal e estadual auxiliariam apenas naquilo que estas cidades não conseguissem produzir para sua sobrevivência. Tais municípios deveriam ter o seu entorno militarizado e guarnecido por um batalhão do exército constituído para esta finalidade. Recomendava-se a construção de fossos, trincheiras e guaritas para uma vigilância mais eficiente e qualitativa. Com essas medidas, acreditava-se que, em pouco tempo, os municípios se tornariam autossuficientes e os auxílios dos governos seriam desnecessários.

Outra proposta apresentada, desta vez pelo arquiteto Abelardo Soares Caiuby, consistia na criação de “zonas de concentração”, que apresentariam estrutura semelhante à ideia de Belisário Penna, mas em quantidade maior. Curi

(2002) explica que estas ideias ‘excêntricas’ não entraram em vigor devido aos conflitos políticos que poderiam causar. Segregar todos os doentes do Brasil num único local poderia resultar em revoltas, pois as famílias ficariam transtornadas e exerceriam forte pressão social e política.

Apesar das propostas de isolamento, idealizadas por Oswaldo Cruz e Arthur Neiva, bem como por Belisário Penna e Abelardo Caiuby, não terem sido efetivadas, as colônias no Brasil foram construídas com características semelhantes a pequenos municípios. Tratavam-se de locais afastados, onde era permitido transitar livremente apenas dentro do perímetro da colônia.

A livre circulação nos limites das colônias e a vida compartilhada com os demais doentes imprimia uma aparente liberdade, o que contrastava com o sistema de vigilância constante exercida sobre os adoecidos. Neste sentido, as colônias podem ser analisadas a partir da perspectiva de Erving Goffman (1961) sobre as instituições totais, que compreendem os lugares caracterizados pelo seu “fechamento” por meio do estabelecimento de barreiras que buscam manter os internados segregados e afastados do contato social do mundo exterior.

No caso do Amazonas, o Umirizal (figura 4) foi o primeiro local destinado especificamente ao cuidado dos hansenianos, seguido de outras tentativas de construção de asilos, como o “Paredão”, que não chegou a operar, e o leprosário Belisário Penna em Paricatuba. Este último funcionou até meados de 1967, ano em que foi desativado e os internos transferidos para os pavilhões do leprosário da Colônia Antônio Aleixo, o qual funcionava desde 1942.

É, portanto, no cenário de crescimento dos casos de hanseníase e fortalecimento de políticas voltadas para uma profilaxia do mal de *hansen* que teria surgido o bairro da Colônia Antônio Aleixo, como aponta Tavares (2011). Para a pesquisadora, a história do bairro Colônia Antônio Aleixo pode ser compreendida a partir dos seguintes acontecimentos: como leprosário, abrangendo o período de 1942 a 1966 em regime de total isolamento; como Colônia, no período de 1967 a 1972, com a abertura para visitas de parentes e formação de famílias; como hospital-colônia, de 1973 a 1977, para tratamento do paciente até sua avaliação e alta hospitalar; e, por fim, o momento do processo de desativação e transformação da Colônia em bairro.

Entretanto, antes mesmo do surgimento do leprosário, já funcionava na atual Colônia Antônio Aleixo o cemitério Santo Alberto, cujo início de suas atividades remonta a 1918, conforme aponta Durango Duarte (2009). Essa informação foi corroborada pela atual equipe administrativa do cemitério, a qual relatou a existência de um “livro de inumanos” correspondente ao ano supracitado, mas que se encontra desaparecido desde um extravio em 2005.

Considerando, pois, que o espaço já era utilizado em 1918 para o sepultamento de doentes acometidos pela hanseníase, a história do bairro está intrinsecamente relacionada à história do cemitério Santo Alberto, sendo o segundo uma ponte que amplia a trajetória do primeiro, de modo que podemos afirmar que a cidade dos mortos é anterior à cidade dos vivos.

Assim, é importante também considerar o contexto em que o cemitério Santo Alberto começou a operar. Trata-se do início do século XX, quando a República passava por um período de consolidação, impondo, pois, novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais articuladas sob um projeto de modernização do país.

Nesse período, uma das preocupações centrais de médicos sanitaristas e governantes passou a ser as epidemias que assolavam periodicamente as cidades brasileiras, uma vez que a saúde pública passou a integrar tal projeto modernizador, tornando-se uma questão relevante, inclusive em relação ao saneamento dos chamados sertões, isto é, dos lugares considerados distantes e isolados do poder do Estado. Em tal âmbito estavam incluídas as regiões Norte e Nordeste, as quais se tornaram alvos das ações higienistas.

Diante da dificuldade de mensurar a situação médica de todo território brasileiro, por causa da dimensão geográfica, foram organizadas algumas expedições científicas ao interior do Brasil com o intuito de mapear a realidade dessas áreas e integrá-las ao plano de modernidade. No território amazônico, destaca-se a expedição assinada por Oswaldo Cruz de 1912 a 1913. Os resultados destas incursões apresentaram um cenário completamente diferente do ideal de progresso almejado pelo governo republicano. Dentre as mazelas identificadas nos sertões estavam a malária, a leishmaniose, a ancilostomose e a lepra.

A ampla divulgação dos relatórios e estudos das expedições científicas realizadas provocaram debates sobre as doenças no país, exercendo forte pressão quanto a urgência de políticas de saúde voltadas para a resolução do cenário problemático exposto pelos médicos sanitaristas, o que deu origem a disseminação de várias campanhas a fim de sensibilizar a sociedade.

A hanseníase, contudo, ainda não havia sido inserida na estratégia de saúde do país até 1917, pois foi preterida frente a outras moléstias, tais como a doença de Chagas, a malária e a leishmaniose. Para que o mal de *hansen* fosse incluído como prioridade nas políticas nacionais, médicos leprologistas tiveram que insistir em projeções sobre o futuro da doença caso as medidas de saúde não fossem tomadas. A insistência do movimento sanitarista, com debates e discussões sobre a lepra, resultou na criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV) em 1920.

Em Manaus, naquele mesmo ano, ocorreu a instalação do Serviço de Profilaxia Rural, que ficou sob a direção do médico Samuel Uchôa. Cabe destacar, ainda, que durante esse período a cidade já havia passado por intensas reformas urbanas e ações de embelezamento, no entanto, após a derrota da economia da borracha, inúmeros seringueiros espalhados no interior do Amazonas deslocaram-se para a capital, estando grande parte deles já doentes ou enfraquecidos quando chegaram, o que se explica devido às condições precárias dos seringais. Por isso, conforme Adriana Cabral (2010, p. 73), “o que se assistiu então foi a chegada de um povo doente – principalmente de impaludismo, verminoses e de “lepra” – que se juntava aos que já habitavam a ‘Paris dos Trópicos’”.

Martins (2021) observa que apesar dos avanços no setor de higiene pública, as doenças pareciam assombrar a população de Manaus com frequência, vitimando uma quantidade significativa de pessoas. Sobre isso, Márcio Páscoa destaca que:

O maior medo da população e dos visitantes da cidade, eram as epidemias. Grassavam como na época da província. Era como se nenhuma medida tivesse sido tomada, como se os avanços da ciência trazidos pelos renomados sanitaristas que Manaus acolhera, de nada tivessem adiantado. As conquistas neste

campo foram muito lentas, diante dos esforços (Páscoa, 1997, p. 46).

Dentre as doenças que atingiram a cidade estavam a varíola, a febre amarela, a malária (impaludismo), a tuberculose pulmonar, a gripe espanhola e a lepra. Para atender as vítimas fatais de doenças contagiosas, o cemitério São Raymundo era utilizado para este fim desde seu primeiro ano de funcionamento, 1888, até o ano em que foi desativado, 1891. A distância do centro da cidade satisfazia a intenção de manter afastadas as possibilidades de contaminação.

Apesar de seu encerramento oficial, o cemitério continuou funcionando até a década de 1920. Nessa conjuntura, é possível supor que o cemitério Santo Alberto tenha surgido em 1918 como parte das iniciativas higienistas de evitar o contágio pela hanseníase, uma doença estigmatizada, pouco conhecida cientificamente e considerada um “grande mal”.

Situado a aproximadamente 20 km de distância do centro urbano de Manaus, a localização do cemitério Santo Alberto parecia conveniente diante da necessidade de diminuir as chances de contágio, já que os cemitérios por si só eram considerados veículos de miasmas. Mais tarde, com o crescimento dos casos de hanseníase, esta mesma área onde se localizava o cemitério foi escolhida para a construção do Leprosário Colônia Antônio Aleixo, visto que o leprosário de Paricatuba tornou-se insuficiente para atender o número crescente de vítimas da hanseníase.

O leprosário da Colônia Antônio Aleixo foi inaugurado no dia 10 de fevereiro de 1942, contando com uma infraestrutura considerada mais adequada e de acesso mais viável, possibilitando inclusive o deslocamento dos doentes por via terrestre. Anteriormente, em 1930, o local havia funcionado como um alojamento para os imigrantes nordestinos convocados no governo de Getúlio Vargas para reativar os seringais da Amazônia, os chamados soldados da borracha. Na época, foram construídos 16 pavilhões que serviam como base para os imigrantes, que permaneciam lá até serem transferidos para os seringais no interior do Estado.

Com a partida dos nordestinos, o lugar ficou abandonado e, após uma avaliação das instalações, o médico Menandro Tapajós juntamente com Antônio Aleixo idealizaram o projeto de construção de uma leprosaria com estrutura adequada para os hansenianos. Assim, em 1942, com apenas seis doentes, deu-se início às atividades do Leprosário Colônia Antônio Aleixo, que mais tarde se tornaria o atual bairro da Colônia, segundo Ribeiro (2011) e Gomes (2021).

Acerca do Cemitério Santo Alberto, da época de seu surgimento, nada permaneceu a não ser o próprio terreno acidentado, o qual mais tarde, na década de 1942, passou a ser utilizado pelos internos do extinto Hospital Colônia Antônio Aleixo para o sepultamento de seus mortos. Atualmente o cemitério Santo Alberto está organizado em cinco quadras, numa área de aproximadamente 2, 403 hectares, sobre a qual estão distribuídas em torno de três mil sepulturas, com mais de treze mil inumados (figura 4).



Fonte: SEMULSP.

A respeito da ordenação das sepulturas, não há um ordenamento referente ao período histórico de cada sepultura, assim como não existe oficialmente distinções espaciais específicas. No entanto, é possível observar presencialmente algumas *territorialidades*⁴, a exemplo da nova área que está

⁴ Segundo, Roberto Lobato Correa (1998, p. 251-252), o conceito de territorialidade se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de

sendo organizada para receber os jazigos verticais e o espaço reservado exclusivamente para o enterro de crianças, os quais foram organizados com o intuito de otimizar o uso do terreno (figura 6).



Figura 5 - Area reservada para o sepultamento de crianças. Fonte: foto da pesquisadora, 2023

Um dado curioso se refere a estreita proximidade do espaço cemiterial com a residência de alguns moradores da Colônia Antônio Aleixo, a qual permaneceu por um longo tempo e revelava um cenário peculiar, uma vez que a cidade dos vivos se mesclava à cidade dos mortos, como se pode observar na figura 6:

garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, os diferentes grupos sociais e as empresas. Ou seja, por essa perspectiva, a territorialidade está associada às diferentes formas de usar e organizar o território, compreende, portanto, as relações sociais cotidianas permeadas por aspectos culturais, políticos e econômicos.



Figura 6- Registro do Cemitério Santo Alberto em 2020. Na figura, observa-se a proximidade das residências dos moradores com o espaço cemiterial. Fonte: Google Maps. Disponível em <https://abre.ai/i1JF>, acesso em fevereiro de 2024.

A estreita aproximação do espaço ocupado por moradores da Colônia com o cemitério ocorreu até 2022, ano em que foi realizada uma reforma completa da necrópole, a qual incluiu a construção do muro e a reforma do prédio administrativo (figura 7).



Figura 72 - Atual prédio administrativo do cemitério Santo Alberto. Fonte: foto da pesquisadora, 2024.

Ressalta-se que este cemitério se diferencia das demais necrópoles da cidade de Manaus, pois, embora seja de uso público, prioriza-se o atendimento

aos

moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, sob a alegação de que por muito tempo a Colônia permaneceu isolada do perímetro urbano da cidade, devido às políticas saneadoras e estigmas, restando-lhes apenas este espaço cemiterial para o sepultamento dos seus mortos. Abre-se uma exceção para o sepultamento de pessoas que residiram na Colônia, mas que por motivos particulares passaram a morar em outro bairro.

Diante dessas constatações, verifica-se, portanto, a existência de um forte vínculo de pertencimento e afetividade dos moradores em relação a este espaço cemiterial, pois é neste lugar que estão enterrados amigos e familiares com os quais os moradores compartilharam a sua história e o seu cotidiano. O cemitério Santo Alberto, portanto, evoca as memórias dessas vivências, possibilitando uma compreensão da história do bairro a partir da perspectiva de seus moradores.

CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas no final do século XIX modificaram a forma da sociedade ocidental lidar com a morte e com os mortos. A proximidade dos mortos com os vivos, que até aquele momento era cultuada, passou a ser percebida como incômoda e hostil, devido aos processos de urbanização e ideais modernos de salubridade. Desse modo, os sepultamentos, que aconteciam no interior ou nos arredores das igrejas, passaram a ocorrer em lugares específicos, afastados do perímetro urbano.

Os cemitérios passaram a reproduzir o mundo dos vivos, com espaços cada vez mais delimitados e definidos, estabelecendo-se, assim, como uma outra cidade, sobre a qual a sociedade passou a projetar seus ideais e aspirações. Em Manaus, a economia da borracha que teve seu ápice entre o final do século XIX e início do século seguinte, proporcionou a cidade significativas mudanças físicas e culturais, as quais seguiam os ideais modernos da época. Assim, os cemitérios foram construídos afastados do centro comercial.

No caso do cemitério Santo Alberto, é possível supor que seu surgimento em 1918 tenha ocorrido como alternativa para receber os mortos hansenianos,

visto que, a lepra se tratava de uma doença pouco conhecida cientificamente e carregada de estigmas. A extrema distância do centro parecia ser conveniente diante da possibilidade do surgimento de novos casos.

Ressalta-se que nos primeiros anos do século XX, a hanseníase tornou-se um “grande mal” a ser combatido, pois os casos aumentavam significativamente, o que levou a construção dos leprosários em todo território brasileiro como estratégia de profilaxia da doença. Na cidade de Manaus, dentre os leprosários implantados, o Hospital Colônia Antônio Aleixo recebeu os doentes hansenianos até a sua desativação e transformação em bairro de Manaus no ano de 1978. Nesse mesmo local já operava o então cemitério Santo Alberto desde 1918, segundo Durango Duarte (2009).

Desse modo é possível compreender o cemitério Santo Alberto, com um lugar de memória que registra acontecimentos de diferentes momentos relacionados a própria história do bairro Colônia Antônio Aleixo e da cidade de Manaus. Nele reside duas faces de uma mesma moeda, uma que manifesta o que a própria sociedade criou e outra que busca ocultar.

O cemitério, como extensão da cidade dos vivos, também expressa as práticas culturais realizadas pelos moradores da Colônia Antônio Aleixo, indicando caminhos interpretativos das formas de lidar com a morte e com seus mortos. O cemitério Santo Alberto é, ainda, um lugar de afeto, onde os moradores rememoram amigos e familiares com os quais compartilharam sofrimentos e alegrias.

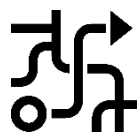
FONTES

Mensagem lida pelo governador Antônio Monteiro de Souza perante a Assembleia legislativa do Estado, no dia 14 de julho de 1927, p. 124 e 128.

Acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/>

REFERÊNCIAS

CURI, Luciano Marcos. *“Defender os sãos e consolar os lázaros”*: lepra e isolamento no Brasil. 1935/1976. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, 231p.



DUARTE, Durango. *Manaus Entre o Passado e o Presente*. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva

GOMES, Salatiel Gomes. *Memórias de outsiders na figuração da hanseníase: do isolamento compulsório às experiências de escolarização*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020, 251 p.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2008.

MARTINS, Carla Mara Matos Aires. *Representações na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha*. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021, 302 p.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. 3. Ed. Manaus: Valer, 2006.

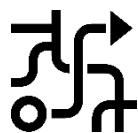
MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

NAGEL, Carla Maria Oliveira. *A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”*. Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, ANPUH Nacional, 2011

PÁSCOA, Márcio. *A Vida Musical em Manaus na Época da Borracha (1850-1910)*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. *De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM)*. Tese



(Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, 283 p.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; XEREZ, Luena Matheus de. *A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1141-1156.

SILVA, Júlio Santos da. *Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920)* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. 162 p.

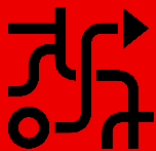
TAVARES, Tomázia. *De leprosário a bairro de Manaus*. Manaus: Edições do autor, 2011.

UCHÔA, Samuel. *A leprosaria de Paricatuba*. Manaus: Tipografia Palácio Real Manaus, 1926.

VATTIMO, Gianni. *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

Recebido em 28/11/2024

Aprovado em 30/10/2025



SILVA JUNIOR, Nelson Barros*

<https://orcid.org/0000-0002-7872-5728>

Resumo: Qual a função dos objetos biográficos na produção da memória e na criação de narrativas autobiográficas? Neste artigo, analiso a função dos objetos biográficos na preservação da memória e na construção de narrativas autobiográficas, tomando o Museu Virtual das Coisas Banais (UFPel) como referência analítica. A pesquisa, de predominância qualitativa, baseia-se na análise biográfica e expográfica do acervo e das exposições do museu, examinando os relatos associados aos objetos para entender como eles funcionam como dispositivos de resistência à espoliação das lembranças. Argumento que os objetos biográficos, no trânsito entre o ambiente doméstico e o espaço museal, contribuem para a consolidação de laços afetivos, para o direito ao enraizamento e para a elaboração de novos sentidos inscritos na e pela cultura material e na memória social.

Palavras-chave: Objetos Biográficos; Museu das Coisas Banais; Cultura Material; Memória Social

Abstract: What is the role of biographical objects in the production of memory and the creation of autobiographical narratives? In this article, I analyze how biographical objects contribute to the production of memory and the construction of autobiographical narratives, taking the Virtual Museum of Ordinary Things (UFPel) as an analytical reference. The research, predominantly qualitative, is based on a biographical and expographic analysis of the museum's collection and exhibitions, examining the narratives associated with the objects in order to understand how they function as devices of resistance against the spoliation of memories. I argue that biographical objects, in their transit between the domestic environment and the museum space, contribute to the consolidation of affective bonds, to the right to rootedness, and to the creation of new meanings inscribed in and through material culture and social memory.

Keywords: Biographical Objects; Museum of Ordinary Things; Material Culture; Social Memory

*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/CPLT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orientado pelo Professor Ricardo Santhiago Corrêa (UNIFESP). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Memória (CUME) e do Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LABPACH). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0867399846823346>. Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação. E-mail: nelson.bdsj@edu.udesc.br

INTRODUÇÃO

Os fragmentos narrativos permitem apreender experiências de acolhimento, pertencimento e enraizamento em meio à violência cotidiana, articulando perdas e conquistas na contínua desconstrução, construção de territórios, casas e formas de inserção social. Em oportunidade anterior, abordei essa relação fundamental entre memória, história, infâncias e objetos biográficos no Museu das Coisas Banais¹. Coordenado pela professora doutora Juliane Serres, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), o museu é um projeto de extensão associado ao Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas da referida universidade. Trata-se de um museu virtual, no qual a mediação e a interação com o público se desenvolvem no ciberespaço². Um espaço que engloba um conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos, como redes hertzianas, informações de fontes digitais, codificações digitais, hipertextos, de caráter plástico, fluido e operacionalizado em tempo real (LÉVY, 1999).

Na condição de espaço cibermuseal, o Museu das Coisas Banais opera a partir de uma coleção de objetos digitalizados que, graças a “sua conectividade e seu caráter multiacessível, permite transcender os modos tradicionais de comunicação e interação com o visitante” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 67). Um museu que viabiliza novas formas de preservação, difusão e produção de memórias, explorando as potencialidades da virtualidade na museologia contemporânea. A imaginação museal do Museu das Coisas Banais, conforme apresentado no projeto³, é “preservar e compartilhar as memórias de toda e qualquer pessoa, por meio de seus objetos biográficos, objetos esses que acompanham a vida dos sujeitos e adquirem valor afetivo”. A própria designação do Museu das Coisas Banais suscita uma ampla e intrincada problematização.

¹ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins; SILVA JUNIOR, Nelson Barros da. Museu como lugar de infâncias: objetos, histórias e memórias. **Interritórios**, v. 9, n. 18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/258987>. Acesso em: 25 set. 2025.

²Lévy, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 92-93.

³Projeto do Museu das Coisas Banais. Disponível em: <https://museudascoisasbanais.com.br/museu>. Acesso em: 10 de abril de 2023

Um nome provocativo. Desde o início, é imperativo refletir sobre o que se entende por banalidade. Afinal, o que significa chamar algo de banal? Seria aquilo desprovido de valor? Embora estejamos constantemente cercados por objetos, raramente nos detemos a pensar sobre eles (Museu das Coisas Banaais, 2022).

Estamos rodeados por uma autêntica vegetação de objetos que, como observado por Jean Baudrillard, se apresentam “como uma flora ou uma fauna, com suas espécies tropicais, glaciais, suas mutações bruscas, suas espécies em vias de desaparecimento” (BAUDRILLARD, 1989, p. 9). Nesse mesmo contexto, Violette Morin (1969) lembra que os objetos, em muitos casos, são descartados ou deslocados de seus contextos originais. No entanto, quando isso não ocorre, o objeto que permanece, o chamado objeto-resto, pode também assumir a condição de objeto biográfico, tendo seu valor intensificado pelo tempo. Isso é o que reforça Ecléa Bosi (2003, p. 207) ao afirmar que “o tempo cresceu o seu valor: a arca passa a velha arca, depois a velha arca boia no mar, até ser chamada de a velha arca que boia no mar com o sol nascente dentro”. Na fundamental obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, a substância social da memória é percebida, primeiramente, por meio das narrativas sobre casa e objetos. Dessa forma, como aponta Joana Schneider (2022, p. 52), “há, portanto, a biografia do possuidor e a biografia do objeto e, no caso do objeto biográfico, estas biografias se confundem – ou se fundem”.

Com base nessa breve apresentação, proponho responder: qual a função dos objetos biográficos na produção de memória e de narrativas de si? É exatamente sobre isso que tratarei neste artigo. Meu intuito é examinar a importância dos objetos biográficos na criação e conservação da memória, a partir do acervo e das exposições do Museu Virtual das Coisas Banaais (MCB). A escolha da casa como recorte central se justifica pela exposição 'Objetos que Aproximam Dentro de Casa', a qual me possibilita percorrer os diferentes cômodos da residência por onde os objetos circulam. Esta exposição internacional foi concebida durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, com foco nos objetos que, presentes no cotidiano doméstico, atuaram como suportes afetivos. A casa, nesse contexto, simbolizou não somente uma proteção física, mas também foi catapultada como um espaço

de convivência cada vez mais significativo, no qual os objetos assumiram papel de companheiros frente ao isolamento social.

Figura 01: Exposição - Objetos que aproximam dentro de Casa



Fonte: Museu das Coisas Banais (2023c)

A proposta da exposição, alinhada a uma museologia social e virtual, convidou pessoas de diferentes regiões a compartilhar seus objetos afetivos. A exposição foi organizada como uma casa simbólica, dividida em cômodos, que funcionou como estrutura expográfica. A decisão foi crucial, pois elevou a casa como o primeiro berço do ser humano, uma vez que, desde a infância, é nela que exploramos espaços, enfrentamos obstáculos e edificamos significados. Os objetos reunidos, dessa forma, evidenciam a dimensão afetiva e a importância dos objetos biográficos como mediadores de experiência, tornando-se fundamentais na compreensão da materialidade e na produção de memória e narrativas de si.

Esse entendimento se baseia na premissa de que a casa é símbolo de confiança e, portanto, como um instrumento que contribui para condensar as experiências de enraizamento, pertencimento e transmissão intergeracional da memória. O poder simbólico da casa tem como ponto de partida a fenomenologia de Gaston Bachelard, especialmente em *A Poética do Espaço* (1993). Ele aponta

a casa como um lugar que nos abriga diante do devaneio, protegendo o sujeito sonhador das tempestades do céu e da vida. Para Bachelard (1993), é o primeiro mundo do ser humano. Sob essa perspectiva, a casa das infâncias pode ser vista como um espaço privilegiado da dimensão imaginativa e simbólica, do real e da realidade. Como nos lembra Bachelard, o nosso inconsciente está alojado de tal forma que a alma também é morada, e, ao “lembramos das casas e dos aposentos aprendemos a morar em nós mesmos” (BACHELARD, 1993, p.354).

Para compreender a relação da casa com os objetos biográficos, é fundamental reconhecê-la como espaço privilegiado de memória e como portadora de uma dimensão simbólica que atravessa a experiência cotidiana. Para tanto, adotei uma abordagem qualitativa, alinhada à pesquisa autobiográfica, na qual a análise parte da materialidade dos objetos, sem me limitar a ela. A análise expográfica consistiu em examinar a estrutura da exposição, como citado anteriormente, organizada simbolicamente em cômodos de uma casa. A análise biográfica, por sua vez, consistiu na interpretação das narrativas de si que acompanham os objetos, considerando-as como testemunho que permite a reelaboração das histórias de vida dos sujeitos. Nesse sentido, mobilizo um conjunto diversificado de fontes, entrelaçando a análise expográfica em relação ao acervo do Museu das Coisas Banais (MCB) com as narrativas de si associadas aos objetos.

Nessa função, os objetos biográficos desempenham um papel crucial, pois concentram memórias, afetos e histórias que atravessam gerações. No campo das narrativas autobiográficas, Ecléa Bosi considera a narração como uma experiência de caráter terapêutico. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar, é a sua memória” (BOSI, 1993, p. 68). A interpretação dessas narrativas exige uma postura de “atenção e abertura ao objeto”, que convoca o pesquisador a se afetar com a experiência e se entregar ao fluxo narrativo dos participantes e à própria teoria (GONÇALVES FILHO, 2008). Essa perspectiva está alinhada com a proposta de pesquisa autobiográfica. Ao adotá-la, seja por meio de histórias de vida, biografias, autobiografias ou memoriais, escolhe-se “uma tradição em pesquisa que reconhece ser a realidade social multifacetária, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e

integrado” (ABRAHÃO, 2003, p. 80). Nesse processo, o objeto biográfico assume um papel insubstituível, pois, como observa Bosi (2003, p. 5), “as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade”. Ao serem ressignificados e compartilhados, os objetos biográficos tornam-se refúgios da memória, formas de resistência contra o esquecimento.

A capacidade dos objetos de resistir à espoliação das lembranças não ocorre somente em um nível individual. Ao serem incorporados em acervos museológicos, esses objetos passam por uma incontornável descontextualização. Para ganhar um estatuto documental, as narrativas autobiográficas servem, por excelência, para recuperar os contextos nos quais esses objetos estavam inseridos inicialmente. É um movimento que dialoga com o conceito amplamente discutido aqui de “biografia dos objetos”, reelaborado pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) no seio das discussões da cultura material. Esse ponto de vista cristaliza a capacidade de o objeto biográfico promover um direito ao enraizamento e à sua dimensão afetiva ao possibilitar aos sujeitos narrarem suas histórias individuais e coletivas.

Nesse íterim, a História Oral não é entendida apenas como metodologia, mas também como um campo de saber que valoriza a dimensão subjetiva e afetiva dos relatos. Ela permite compreender os vínculos entre objetos e experiências autobiográficas, aproximando os sujeitos dos processos de construção e desconstrução dos territórios e cartografias afetivas. Como destaca Paul Thompson (2002, p. 9), a História Oral constitui uma “interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas”. É, por definição, “um método para criação de fontes históricas, um método para usar e para dar sentido ao que nós aprendemos a partir de testemunhas; um método para arquivar e apresentar memórias do nosso passado individual e coletivo” (FREUND; LLEWELLYN, 2015, p.5). Mais do que uma técnica, ela é uma arte da escuta, lição essencial de Alessandro Portelli, pois rompe distâncias, desfaz o espelho narcísico e favorece o reconhecimento de si e do coletivo pela linguagem. A História Oral ultrapassa o ato de gravação: envolve montagem, desmontagem, reaproveitamento e, sobretudo, a subjetividade do historiador. Nesse sentido, ela não apenas registra memórias, mas também as reinscreve no mundo como marcas e modos de existir. Ecléa Bosi pontuou, ao longo de suas produções,

que “um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna é a espoliação das lembranças” (BOSI; BRUCK, 2017, p. 3). A memória está longe de ser um território protegido, pois sofre com a desarticulação, a espoliação e o desenraizamento, que instauram rupturas capazes de ferir o tecido da lembrança e abalar a proteção simbólica da consciência.

No Museu das Coisas Banais, cada objeto não é somente um item material, mas um suporte de memória, carregado de significados subjetivos e de vínculos emocionais construídos ao longo do tempo. É uma forma de explicitar como os objetos banais ou nada banais transitam entre a casa e o museu, não somente como evocação das lembranças, mas também na produção de sentidos e pertencimento, inscrevendo-se pela e na cultura material e na memória social. Tratar sobre o Museu das Coisas Banais é, em grande medida, discorrer sobre um espaço de aprendizado, que se situa tanto em um lugar quanto em um não-lugar (AUGÉ, 2008). Ao se inserir em estruturas não formais de educação, este projeto atua como um catalisador para uma museologia participativa e uma cultura colaborativa. Sua proposta de “preservar e compartilhar as memórias de toda e qualquer pessoa, por meio de seus objetos biográficos” (Museu das Coisas Banais, 2022) o estabelece como um ambiente onde o público não é apenas espectador, mas cocriador de narrativas, contribuindo assim para a construção de uma memória social mais plural e inclusiva (SILVA JUNIOR, 2023).

O Museu das Coisas Banais é construído a partir de narrativas que se materializam em objetos biográficos, portadores de memórias e experiências singulares. Ele se configura como um museu de fragmentos, reunindo objetos e narrativas que desafiam a ação do tempo. Em sua natureza rizomática, a imaginação museal deste museu pode ser relacionada à “Museologia do Deslimite” de Mario de Souza Chagas, que, por sua vez, é influenciada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e pelo conceito de rizoma, no qual, “há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17). Um devir, imaginações virtuais e poéticas, um museu do desterritório, situado no ciberespaço. É nos escritos de Clóvis Carvalho Britto (2019, p. 36) que “a imagem do rizoma, nesse aspecto,

desconstrói a ideia de um ponto fixo, inaugural, unidirecional, linear. Um rizoma possui formas diversas, conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer”. Ao entrelaçar memórias, vivências, experiências, objetos biográficos e narrativas, reforça-se a relação entre memória, esquecimento, afeto e construção social a partir das infâncias.

Para trilhar este caminho, escolhi desdobrar o artigo em três momentos. O primeiro consiste em um convite para compreender a casa como um lugar de memória e de significação, como um espaço privilegiado para evocação das lembranças e elaboração de novos sentidos. No segundo momento, realizo uma análise de dois objetos biográficos do acervo do Museu das Coisas Banais: o livro de receitas e o “Ursinho Pooh”, demonstrando como as narrativas e os objetos se distribuem pelos diferentes espaços da casa. Concluo, então, nas considerações finais, reiterando o argumento central de que a cultura material e a memória social contribuem para consolidação da identidade e do direito ao enraizamento.

A CASA, COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA, AFETOS E OBJETOS BIOGRÁFICOS.

A reflexão sobre os objetos biográficos exige considerar o espaço em que eles se inscrevem. Discuto, nesta seção, como a casa, junto aos objetos biográficos, atua como um sustentáculo na produção de memória, afetos e narrativas autobiográficas. Os objetos e as narrativas utilizadas compõem um fio condutor que evidencia a relação entre história e memória como elementos fundamentais para garantir o enraizamento identitário dos sujeitos. O olhar voltado ao cotidiano e ao aparente ordinário dos objetos revela como a cultura reduz, naturaliza ou esvazia o sentido biográfico que eles carregam.

Por um lado, a liquidez de uma sociedade cada vez mais situada em um ciberespaço, envolta por linguagens eletrônicas e inteligências artificiais. Por outro, as sociabilidades que o capitalismo impõe e a espoliação das lembranças, marginalizam, cotidianamente, objetos que não possuem valor monetário e que, por seu turno, no delinear de Jean Baudrillard, já foram uma “paixão temperada, difusa, reguladora, cuja importância no equilíbrio vital do indivíduo” (1989, p.94). É fundamental confrontar essa questão, uma vez que o “espetacular [...] nos

cega para todo o resto, inclusive para o que somos” (SCHNEIDER, 2022, p.57). A reflexão de Joana Schneider é fundamental, pois colabora para a compreensão de como ocorre a violência do ordinário no cotidiano. Olhar para as coisas, para os lixos, para os trapos, para os farrapos, para o “eu” e para o “outro”. É fazer, neste sentido, um inventário dos itens que estão no seu bolso ou na sua bolsa. Questiona-se sobre a origem, a utilidade e o destino de cada um dos objetos que você encontrar.

Dando continuidade à argumentação, defendo que os objetos do cotidiano, em suas múltiplas interações, configuram um sistema de constelações que orienta e dá forma às relações estabelecidas nos mais diversos contextos sociais. Os objetos, nessa composição, são entendidos sustentáculos da memória ou, também, como pontua o antropólogo da memória Joël Candau (2019), sociotransmissores que detêm a potencialidade de evocar as lembranças soterradas nos indivíduos. Na esteira da argumentação, esses objetos são “tudo aquilo que é a causa, o alvo de uma paixão” (BAUDRILLARD, 1989, p. 93). Ainda nesse âmbito, José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) enfatiza que os sujeitos não apenas compartilham os objetos, mas também os classificam e hierarquizam, atribuindo-lhes diferentes valores e significados.

Casas, mobílias, roupas, ornamentos corporais, joias [sic], armas, moedas, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, variadas espécies de alimentos e bebidas, meios de transporte, meios de comunicação, objetos sagrados, imagens de divindades, substâncias mágicas, objetos cerimoniais, objetos de arte, monumentos (GONÇALVES, 2005, p.5)

A reflexão sobre os objetos que existem para além dos museus evidencia sua circulação na vida social e os constantes processos de ressignificação simbólica a que são submetidos. Como aponta Gonçalves (2005), acompanhar os deslocamentos desses objetos entre diferentes contextos permite compreender a própria dinâmica da vida social. Essa perspectiva evidencia que os objetos não são estáticos, mas sim agentes de relações, memórias e transformações culturais. Os objetos são, dessa forma “[...] importantes mediadores memoriais, emocionais e identitário que acompanham o sujeito por toda, ou por quase toda a vida” (NERY et al., 2020, p. 112). A aproximação com

os objetos musealizados exige ultrapassar suas camadas aparentes, buscando compreender os sentidos que nelas se inscrevem. Ao atravessarem o processo de musealização, os objetos passam a habitar uma **segunda casa**, inauguram uma **nova vida** e percorrem **outros caminhos**, abrindo-se a novas análises, olhares e interpretações. Nesse movimento, prolongam sua trajetória biográfica, revelando possibilidades de continuidade e ressignificação. Conforme Olivia Nery et al. (2020), amparados em Ulpiano Bezerra de Meneses (1998), “[...] os objetos não falam, não são ventríloquos, como aponta Bragança Gil (1988), nem são limões dos quais podemos tirar o suco”, metáfora utilizada por Meneses (1998). Neste caminhar, os objetos possuem, portanto, “[...] uma biografia, uma trajetória, uma história de vida, dizem muito, mas não falam” (NERY et al., 2020, p. 115).

[...] Os objetos possuem uma trajetória de vida, trazem consigo uma biografia, mas são as pessoas, nesse caso, aquelas que os detêm, nas instituições, que ficam responsáveis por atribuir-lhes sentido. Podemos dizer, então, que, ao fazerem parte dos museus, os objetos são colocados a serviço dos significados a eles atribuídos, cabendo aos profissionais de museus garantirem ao público o direito à memória, à história e à educação (GAURYSZEWSKI; ALEIXO; ARAÚJO, 2010, APUD NERY ET AL., 2020, p. 116).

Os objetos, portanto, estejam expostos, musealizados ou mesmo guardados, constituem um elo, uma ponte que integra uma rede complexa de relações simbólicas. Segundo Olivia Nery et al. (2020, p. 117), “[...] toda carga documental, simbólica e memorial que um objeto carrega só existe a partir de um reconhecimento feito pelos sujeitos, uma vez que todas essas características que definem os objetos são meras atribuições nossas”. Para os processos de rememoração das lembranças, esses objetos são suportes de recordações e experiências, permitindo a construção de sentidos de pertencimento e continuidade. A meu ver, são rastros afetivos que permitem a criação e a recriação de vínculos latentes e interrompidos, servindo como uma dimensão de resistência à espoliação das lembranças. Esses objetos biográficos operam como dispositivos de contranarrativa, impedindo o esquecimento voluntário e

involuntário, permitindo, dessa forma, que os sujeitos reelaborem suas histórias de vida.

As construções desses potenciais diálogos, considerando a casa como objeto, representam um aprofundamento na teoria dos objetos e abrem horizontes, tanto para esta breve contribuição quanto para investigações futuras. É pensar nos espaços de experiência e nos horizontes de expectativa que a narrativa e os objetos biográficos demarcam. É uma lente que opera no macro e no micro, da casa, ao quarto e do quarto às gavetas. Se a casa é “nosso canto do mundo [...] nosso primeiro universo” (BACHELARD, 2008, p.24), Ecléa Bosi tem razão ao pontuar que uma “casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não tem preço” (1999, p. 442), bem como “o armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e o seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta”.

A casa, portanto, se revela como uma antítese à ideia de não-lugar, de desenraizamento. Ao visitar a antiga casa, a memória, assim como os baús da história, evoca lembranças sem reivindicar permissão. Os cheiros emergem, as imagens se cristalizam e os afetos atravessam o sujeito. A casa não é somente uma construção física, ela se torna verdadeiramente viva quando é habitada, quando carrega marcas, memórias e histórias. Como aponta o poeta peruano César Vallejo (1994), uma casa nova é mais “morta” do que uma antiga, pois sua essência não está apenas nos materiais que a compõem, mas na presença humana que lhe dá significado. O poeta escancara a casa como um “ponto por onde passou um homem, já não está só [...] uma casa vem ao mundo, não quando acabam de edificar, senão quando começam a habitá-la” (Vallejo, 1994). Argumento, portanto, que a casa transcende sua materialidade e se torna também um espaço subjetivo e intersubjetivo, onde se manifestam relações, afetos e conflitos.

A casa é detentora de “voz” e “alma”, refletindo uma cultura e um tempo específicos, sendo, ao mesmo tempo, abrigo de aconchego e de tensões. De acordo com Mario Quintana, a casa é revestida por uma aura imaterial e simbólica. No poema “Preparativos de viagem”, o poeta alerta: “Quem disse que eu me mudei? Não importa que a tenham demolido: a gente continua morando na velha casa em que nasceu”. Para Daniel Miller, a casa é um “elefante dos

trecos”, uma estrutura imponente e difícil de controlar, que impõe sua presença sobre os indivíduos. Ele destaca como a casa pode parecer excessivamente bela e permanente, em contraste com a transitoriedade humana (MILLER, 2013). A relação entre sujeito e casa não se limita à moradia em si, mas se manifesta na constante reorganização dos objetos dentro dela, seja ao se mudar, reformar ou ajustar os “trecos”. Dessa forma, a casa não é apenas um espaço físico, mas um meio pelo qual as pessoas constroem e redefinem a si mesmas. Daniel Miller sugere, assim, que a casa consegue objetificar valores, tornando-se um reflexo material das experiências e identidades de quem a habita. Nessa direção, Rosemere Santos Maia (2012, p. 340) destaca que “através da casa, comunicamos à outra nossa identidade; buscamos segurança e privacidade; gozamos de momentos íntimos; deixamos o ‘mundo’ em suspenso”. Dessa forma, torna-se possível compreender que: [...] Na vida do homem, a casa afasta contingências e multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. [...] é o corpo e é alma. O primeiro mundo do ser humano, antes de ser jogado no mundo (BACHELARD, 1993, p. 201)

Assim, procuro afirmar que a casa é um pilar da memória, sendo, por consequência, uma ampliação da identidade. Conforme Bachelard (1993, p. 28), “é graças à casa que uns grandes números de nossas lembranças estão guardados; e quando a casa tem um porão, um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados”. No delinear de Antônio Carlos Pinto Vieira (2007, p. 153), “A casa é abrigo, contra as intempéries, o sereno, o vento e o frio. A casa protege contra os riscos das ruas, contra a insegurança da vida. A casa é o lugar da intimidade, é onde somos mais verdadeiramente nós mesmos, onde nos sentimos mais à vontade”. De acordo com Daniel Roche, em sua renomada obra *História das Coisas Banais*, a cultura, de maneira geral, transforma o objeto e sua função em algo trivial. Para Roche (2000, p. 115), “a casa estava no centro da vida comum, para todos. Ali podiam se encontrar, e às vezes se contradizer, a técnica, a economia, a cultura coletiva, a escolha pessoal, os deveres, os arranjos”. A casa, assim como os objetos que nela residem, é carregada de afetos e memórias sensoriais. Em uma aproximação evidente com o Museu das Coisas Banais, Joël Candau destaca a importância da dimensão sensorial da memória, ressaltando como os cheiros

podem evocar lembranças e emoções profundas. Como observa em entrevista a Bezerra e Serres (2015), a simples experiência de revisitar um espaço familiar, abrir uma janela ou sentir o cheiro de um lençol pode trazer à tona a presença de alguém ausente, ativando áreas do cérebro ligadas às emoções, como o sistema límbico. Dessa forma, a casa não somente abriga objetos, mas também encapsula memórias e afetos que se manifestam através dos sentidos, reforçando seu papel como um espaço de significações subjetivas e coletivas.

Essa compreensão da casa como espaço vivo também aparece nas narrativas recolhidas por Ecléa Bosi (1999). Ao evocar lembranças associadas ao quintal, à cozinha ou à sala, os entrevistados revelam como a casa estrutura memórias sensoriais e afetivas. Ecléa Bosi argumenta que “a sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são tempos vazios das filas, dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários” (Bosi, 2003, p. 2). A autora oferece uma abordagem segura para compreender o papel dos objetos em nossas vidas. Como observa, “se a mobilidade e contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam” (BOSI, 1993, p. 441).

É o arranjo da sala, as cadeiras organizadas em círculos anunciam uma longa conversa entre amigas. A ordem desses espaços une e separa a relação entre privado e público. A sala é repleta desses objetos arredondados, ovalados, de madeira, ilustrados pelas carnes humanas. Objetos, por excelência, biográficos, que não elimina o tempo, mas sim o acompanha, uma vez que “envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo [...] cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do narrador” (BOSI, 2003, p. 5). Em fragmentos narrativos, Dona Alice pontua:

A pessoa sendo simples, mas tendo sua casa, tendo pai, é outra coisa [...] dessa casa, lembro de muita fartura [...] na casa do Dr. Cirylo adorava ouvir as histórias, eram histórias lindas, de fadas, príncipes encantados, eu era muito pequena [...] a gente nunca quer sair da casa da gente pra ir para nenhum lugar, só quando já não pode ficar mais... acho que todas as pessoas são assim [...] depois que Umberto morreu [...] é difícil ficar sozinha: eu varava a noite inteira na cozinha. Eu não queria deixar minha

casa. Quando chegou o dia que decidiram que eu ia morar com minha filha, tive uma grande tristeza. Eu adorava minhas coisas e ia desmanchar minha casa (ALICE apud BOSI, 1999, p. 51).

Na casa, é possível contar não apenas sobre alimentos, produção e consumo, mas também sobre a vida cotidiana e eventos que se desenrolam nas janelas, como recorda o senhor Amadeu: “A casa dava para a rua, mas tinha quintal; lembro da sala, dos dormitórios. Na frente da casa passavam os vendedores de castanha, cantarolando. E os pizzaiolo com latas enormes, que era muito engraçado e vendia o produto dele cantando” (BOSI, 1999, p.436). A casa, por excelência, um lugar de lembranças, no qual tece uma comunicação silenciosa que marca, repete e recria relações profundas. Segundo Bosi, a casa é o “canto” do sujeito, o lugar onde ele pode olhar para si.

[...] o espaço que ela vivencia, como o dos primitivos, é mítico, heterogêneo, habitado por influências mágicas. A mesa da família possui um lado onde é bom comer, o lado fasto onde senta-se mamãe e é agradável estar; no lado de lá, o retrato do tio-avô que me olha fixo, às vezes feroz, torna o lado nefasto onde eu recuso comida e choramingo. Tudo é tão penetrado de artefatos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver (BOSI, 1999, P. 436).

Um movimento marcado pela narrativa evidencia como os objetos biográficos simbolizam experiências de vida. A casa se encontra imersa nas vivências de seus habitantes. Nesse sentido, Ecléa Bosi (1999) observa que a “casa materna” aparece com frequência nas autobiografias, pois é o espaço onde os vazios da infância foram preenchidos. A centralidade da casa se configura como um ponto geométrico em torno do qual a paisagem se organiza. Tendemos a guardar na memória a casa como a vivenciamos; contudo, ao revisitá-la na vida adulta, frequentemente sentimos estranhamento ao perceber seu tamanho reduzido. Por essa razão, a casa também se torna um espaço de lamentações. Não surpreende, portanto, que idosos entrevistados por Bosi, como D. Brites, D. Jovina e D. Risoleta, lamentem a perda de objetos, um livro, uma medalha de valsa ou a ausência de certas qualidades das infâncias.

No interior da casa, a cozinha se manifesta como um espaço significativo. A obra de Carlos Lemos *Cozinhas, etc*, publicada em 1978, ressoa com a ideia,

na qual as zonas correspondem a funções específicas. “Estar, repouso e serviços” descrevem bem uma cozinha. Entre esses espaços, a cozinha emerge como um dos ambientes mais significativos, pois nela se concentram rituais de sociabilidade, como o preparo e o compartilhamento de alimento.

Figura 02 — Livro de receitas da vovó Cicy



Fonte: Museu das Coisas Banais (2023)

O livro de receitas da avó Cicy, preservado no Museu das Coisas Banais, e presente na exposição “Objetos que aproximam dentro de casa” ilustra como um objeto aparentemente banal pode condensar práticas, memórias familiares e vínculos intergeracionais. As páginas gastas pelo uso não apenas registram receitas, mas também preservam afetos, sabores e histórias. Portanto, façamos uma pausa nesse espaço tão carregado de afetividade.

É ali, entre o aroma do café recém-coado e o cheiro do bolo, que ocorrem encontros, conversas, projeções e planejamentos. A comida, por sua vez, entrelaça-se ao cotidiano de maneira quase indissociável da memória afetiva. Para cristalizar a importância dessa relação entre os sujeitos e a cozinha, recorro a um gesto de preservação da memória: os livros de receitas que a avó Cicy escreveu para cada uma de suas netas. O livro, escrito a duas, quatro, seis mãos, com caneta esferográfica azul, guarda as receitas de bolo de fubá, biscoitos, bolachas de nata, pão, coxinhas e tortas. As páginas amareladas, marcadas por vestígios do uso constante, revelam não somente a importância dessas receitas e também a frequência com que foram revisitadas ao longo do tempo. A história narrada por Rosana Baptistella destaca a relevância das

coisas, trechos e objetos suportes da memória afetiva, evidenciando como esses elementos materiais carregam histórias, afetos e lembranças que ultrapassam o tempo.

Minha avó materna, Adoracy, a vó Cicy, fez um livro de receitas para cada neta. E não fez todos iguais, não: pediu às suas filhas e à nora — todas com Maria no nome — receitas feitas por elas. Sim, na minha família ancestral, a cozinha sempre foi domínio das mulheres, matriarcado forte! Cada uma delas então separou as mais apreciadas, feitas em situações especiais ou no dia a dia. Resistiu a tantos ingredientes derramados, a mudanças de casas, cidades, estados... sempre comigo: aonde eu vou, ele vai e a mágica alquímica desse grande laboratório que é a cozinha: acontece! Tantas memórias guardadas ali. Gratidão à avó e à mãe, mulheres de quem herdei o gosto por cozinhar e também o signo astrológico: as três somos de Virgo!⁴

Trechos, utensílios e outros objetos não apenas constituíram os sujeitos, mas também foram determinantes na configuração da cozinha ao longo do tempo. A cozinha abre possibilidades de criação, iluminando a importância da história dos alimentos e da socialização, especialmente na primeira infância. A cozinha é feita dos gestos, dos corpos, das carnes humanas e não humanas, no qual o sujeito insiste em violentar, em se centralizar como uno no universo. É feita de caminhadas ao mercado, da colheita da horta e dos usos de utensílios domésticos. Entre sua composição, destacam-se ainda os cadernos de receitas, resultado de um verdadeiro exercício editorial de escrita, colagem e anotações. A cozinha também não escapa do olhar de pesquisadores. O Grupo de Pesquisa “Espaço Doméstico, Corpo e Materialidades” da Universidade do Estado de São Paulo (USP) tem se dedicado à constituição bibliográfica e acervo digital sobre esse universo, com destaque para a obra em preparo *“Objetos de cozinha: biografias” (1860-1960)*. Trata-se de um espaço fecundo para discutir a história da carne, dos alimentos, das mulheres, relações de gênero, saberes-fazer e da cultura material.

Se a cozinha, como demonstrei, funciona como um espaço central de produção de memória e socialização, a casa pode ser compreendida como um objeto, lugar composto de diferentes tempos e narrativas. Helene Carbone

⁴ Narrativa recolhida no acervo do Museu das Coisas Banais (2022).

sustenta que (2009, p. 11), a casa “abriga três tempos, (passado, presente e futuro) da proposição: ela enquanto experiência de busca, enquanto objeto-lugar formado e futuramente como estância-poética-urbana”. Assim, minha posição é de que a casa é, antes de tudo, uma abertura às reminiscências, espaço que acolhe os mais diversos objetos e, com eles, as marcas do tempo vivido. A casa, portanto, consegue aglutinar tempos distintos, como podemos observar: “o passado vivo nos seria trazido pela ‘memória involuntária’, provocada pelo contato com qualquer objeto material, ou com a sensação que tal objeto provoca em nós e que ignoramos qual possa ser” (CARBONE, 2009, p. 43).

Em síntese, a casa configura-se como um espaço onde o sujeito pode ser, estar e sentir. É um lugar no qual a memória permanece em constante atividade, vivida, experimentada e continuamente reconstruída. Ao mesmo tempo material, funcional e simbólica, a casa funciona como um porto seguro, o ponto de retorno ao final do dia, onde se depositam tristezas, dores, sofrimentos e lutos, mas também onde se vivenciam felicidades, vitórias, amores, partidas e chegadas. Ao caminhar pela casa, adentro gradativamente as coisas, aos trechos, aos objetos que aproximam os sujeitos dentro de casa. São esses pequenos fragmentos que condensam afetos, histórias e pertencimentos, tornando-se suportes da memória e da identidade. Se a casa se estrutura como um espaço de acolhimento e enraizamento, os objetos que a compõem funcionam como âncoras que ligam tempos, experiências e afetos.

ENTRE COISAS E AFETOS: O QUARTO DAS CRIANÇAS E O URSINHO POOH

Se o livro de receitas ilustra a dimensão intergeracional de uma produção de memória no seio familiar, o “Ursinho Pooh” nos encaminha a refletir sobre o papel dos objetos na mediação da dimensão imaginativa e simbólica, especialmente das infâncias. Ao adentrar a exposição “Objetos que aproximam dentro de casa”, do Museu das Coisas Banais, destaco o cômodo intitulado “Quarto Infantil”. Nesse espaço, o objeto narrado é o “Ursinho Pooh”, brinquedo comprado na Dinamarca em 2019 e associado, pelo narrador, às memórias da infância. A narrativa enfatiza a experiência de encantamento e de criação de um “mundo singular” impossibilitado das interferências externas. O objeto, por sua

vez, atrelado à narrativa, me permite explorar o imaginário simbólico das infâncias.

Meu objeto é o boneco do ursinho Pooh, personagem fictício criado pelo escritor inglês Alan Alexander Milnede, que protagonizou alguns filmes e programas antigos estadunidenses da Disney. Eu o comprei em 2019, em uma loja que vendia vários produtos da Disney em Copenhage. Quando eu entrei na loja, finalmente me vi em um mundo que eu sempre sonhei, um mundo mágico, e então vi o boneco, que de cara eu sabia que queria comprar. O ursinho Pooh me lembra da primeira vez que eu vi os programas da Disney, onde eu tinha um mundo só meu, que ninguém podia estragar, com toda aquela magia que absorvi e tenho até hoje e da quando eu morei em Lund, na Suécia, que eu me via em um lugar tão maravilhoso que parecia encantado, como nos cenários de filmes que eu assistia. Foi e é algo importante na minha vida porque me faz lembrar de muitas coisas, e principalmente de nunca parar de acreditar nos meus sonhos”.⁵

O testemunho citado acima evidencia como os objetos biográficos não somente remetem a lembranças, mas também operam como suportes fundamentais para a dimensão simbólica. Donald Winnicott (1975) descreveu, ao longo de suas obras, a importância dos objetos transicionais na infância, ao abrirem a possibilidade de experiências criativas e a elaboração dos primeiros afetos. O “Ursinho Pooh”, nesse sentido, funciona como um mediador entre a fantasia, o real e a realidade. Entre a experiência e a lembrança, individual, coletiva e uma cultura compartilhada.

Figura 02 - Ursinho Pooh

⁵ Narrativa recolhida no acervo do Museu das Coisas Banais (2022).



Fonte: Museu das Coisas Banais

É axiomática a posição do “Ursinho Pooh” em relação às infâncias e, conforme Donald Winnicott (1975, p. 6), “[...] não pode, na realidade, estar fora do campo daquele cujo interesse é a magia do viver imaginativo e criador”. Não é surpresa que a cultura ocidental, especialmente a contemporânea, interprete a realidade na qual constrói por um caminho linear, cientificista, analítico, racional e especialmente materialista. Adriana Friedmann (2014), inspirada nas ideias de Luc Bigé, pesquisador e escritor francês, realizou um movimento de expandir essa visão ao considerar objetos, seres, fenômenos, processos e acontecimentos em quatro quadrantes distintos: Q1. Conhecimento analítico; Q2. Conhecimento ecológico, das interações e relações; Q3. Conhecimento simbólico ou ciência do significado; Q4. Conhecimento operativo. Em apoio substancial, Adriana Friedmann (2014, p. 21) aponta que “um conto ou uma flor podem constituir uma harmonização destes quatro quadrantes. É, sobretudo, a ideia de olhar, não apenas no sentido estrito, mas olhar o quadrante com a inteireza, com presença, para sermos capazes de “ultrapassar a ideia de fazer uma leitura analítica para a ideia de fazer leituras simbólicas e analógicas” (FRIEDMANN, 2014, p.23).

“Ursinho Pooh” pode ser entendido tanto como representação concreta quanto abstrata, pois o símbolo se manifesta por meio de gestos, brincadeiras, sonhos ou relatos de imaginação ativa. A leitura do objeto ainda pode ser enriquecida pela perspectiva da autora, para quem as imagens se expressam em brincadeiras, narrativas e gestos. Essas representações, conforme a

intelectual, cristalizam-se nas “imagens internas, aquelas que provêm do interior da criança e que tomarão forma de imagens externas quando expressas através da arte, do movimento, do gesto, da brincadeira, da palavra, da escrita, etc.” (FRIEDMANN, 2014, p.15).

A conexão entre "Ursinho Pooh" e Christopher Robin, bem como seus inúmeros amigos, seja crianças ou não, evidencia a potencialidade do universo simbólico das infâncias e do imaginário social. Ao mesmo tempo, representa um objeto, uma forma de relacionamento, um símbolo carregado de significado e a expressão de um arquétipo. O brinquedo-objeto, portanto, não é apenas materialidade, mas também símbolo, portador de significados. Da mesma forma, Bachelard (1993) e Sandra Ritcher (2006) nos lembram que a infância carrega uma potência poética, na qual a imaginação se alimenta das coisas simples e das substâncias da vida cotidiana.

Abordar a experiência poética em sua dimensão educativa, desde o pensamento de Bachelard, exige acolher a imaginação criadora como ato alimentado pelo corpo operante no instante da ação no mundo. Aqui, a imaginação não se encerra na “mente”, mas se espalha pelos gestos e se realiza enquanto atualização de virtualidades do corpo interrogado pelas coisas que exigem nossas forças, tornando a noção de provocação indispensável para compreender o movimento intensivo do ato de aprender a estar em linguagens. Provocação que exige a decisão de começar algo no mundo. (RITCHER, 2006, p.243)

Diante do exposto, a infância é um espaço a ser habitado e que habita nos sujeitos. De acordo com Adriana Friedmann (2014, p. 30), “existe uma interioridade na criança que se apresenta como um espaço misterioso, imaginário, invisível, escondido, no qual moram segredos, lembranças ou até infortúnios”. A imaginação é, acima de tudo, um processo inacabado, aberto. Ela representa uma atualização de potencialidades que se manifestam no corpo e, por isso, nunca se limita à mente. Segundo Francisco Jódar e Lucía Gómez (2002, p. 37), o “Corpo é sempre transação, experiência da liberdade e de seus

limites [...] é só nesse despejo que é possível se (re)criar”. A criança, por sua vez, atua no exercício da desformalização, pois preenche os espaços com intensidade, se solta, é guiada por linhas de fugas inquietas. “Ursinho Pooh” e seus amigos poderiam facilmente ser os amigos invisíveis de Christopher Robin, pois, “muitas crianças têm amigos invisíveis com os quais falam, brincam, sonham, convivem, dão nome e criam um universo que, para nós adultos, é realmente impenetrável” (FRIEDMANN, 2014, p. 31).

Ao analisar a narrativa do Pooh, ainda há possibilidade de explorar a centralidade da floresta como espaço simbólico, tanto nos livros e filmes quanto na memória do narrador. Esse espaço imaginário pode ser interpretado como um rizoma, no sentido de Deleuze e Guattari (1995), no qual pode ser um território em constante expansão, múltiplo, difuso, aberto e caótico, onde novas conexões são continuamente tecidas. Conforme afirma Gaston Bachelard, é importante, em seu tempo, prestar atenção à conexão com a natureza, uma vez que ela constitui a principal matéria-prima da imaginação infantil. Assim, “o devaneio infantil é um devaneio de natureza materialista. (1993, p.9). A criança é, por natureza, inclinada ao materialismo. Seus primeiros sonhos se concentram nas substâncias orgânicas. Gilka Girardello (2011, p. 80) afirma que “o poder sugestivo da natureza para a criança também se produz na escala mais doméstica e próxima dos jardins, quintais e parques”. Da mesma forma, Marie-José De Lauwe (1991, p. 268), “o jardim faz parte da vida imaginária da criança, mesmo que a criança não tenha a sorte de viver em um jardim, um pequeno recanto de natureza lhe é suficiente para recriar seu mundo imaginário”.

Assim, o mundo mágico ao qual nosso narrador menciona em sua história é, portanto, a “floresta Sanders”, onde Christopher Robin, Pooh e seus amigos continuamente reelaboram sua imaginação. É, portanto, neste ambiente que a criança desfruta de liberdade em seus devaneios, dialogando com amigos, sejam eles reais ou fictícios. A criança constrói dimensões na interação entre o que é real, a realidade e o imaginário; a diversidade de pedras, objetos, brinquedos e brincadeiras transita pelos quartos, quintais, jardins e florestas, trazendo à tona a possibilidade do novo. Encarar a floresta Sanders como um possível rizoma, como linhas de fuga, é, segundo a visão de Deleuze e Guattari (1995, p. 36), um ato criativo: “faça rizoma, não raiz [...] nunca semeie, pique!

Não seja nem uno, nem múltiplo, seja multiplicidades [...] um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser”.

Assim, o quarto infantil, no MCB, torna-se mais que um recorte expográfico: ele condensa a relação entre memória, imaginação e materialidade. O “Ursinho Pooh” é, ao mesmo tempo, objeto concreto, marcador de experiências pessoais e catalisador de mundos simbólicos. Sua análise revela como os objetos biográficos, especialmente nas infâncias, ativam dimensões afetivas e identitárias que permanecem ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De saída, ao longo deste artigo, fiz um movimento de compreender como os objetos biográficos, ressignificados e compartilhados funcionam como dispositivos de resistência à espoliação das lembranças e como colaboram para o direito ao enraizamento. O museu das Coisas Banais é um vetor de memória que permitiu observar que, ao transitarem entre o espaço doméstico, os objetos produzem sentidos de pertencimento e de identidade que ultrapassam a materialidade. Ao analisar a casa como um lugar de memória, evidenciei a sua centralidade na constituição dos vínculos, na preservação das lembranças e na elaboração de novos sentidos.

O objeto “Livro de receitas da vovó Cicy” junto à análise, mostrou como objetos do cotidiano podem se tornar suportes de transmissão intergeracional. O recorte do quarto infantil, por excelência, com o “Ursinho Pooh”, evidencia como os brinquedos, sobretudo, das infâncias, funcionam como mediadores do imaginário, do afeto e da constituição das identidades, explorando, especialmente, as dimensões simbólicas das infâncias. O movimento de narrar um acontecimento da sua vida, atrelado a um objeto biográfico, é um trabalho estético, uma recriação, uma busca por sentidos. Observar esses movimentos por meio da história oral é justamente considerar as palavras de Verena Alberti e compreender que “uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido [...] quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro” (ALBERTI, 2004).

É um percurso analítico que observa os objetos biográficos não somente como “coisas” materiais do passado, mas também como mediadores de narrativas que tecem as memórias individuais e coletivas. Trata-se de uma perspectiva benjaminiana que indica como a linguagem tem demonstrado que a memória não é uma ferramenta apenas para explorar o passado. A memória é, antes de tudo, um meio no qual as vivências são tecidas. Walter Benjamin nos ensina que “Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo” (BENJAMIN, 2009, p.240). Escavar e recordar são, prioritariamente, explorar camadas. A meu ver, escavamos o tempo, atualizamos as memórias pelos vestígios e fragmentos, a partir da possibilidade de sermos criadores de sentido, construindo uma narrativa até então enfraquecida. Um movimento continuamente realizado ao longo deste artigo. O trabalho de memória, evidenciado por meio da narrativa, encontra singularidade na materialidade do objeto. Trata-se de uma memória mediada pelo objeto que, por seu turno, restitui e situa o sujeito pela força e dinâmica da memória coletiva.

Em síntese, o Museu das Coisas Banais exemplifica como iniciativas museológicas ressignifica objetos cotidianos, promovendo não apenas sua preservação, mas também a escuta de narrativas que lhes conferem sentido. Ao garantir visibilidade a esses fragmentos de vida, o museu contribui para o fortalecimento do direito ao enraizamento e para a construção de uma memória social mais plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *Revista História da Educação*, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.

ALBERTI, V. (2004). *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008. (Coleção Travessia do século).

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Obras escolhidas, 2)

BEZERRA, Daniele Borges; SERRES, Juliane Conceição Primon. O Museu das Coisas Banais entrevista o antropólogo Joël Candau. **Expressa Extensão**, v. 20, n. 1, p. 13-16, 2015

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOSI, Ecléa. Tempos vivos e tempos mortos. In: BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 23-25

BRITTO, Clovis Carvalho. **“Nossa maçã é que come Eva”**: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das museologias indisciplinadas no Brasil. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 5. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019

DE LAUWE, Marie-José C. **Um outro mundo, a infância**. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FREUND, Alexander; LLEWELLYN, Kristina R. **The Canadian oral history reader**. McGill-Queen's Press-MQUP, 2015.

FRIEDMANN, Adriana. **O universo simbólico da criança**: olhares sensíveis para a infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIRARDELLO, Gilka. Imaginação: arte e ciência na infância. **Pro-posições**, v. 22, p. 72-92, 2011

GONÇALVES FILHO, José Moura. A letra viva de Ecléa Bosi. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 43-50, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 60, p. 5-25, 2005.

JÓDAR, Francisco; GÓMEZ, Lúcia. Devir-criança: experimentar e explorar outra educação. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, 2002

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21. 1998

MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. São Paulo: Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 2013.

MORIN, Violette. L'objet biographique. **Communications**, n. 13, p. 131-139, 1969

NERY, Olivia Silva. et al. Segunda casa, segunda vida: a biografia dos objetos de museus. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 111-135, nov. 2020.

RICHTER, Sandra. Bachelard e a experiência poética como dimensão educativa da arte. **Educação**, v. 31, n. 2, 2006.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHNEIDER, Joana. **Casa, objeto e memória**: a narrativa como arte e valor das coisas. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002.

VALLEJO, César. *Obra poética completa*. 3. ed. Havana: **Casa de las Américas**, 1975

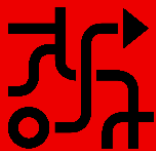
VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Maré: casa e museu, lugar de memória. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 3, p. 153-160, 2007.

ZARBATO, Jaqueline; DA SILVA JUNIOR, Nelson Barros. Museu como lugar de infâncias: objetos, histórias e memórias. **Interitórios**, v. 9, n. 18, p. 1-29, 2023.

Recebido em 10/04/2025

Aprovado em 07/10/2025

ENSAIO DE GRADUAÇÃO



PAZ, João Gabriel Souza*

<https://orcid.org/0009-0009-5068-9153>

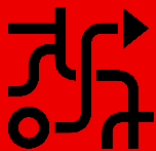
RESUMO: O artigo busca apresentar estereótipos acerca dos que praticam bruxaria, presentes na literatura arturiana dos séculos XII a XV da era cristã, e como eles se comparam ao tratado de identificação e perseguição de bruxas *Malleus Maleficarum* (*O Martelo das Feiticeiras*), publicado em 1486. A pesquisa consiste na contextualização sobre as ideias de bruxaria desde a antiguidade, até meados do período medieval; seguida da análise, baseada em bibliografia especializada, de trechos de obras pertencentes a literatura arturiana, passando pelos autores Geoffrey de Monmouth, Robert de Boron e Thomas Malory e pelos escritos anônimos dos ciclos *Vulgata* e *Pós-Vulgata*, buscando compreender como a magia é representada em personagens essenciais como Morgana, Merlin e a Senhora do Lago. Finalmente, será explorada a ideologia pregada pelo *Malleus Maleficarum*, e como ela se compara às obras analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura arturiana; *Malleus Maleficarum*; bruxaria.

ABSTRACT: This article seeks to present stereotypes surrounding witchcraft practitioners present in Arthurian literature from the 12th to 15th centuries AD, and how they compare to the *Malleus Maleficarum* (*The Hammer of Witches*), a treatise on the identification and persecution of witches, published in 1486. The research consists in the contextualization of ideas about witchcraft from antiquity to the mid-medieval period; followed by an analysis, based on specialized research, of excerpts from works belonging to Arthurian literature, including the authors Geoffrey of Monmouth, Robert de Boron, and Thomas Malory, as well as anonymous writings from the *Vulgate* and *Post-Vulgate* cycles, seeking to understand how magic is represented in key characters such as Morgan, Merlin, and the Lady of the Lake. Finally, the ideology advocated by the *Malleus Maleficarum* will be explored and how it compares to the works analysed.

KEYWORDS: Arthurian literature; *Malleus Maleficarum*; witchcraft.

*Graduando em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais MERIDIANUM UFSC/CNPq.



**SEXO POR PODER: A LITERATURA ARTURIANA MEDIEVAL E O MALLEUS
MALEFICARUM (SÉC. XII-XV)**

*SEX FOR POWER: MEDIEVAL ARTHURIAN LITERATURE AND THE MALLEUS
MALEFICARUM (CENT. XII-XV)*

INTRODUÇÃO

“E quando a dama sentiu que ele estava dormindo, ela levantou com cuidado, e com seu véu começou a desenhar um círculo ao redor de Merlin e do arbusto, e começou a realizar seus feitiços” (THE STORY OF MERLIN, 1993, p. 416-417).

Bruxas são criaturas traiçoeiras. E toda mulher pode ser uma. E há grandes chances de que seja. Mulheres são seres defeituosos, menos desenvolvidos (que os homens), extremamente carnavais e dadas ao prazer físico; ao mesmo tempo que são infantis e impressionáveis; ao mesmo tempo que são traiçoeiras e desonestas. Se olhar pela janela na calada da noite, há grandes chances de ver uma mulher andando furtivamente em direção ao bosque mais próximo para ter relações carnavais com um demônio, e por essa troca ganhar o poder para realizar seus malefícios. É assim que o tratado de demonologia e bruxaria *Malleus Maleficarum* descreve as mulheres.

Publicado em 1486, e escrito pelos inquisidores dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger em uma cidade livre do Império Romano-Germânico, o *Malleus Maleficarum* se tornaria o mais importante e influente manual de identificação e perseguição de bruxas. Suas ideias foram fundamentais para a realização da caça às bruxas, especialmente nos séculos XVI e XVII, levando portanto à perseguição e morte de milhares de pessoas, na maioria mulheres, com casos ocorrendo ainda hoje (CAMPOS et al., 2024, p. 8-9).

Apesar de sua influência, o *Malleus* não introduziu tais características para mulheres e os que usam magia. Ele refletiu, resgatou e sistematizou diversas crenças que estavam presentes na tradição católica e na cultura popular. Tais elementos são refletidos em obras literárias do período que antecedeu a produção do *Malleus*, entre elas as da literatura arturiana, da qual a magia constitui parte fundamental. A literatura, não somente a arturiana, representava tanto reflexos religiosos, quanto modelos de comportamento a serem ou não seguidos, que se alinhavam aos propósitos da ordem religiosa vigente (CARNEIRO, 2006, p. 73-74). Isso torna pertinente a sua análise, visando entender quais eram as ideias que a igreja buscava emular, e de que maneiras esses ideais eram alcançados.

Diversas obras formam o corpo da literatura arturiana, algumas mais conhecidas e mais frequentemente consideradas “oficiais” do que outras. As de Geoffrey de Monmouth, publicadas no século XII, são fundamentais por introduzirem ao mito arturiano personagens como Merlin e Morgana — apesar de os primeiros escritos sobre Arthur Pendragon remontarem ao século VI d. C. (PASIUT, 2024, p. 34-37). Obras posteriores introduziram personagens como a Senhora do Lago e trouxeram visões variadas sobre o uso da magia.

Aqui, serão abordados, além de Monmouth, os escritos de Robert de Boron, os ciclos *Vulgata* e *Pós-Vulgata*, escritos anônimos do século XIII, além da obra que consolida seus antecedentes, *A Morte de Arthur*, de Thomas Malory. Em sequência, será explorada a ideologia pregada no *Malleus Maleficarum*, a fim de estabelecer uma comparação entre a literatura analisada e o tratado. Dessa maneira, a pesquisa busca compreender como se pensava a magia na literatura arturiana do período em questão e de que maneira essas ideias se refletiram no estereótipo de bruxa que se consolidou em séculos posteriores.

Esse trabalho se situa no campo da História Cultural, que busca decifrar o passado através de representações, discursivas e imagéticas, pelas quais pessoas e grupos expressam a si e o mundo (PESAVENTO, 2003, p. 22). A literatura nos permite criar uma visão, que não necessariamente é uma realidade literal, mas que possibilita a identificação de certas ideias através do imaginário que ela constrói (PESAVENTO, 2003, p. 50). Considerando que as fontes serão analisadas com foco em papéis de gênero, aqui estão pressupostas as ideias de Scott, que considera gênero uma categoria instável, circunscrita a diversas subjetividades, que sofre mudanças ao longo do tempo (SCOTT, 1990, p. 82-83), algumas das quais serão expostas aqui.

A MAGIA E QUEM A USA

A magia aparece na história em diversos contextos e com diversos significados, desde muito antes da Idade Média. As civilizações mesopotâmicas, desde os Sumérios, possuíam a magia como um forte elemento cultural, frequentemente associados a proteção contra figuras consideradas demoníacas, como Lilitu, uma versão mais antiga da hebraica Lilith, entre outras figuras femininas representadas com partes animais, como asas e garras (talvez um

protótipo das harpias gregas), que seduziam homens para beber seu sangue, como Llitu, ou atacavam crianças, como Labartu (ALEXANDER; RUSSELL, p. 40-41, 2019). No Egito a magia era também invocada para proteção, ainda que as deidades e espíritos não fossem considerados inatamente maléficos ou benéficos (HUTTON, 2017, p. 85). O papel de feiticeiro não tinha necessariamente uma orientação benfeitora ou malfeitora, mas ele podia reorientar os poderes espirituais, que eram parte do cosmos (não eram maléficos), para ganho pessoal ou de seus clientes (ALEXANDER; RUSSELL, p. 40-41, 2019).

A bruxaria europeia seguia mais proximamente as ideias greco-romanas e hebraicas, influenciadas pelas citadas anteriormente. Na Grécia antiga, havia modos diferentes de se praticar a magia. A *theourgia*, mais próxima da religião, se tratava de bons trabalhos espirituais, e união com o divino, enquanto sua parceira “baixa”, a *mageia*, se aproxima mais da feitiçaria, do malefício. Como eram chamados, os *magoi*, haviam adquirido status negativo, já na época de Platão, que os via como ameaças à sociedade. Esses últimos consultavam *daimones* (termo que originou a palavra “demônio”), para realizar suas artes. Ainda que um *daimon* pudesse ser maléfico ou não, após a divisão de Xenócrates do mundo espiritual entre deuses e *daimones*, estes últimos passaram a ser identificados como entidades malignas. No contexto romano, as autoridades estatais não eram amigáveis a qualquer forma de feitiçaria que se afastasse das formas oficiais (permitidas pelo estado) de religiosidade. As feiticeiras literárias dessas culturas, como Circe e Medeia, são representadas como ardilosas e traiçoeiras. Um estereótipo, especificamente feminino, que influenciaria a imagem cristã medieval da bruxa (ALEXANDER; RUSSELL, p. 42-43, 2019), e se consolidaria no *Malleus*.

A concepção hebraica pré-cristã, derivada dos cananeus e babilônios, também não considerava a feitiçaria necessariamente demoníaca. No entanto, desde a metade do primeiro milênio antes da Era Comum, até os primeiros séculos do milênio seguinte, ocorreram uma série de partições teológicas que ameaçavam as visões mais neutras da feitiçaria. A primeira veio com Zaratustra, por volta de 600 a. C., com a ideia de que o mal não é uma manifestação do divino, e sim provém de uma fonte oposta. Essa ideia passa a influenciar o

pensamento grego e o hebraico, que influenciam o cristianismo, no qual se constrói a ideia de que uma força oposta a Deus que, ainda que não tão poderosa quanto, habita outro espaço e lidera uma legião de anjos caídos que busca praticar o mal. Essa visão representa outra divisão polarizante, fundamental para as concepções sobre a feitiçaria. O que costumava ser, entre outras coisas, uma forma técnica de se conectar a espíritos, ou proteger-se destes, passa a ser associada à invocação especificamente de servos maléficos de Satã, uma ofensa não direcionada somente à humanidade, mas à Deus; o que serviu também para consolidar as visões estatais greco-romanas, já negativas (ALEXANDER; RUSSELL, 2019, p. 47-48) (HUTTON, 2017, p. 103).

Essa perspectiva é ecoada por teólogos como Santo Agostinho, já no século V d. C.. Agostinho e outros teólogos cristãos falavam também sobre demônios que copulavam com mulheres humanas, e que compactuar com demônios era em si uma espécie de fornicação espiritual. Essas ideias seriam fortalecidas por Tomás de Aquino, no século XIII, com o sexo demoníaco sendo associado a capacidade de exercer magia (OLIVER, 2015, p. 43). Essa ideologia, que aliava mulheres ao sexo demoníaco, acaba se consolidando nos últimos séculos da Idade Média, inclusive graças ao próprio *Malleus*. (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 116) (OLIVER, 2015, p. 5 e 71) (STEINER, 2021, p. 61).

No contexto europeu propriamente, diversas práticas pré-cristãs foram interpretadas como demoníacas, e algumas passaram a ser associadas especificamente à feitiçaria feminina, como no exemplo dado por Alexander e Russell:

Os pagãos tinham adotado o costume de ofertar comida e bebida aos espíritos menores. O Sínodo de Roma, em 743, presumiu que esses espíritos fossem demônios e colocou as oferendas à margem da lei. Os espíritos demoníacos foram então transformados em *bonae mulieres*, as espectrais “boas mulheres” que vagavam de noite e entravam nas casas para roubar comida. Finalmente, as *bonae mulieres* foram convertidas em bruxas (ALEXANDER; RUSSELL, 2019, p. 47-48).

O principal documento que estabelecia o conceito de bruxaria na Alta Idade Média é o manual de direito canônico *Canon Episcopi*, divulgado no início do século X, que estabelecia:

Algumas mulheres pecaminosas são pervertidas pelo Diabo e desencaminhadas por ilusões e fantasias induzidas por demônios, pelo que acreditam que cavalgam à noite em animais na companhia de Diana, a deusa pagã, e de uma horda de mulheres. (...) Tais Fantasias são introduzidas nas mentes de pessoas sem fé, não por Deus, mas pelo Diabo (RUSSELL, 1972, p. 76-77).

Nota-se aqui que apesar de reconhecer a ação diabólica ou demoníaca, não se removia a responsabilidade do indivíduo. Isso estabelece a ideia de que a pessoa influenciada (a bruxa) não foi um mero instrumento de uma entidade profana, portanto uma vítima, mas a pessoa é também culpada por abrir-se (ou oferecer-se) a tal entidade; e sendo mulheres, estavam mais propensas a tais influências.

Apesar do que estabeleciam manuais como o *Canon Episcopi*, a tradição literária do período medieval apresenta complexidades maiores em relação a figuras capazes de usar magia, especialmente as que contém influências de tradições locais (pré-cristãs) sobre ela. A influência céltica dos romances escritos na Grã-Bretanha permitiu que os autores desse contexto construíssem visões ambíguas e nuançadas acerca de personagens feiticeiras, e influenciassem assim os autores do continente. A visão cristã se consolidou ao longo da Baixa Idade Média, afastando-se cada vez mais da possibilidade de feiticeiras benevolentes, um processo que precisa ser analisado, visando entender os impactos de tradições religiosas conflitantes na literatura arturiana.

MORGANA E MERLIN

Tanto Morgana quanto Merlin são introduzidos por Geoffrey de Monmouth; ele na crônica pseudo-histórica *Historia Regum Britanniae* (A História dos Reis da Bretanha), e ela na “biografia” do primeiro, *Vita Merlini* (A Vida de Merlin), escritos em meados do século XII. Monmouth era um clérigo e historiógrafo galês, conhecido por popularizar o mito arturiano, inclusive com a “criação” dos personagens citados. Tendo acesso tanto a fontes cristãs quanto celtas, Monmouth criou nesses personagens reflexos que nos informam sobre ideias célticas de magia (PASIUT, 2024, p. 44).

Merlin é introduzido como um rei-profeta, que estudiosos do tema acreditam ser a fusão de uma série de mitos celtas mais antigos. O mais

proeminente deles é o profeta errante Myrddin, que seria um protótipo de Merlin. O papel que lhe foi atribuído raramente teve mudanças drásticas, ao contrário do que houve com Morgana. Monmouth descreve Merlin simplesmente: “Merlin o Bretão foi feito famoso no mundo. Ele era um rei e profeta; ao povo de Gales do Sul ele passava leis, e aos chefes ele profetizava o futuro” (MONMOUTH, 2025, p. 1). Monmouth menciona em *Historia*, que Merlin é filho de uma virgem com um demônio (MONMOUTH, 1966, p. 151).

Esse papel de mago-profeta pseudo-demoníaco que aconselha governantes nunca deixaria a figura de Merlin completamente, mesmo nas variações de seu personagem, principalmente como conselheiro do próprio Arthur Pendragon. Merlin se reclusa na mata eventualmente (MONMOUTH, 2025, p. 6), onde conversa com Taliesin, seu companheiro de exílio, sobre uma variedade de assuntos, como história, cosmologia e uma lista das ilhas do mundo. Na Ilha das Maças (*Isle of Apples*, que se tornaria a Ilha de Avalon em obras posteriores) nove senhoras irmãs governam com leis bondosas. A mais proeminente e talentosa entre elas, se trata de Morgen (uma variação do nome “Morgana”), habilidosa com a cura, e com a capacidade de mudar de forma. Essa última característica sobretudo, além do próprio nome, amarram Morgen à ancestral celta Morrigan, que por sua vez está relacionada à divindade galesa Modron, ambas com capacidade de metamorfose (MARTINS, 2009, p. 23-24).

Após a batalha de Camlan, Morgen atende ao rei Arthur Pendragon.

Com ele controlando o navio nós chegamos com o príncipe, e Morgen nos recebeu com devida honra (...) Demoradamente ela falou que a saúde poderia a ele ser restaurada se ele ficasse com ela por muito tempo e fizesse uso de sua arte curativa (MONMOUTH, 2025, p. 16).

Os personagens faziam aparições constantes em histórias arturianas, e sofreriam mudanças que os tornariam mais complexos, e por vezes vilanizados, sobretudo Morgen.

Na virada para o século XIII, Robert de Boron escreveu *Merlin*, onde aprofundou as origens demoníacas do personagem. Boron explica o plano de uma horda demoníaca de criar Merlin como um anticristo, ao enviar um demônio para engravidar uma virgem humana (como ocorreu com a Virgem Maria). Essa natureza dúbia (humana e demoníaca), deixava incerto o caminho que Merlin

seguiria, pois “Se ele quisesse, ele poderia responder às reivindicações tanto de Nosso Senhor quanto dos demônios; (...) Ainda estava por ser visto para qual lado ele se inclinaria” (BORON, 2001, p. 78).

A inclinação da criança acaba definida pela mãe, que a batiza e a nomeia Merlin, em homenagem a seu pai, o que a humaniza (BORON, 2001, p. 79).

A SENHORA DO LAGO

Outra série de obras arturianas importantes, é o *Ciclo Vulgata*, ou *Ciclo Lancelote-Graal*, escrito no início do século XIII, na França, de autoria desconhecida, consistindo das histórias *História do Santo Graal*, *História de Merlin*, *Lancelot do Lago*, *A Demanda do Santo Graal* e *A Morte de Arthur*. Uma versão semelhante, conhecida como Ciclo Pós-Vulgata, traz algumas alterações a essa narrativa. Ambos seguem a linha de Merlin como um protótipo de anticristo. A *Vulgata* mostra Merlin em seu auge como articulador político, onde ele representa a voz da razão, planeja uniões matrimoniais, lidera exércitos, sendo uma importante figura política em Camelot (PASIUT, 2024, p. 56), o que demonstra sua “inclinação ao bem” citada em Boron.

Em escritos posteriores a Monmouth, Merlin é frequentemente associado a uma ou mais figuras femininas em situações românticas. Na *Vulgata*, e outros romances do século XIII, Morgana aparece frequentemente associada a Merlin. Ela é apresentada como meia-irmã de Arthur que deseja aprender a arte da magia com o mago. Seu papel é curto e mais errático do que havia sido anteriormente. Ao tomar interesse em um cavaleiro, parente da rainha Guinevere (esposa de Arthur), Morgana ganha o ódio da rainha. A natureza de seu envolvimento com Merlin não fica clara, mas à altura em que ela adquire o ódio da rainha, Merlin já assumiu outro interesse (BERTHELOT, 2000, p. 61).

Uma figura importante nas histórias subsequentes, e o interesse romântico mais icônico de Merlin, a Senhora do Lago surge na *Vulgata* na figura de Viviane (Niviane na *Pós-Vulgata*), como uma fada madrinha/mãe adotiva do cavaleiro Lancelot. Sua caracterização consiste em ser relacionada à deusa caçadora Diana (associada à bruxaria, como citado anteriormente), e seu domínio é um reino sobrenatural cuja entrada é magicamente disfarçada de lago (BERTHELOT, 2000, 64 e 67). Apesar de não serem personagens

explicitamente opostas na *Vulgata*, a *Pós-Vulgata* aumenta o contraste entre Morgana e Nivienne.

Naquele dia, o Rei Rions prestou homenagem ao Rei Arthur e recebeu a terra dele, e o Rei Arthur foi proclamado rei por todos os reis que estavam sob seu comando. Pessoas aqui e ali falavam sobre as velas que queimavam. E quando Morgain soube que Merlin fizera isso por encantamento, pensou que o conheceria e aprenderia tanto sobre seus conhecimentos que seria capaz de fazer o que quisesse (...) Quando ela aprendeu tanto sobre a arte da necromancia¹ quanto ele, ela descartou Merlin de sua companhia, por perceber que a amava desonestamente, e disse a ele que o mataria se ele ficasse perto dela (LA SUITE ROMAN DE MERLIN, 2006, p. 119-120, tradução minha).

Morgana, uma figura feminina, usa do amor oferecido pela figura masculina (e semi-demoníaca) de Merlin para aprender a arte da magia com ele, para em seguida descartá-lo. Novamente, não fica claro se Merlin e Morgana tiveram uma relação carnal. No entanto, nas *Prophecies de Merlin*, uma série de escritos franceses menos conhecidos, compostos anonimamente entre os séculos XIII e XV, Morgue (Morgana) e outras jovens aprendizes falam sobre como Merlin tirou-lhes a virgindade em troca do conhecimento mágico. Berthelot cita:

— Merlin não lhe ensinou esse encantamento (diz a Dama de Avalon), pois ele jurou a mim [que só ensinaria a mim] na noite em que tomou minha virgindade.

— Bem, então fui enganada, disse Morgue. Pois antes de eu dar meu corpo a ele, ele prometeu a mim que ensinaria todas as coisas que sabia.

— Quando se considera a Senhora do Lago, pode-se ver, de fato, o quanto você foi enganada! (LES PROPHECIES DE MERLIN apud BERTHELOT, 2000, p. 60).

Fica explícito não somente o artifício de Merlin para ter relações com jovens virgens, mas também como a Senhora do Lago representa uma exceção. Isso se aplica similarmente para a *Pós-Vulgata*, onde o personagem de Merlin também aparece como uma figura sombria e sexualmente predadora (BERTHELOT, 2000, p. 62-63).

A donzela era muito sábia para sua idade e percebeu bem que ele a amava. Ficou muito assustada com isso, porque tinha medo de que ele a desonrasse com seu encantamento ou que

¹ Fica implícito que a palavra “necromancia” pode se referir a qualquer tipo de magia negra, não somente ao significado tradicional de se comunicar com os mortos.

deitasse com ela enquanto dormia (LA SUITE ROMAN DE MERLIN, 2006, p. 419, tradução minha).

A ideia de ter relações sexuais com uma figura demoníaca em troca de magia se repete ao longo das narrativas, e se consolidaria mais tarde no *Malleus Maleficarum*; mas aqui, Nivienne é uma exceção importante. O amor de Merlin por ela faz com que não deseje oferecer uma troca de magia por virgindade, pelo respeito que possui somente pela mulher que ama, e não por outras mulheres. Ele deseja ter Nivienne de forma carnal, no entanto conhece a desonra que isso representa para uma donzela, portanto não repete com ela o velho hábito. Isso, no entanto, é explicado por Berthelot como outro artifício do mago.

As motivações de Merlin para insistir na troca de sexo por magia variam de uma obra a outra. Nas *Prophecies*, Berthelot explica, Merlin está destinado a ter seu fim nas mãos de uma virgem. Logo, se Merlin tirar a virgindade de sua aprendiz, ela não mais será elegível para derrubá-lo. Isso torna o roubo da virtude uma “necessidade” para que Merlin preserve sua posição. Porém, o método do mago não deixa de ser imoral e, na verdade, contra intuitivo, já que o próprio sabe que suas práticas causarão seu fim (BERTHELOT, 2000, p. 72-73). Se assim desejasse, Merlin poderia se abster tanto de ter pupilas, quanto de ter relações sexuais. Dessa maneira, nenhuma jovem poderia se voltar contra ele, pois não teria o conhecimento mágico para tal. Porém, a insistência do mago em práticas sexuais predatórias o compele a ter proximidade a mulheres jovens, que somente entregariam seus corpos a ele em troca de magia.

Por mais que a ideia de que seu fim viria nas mãos de uma donzela não fique clara na *Vulgata* e na *Pós-Vulgata*, é explícito que o amor de Merlin por Nivienne, que por sua vez o impedia de tirar-lhe a virgindade, causaria seu fim.

E Merlin amava tanto a Donzela do Lago que ele morria de amor, mas não se atrevia a pedir que ela fizesse algo por ele, porque ele sabia bem que ela ainda era virgem. E, no entanto, ele não desejava estar muito tempo com ela sem que a conhecesse carnalmente e fizesse com ela tudo o que um homem faz com uma mulher. (...) Ela sabia bem que ele não desejava nada mais do que sua virgindade, então o odiava mortalmente e tentava, por todos os meios que podia, causar a morte dele (LA SUITE ROMAN DE MERLIN, 2006, p. 329, tradução minha).

O amor que Merlin sente por Nivienne o força a ensinar-lhe as artes da magia sem tirar-lhe a virgindade contra sua vontade, o que causa sua queda nas

mãos dela, que o odeia por desejá-la de tal maneira. Na *Vulgata*, ela aprisiona Merlin em uma torre criada magicamente, que somente ela tem o poder de desfazer. Ela, que havia temido ter sua virtude roubada enquanto dormia, prende Merlin na torre logo depois dele cair no sono em seu colo (THE STORY OF MERLIN, 1993, p. 416-417). Na *Pós-Vulgata*, Niviane o aprisiona em uma tumba cavernosa, selada por magia, que jamais será aberta (THE DEATH OF MERLIN, 2000, p. 418-419). Nunca fica claro se Merlin morre lá, ou vive preso pela eternidade.

A MORTE DE ARTHUR

Uma das obras consideradas definitivas na literatura arturiana, *Le Morte D'Arthur*, do autor inglês Thomas Malory, foi publicada em 1485, pouco mais de um ano antes do *Malleus Maleficarum*. Ela representa diversos personagens e temas que vinham se consolidando na literatura arturiana dos séculos anteriores. Merlin e Morgana voltam à cena, ao lado de uma nova Senhora do Lago, Nimue. A história é composta por vários elementos presentes em versões anteriores, tendo uma estrutura bastante similar à *Vulgata*, já bastante conhecida, o que contribuiu para sua consolidação como “a versão definitiva” do mito arturiano.

Consistente com obras anteriores, Merlin mantém seu papel como conselheiro e protetor da corte de Arthur. Seu poder de ver o passado, presente e futuro, o permite ser um narrador na história, que sabe o que está por vir antes dos demais personagens. No entanto, as profecias e conselhos de Merlin são frequentemente vagos e ignorados pelos personagens, e às vezes até tidas como zombaria. A proximidade de Merlin a figuras mágicas femininas (portanto naturalmente questionáveis), principalmente Morgana e Nimue, reforçam a natureza dúbia do mago, e por mais que a concepção demoníaca de Merlin não seja abordada em detalhe nesta obra, é suposto por outros personagens que ele seria filho de um demônio (MALORY, 2021, p. 150-151 e 174) (PASIUT, 2024, p. 61-62). Isso contribui para a desconfiança de Nimue. Novamente, seu amor e pupilado sobre a Dama do Lago causam sua prisão em uma caverna pelas mãos dela (MALORY, 2021, p. 151). Pouco depois, a representação da mulher como ardilosa e aproveitadora constituiria parte central da ideologia do *Malleus*.

A personagem de Morgan tem um papel definitivo, não somente para a história de Malory, mas para sua reputação em geral. A *Morte* consolida sua presença como bruxa ou fada sombria, além de traidora e usurpadora. Nela, Morgan (ou Morgan le Fay/Morgana a Fada) é novamente apresentada como uma fada, meia-irmã do rei, casada com o rei Uriens, um casamento estratégico para Arthur, e educada em magia (dessa vez em um convento, curiosamente) (MALORY, 2021, p. 34) (ZAFRA, 2015, p. 8). Ela logo assume um caso com Accolon, que aceita a tarefa de matar o rei para que os amantes governem juntos (MALORY, 2021, p. 164-165). Morgan presenteia seu irmão com uma falsa espada Excalibur, enquanto a verdadeira ela entrega a Accolon. Quando Arthur está prestes a ser derrotado pelo traidor, Nimue o faz perder a espada por encantamento, quando então é derrotado (MALORY, 2021, p. 166-168).

Accolon revela a traição de Morgan (MALORY, 2021, p. 170). A fada, ao saber da morte do amante, vai ao convento onde Arthur descansa e rouba a bainha da espada do rei (que Merlin havia afirmado ser mais valiosa que a própria espada). Uma perseguição ocorre, e quando Morgan se vê encurralada, ela joga a bainha em um lago e transforma a si e a seus cavaleiros em pedras, enganando o rei, que a ela e a bainha não encontra (MALORY, 2021, p. 175-176).

Mais tarde, ela se retira para seu castelo, magicamente protegido, e mantém-se lá, esquematizando de longe contra a corte de Camelot, enviando objetos mágicos a Arthur e Guinevere, tentando inicialmente matar o rei com um manto enfeitiçado (MALORY, 2021, p. 179); e depois revelando o adultério da rainha com um chifre que derramará o líquido se uma adúltera tentar beber dele (MALORY, 2021, p. 415). Finalmente, a fada envia um escudo com uma imagem de uma rainha e um cavaleiro — Guinevere e Lancelot — tentando novamente revelar o adultério da rainha (MALORY, 2021, p. 516). Zafra interpreta as tentativas de revelar tal infidelidade como tentativas de expor as falhas nas normas cavaleirescas da corte do irmão, nenhuma das quais funciona (ZAFRA, 2015, p. 15-16). Após sua marginalização no início da história, Morgan existe no pano de fundo, mantendo estratégias para desestabilizar a corte do irmão, enquanto o papel de antagonista principal é assumido por Mordred, filho bastardo de Arthur com sua meia-irmã Morgause.

A queda de Merlin remove a proteção mágica e o direcionamento presciente da corte de Camelot, levando a um caos generalizado no reino, que culmina na guerra entre Arthur e Mordred. Nimue, após aprisionar o mago, assumiu o papel de mentora sábia e protetora de Arthur (ela também é quem entrega Excalibur a Arthur nessa versão). Ela é uma das donzelas que acompanham Arthur para a Ilha de Avalon, após sua derrota por Mordred, que acaba morto. Curiosamente, Morgan também faz parte da escolta. Lá, o rei caído será curado de seus ferimentos (MALORY, 2021, p. 1078). Nunca fica claro se Arthur Pendragon morre ou não.

O MARTELO DAS BRUXAS

Em 1486, foi publicado na cidade livre de Speyer (então parte do Império Romano-Germânico) o que hoje é considerado o mais influente manual inquisitorial para identificação e perseguição de bruxas. O *Malleus Maleficarum* foi escrito pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, e seria crucial na caça às bruxas, que se deu principalmente em séculos posteriores; e exacerbou a desconfiança e ódio generalizado contra a figura feminina, principalmente na Europa e América do Norte (outras partes do mundo não ficaram isentas de sua influência) (CAMPOS et al., 2024, p. 9). O *Malleus* reforça crenças misóginas, baseadas em estereótipos já existentes, tanto em tratados similares quanto em outras representações (SAUL, 2010, p. 85-86), como vimos no caso da literatura. No entanto, não sendo uma obra ficcional, ele não é nada sutil.

O tratado começa por defender a existência de bruxas, sua primeira questão tendo o título “Se crer em bruxas é tão essencial à fé católica que sustentar obstinadamente opinião contrária há de ter vivo sabor de heresia” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 49). Isso demonstra que a crença na existência de bruxas como seres reais que praticavam malefício não era universal. Ao debater tal crença, os autores também defendem a responsabilidade humana no ato, tentando refutar a ideia de responsabilidade exclusiva do diabo ou de seus demônios.

Pois S. Agostinho nos diz (...) estar a causa da depravação do homem na sua própria vontade (...). As bruxas depravam-se através do pecado, logo,

a causa de sua depravação não há de residir no diabo e sim na vontade humana (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 95).

Apesar de não extinguir a possibilidade de homens feiticeiros, o *Malleus* enfatiza a inclinação feminina a tais práticas, falando quase exclusivamente sobre mulheres como praticantes de bruxaria.

(...) por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria. (...) Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ela ter sido criada a partir de uma costela recurva, (...) contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona e mente (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 116).

Além da fraqueza feminina em geral por natureza de criação divina, o *Malleus* destaca a natureza carnal das mulheres, inclusive pelo sexo com demônios (incubos).

O diabo dispõem de mil maneiras e de mil recursos para infligir males ao homem e, desde a época da sua primeira Queda, vem tentando destruir a unidade da Igreja e subverter, de todos os meios, a raça humana. (...) cumpre fazermos uma distinção provável: ou a bruxa é velha e estéril, ou não é. Sendo estéril, o demônio com ela copula sem injetar-lhe o sêmen, pois que não teria qualquer utilidade e o diabo evita ao máximo, a superfluidade nas suas operações. Não sendo estéril, o demônio dela se aproxima para dar-lhe o prazer carnal que é conseguido pela bruxa (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 237-238).

Outros crimes de ordem sexual podem ser cometidos pela bruxa, principalmente o de tornar homens sexualmente impotentes (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 137). A ideia é clara e repetida ao longo do tratado: mulheres, em sua fraqueza física e mental, são tão carnis que precisam de sexo com demônios para satisfazer seus desejos, e fazer malefícios através disso, se tornando assim um instrumento diabólico ativo para destruir a ordem cristã. Steiner afirma que essa é uma visão da mulher enquanto monstruosa, não-humana e objeto de medo (STEINER, 2021, p. 62). A popularidade do tratado e sua aceitação podem indicar que tais afirmações não eram uma absoluta novidade, ou sequer eram absurdas.

O *Malleus Maleficarum* acaba completamente com a ideia de magia do bem, através do resgate das ideologias da antiguidade, como de Santo Agostinho, não tendo presente as nuances da magia e dos que a usam, como

se encontra em obras literárias do período. As bruxas são seres diabólicos, que levam a fraqueza e a desonestidade femininas ao ponto de serem uma ameaça a ordem social patriarcal-cristã.

CONCLUSÃO: A MAGIA ARTURIANA E A MAGIA DIABÓLICA

A influência céltica visível nas representações de magia no mito arturiano permite aos autores construir nuances entre magia do bem e do mal, nuances que ficaram menos presentes ao longo dos séculos, em favor de representações mais negativas, como vimos em *A Morte de Arthur*. A confluência da cultura e ideologia cristãs com as culturas locais, na mão de autoridades católicas como Monmouth, demonstra o esforço de cristianizar as culturas celtas (PASIUT, 2024, p. 85-86), transformando personagens lendários em ícones cristãos, ao mesmo tempo que a ideia de magia é lentamente demonizada, assim como aqueles que a usam.

Apesar de seu papel consistente desde sua criação em Monmouth até Malory — e da tolerância com sua natureza demoníaca e mágica, provavelmente por ser um homem — Merlin não deixa de ser representado em luzes negativas, como predador sexual em várias histórias, além de suas previsões serem representadas de maneira que as fazem parecer pouco úteis em Malory. Isso representa um desvio de seu personagem original, já que a importância de Merlin era dada principalmente por sua presciência, em contraste com a magia técnica usada por suas aprendizes (para as quais ele nunca passa a habilidade de ver através do tempo) (BERTHELOT, 2014, p. 76).

A Senhora do Lago, apesar de seguir a lógica da mulher traiçoeira (presente mais tarde no *Malleus*), que usa e depois causa a queda de seu superior masculino, precisa manter um caráter moderadamente positivo para que se torne a mentora sábia de Arthur; e ela só conseguirá isso se derrotar Merlin; e Merlin precisa ser derrotado para que Arthur fique exposto a Mordred; e ele precisa ficar exposto, para então ser derrotado e seu retorno ser profetizado. “(...) por vontade do Nosso Senhor Jesus, [Arthur] foi para outro lugar de onde voltará e conquistará a Santa Cruz” (MALORY, 2021, p. 1080), de maneira a ser tido como um guerreiro do próprio Cristo, ou mesmo uma “extensão” inglesa dele (pois também morreu e há rumores sobre seu retorno).

Nessa lógica, Arthur segue necessitando de proteção mágica, mas é fundamental que essa proteção não venha na forma de alguém que consiga prever a queda dele. Isso é encontrado na figura de Nimue.

Morgana representa o mais errático dos personagens. Inicialmente uma curandeira poderosa, ela rapidamente se torna uma irmã traidora do laço fraternal e uma fada sombria, aproximada da figura da bruxa, que não controla seus impulsos carnis (assumindo amantes, por exemplo), e tem uma ambição desenfreada por derrotar o irmão. O elemento que mais chama atenção é que suas traições nunca têm motivações declaradas. Ela representa a mulher que busca subverter a ordem cavaleiresca patriarcal simplesmente por ter os meios para tal; logo, é a mulher que usa de artifícios desonestos para conseguir poderes que não deveria ter. Ela é um modelo a não ser seguido, uma mulher que leva sua natureza traiçoeira ao nível máximo.

Esses estereótipos, principalmente no caso de Morgana, são refletidos no *Malleus Maleficarum*, o que demonstra que as ideias presentes no tratado já faziam parte da cultura popular desde muito antes dele ser produzido — ainda que não seja sabido se seus autores se basearam na literatura arturiana em si. Para além disso, o *Malleus* representa a consolidação e “oficialização” desses estereótipos, e os usa para perseguir sistematicamente pessoas que, como Nimue e Morgana, fogem do que é esperado das estruturas sociais em que estão contidas; e para gerar desconfiança e medo das mulheres, criando uma exacerbação da opressão feminina dentro da ordem patriarcal.

Ademais, o *Malleus* removeu as nuances da ideia de magia, que passou de estar sujeita ao caráter daquela(e) que a usa, a ser algo indiscutivelmente demoníaco, tornando dominantes as ideologias cristãs da antiguidade, e adicionando mais uma pedra ao obelisco que representa a cristianização da cultura celta.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Brooks; RUSSELL, Jeffrey B.. Feitiçaria. *História da Bruxaria: Feiticeiras, Hereges e Pagãos*. São Paulo: Goya, 2019, p. 26-51.

BERTHELOT, Anne. Merlin and the Ladies of the Lake. *Arthuriana*, West Lafayette, vol. 10, n. 1, p. 55-81, 2000.

CAMPOS, Mauro Macedo; CLARINDO, Adriely de Oliveira; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari. A “Caça às Bruxas” pela Ótica Discursiva no Tratado de Demonologia Malleus Maleficarum. *Revell* - Revista de Estudos Literários da UEMS, Dourados, vol. 1, n. 37, p. 7-33, 2024.

CARNEIRO, Cristina Helena. *Bruxas e Feiticeiras em Novelas de Cavalaria do Ciclo Arturiano: o reverso da figura feminina?*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006, 174 p.

HUTTON, Ronald. The ancient context. In: *The Witch: A history of fear, from ancient times to the present*. New Heaven: Yale University Press, 2017, p. 82-117.

MARTINS, Ana Rita. *Morgan Le Fay: A Herança da Deusa. As Faces do Feminino na Mitologia Arturiana*. Dissertação (Mestrado em Estudos Anglísticos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, 193 p.

OLIVER, Chayenne. *Which Witch?: Morgan le Fay as Shape-Shifter and English Perceptions of Magic Reflected in Arthurian Legend*. Dissertação (Mestrado em História) - Florida Atlantic University, Boca Raton, 2015, 105 p.

PASIUT, Karolina. *The Poetics and Politics of Magic – the Figure of Merlin in Medieval English Romances*. Tese (Doutorado em Estudos Ingleses), Universidade Jaguelônica, Krakóvia, 2024, 247 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RUSSELL, Jeffrey Burton. *Witchcraft in the Middle Ages*. Londres: Cornell University Press, 1972.

SAUL, MaryLynn. Malory's Morgan le Fay: The Danger of Unrestrained Feminine Power. *Medieval Feminist Forum*, Kalamazoo, vol. 46, n. 2, p. 85-99, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 15, n. 2, 1990, p. 71-99.

STEINER, Rachel Ruthanne. *Monsters, the Feminine and the Diabolical in Medieval Culture*. Dissertação (Mestrado em Folclore e Cultura Pública), Universidade de Oregon, Eugene, 2021, 99 p.

ZAFRA, Laura Calvo. *The Female Figure as the Antagonist in the Arthurian World: the Role of Morgan le Fay in Thomas Malory's Morte Darthur*. TFG (Estudos Ingleses), Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015, 28 p.

FONTES

BORON, Robert de. Merlin. In: *Merlin and the Grail: The Trilogy of Arthurian Romances attributed to Robert de Boron*. Traduzido por Nigel Bryant.

Cambridge: D. S. Brewer, 2001. Disponível em: <https://archive.org/details/merlingrailjosep0000robe>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum*. Traduzido por Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

LA SUITE DU ROMAN DE MERLIN. Séc. XIII. Traduzido por Stéphane Marcotte. Editado por Gilles Roussineau. Genebra: Librairie Driz S. A., 2006.

MALORY, Thomas. *A Morte de Artur*. Traduzido por Maria Helena Rouanet. São Paulo: Nova Fronteira, 2021. Disponível em: Acesso em: 27 ago. 2025

MONMOUTH, Geoffrey of. *Historia Regum Britanniae*. Traduzido por Lewis Thorpe. Penguin Classics, 1966.

MONMOUTH, Geoffrey of. *Vita Merlini*. Traduzido por John Jay Parry. Global Grey, 2025. Disponível em: <https://www.globalgreybooks.com/vita-merlini-ebook.html>. Acesso: 6 ago. 2025.

THE DEATH OF MERLIN. Séc. XIII. Traduzido por Martha Asher. In: LACY, Norris J. *The Lancelot-Grail Reader: Selections from the Medieval French Arthurian Cycle*. Londres: Garland Publishing, 2000, p. 403-430. Disponível em: <https://archive.org/details/lancelotgrailrea00norr>. Acesso em: 10 ago. 2025.

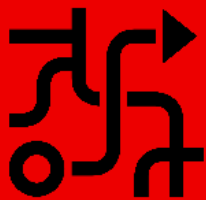
THE STORY OF MERLIN. Séc. XIII. Traduzido por Rupert T. Pickens. In: LACY, Norris J. *Lancelot-Grail: The Old French Arthurian Vulgate and Post-Vulgate in Translation*. Nova York: Garland Publishing, 1993. Disponível em: <https://archive.org/details/lancelot-grail-the-old-french-arthurian-vulgate-and-post-vulgate-in-translation->. Acesso em: 10 ago. 2025.

Recebido em 19/09/2025

Aprovado em 29/10/2025



RESENHA



AZEVEDO, Matheus Mendonça*
<https://orcid.org/0000-0002-9255-681X>

A obra “*A história para além do humano*”, escrita pela historiadora polonesa Ewa Domańska, chega ao Brasil pela FGV Editora em tempos de urgência climática e de intensa reavaliação das estruturas epistemológicas - não só da historiografia - mas das ciências humanas. Nesse sentido, a importância da publicação está inteiramente articulada aos problemas do presente e a maneira pela qual diversas questões se entrelaçam aos debates do Antropoceno nas humanidades. Logo, possui uma relevância não só editorial e acadêmica, cujo cenário temático possui poucas traduções em português, mas sobretudo política, ecológica e ética no quadro geral das humanidades e, em especial, da historiografia.

O livro possui uma apresentação escrita pelos próprios organizadores, compostos pela historiadora Taynna Marino (que também assina como uma das tradutoras do livro, ao lado de Hugo Merlo) e o historiador Júlio Bentivoglio, os quais situam e apresentam aos leitores brasileiros o lugar que Ewa Domańska ocupa no debate historiográfico mundial, seu extenso gabarito, além de inserir a relevância da publicação do livro no cerne do tempo presente com os desafios que o Antropoceno vem demandando da historiografia. A historiadora é muito renomada no campo da Teoria da História, onde atravessa vários interesses de pesquisa e atuações compreendidas nos problemas mais espinhosos, tais como as dimensões do antropocentrismo, a linguagem e as formas de representação da história.

*Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2019). Possui mestrado em História Social no Programa de Pós-Graduação em História na UFAM (2024). Atualmente é doutorando em História Social na mesma instituição, sob orientação do Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazo. É membro do Grupo de Pesquisa “Temporalidades e Histórias Populares” - UEMG-Divinópolis/CNPq. Atua na área de História, pesquisando Teoria e Filosofia da História e Antropoceno.

A obra foi organizada a partir de várias publicações como artigos, fragmentos textuais e conferências recentes de Ewa Domańska, que situam de forma panorâmica o estado recente de alguns interesses da historiadora polonesa. O livro é composto, assim, por uma introdução e três capítulos, que afunilam gradualmente o argumento e as discussões relativas aos debates teóricos e historiográficos críticos ao antropocentrismo, escrita da história, pós-humanismo e história animal.

Na introdução da obra, a autora nos faz compreender que o seu intento é discutir e apresentar algumas formas não convencionais de abordar o passado, em que a inclusão de outros objetos não ceda a uma visão antropocêntrica, eurocêntrica, *especista*, patriarcal e racista na historiografia. Nesse caso, aliás, a historiadora faz uma excelente retomada da crítica pós-colonial à historiografia, ao lembrar que a história - enquanto disciplina formal e acadêmica - contribuiu de maneira significativa para “legitimar várias formas de violência e exploração” a partir da constituição de seus modelos interpretativos (DOMAŃSKA, 2024, p. 27).

A proposta da renomada historiadora, especialista em Teoria da História, é a de dimensionar os impactos do excepcionalismo humano diante dos processos históricos comumente narrados e historicizados pela prática disciplinar, tema que será pertinentemente discutido no livro a partir do termo “pós-humanismo”. As ferramentas epistemológicas centradas na figura de um humano universal, herdadas da modernidade e das filosofias da história, não mais sustentariam as condições de possibilidade para a apreensão das manifestações e das agências não-humanas e nos emergentes problemas do Antropoceno.

De acordo com a historiadora, esse tipo de abordagem, ainda que aparentemente disruptiva no âmbito epistemológico, seria uma saída possível para os impasses atuais que envolvem a crise climática, a transformação na concepção de ser humano e de como as Ciências Humanas podem ficar com o

problema, como salientou Donna Haraway, “com alegria, terror e pensamento coletivo gerativos” (HARAWAY, 2023). O livro argumenta que a reavaliação dos fundamentos do conhecimento histórico deve ser atravessada pelo “pós-humanismo”, o qual, com cuidados metodológicos, pode ser uma importante ferramenta com contribuições à epistemologia da historiografia, uma vez que tal abordagem não seria apenas descritiva de processos com agências (antropocêntricas) localizadas, mas “por sua habilidade em criar e expandir a imaginação (não apenas histórica)” (DOMAŃSKA, 2024, p. 28).

No primeiro capítulo, intitulado “A mudança de paradigma”, a historiadora apresenta a discussão teórica que fundamenta efetivamente o caminho das reflexões contidas no livro. Por “mudança de paradigma”, Domańska não quer implicar que um determinado paradigma realize a supressão e, por conseguinte, a substituição de outro. Trata-se, ao contrário, de examinar a emergência de abordagens alternativas que possam servir de ferramenta para lidar com novos problemas que se manifestam a partir de uma visão multiespécies do real.

Assim, essa perspectiva ressalta o nascimento de um campo de conhecimento multidisciplinar, o qual inclui a historiografia, denominado aqui inicialmente como “humanidades pós-antropocêntricas”, cujo objeto centraria foco especialmente na compreensão dos “problemas gerados pelo capitalismo global, migração, assassinatos em massa, terrorismo e progresso tecnológico, além de crises ecológicas e desastres naturais” (DOMAŃSKA, 2024, p. 29). Realizando um diálogo com autores como Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro, a historiadora sinaliza que as transformações atuais engendram a construção e lapidação de um sistema de conhecimento multifacetado que engloba humanidades, ciências sociais e ciências naturais - tais como a biologia e a geologia. A partir desses pressupostos, segundo a autora, o capítulo busca sondar “as características típicas dessas perspectivas alternativas que deixam claro, à luz das mudanças mencionadas anteriormente, que existe uma necessidade de repensar fundamentalmente nossas compreensões de vida, de natureza humana” (DOMAŃSKA, 2024, p. 33).

O livro busca delinear, assim, os desafios primários das humanidades nas formas convencionais de se abordar a sociedade e o passado, uma vez que “cresce a adesão a uma crítica ao narcisismo do sujeito humano e de sua posição privilegiada no mundo” (DOMAŃSKA, 2024, p. 35). A partir dessa postura crítica, avolumam-se novos objetos que colocam - para além do humano - novos problemas, conceitos e maneiras de se aproximar de não-humanos e abordar a inteligibilidade de suas agências. Para a historiadora, “o não humano se tornou a figura paradigmática do contemporâneo e um ponto de referência para o futuro” (DOMAŃSKA, 2024, p. 35).

Com essas questões epistêmicas e metodológicas, a historiadora polonesa procura ensejar o papel das “pós-humanidades” como uma manifestação crítica desses processos, que nasce das humanidades em articulação às disciplinas das ciências naturais, como a biologia, botânica, biotecnologia ou a engenharia genética. A partir de tais extrapolações do humanismo rumo a outro sentido, que implica diretamente em compreender os graves problemas de uma distinção ontológica entre humanos e não humanos, a historiadora defende a necessidade de salientar as diferenças que são relativas e não opostas entre os agentes como plantas, objetos, máquinas, animais, e seres humanos. Dito de outro modo, a ampliação dos prismas, objetos e abordagens fomentaria múltiplas tendências, transmissões, análises e diálogos na direção de construir coletivamente “uma visão holística que combina humanidades e ciências naturais enquanto se baseiam em valores e pensamentos ecológicos somados a um conjunto de diversas abordagens” (DOMAŃSKA, 2024, p. 49).

Uma vez que a própria concepção de “natureza” e de “ser humano”, a relevância de se superar um conceito antropocêntrico de vida, para a historiadora, está intimamente ligada à possibilidade de se narrar as histórias futuras no olho do furacão do Antropoceno. Isso porque, argumenta, “o futuro das humanidades e ciências sociais está inevitavelmente conectado à reflexão sobre o futuro da Terra, da espécie humana, da *transespeciação* e à vida ela

mesma” (DOMAŃSKA, 2024, p. 50). A partir disso, tanto a tessitura dos emaranhados de experiências do tempo, algo convencional da prática historiográfica, quanto a definição clássica de história dada por Marc Bloch, segundo a qual a história seria a “ciência dos homens no tempo”, são fortemente questionadas por meio das dimensões epistemológicas levantadas pela historiadora.

Em busca de trazer novas provocações e respostas aos impasses enfrentados pelas humanidades e, especialmente pela história, Domańska defende uma aproximação com as *eco-humanidades* e abordagens não-antropocêntricas de pesquisa historiográfica. A inclusão de um olhar multiespécie, que questiona profundamente os padrões analíticos herdados da modernidade e que a historiografia reforçaria, também se constitui como eixo central para a constituição de novas abordagens. Ao lado disso, a historiadora sugere uma aproximação teórica que visa sobretudo reafirmar novas formas de futuridade e de narratividade que já incluam atores e agentes com novos potenciais investigativos e desafios metodológicos que possibilitem uma ênfase à reinvenção da prática historiográfica, com a finalidade de se situar, neste tempo das catástrofes, assim como já ressaltou Isabelle Stengers, o caráter de uma barbárie em que se ancora o insustentável desenvolvimento técnico (STENGERS, 2015, p. 13).

O segundo capítulo da obra mergulha no problema das pós-humanidades, seus objetos potenciais e possibilidades de operação historiográfica. Intitulado como “História e pós-humanismo”, no qual ocorre uma verticalização de algumas questões mencionadas no primeiro capítulo, a autora tenta desvendar as trilhas epistêmicas complexas que estão associadas a esse termo e quais suas dimensões de impacto para a disciplina da historiografia. Nessa perspectiva, a partir dos desafios que as humanidades enfrentam, algumas vias epistemológicas de vanguarda foram aparecendo, sobretudo após as “grandes mudanças causadas pelo declínio da influência pós-estruturalista e o fim do pós-modernismo” (DOMAŃSKA, 2024, p. 55). Portanto, o gradual crepúsculo dessas

vertentes gerou novas e calorosas discussões, que fervilham em torno de um enfoque multidisciplinar em várias tendências intelectuais que são formalmente enfeixadas sob o termo “pós-humanismo”.

No entanto, a historiadora alerta aos leitores que “não existe uma tendência coerente que possa ser rotulada de pós-humanismo” (DOMAŃSKA, 2024, p. 58). Longe de trazer qualquer definição superficial sobre o conceito, o livro aborda com agudeza e profundidade a inserção do pós-humanismo nas ciências humanas e sociais, destacando seus liames e questões mais prementes. O termo designaria, de vez, uma série de tendências intelectuais e de vanguarda que agregaria tanto a superação do conceito de “humanidade” como eixo central das análises históricas, quanto a inclusão, fortemente reiterada, de perspectivas disciplinares distintas. Assim, um dos pontos de partida para se lidar com a definição seria de encarar o pós-humanismo como uma forma de pensamento crítico contemporâneo contra o essencialismo da noção de “natureza humana” e às abordagens generalizantes sobre o excepcionalismo humano.

Um dos impactos do pós-humanismo na história reside na observação de que “os historiadores também não ignoram que hoje não é mais com a filosofia, mas com a biologia que a história está aprendendo” (DOMAŃSKA, 2024, p. 57). Num mundo onde o “ser humano” já não é mais o protagonista e incontestável mestre da natureza, as pós-humanidades realizam um adensamento teórico necessário, que engendra inúmeras frentes analíticas ao buscar uma ruptura com alguns padrões disciplinares antropocêntricos.

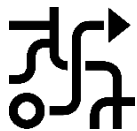
Domańska não defende um anti-humanismo estrito. Pelo contrário, o pós-humanismo escancara as insuficiências das abordagens humanistas e *sociocêntricas* sobre o passado sem negar a agência humana, mas abrindo possibilidades de sua expansão. Para a historiadora, seria necessário que abordagens vanguardistas sobre o passado enfrentassem uma série de binarismos tais como o humano/animal, uma vez que “o não-humano tem se

tornado a figura paradigmática do contemporâneo e um ponto de referência para o futuro” (DOMAŃSKA, 2024, p. 66).

O pós-humanismo seria, assim, um alerta para a mudança de “uma maneira radicalmente nova de abordar o conhecimento do passado” (DOMAŃSKA, 2024, p. 75). Nesse sentido, o livro traz novas contribuições a uma historiografia que vem construindo problemas nesse campo, como o livro “*Compreender outros: Povos, animais, passados*”, de Dominick LaCapra, por exemplo. A obra ressalta a importância fundamental de se “explorar as ideias e práticas que levaram e legitimaram a separação entre humanos e animais e que produziram a ideia de excepcionalismo humano” (DOMAŃSKA, 2024, p.75).

O terceiro e último capítulo é o lugar privilegiado onde a historiadora sacramenta a discussão tanto sobre questões de implementação prática das novas abordagens, quanto sobre suas potencialidades e desafios internos tais como epistemológicos, políticos e empíricos. Intitulado “História Animal”, o capítulo tem como principal objetivo “identificar as novas perspectivas e potenciais de pesquisa propostos por este subcampo dos estudos históricos” (DOMAŃSKA, 2024, p. 81).

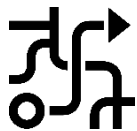
Um dos principais problemas de cunho teórico-metodológico da História Animal é ressaltado pela historiadora como uma crítica endereçada aos próprios historiadores desse campo, ao adotarem, assim sendo, acriticamente a noção de “ponto de vista” do outro, isto é, dos animais. Essa postura interpretativa é problemática porque, ao se realizar a análise a partir do ponto de vista da alteridade animal, a operação epistemológica implícita supõe que tais agentes potenciais não possuem uma voz suficiente, que lhes seria legitimada apenas a partir do discurso do historiador. Para Domańska, no amplo diálogo com distintas tradições e disciplinas, as potencialidades de uma escrita da história animal requisitam “uma forma diferente de conhecer o passado daquela oferecida pela epistemologia histórica com suas compreensões específicas de tempo, espaço, mudança, racionalidade e causalidade” (DOMAŃSKA, 2024, p. 86).



Com efeito crítico de conclusão, Domańska demonstra estar ciente dos riscos de uma posição de vanguarda historiográfica que ocupa ao construir novos objetos, mas compreende que tal exercício exige um certo abandono da “autoridade epistêmica humana sobre a ‘escrita’ do passado” (DOMAŃSKA, 2024, p. 97). “Escrita” porque, para a historiadora, formas não verbais de abordar o passado podem ser consideradas a fim de repensar os limites das condições de possibilidade (antropocêntricas) da narrativa histórica. Ciente de eventuais críticas contra essa perspectiva, a historiadora ressalva que não se trata de “excluir” o humano da narrativa histórica, mas descentralizá-lo, planejando as redes de interação com os agenciamentos não-humanos para construir uma historiografia coletiva e plural. Compreender o lugar do humano nas redes e formas de produção do saber sobre o passado e os seres não-humanos, objetos, coisas e materialidades está na ordem do dia.

Portanto, o livro constitui uma leitura importante nos tempos do Antropoceno e sua leitura crítica é necessária. Longe de prontamente abraçar as perspectivas de análise colocadas pela autora e reproduzi-las, suas reflexões instigam, ao contrário, a uma revisão contínua de pressupostos epistemológicos que terminam por fundamentar a historiografia e sua história. Assim, seu conteúdo teórico acaba tendo como público alvo a própria comunidade acadêmica, sobretudo para os que estão imersos em pesquisas atuais sobre ontologias multiespécies nas ciências humanas e naturais, mas evidentemente, saltará aos olhos do público geral com a questão fundamental que o título implica: “existiria uma história para além do humano?”. O trabalho de tradução, organização e publicação do livro vem fortalecer os debates não só historiográficos, mas de diversos campos disciplinares, a fim de fomentar calorosas discussões acerca dos limites da compreensibilidade de humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS



DOMAŃSKA, Ewa. *A história para além do humano*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

HARAWAY, Donna J. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido em 09/06/2025

Aprovado em 29/10/2025